DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA 001/2026

Setor Demandante: Presidencia

1 - DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente instrumento o credenciamento para seleção de empresas especializadas na administração, implementação, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de cartões eletrônicos de vale-alimentação, destinados aos servidores da Câmara Municipal de Minduri, conforme condições e especificações contidas no termo de referência.

2 - JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A presente contratação visa atender à necessidade institucional de operacionalizar a concessão do auxílio alimentação aos servidores ativos da Câmara Municipal de Minduri, conforme previsto no Art. 31° da Lei Complementar n° 14/2025. Tal medida é imprescindível para garantir o cumprimento da legislação vigente, que estabelece o benefício no valor mensal de R$ 300,00 por servidor, assegurando condições adequadas para o sustento alimentar desses servidores.

2.2 A contratação do serviço de credenciamento para seleção de empresas especializadas na administração, implementação, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de cartões eletrônicos de vale-alimentação é fundamental para a efetiva operacionalização do benefício. Essa modalidade assegura maior controle, transparência e eficiência na gestão dos recursos públicos destinados ao auxílio alimentação, além de facilitar o acesso dos servidores ao benefício de forma ágil e segura.

2.3 Ademais, a contratação está alinhada ao Plano de Contratação Anual de 2026, item 18, documento público que reforça a pertinência e a necessidade da medida para o atendimento dos interesses institucionais da Câmara Municipal de Minduri. Dessa forma, a contratação contribui para a valorização do servidor público, promovendo o bem-estar e a motivação no desempenho de suas funções, em consonância com os princípios da administração pública.

3 - QUANTIDADE A SER CONTRATADA

Item	Descrição	Unid.	Quant.
1	Credenciamento para seleção de empresas especializadas na administração, implementação, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de cartões eletrônicos de vale-alimentação, destinados aos servidores da Câmara Municipal de Minduri, conforme especificações, quantidades e condições previstas no Termo de Referência e demais anexos no edital. O valor para cada beneficiário	Beneficiários	4

Legislatura 2025-2028 | Ge... -026

Item	Descrição	Unid.	Quant.
	será de R$300,00 (trezentos reais).		

4 - PREVISÃO DA DATA EM QUE DEVE SER INICIADA A CONTRATAÇÃO

4.1 - O objeto necessita ser contratado até início do mês de fevereiro de 2026..

5 - INDICAÇÃO DO(S) INTEGRANTE(S) RESPONSÁVEIS PELO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

5.1 - Dada a baixa complexidade da contratação o(s) próprio(s) titular(es) do(s) setor(es) demandante(s) ficará(ão) responsável(is) pela elaboração do ETP - TR/PB - quando necessários.

6 - DESIGNAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS PELA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

6.1 - A gestão e fiscalização do contrato ou outro instrumento equivalente, será de responsabilidade da Presidência, visto que a Câmara até o presente momento, não possui servidor suficiente para esta função de gestor e fiscal..

7 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

7.1 - Declaro que os agentes públicos indicados para o planejamento e a fiscalização da contratação, foram comunicados e estão cientes de suas atribuições.

Minduri, 05/01/2026

Jaciara Portela Nascimento
Presidente

Rua Rio Grande do Sul, 100, Centro, Minduri/MG • CEP 37447-000
CNPJ: 07.400.574/0001-04 Telefone: (35) 3326-1429 / (35) 99862-2354
E-mail: camara@camaraminduri.mg.gov.br • Site: camaraminduri.mg.gov.br

CÂMARA MUNICIPAL DE MINDURI - MG
FL. 03
RUBRICA DO SERVIDOR
SECRETARIA DA CÂMARA

TERMO DE ABERTURA E AUTUAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

Assunto: Constitui objeto do presente instrumento o credenciamento para seleção de empresas especializadas na administração, implementação, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de cartões eletrônicos de vale-alimentação, destinados aos servidores da Câmara Municipal de Minduri, conforme condições e especificações contidas no Termo de Referência.

No dia 05/01/2026, abri o processo administrativo relativo ao **Processo Licitatório nº 003/2026 - Credenciamento 001/2026**, autuei seus documentos e rubriquei suas páginas.

Câmara Municipal de Minduri, 05/01/2026.

Maria Carolina de Souza Oliveira
Agente de Contratação
Portaria n.º 02/2026

Legislatura 2025-2028 | Ges 2026

APRESENTAÇÃO COOPCERTO

CÂMARA MUNICIPAL DE MINDURI
FL.: 04
RUBRICA
SECRETARIA

De 3109 - Newton de Andrade Carvalho <newton.carvalho@sicoobcentrosulmineiro.com.br>
Para Câmara Municipal de Minduri <camara@camaraminduri.mg.gov.br>
Data 2026-01-08 09:26

Apresentação - Coopcerto Empresas 28-07-22 3 (1).pptx (~5,3 MB)

Bom dia,

Segue apresentação cartão coopcerto.

Dúvidas a disposição.

Segue abaixo alguns dados em destaque.

7. Coopcerto Controle.
Frente:
8. O Cartão Coopcerto Controle é uma ferramenta de gestão de gastos que substitui, com eficiência, os adiantamentos para viagens e gastos de representação, permitindo melhor controle de verbas e identificação de onde tais valores são utilizados. Aceito em todo o Brasil, o Cartão Coopcerto Controle facilita quem controla e quem representa a empresa.
9. Vantagens do produto:
a) aceito em todas as maquininhas Sipag, Bin, Cielo, Global Payments, Safrapay, Rede, Stone e Caixa Pagamentos;
b) eletrônico, com gestão simplificada pela internet;
c) central de atendimento às empresas clientes e usuários, 24 (vinte e quatro) horas e 7 (sete) dias por semana;
serviços on-line à disposição dos usuários para consultas e troca de senhas;
e) segurança, pois o uso é simplificado na função débito com digitação de senha numérica;
f) créditos on-line nos cartões nas datas agendadas pelas empresas;
3. Saque no Banco24Horas:
a) os cartões Corporativos (Combustível e Controle) e de Incentivo (Presente e Premiação), a critério da empresa cliente, podem ter disponibilizados a função de saque na rede Banco 24Horas;
b) o saque no Banco 24Horas gera uma tarifa para o portador do cartão, que é debitada no momento do saque do saldo existente no cartão;
c) é necessário que o cartão tenha saldo suficiente para suprir o valor do saldo e da tarifa (saque + tarifa). Caso contrário, o saque não será concluído;
d) as funções de saldos e consultas não são disponibilizadas nesse portfólio;
e) os produtos possuem limitações quanto ao valor máximo do saque;
f) não está disponível o saque na Rede Compartilhada, apenas nos terminais próprios do Banco24Horas;
g) para a empresa cliente determinar se ela disponibilizará a opção de saque no Banco 24Horas para todos os seus cartões ou para cartões determinados pela empresa, ela deverá entrar na aba Gerenciais e realizar a liberação na opção desejada.
4. Senha dos cartões.
Os cartões Corporativos e Incentivo têm a bandeira Cabal Débito e são aceitos em milhares de estabelecimentos no País.

Att.

NEWTON DE ANDRADE CARVALHO
Gerente de PA

Eu conecto pessoas para promover justiça financeira e prosperidade.

PA 22 - MINDURI
(35) 3114-0700 | www.sicoobcentrosulmineiro.com.br
Av Getúlio Vargas, 152, Centro
37.447-000 - Minduri- MG

SICOOB Centro-Sul Mineiro

Antes de imprimir pense em sua responsabilidade e compromisso com o MEIO AMBIENTE.

PRÉ PAGOS

COOP CERTO

PRÉ PAGOS

COOP CERTO

BENEFÍCIOS



ALIMENTAÇÃO & REFEIÇÃO

CORPORATIVOS



CONTROLE & COMBUSTÍVEL

INCENTIVO



PRESENTE & PREMIAÇÃO

PRÉ PAGOS COOP CERTO

BENEFÍCIOS CORPORATIVOS INCENTIVO

Produtos destinados para os colaboradores das Empresas

Contratação a partir de um funcionário

Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT
Cartões Alimentação e Refeição

Carga realizada em até 48 horas após o pagamento

Vantagens

- Incentivo fiscal e isenção de encargos sociais, por adesão ao PAT.
- Gestão simplificada, com sistema de pedidos totalmente online.
- APP para o usuário consultar saldo e extrato, ver a média de utilização e muito mais.
- Possibilidade de emissão de cartões provisórios para a Empresa Cliente.
- Aceito em quase **300 mil** estabelecimentos credenciados à rede Cabal Vale em todo o Brasil.



PAT | PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR

É o Programa de Alimentação do Trabalhador, criado em 1976 pelo Ministério do Trabalho e Emprego

As empresas que aderem ao programa possuem benefícios:

- Isenção de encargos sociais (INSS e FGTS) sobre o valor do benefício
- Dedução de até 4% no Imposto de Renda Devido (lucro real)
- Adesão a partir de 1 funcionário, cadastro gratuito e validade contínua do cadastro



COOPCERTO

CARTÕES PRÉ-PAGOS



CORPORATIVOS

CARTÃO COM CHIP

FACILITA PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

REDUZ NECESSIDADE DE DINHEIRO EM ESPÉCIE

AUTONOMIA DE GESTÃO PELAS EMPRESAS CLIENTES

NÃO É NECESSÁRIO CREDENCIAR OS ESTABELECIMENTOS

CABAL

DÉBITO

CARTÃO COM CHIP

RECONHECIMENTO DE COLABORADORES E PAGAMENTO DE COMISSÃO

SUBSTITUIÇÃO DO PAGAMENTO DE CESTAS DE PÁSCOA OU NATAL

AÇÕES DE RELACIONAMENTO E INCENTIVOS

NÃO É NECESSÁRIO CREDENCIAR OS ESTABELECIMENTOS

CABAL

DÉBITO

COOPCERTO

CARTÕES PRÉ-PAGOS



INCENTIVO

COOPCERTO
CARTÕES PRÉ-PAGOS



CORPORATIVOS & INCENTIVO

Vantagens

- Gestão simplificada, com sistema de pedidos totalmente online.
- APP para o usuário consultar saldo e extrato, ver a média de utilização e muito mais.
- Possibilidade de emissão de cartões provisórios para a Empresa Cliente.
- Possibilidade de **SAQUE** na rede 24h em todo o Brasil.
- Aceito na função **DÉBITO**, sem necessidade de credenciamento.

Safrapay · sipag Soluções Integradas de Pagamento · rede · cielo · bin · globalpayments · vero · stone · Sicredi · pop credicard

PRÉ PAGOS COOP CERTO

PRECIFICAÇÃO

PRÉ PAGOS COOP CERTO

Precificação

BENEFÍCIOS
Alimentação e Refeição

Empresa Cliente

CUSTO ZERO
EMISSÃO DO CARTÃO E
TARIFA DE CARREGAMENTO

R$ 9,90
REPOSIÇÃO OU
CARTÃO PROVISÓRIO

PRÉ PAGOS COOP CERTO

Precificação

CORPORATIVO E INCENTIVO

Controle, Combustível, Presente e Premiação

Empresa Cliente

R$ 3,90
EMISSÃO DO CARTÃO

R$ 9,90
REPOSIÇÃO OU CARTÃO PROVISÓRIO

PRÉ PAGOS COOP CERTO

Precificação

CORPORATIVO E INCENTIVO

Tabela de Carregamento | Empresa Cliente

Controle e Combustível

FAIXA POR VALOR DE CARREGAMENTO	TAXA APLICADA SOBRE O VALOR DA CARGA
R$ 0,01	2,50%
R$ 2.000,00	2,50%
R$ 10.000,00	2,50%
R$ 30.000,00	2,50%

Presente e Premiação

FAIXA POR VALOR DE CARREGAMENTO	TAXA APLICADA SOBRE O VALOR DA CARGA
R$ 0,01	2,50%
R$ 2.000,00	2,50%
R$ 10.000,00	2,50%
R$ 30.000,00	2,50%

PRÉ PAGOS COOP CERTO

GESTÃO DA EMPRESA

PRÉ PAGOS COOP CERTO

ACESSO DA EMPRESA

- Cadastro de funcionários e cartões
- Agendamento para crédito online
- Emissão de boleto e nota fiscal
- Pedidos creditados em até 48 horas
- Rastreamento da entrega dos cartões
- Emissão de cartão provisório
- Envio de senha por SMS para os funcionário (esquecimento)
- Contratação de novos produtos
- Geração de relatórios
- Central de Atendimento 24h
  - 4007.1253 (regiões metropolitanas)
  - 0800.600.8253 (demais localidades)

Obrigada!

COOP
CERTO

PROPOSTA ALELO ALIMENTAÇÃO - CAMARA MUNICIPAL DE MINDURI -MG

De Maria Das Gracas Campolina Figueiredo <mcampolina@alelo.com.br>
Para camara@camaraminduri.mg.gov.br <camara@camaraminduri.mg.gov.br>, 7624 - CARTEIRA 5004 - ESC MUNICIPIOS MG <municipios.mg14@bb.com.br>
Data 2026-01-13 11:42

PROPOSTA ALELO ALIMENTAÇÃO - CAMARA MUNICIPAL DE MINDURI - MG.pdf (~1,2 MB)

CÂMARA MUNICIPAL DE MINDURI
Fl.: 90
ASSINATURA DA CHEFIA

Prezados, bom dia.

Conforme solicitado pelo seu Gerente de Relacionamento, Félix/Ana, segue proposta ALELO ALIMENTAÇÃO com isenção total de taxas.

Alelo possui rede credenciada ampla e pulverizada em todo o território nacional.

Qualquer dúvida estou à disposição.

Atenciosamente,

Graça Campolina
Consultora Comercial
Diretoria Comercial
55 31 99976-0176 Celular
campolina@alelo.com.br
www.alelo.com.br

CAE/PREMIUM (Central de Atendimento à Empresas) – 4003-7779 (seg à sex – 08h às 20h)

CAE PRÉ-PAGOS (Central de Atendimento à Empresas para cartões pré-pagos) – 3003-1469

CENTRAL DE VENDAS BANCO DO BRASIL – 4003 0099 Opção 1

CENTRAL DE ATENDIMENTO VALE-TRANSPORTE – 4003 3553



AVISO DE CONFIDENCIALIDADE

As informações contidas neste e-mail são de uso exclusivo da Alelo e podem conter informações privilegiadas ou confidenciais, de uso restrito e/ou legalmente protegida. Se você recebeu esta mensagem por engano, não deve usar, copiar, alterar, divulgar, distribuir ou se beneficiar destas informações. Solicitamos que você informe o remetente sobre o ocorrido e elimine esta mensagem imediatamente. A Alelo se reserva o direito de pleitear ressarcimento pelos prejuízos decorrentes do uso indevido das informações e de requerer a aplicação d cabíveis.

CONFIDENTIALITY WARNING

The information contained in this e-mail is for the exclusive use of Alelo and may contain privileged or confidential information of restricted and / or legally protected use. If you have received this message in error, you should not use, copy, change, disclose, distribute or benefit f this information. We request that you inform the sender of the occurrence and immediately delete this message. Alelo reserves the right to claim compensation for the damages resulting from the misuse of information and to request the application of applicable penalties.

Nível de confidencialidade - Público



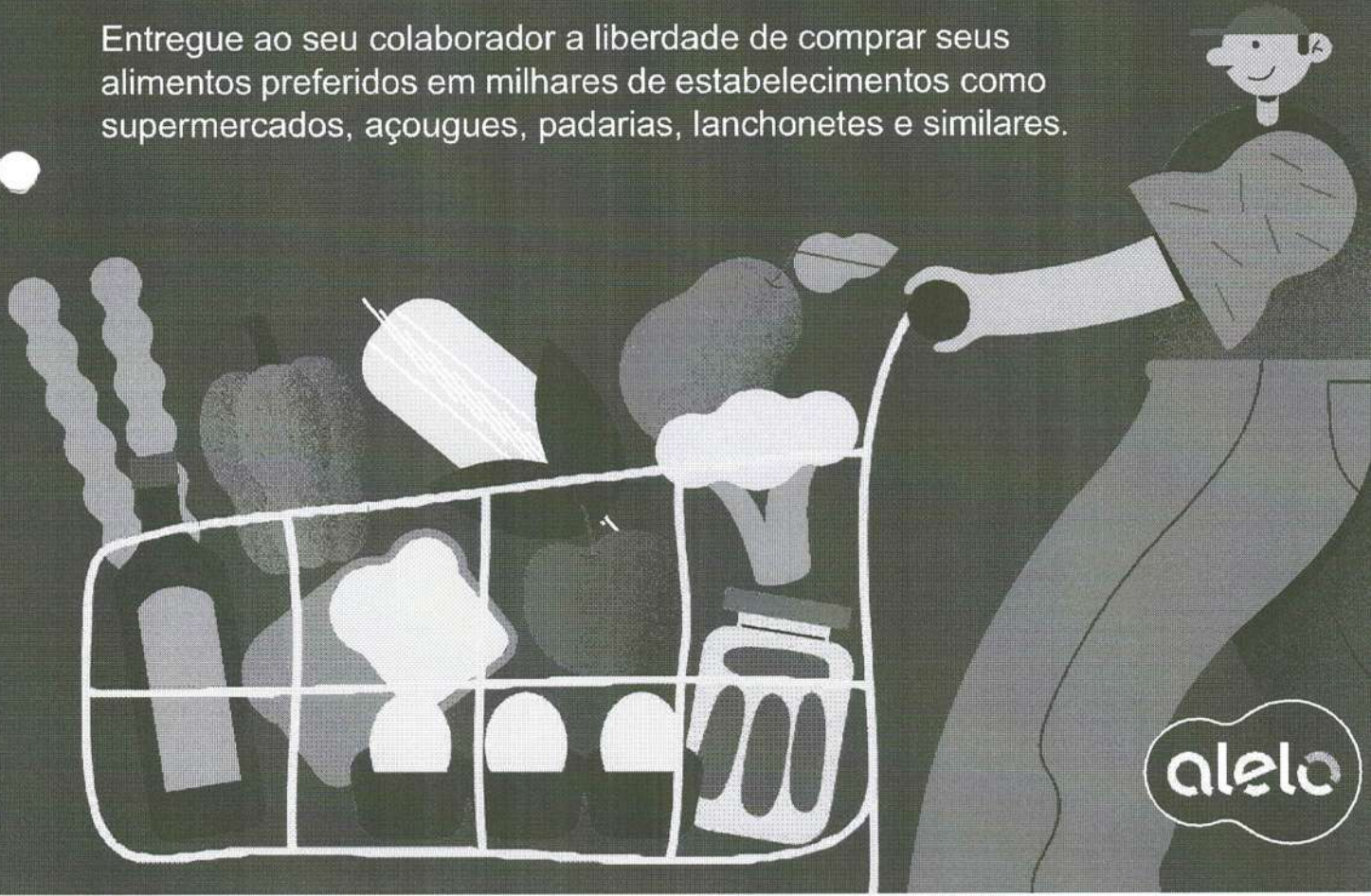
Alelo
Alimentação

Todo mundo vai ficar feliz!

Alimente o bem-estar da sua equipe com Alelo Alimentação!

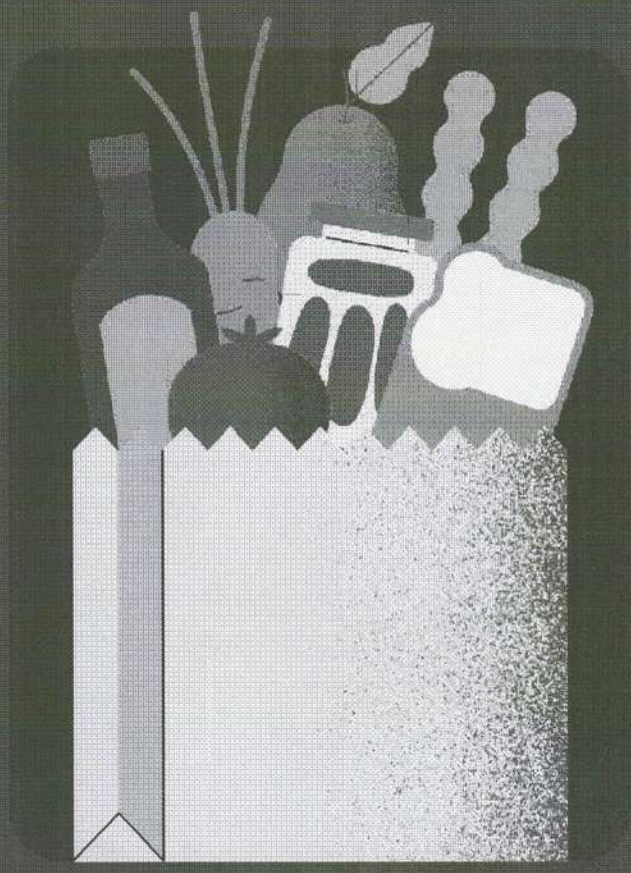
Deixe os gastos com a cesta básica de lado, economize ao fazer parte do PAT e conte com soluções de gestão que facilitam seu dia a dia.

Entregue ao seu colaborador a liberdade de comprar seus alimentos preferidos em milhares de estabelecimentos como supermercados, açougues, padarias, lanchonetes e similares.



Proposta

Quantidade de cartões	4
Benefício médio	R$ 300,00
Faturamento mensal	R$1.200,00
Forma de pagamento	Antecipado
Vigência contratual	12 meses
Incentivo à segurança alimentar *	0,00 %
Tarifa de emissão	R$ 0,00
Tarifa de reemissão	R$ 0,00
Tarifa de entrega	R$ 0,00
Tarifa de disponibilização de saldo	R$ 0,00
Cartão Boas-vindas **	NÃO



Nome da empresa:
CAMARA MUNICIPAL MINDURI - MG

Observação:

Validade da proposta	28/01/2026
Prazo de entrega dos cartões	7 dias úteis



Quer saber ainda mais?
Fale comigo:

NOME: MARIA DAS GRACAS CAMPOLINA
EMAIL: mcampolina@alelo.com.br
TELEFONE: (31) 99976-0176

* Incentivo à promoção da saúde e segurança alimentar, em percentual com base no faturamento PAT, para ser utilizado em serviços ou produtos relativos à saúde e segurança alimentar dos colaboradores, conforme regras do PAT, e no portfólio de multisserviços e produtos ALELO, devidamente parametrizados para uso com finalidades específicas e que respeitam a legislação.

** Em caso de solicitação do Cartão Boas-vindas, será cobrada Tarifa de Emissão padrão do Boas-vindas de R$ 6,00 para cada cartão solicitado.



Quem vive uma vida mais Alelo já sabe: tem o melhor!

Sabemos que cuidar da equipe, acompanhar a performance e melhorar a vida dos colaboradores não são tarefas fáceis, por isso, estamos aqui para facilitar essa jornada!

Benefícios de verdade, pra todo mundo e liberdade pra fazer do seu jeito.

Com a tranquilidade e a segurança de uma empresa brasileira, **líder em benefícios, atingimos:**

150 MIL empresas-clientes que contam com a nossa parceria.

91% de excelência operacional e evoluindo sempre.

+de 10 MM de cartões emitidos.

+de 55 MM de transações por mês.

Soluções completas e flexíveis
Retenha talentos proporcionando liberdade e facilidade para o dia a dia do seu time.

Saldo que rende e dá poder de compra
Damos até 50% de desconto em refeições, faculdades, escolas de idioma, farmácias, ingressos de cinema, eletrônicos e muito mais.

Aceitação onde seu time estiver
Contamos com a maior rede de estabelecimentos comerciais credenciados do Brasil.

Alelo Multisserviços
Vamos além, com oferta de serviços de saúde e segurança alimentar, através de parceiros, agregando valor e qualidade de vida a seu time.

Somos Multicanais
Chatbot, WhatsApp, Centrais ou Redes Sociais, oferecemos atendimento pelo meio que você e seu time preferir.

Meu Alelo
Gestão do benefício e acesso a descontos e serviços especiais direto na palma da mão. O app que deixa o dia a dia do colaborador mais simples e digital.

Inclusive, fomos reconhecidos por proporcionar a melhor experiência aos clientes.

alelo.com.br

alelo Inteligência que conecta pessoas e negócios

CÂMARA MUNICIPAL DE MINDURI - MG
FL. 24
RUBRICA DO SERVIDOR
SECRETARIA DA CÂMARA

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

CREDENCIAMENTO

1 - Informações Básicas

1.1 - Constitui objeto do presente instrumento o credenciamento para seleção de empresas especializadas na administração, implementação, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de cartões eletrônicos de vale-alimentação, destinados aos servidores da Câmara Municipal de Minduri, conforme solução definida neste estudo técnico preliminar.

2 - Descrição da necessidade

2.1 A presente contratação visa atender à necessidade institucional de regulamentar e operacionalizar a concessão do auxílio alimentação aos servidores ativos da Câmara Municipal de Minduri, conforme previsto no Art. 31° da Lei Complementar n° 14/2025. Tal medida é imprescindível para garantir o cumprimento da legislação vigente, que estabelece o benefício no valor mensal de R$ 300,00 por servidor, assegurando condições adequadas para o sustento alimentar desses servidores.

2.2 A contratação do serviço de credenciamento para seleção de empresas especializadas na administração, implementação, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de cartões eletrônicos de vale-alimentação é fundamental para a efetiva operacionalização do benefício. Essa modalidade assegura maior controle, transparência e eficiência na gestão dos recursos públicos destinados ao auxílio alimentação,

2.3 Ademais, a contratação está alinhada ao Plano de Contratação Anual de 2026, item 18, documento público que reforça a pertinência e a necessidade da medida para o atendimento dos interesses institucionais da Câmara Municipal de Minduri. Dessa forma, a contratação contribui para a valorização do servidor público, promovendo o bem-estar e a motivação no desempenho de suas funções, em consonância com os princípios da administração pública.

3 - Área(s) requisitante(s)

3.1 - Presidência

4 - Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 - Da natureza dos serviços

4.1.1 - O estudo atual trata da contratação de serviços que, por sua natureza, se enquadram na hipótese de inexigibilidade prevista no art. 74, IV c/c art. 79, inciso I da Lei 14.133/2021.

4.2 - Dos requisitos legais para a contratação

Rua Rio Grande do Sul, 100, Centro, Minduri/MG • CEP 37447-0
CNPJ: 07.400.574/0001-04 Telefone: (35) 3326-1429 / (35) 99862-23
E-mail: camara@camaraminduri.mg.gov.br • Site: camaraminduri.mg.gov.

4.2.1 - Na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no art. 74, inciso IV, da Lei 14.133/2021 a competição torna-se inviável haja vista que todos os interessados que preencherem as condições estabelecidas pelo regulamento a ser expedido pela Administração serão credenciados e, por consequência, estarão aptos a serem contratados. Logo, na medida em que a competição é inviável, justifica-se o fundamento legal para o credenciamento – art. 74, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

4.2.2 - Ainda de acordo com o art. 79 da Lei nº 14.133/2021, para a instituição do credenciamento é necessário que o edital de chamamento de interessados estabeleça condições padronizadas de contratação e o valor da contratação.

4.3 - Prazo de vigência da contratação:

4.3.1 - O prazo de vigência do credenciamento será permanente admitindo-se o cadastramento de novos interessados, durante o período em que o Edital permanecer vigente e disponível no sítio eletrônico da Câmara Municipal de Minduri. Haverá republicação do edital, com periodicidade não superior a vinte e quatro meses, para garantir a publicidade efetiva do procedimento, mediante justificativa, sem prejuízo da continuidade das relações contratuais já estabelecidas. No entanto o prazo de vigência do(s) contrato(s) deste credenciamento será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado sucessivamente, até o limite de 10 (dez) anos, nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei n.º 14.133/2021.

4.4 - Sustentabilidade

4.4.1 - Quanto aos critérios de sustentabilidade devem ser atendidos os princípios de sustentabilidade contidos na Lei 14.133/2021, na Lei 12.305/10 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e demais legislações específicas, adotando ainda, na execução do objeto contratual, práticas de racionalização no uso de materiais e serviços quando cabível, a Contratada deverá:

a) Durante a contratação poderá ser solicitado o plano de descarte responsável para os cartões.

b) Adotar práticas de logística reversa para materiais usados.

c) Priorizar materiais reciclados na confecção dos cartões e materiais gráficos.

5 - Levantamento de Mercado e justificativa da solução adotada (credenciamento)

5.1 - Após levantamento não identificamos alternativas de solução no mercado para a necessidade apresentada que não seja a contratação na forma de credenciamento.

Os serviços descritos neste estudo necessitam ser prestados por uma pluralidade de contratos simultâneos, sem exceção, razão pela qual mostra-se inviável a competição, haja vista a possibilidade de contratação de todos os profissionais/empresa do ramo pertinente.

Rua Rio Grande do Sul, 100, Centro, Minduri/MG • CEP 37447-0
CNPJ: 07.400.574/0001-04 Telefone: (35) 3326-1429 / (35) 99862-23
E-mail: camara@camaraminduri.mg.gov.br • Site: camaraminduri.mg.gov

Para a contratação em tela, verificou-se contratações similares feitas por outros órgãos e entidades da Administração, no intuito de identificar melhores práticas, metodologias e soluções que melhor se adequassem à necessidade do(a) contratante. Na oportunidade, constatamos que o modelo adotado para esta contratação é similar aos modelos adotados em outras contratações no âmbito da Administração Pública.

6 - Descrição da solução como um todo

6.1 - As especificações técnicas contidas no presente documento, inclusive quanto ao detalhamento, requisitos, características, e quantitativos dos serviços objeto da contratação, foram definidos por este setor demandante, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público, do qual está identificado no final e aprova o presente instrumento e seus anexos.

6.2 - A opção pelo credenciamento de empresas para a prestação de serviços de vale-alimentação foi escolhida em razão da natureza amplamente difundida desse serviço no mercado. O credenciamento permite a participação de diversas empresas qualificadas, sem a necessidade de uma competição direta, assegurando que os servidores possam escolher a opção que melhor atende às suas necessidades.

6.3 - A prática de taxas negativas de administração em licitações de vale-alimentação tem sido objeto de regulamentação, visando evitar práticas que prejudiquem os beneficiários. A Portaria n.º 1.287/2017 do Ministério do Trabalho proíbe a adoção de taxas negativas no âmbito do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), de forma a garantir que o benefício seja integralmente utilizado em prol dos trabalhadores. Essa vedação é fundamental para evitar que as empresas contratadas repassem os custos de deságio por meio de taxas mais elevadas para os usuários finais, o que poderia gerar despesas adicionais para os servidores.

6.4 - Ao optar pelo credenciamento, com a taxa fixa de 0% de administração, a Administração pretende evitar a prática de taxas negativas, garantindo que as condições de contratação sejam justas, transparentes e vantajosas para todas as partes envolvidas. O credenciamento, baseado em critérios técnicos previamente estabelecidos, assegura que as empresas qualificadas sejam selecionadas de maneira igualitária e eficiente. Esta abordagem visa a promoção de maior transparência no processo de contratação, ao mesmo tempo que reforça o compromisso da Administração Pública com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, conforme disposto na Lei n.º 14.133/2021. Além disso, o modelo de credenciamento proporciona igualdade de oportunidades às empresas interessadas, ao mesmo tempo que garante a qualidade dos serviços prestados aos servidores beneficiários do auxílio.

6.5 - O procedimento de credenciamento segue as seguintes etapas principais: (1) publicação do edital de credenciamento, contendo todos os requisitos e critérios de habilitação; (2) recebimento e análise da documentação das empresas interessadas pela Agente de Contratação, para verificar a conformidade com as exigências estabelecidas; (3) formalização do credenciamento das empresas habilitadas; (4) Análise dos requisitos para assinatura dos contratos; (5) realização de um processo interno para escolha, pelos servidores, das empresas CREDENCIADAS; (6) assinatura dos contratos; e (7) acompanhamento contínuo do contrato para garantir a qualidade dos serviços prestados.

Rua Rio Grande do Sul, 100, Centro, Minduri/MG • CEP 37447-00
CNPJ: 07.400.574/0001-04 Telefone: (35) 3326-1429 / (35) 99862-235
E-mail: camara@camaraminduri.mg.gov.br • Site: camaraminduri.mg.gov.b

6.6 - A administração realizará uma seleção interna, permitindo que os servidores escolham entre as empresas 6.7 - A administração deverá solicitar as empresas credenciadas que providenciem o envio, digitalmente, dentro de 5 (cinco) dias úteis, de seu material de marketing, parametrizado pelo contido neste Termo de Referência, com a finalidade de apresentar as vantagens e diferenciais que podem ser analisados pelos servidores, para decidir qual empresa será escolhida.

6.7 - Os folders, vídeos e materiais análogos apresentados pelas empresas deverão refletir o escopo da prestação dos serviços e as funcionalidades devem ser ofertadas desde seu início efetivo.

6.8 - Empresas CREDENCIADAS após o processo inicial poderão ser selecionadas pelos servidores recém- contratados no momento da contratação ou quando um novo processo de seleção for realizado pela administração.

6.9 - Se houver apenas uma empresa CREDENCIADA, os servidores terão essa como única opção. No entanto, se outras empresas forem credenciadas posteriormente, os servidores poderão optar por elas no momento da contratação ou em um novo processo de seleção organizado pela administração.

6.10 - Após a escolha da instituição CREDENCIADA por parte do servidor, este permanecerá vinculado à sua opção por um período mínimo de 12 (doze) meses.

7 - Estimativa das Quantidades a serem contratadas

Item	Descrição	Unid.	Quant
1	Credenciamento para seleção de empresas especializadas na administração, implementação, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de cartões eletrônicos de vale-alimentação, destinados aos servidores da Câmara Municipal de Minduri, conforme especificações, quantidades e condições previstas no Termo de Referência e demais anexos no edital. O valor para cada beneficiário será de R$300,00 (trezentos reais).	Beneficiários	4

7.1 - Metodologia de cálculo dos quantitativos

7.1.1 - O dimensionamento do quantitativo foi obtido com base na Lei Complementar 14/2025 que regulamenta que o servidor fará jus ao auxílio-alimentação na proporção dos dias trabalhados, observado o disposto nos artigos 37 e 38 da LC n.º 14/2025. O valor para cada beneficiário será de R$300,00 (trezentos reais), que será reajustado anualmente, mediante portaria(s) do(a) Presidente da Câmara, na mesma data e sob o mesmo percentual do reajuste geral que for aplicado à remuneração dos servidores da Câmara Municipal, conforme dispõe o art. 33º da LC n.º 14/2025. A estimativa do valor da contratação é de R$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais). Essa estimativa foi calculada com base nos parâmetros indicados abaixo. Estima-se a necessidade de 4 (quatro) cartões eletrônicos, correspondente à média atual de servidores da Câmara Municipal de Minduri, instituída

Rua Rio Grande do Sul, 100, Centro, Minduri/MG • CEP 37447-
CNPJ: 07.400.574/0001-04 Telefone: (35) 3326-1429 / (35) 99862-2
E-mail: camara@camaraminduri.mg.gov.br • Site: camaraminduri.mg.go

pela LC 14/2025. O número de beneficiários poderá sofrer alterações devido a inclusões ou exclusões de servidores ao longo da vigência do contrato..

8 - Estimativa do Valor da Contratação

8.1 - O valor estimado da contratação é de R$ R$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais). Essa estimativa foi calculada com base nos parâmetros indicados abaixo. Estima-se a necessidade de 4 (quatro) cartões eletrônicos, correspondente à média atual de servidores da Câmara Municipal de Minduri, instituída pela LC 14/2025. O número de beneficiários poderá sofrer alterações devido a inclusões ou exclusões de servidores ao longo da vigência do contrato. O valor para cada beneficiário será de R$300,00 (trezentos reais).

CÁLCULO ESTIMADO		
BENEFÍCIO		R$ 300,00
Nº DE SERVIDORES		04
VALOR MENSAL POR BENEFICIÁRIO		R$ 300,00
VALOR MENSAL X TOTAL DE BENEFICIÁRIOS		R$ 1.200,00
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	0%	R$ 0,00
VALOR TOTAL ESTIMADO PARA 12 (DOZE) MESES		R$ 14.400,00

9 - Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 - A regra a ser observada pela Administração nas contratações é a do parcelamento do objeto, conforme disposto no inciso V, alínea "b" do art. 40 da Lei Federal nº 14.133/2021, mas é imprescindível que a divisão do objeto seja tecnicamente viável e economicamente vantajosa e não represente perda de economia de escala. No presente caso, tendo em vista tratar-se de PARCELA ÚNICA (somente um tipo de serviço), NÃO HÁ o que se falar em parcelamento da solução.

10 - Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 - Contratações correlatas são aquelas que guardam relação com o objeto principal, interligando-se a essa prestação do serviço, mas que não precisam, necessariamente, ser contratadas para a completa prestação do objeto principal. Já as contratações interdependentes são aquelas que precisam ser contratadas juntamente com o objeto principal para sua completa prestação.

10.2 - Entendemos não haver para o objeto em questão a previsão de contratação correlata e nem interdependente.

11 - Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, quando elaborado

11.1 - A contratação pretendida está alinhada com o Plano de Contratação Anual de 2026 em seu item 18, documento cuja íntegra foi publicada no site oficial da Câmara Municipal de Minduri, através do link: https://www.camaraminduri.mg.gov.br/v1/planos-de-contratacoes-anual-2026/

Rua Rio Grande do Sul, 100, Centro, Minduri/MG • CEP 37447-000
CNPJ: 07.400.574/0001-04 Telefone: (35) 3326-1429 / (35) 99862-2354
E-mail: camara@camaraminduri.mg.gov.br • Site: camaraminduri.mg.gov.br

12 - Demonstrativo dos resultados pretendidos

12.1 - Pretende-se com esta contratação atingir os seguintes resultados:

a) Garantir aos servidores da Câmara Municipal de Minduri o acesso regular, contínuo e eficiente ao benefício de vale-alimentação, conforme previsto na legislação vigente;

b) Assegurar a disponibilização dos créditos de forma pontual, segura e transparente, contribuindo para a melhoria das condições de trabalho e da qualidade de vida dos servidores;

c) Proporcionar ampla rede credenciada de estabelecimentos comerciais, possibilitando maior liberdade de escolha e conveniência aos beneficiários;

d) Promover a eficiência administrativa, por meio da contratação de empresas especializadas, com tecnologia adequada para emissão, gerenciamento e controle dos cartões eletrônicos;

e) Evitar custos adicionais à Administração, mediante a adoção de taxa de administração zero, assegurando a economicidade da contratação;

f) Garantir maior controle, rastreabilidade e fiscalização da execução contratual, por meio de sistemas informatizados e relatórios gerenciais;

g) Estimular a participação de múltiplas empresas qualificadas, ampliando as opções disponíveis aos servidores;

h) Contribuir para o cumprimento das normas legais, dos princípios da Administração Pública e das diretrizes do Programa de Alimentação do Trabalhador, quando aplicável.

13 - Providências a serem Adotadas

13.1 - Foram identificadas as seguintes providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato:

a. Divulgação do Chamamento para CREDENCIAMENTO;

b. Análise da habilitação;

c. Homologação do resultado da habitação.

d. Apresentação dos documentos exigidos como condição da assinatura do contrato;

e. Publicação de cada credenciamento pela Autoridade competente (empresas credenciadas serão as empresas habilitadas e que atenderam as condições para assinatura do contrato)

f. Processo interno para escolha das credenciadas pelos beneficiários;

g. Assinatura do Contrato.

Rua Rio Grande do Sul, 100, Centro, Minduri/MG • CEP 37447-0
CNPJ: 07.400.574/0001-04 Telefone: (35) 3326-1429 / (35) 99862-23
E-mail: camara@camaraminduri.mg.gov.br • Site: camaraminduri.mg.gov.

14 - Possíveis Impactos Ambientais

A presente contratação apresenta baixo impacto ambiental direto, uma vez que se refere à prestação de serviços de administração, gerenciamento, emissão e fornecimento de cartões eletrônicos de vale-alimentação, sem envolver obras, intervenções físicas ou consumo significativo de recursos naturais.

No entanto, podem ser identificados impactos ambientais indiretos relacionados principalmente à produção, utilização e descarte dos cartões eletrônicos e materiais associados, tais como embalagens, correspondências e materiais gráficos.

Nesse sentido, a contratação busca mitigar eventuais impactos ambientais por meio das seguintes medidas:

a) Priorizar, sempre que possível, a utilização de meios digitais para comunicação, envio de informações, relatórios e materiais institucionais, reduzindo o consumo de papel;

b) Incentivar a utilização de aplicativos e plataformas eletrônicas para consulta de saldo, extratos e rede credenciada, minimizando a necessidade de impressões;

c) Exigir da contratada a adoção de práticas de sustentabilidade, incluindo, quando aplicável, políticas de descarte responsável e logística reversa dos cartões inutilizados ou vencidos;

d) Estimular o uso de materiais recicláveis ou ambientalmente adequados na confecção dos cartões e materiais de apoio;

e) Promover a conscientização dos beneficiários quanto ao uso responsável dos recursos e ao descarte correto dos materiais.

Dessa forma, conclui-se que os impactos ambientais decorrentes da contratação são mínimos e controláveis, sendo passíveis de mitigação mediante a adoção das boas práticas previstas neste estudo.

15 - Análise de Risco

15.1 – Conforme entendimento do Tribunal de Contas da União – TCU, "(...) o estudo técnico preliminar já serve, naturalmente, ao gerenciamento de riscos da futura contratação", permitindo à Administração antecipar problemas, identificar oportunidades e orientar a tomada de decisão na fase de elaboração dos demais documentos, especialmente do Termo de Referência.

15.2 – No presente caso, embora se trate de contratação de baixa complexidade e já conhecida da Administração, entendeu-se necessária a elaboração do Mapa de Riscos, considerando as especificidades da contratação, os impactos sobre os servidores beneficiários e a necessidade de assegurar a adequada execução contratual.

15.3 – Assim, os principais riscos identificados, bem como as respectivas ações preventivas e de contingência, encontram-se devidamente registrados no Mapa de Riscos, elaborado na fase

Rua Rio Grande do Sul, 100, Centro, Minduri/MG • CEP 37447-0
CNPJ: 07.400.574/0001-04 Telefone: (35) 3326-1429 / (35) 99862-23
E-mail: camara@camaraminduri.mg.gov.br • Site: camaraminduri.mg.gov.

preparatória, em conformidade com as orientações do TCU e com os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, eficiência e interesse público.

16 - Declaração de Viabilidade

16.1 - Declaro(amos) viável esta contratação.

16.1.1 - Justificativa da Viabilidade

16.1.1.1 - Pelo constatado nos estudos preliminares a contratação é viável do ponto de vista técnico e econômico e encontra-se dentro da previsão de despesas para o período previsto de contratação, em especial se considerada a economia gerada para a Administração Pública com a publicação de um único certame, visando atender as necessidades de todos os setores, desde que sejam adotadas as premissas e conclusões descritas neste documento.

Minduri, 13/01/2026.

Maria Carolina de Souza Oliveira
Agente de Contratação
Portaria n.º 02/2026

DESPACHO

Aprovo o Estudo Técnico Preliminar, considerando a importância da contratação, em face das justificativas técnicas apresentadas.

Minduri, 13/01/2026

Jaciara Portela Nascimento
Presidente

Rua Rio Grande do Sul, 100, Centro, Minduri/MG • CEP 37447-0
CNPJ: 07.400.574/0001-04 Telefone: (35) 3326-1429 / (35) 99862-23
E-mail: camara@camaraminduri.mg.gov.br • Site: camaraminduri.mg.gov

CÂMARA MUNICIPAL DE MINDURI - MG
FL. 32
RUBRICA DO SERVIDOR
SECRETARIA DA CÂMARA

MAPA DE RISCOS

RISCO 1: Possibilidade de atraso na recarga dos créditos nos cartões de vale-alimentação.

FASE DE ANÁLISE: Execução contratual.

Probabilidade:	Médio
Impacto:	Alto

DANO: Insatisfação dos servidores, prejuízo ao bem-estar, descumprimento contratual e risco de responsabilização da Administração.

Ação Preventiva:	Setor Responsável:
Estabelecer prazos claros no contrato, acompanhar mensalmente os cronogramas de recarga e exigir relatórios da contratada.	Secretaria da Câmara / Gestor do Contrato.
Ação de Contingência:	Setor Responsável:
Notificar formalmente a contratada, aplicar sanções previstas e exigir regularização imediata.	Presidência

RISCO 2: Quantidade insuficiente de estabelecimentos credenciados para atender os servidores.

FASE DE ANÁLISE: Planejamento e execução contratual.

Probabilidade:	Médio
Impacto:	Médio

DANO: Restrição de uso do benefício, insatisfação dos beneficiários e descumprimento das exigências contratuais.

Ação Preventiva:	Setor Responsável:
Exigir comprovação prévia da rede credenciada e	Setor de Compras e Licitações / Gestor do

fiscalizar periodicamente sua manutenção.	Contrato.
Ação de Contingência:	Setor Responsável:
Determinar prazo para regularização ou permitir nova escolha pelos servidores.	Presidência

RISCO 3: Instabilidade ou indisponibilidade do sistema de gestão e do aplicativo da contratada.

FASE DE ANÁLISE: Execução contratual.

Probabilidade:	Médio
Impacto:	Médio

DANO: Dificuldade de consulta de saldo, extratos, relatórios e controle administrativo.

Ação Preventiva:	Setor Responsável:
Exigir testes prévios, comprovação técnica e suporte contínuo.	Setor Administrativo / Fiscal do Contrato.
Ação de Contingência:	Setor Responsável:
Acionar suporte técnico imediato e registrar ocorrência formal.	Gestor do Contrato.

RISCO 4: Não cumprimento das cláusulas contratuais, prazos, padrões de qualidade ou requisitos legais.

FASE DE ANÁLISE: Execução e fiscalização contratual.

Probabilidade:	Médio
Impacto:	Alto

DANO: Prejuízo ao serviço, risco de nulidade contratual e responsabilização administrativa.

Rua Rio Grande do Sul, 100, Centro, Minduri/MG • CEP 37447-000
CNPJ: 07.400.574/0001-04 Telefone: (35) 3326-1429 / (35) 99862-2354
E-mail: camara@camaraminduri.mg.gov.br • Site: camaraminduri.mg.gov.br

Ação Preventiva:	Setor Responsável:
Fiscalização contínua, relatórios periódicos e reuniões de acompanhamento.	Fiscal e Gestor do Contrato.
Ação de Contingência:	Setor Responsável:
Aplicação de penalidades, abertura de processo administrativo e eventual rescisão.	Presidência / Assessoria Jurídica.

RISCO 5: Exposição indevida de dados pessoais dos beneficiários.

FASE DE ANÁLISE: Execução contratual.

Probabilidade:	Baixo
Impacto:	Alto

DANO: Responsabilização legal, sanções administrativas e violação da LGPD.

Ação Preventiva:	Setor Responsável:
Exigir políticas de segurança da informação e cláusulas contratuais específicas.	Gestor do Contrato / Jurídico.
Ação de Contingência:	Setor Responsável:
Notificação à empresa, apuração interna e comunicação aos órgãos competentes.	Presidência / Jurídico.

Rua Rio Grande do Sul, 100, Centro, Minduri/MG • CEP 37447-0
CNPJ: 07.400.574/0001-04 Telefone: (35) 3326-1429 / (35) 99862-23
E-mail: camara@camaraminduri.mg.gov.br • Site: camaraminduri.mg.gov

CÂMARA MUNICIPAL DE MINDURI - MG
35
REPÚBLICA DE MINDURI
SECRETARIA DA CÂMARA

ORÇAMENTO ESTIMATIVO CONTENDO O RELATÓRIO DA PESQUISA DE PREÇOS E A JUSTIFICATIVA DO PREÇO DEFINIDO PARA A CONTRATAÇÃO

1 - OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente instrumento o credenciamento para seleção de empresas especializadas na administração, implementação, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de cartões eletrônicos de vale-alimentação, destinados aos servidores da Câmara Municipal de Minduri, conforme condições e especificações contidas no Termo de Referência.

2 - ÁREAS(S) REQUISITANTE(S)

2.1 - Presidencia

3 - PLANILHA DE PREÇO ESTIMADO

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Vlr. Unit. (R$)	Vlr. Total (R$)
1	Credenciamento para seleção de empresas especializadas na administração, implementação, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de cartões eletrônicos de vale-alimentação, destinados aos servidores da Câmara Municipal de Minduri, conforme especificações, quantidades e condições previstas no Termo de Referência e demais anexos no edital. O valor para cada beneficiário será de R$300,00 (trezentos reais).	Beneficiários	4	300,00/ beneficiário 1.200,00 mensal	14.400,00

3.1 - O valor total estimado da contratação é de R$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais).

Legislatura 2025-2028 | Gestão 2026

3.2 - O valor estimado desta contratação dar-se-á pela regulamentação do auxílio alimentação aos servidores da Câmara, conforme dispõe o Art. 31° da Lei Complementar n.° 14/2025 e prevista no Plano de Contratação Anual de 2026 em seu item 18, documento cuja íntegra foi publicada no site oficial da Câmara Municipal de Minduri.

3.3 - JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DOS FORNECEDORES QUE PARTICIPARAM DA PESQUISA DE PREÇOS, SE FOR O CASO

- ☐ Fornecedores que atuam no ramo empresarial relativo ao objeto da contratação;

4 - JUSTIFICATIVA DO PREÇO DEFINIDO PARA A CONTRATAÇÃO

4.1 - O preço definido para a presente contratação dar-se-á em conformidade com a regulamentação do auxílio-alimentação aos servidores da Câmara Municipal de Minduri, nos termos do art. 31 da Lei Complementar nº 14/2025, bem como com base na média atual de servidores em exercício, instituída pela referida norma.

4.2 - Ressalta-se, contudo, que a Câmara Municipal de Minduri encontra-se em fase de realização de concurso público, com banca organizadora já definida, por meio da Dispensa Eletrônica nº 001/2025, referente ao Processo Licitatório nº 026/2025, estando atualmente em fase de elaboração do edital. A banca contratada é: Cássia Aparecida de Oliveira - CNPJ nº 17.675.211/0001-27. O certame prevê o provimento de 03 (três) vagas para cargo efetivo. Técnico Legislativo: 02 (duas) vagas e Auxiliar de Serviços Gerais: 01 (uma) vaga.

4.3 - Diante desse cenário, registra-se que o quantitativo de servidores beneficiários do auxílio-alimentação poderá sofrer alterações ao longo da vigência contratual, em razão da nomeação de novos servidores aprovados no concurso público, o que poderá impactar diretamente no valor global da contratação.

4.4 - Assim, a estimativa de preços foi elaborada de forma flexível, considerando a possibilidade de ampliação do quadro funcional, nos termos da legislação vigente e das necessidades administrativas da Câmara Municipal de Minduri. Visto que atualmente a Câmara contêm apenas 2 (duas) servidoras comissionadas, sendo Assessora Legislativa (cargo este que será extinto após a homologação do concurso em andamento) e Diretora Geral.

Minduri, 19/01/2026

Maria Carolina de Souza Oliveira
Agente de Contratação

Rua Rio Grande do Sul, 100, Centro, Minduri/MG • CEP 37447-00
CNPJ: 07.400.574/0001-04 Telefone: (35) 3326-1429 / (35) 99862-235
E-mail: camara@camaraminduri.mg.gov.br • Site: camaraminduri.mg.gov.b

DEMONSTRAÇÃO DA COMPATIBILIDADE DA PREVISÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS COM O COMPROMISSO A SER ASSUMIDO

Minduri, 20/01/2026.

De: Setor de Contabilidade

Para: Gabinete do Presidente

Assunto: Informação de recursos orçamentários.

Referente:Constitui objeto do presente instrumento o credenciamento para seleção de empresas especializadas na administração, implementação, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de cartões eletrônicos de vale-alimentação, destinados aos servidores da Câmara Municipal de Minduri, conforme condições e especificações contidas no Termo de Referência.

Prezado(a) Senhor(a),

Cumprimentando cordialmente Vossa Excelência, informo a existência de RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS para fazer frente à despesa do referido objeto, no valor total estimado de R$ 14.400,00 quatorze mil e quatrocentos reais), razão pela qual, nos termos do inciso IV do art. 72 da Lei nº 14.133/2021, INDICO abaixo a(s) seguinte(s) rubrica(s) à conta do orçamento em vigor:

Dotação Orçamentária 2026: 01.02.01.01.031.001.2.0005 - 339046 (Auxílio Alimentação)

As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

Atenciosamente,

Edésio Pereira da Silva Junior CRC/MG 105066/O-9
Setor Contábil

Rua Rio Grande do Sul, 100, Centro, Minduri/MG • CEP 37447-00
CNPJ: 07.400.574/0001-04 Telefone: (35) 3326-1429 / (35) 99862-235
E-mail: camara@camaraminduri.mg.gov.br • Site: camaraminduri.mg.gov.b

ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO:

1.1. A presente contratação tem por objeto a seleção de empresas especializadas para administração, implementação, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de cartões eletrônicos vale-alimentação, destinados aos servidores da Câmara Municipal de Minduri, conforme especificações, quantidades e condições previstas neste Termo de Referência.

1.2. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por períodos sucessivos, conforme o disposto no artigo 105 da Lei n.º 14.133, de 2021.

1.3. Taxa de Administração: A taxa de administração será de 0% (zero por cento), sendo vedada a cobrança de quaisquer tarifas adicionais para emissão, reemissão, entrega, estorno ou recarga de cartões.

1.4. A taxa de administração de 0% (zero por cento) será fixa e irreajustável durante toda a vigência do contrato.

2. DO FUNDAMENTO DA CONTRATAÇÃO:

2.1 O objeto desta contratação dar-se-á pela regulamentação do auxílio alimentação aos servidores da Câmara, conforme dispõe o Art. 31° da Lei Complementar n° 14/2025 e prevista no Plano de Contratação Anual de 2026 em seu item 18, documento cuja íntegra foi publicada no site oficial da Câmara Municipal de Minduri.

2.2. A elaboração de um Estudo Técnico Preliminar embasou a solução aqui apresentada, garantindo que a contratação atenda às necessidades da Câmara Municipal de Minduri, conforme especificado neste Termo de Referência.

2.3. A contratação justifica-se pela obrigação decorrente da **Lei Complementar n.°14/2025**, que institui a concessão do benefício de auxílio alimentação para os servidores ativos da Câmara Municipal de Minduri.

2.4. Estima-se a necessidade de 4 (quatro) cartões eletrônicos, correspondente à média atual de servidores da Câmara Municipal de Minduri, instituída pela LC 14/2025. O número de beneficiários poderá sofrer alterações devido a inclusões ou exclusões de servidores ao longo da vigência do contrato.

2.5. A presente contratação será regida pela Lei n.º 14.133/2021, pelas disposições do edital de credenciamento, e pelas demais normas aplicáveis.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO:

3.1. A opção pelo credenciamento de empresas para a prestação de serviços de vale-alimentação foi escolhida em razão da natureza amplamente difundida desse serviço no mercado. O credenciamento permite a participação de diversas empresas qualificadas, sem a necessidade de uma competição direta, assegurando que os servidores possam escolher a opção que melhor atende às suas necessidades. A prática de taxas negativas de administração em licitações de vale-alimentação tem sido objeto de regulamentação, visando evitar práticas que prejudiquem os beneficiários. A Portaria n.º 1.287/2017 do Ministério do Trabalho proíbe a adoção de taxas negativas no âmbito do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), de forma a garantir que o benefício seja integralmente utilizado em prol dos trabalhadores. Essa vedação é fundamental para evitar que as empresas contratadas repassem os custos de deságio por meio de taxas mais elevadas para os usuários finais, o que poderia gerar despesas adicionais para os servidores.

Rua Rio Grande do Sul, 100, Centro, Minduri/MG • CEP 37447-0
CNPJ: 07.400.574/0001-04 Telefone: (35) 3326-1429 / (35) 99862-23
E-mail: camara@camaraminduri.mg.gov.br • Site: camaraminduri.mg.gov

3.2. Ao optar pelo credenciamento, com a taxa fixa de 0% de administração, a Administração pretende evitar a prática de taxas negativas, garantindo que as condições de contratação sejam justas, transparentes e vantajosas para todas as partes envolvidas. O credenciamento, baseado em critérios técnicos previamente estabelecidos, assegura que as empresas qualificadas sejam selecionadas de maneira igualitária e eficiente. Esta abordagem visa a promoção de maior transparência no processo de contratação, ao mesmo tempo que reforça o compromisso da Administração Pública com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, conforme diMGosto na Lei n.º 14.133/2021. Além disso, o modelo de credenciamento proporciona igualdade de oportunidades às empresas interessadas, ao mesmo tempo que garante a qualidade dos serviços prestados aos servidores beneficiários do auxílio.

3.3. O procedimento de credenciamento segue as seguintes etapas principais: (1) publicação do edital de credenciamento, contendo todos os requisitos e critérios de habilitação; (2) recebimento e análise da documentação das empresas interessadas pela Agente de Contratação, para verificar a conformidade com as exigências estabelecidas; (3) formalização do credenciamento das empresas habilitadas; (4) Análise dos requisitos para assinatura dos contratos; (5) realização de um processo interno para escolha pelos servidores, das empresas CREDENCIADAS; (6) assinatura dos contratos; e (7) acompanhamento contínuo do contrato para garantir a qualidade dos serviços prestados.

3.5 A administração realizará uma seleção interna, permitindo que os servidores escolham entre as empresas CREDENCIADAS, conforme suas preferências.

3.6 A administração deverá solicitar as empresas credenciadas que providenciem o envio, digitalmente dentro de 5 (cinco) dias úteis, de seu material de marketing, parametrizado pelo contido neste Termo de Referência, com a finalidade de apresentar as vantagens e diferenciais que podem ser analisados pelos servidores, para decidir qual empresa será escolhida.

3.6.1 Os folders, vídeos e materiais análogos apresentados pelas empresas deverão refletir o escopo da prestação dos serviços e as funcionalidades devem ser ofertadas desde seu início efetivo.

3.7 Empresas CREDENCIADAS após o processo inicial poderão ser selecionadas pelos servidores recém contratados no momento da contratação ou quando um novo processo de seleção for realizado pela administração.

3.7. Se houver apenas uma empresa CREDENCIADA, os servidores terão essa como única opção. No entanto se outras empresas forem credenciadas posteriormente, os servidores poderão optar por elas no momento da contratação ou em um novo processo de seleção organizado pela administração.

3.8 Após a escolha da instituição CREDENCIADA por parte do servidor, este permanecerá vinculado à sua opção por um período mínimo de 12 (doze) meses.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

4.1. Fundamentação: A contratação objeto deste termo de referência, em atendimento ao inciso XXIII do art. 6º da Lei n.º 14.133/2021, apresenta os seguintes requisitos:

4.2. Requisitos gerais do objeto:

a) Oferecer ampla rede de estabelecimentos comerciais, garantindo conveniência e opções variadas aos usuários do vale-alimentação, sem exclusividade;
b) Ser compatível com plataformas de entrega de alimentos, permitindo que os usuários utilizem benefício para solicitar entregas em supermercados, mercearias, açougues e estabelecimentos similares;
c) Dispor de central de atendimento gratuita para desbloqueio dos cartões;
d) Isenção de taxa de emissão, reemissão e entrega de cartões;
e) Não serão admitidos benefícios adicionais que se caracterizem como *cashback*, bônus de boas vindas, bônus de adesão ou vantagens similares;
f) Os cartões eletrônicos deverão conter:

Rua Rio Grande do Sul, 100, Centro, Minduri/MG • CEP 3744
CNPJ: 07.400.574/0001-04 Telefone: (35) 3326-1429 / (35) 99862
E-mail: camara@camaraminduri.mg.gov.br • Site: camaraminduri.mg.

1. Chip de segurança;
2. Nome completo do servidor;
3. Denominação da Câmara Municipal de Minduri;
4. Número da central de atendimento;

g) A Contratada deverá fornecer manual com instruções de uso do cartão e dispor de canal de esclarecimento de dúvidas aos beneficiários.

h) A Contratada deverá disponibilizar consulta de saldo, extrato, consumo médio diário e data prevista para a próxima recarga por meio de aplicativo dedicado, gratuito e compatível com dispositivos Android ou iOS.

i) O aplicativo da Contratada deve oferecer consulta de estabelecimentos da rede conveniada nas proximidades do beneficiário.

j) Os créditos carregados nos cartões deverão estar disponíveis até as 8h do primeiro dia útil de cada mês, sendo responsabilidade da Contratante informar os valores até o dia 25 do mês anterior.

k) Em casos de furto, roubo, perda, extravio ou imperfeição do cartão, a Contratada terá o prazo máximo de 8 (oito) dias úteis para entregar um novo cartão sem custos adicionais.

l) Saldos remanescentes no cartão ao fim de cada mês serão automaticamente somados ao crédito do mês subsequente.

m) O número de beneficiários poderá variar ao longo da vigência do contrato, mediante inclusão ou exclusão de servidores, de acordo com as necessidades da Contratante, observados os limites legais.

n) A Contratada deve entregar novos cartões solicitados no prazo de até 8 (oito) dias úteis após solicitação da Contratante.

o) Os cartões deverão ser entregues bloqueados, embalados individualmente e identificados nominalmente.

p) A Contratada deverá dispor de canal de atendimento para desbloqueio dos cartões por meio de central telefônica, aplicativos de mensagens ou site da Contratada.

q) Os cartões deverão conter senha individualizada, garantindo segurança tanto na distribuição quanto no uso.

r) As informações cadastrais dos beneficiários serão fornecidas pela Contratante no momento da assinatura do contrato.

s) A Contratada deverá disponibilizar à Contratante sistema eletrônico com, no mínimo, as seguintes funcionalidades:
1) Operações de cadastro de beneficiários;
2) Solicitação de emissão e cancelamento de cartões;
3) Consulta de saldo e extratos;
4) Emissão de relatórios com nome do servidor, número do cartão, data de recargas e valores creditados.

t) Aos beneficiários, a Contratada deverá oferecer:
1) Consulta de saldo e extrato por aplicativo dedicado, acessado por login e senha;
2) Consulta de estabelecimentos conveniados;
3) Atendimento para comunicação de perda, roubo ou extravio, com bloqueio imediato do cartão e solicitação de segunda via.
4) Prestação de serviços de emissão de cartões com chip de segurança, destinados à aquisição de refeições;
5) Flexibilidade de uso em supermercados, mercearias, açougues e estabelecimentos similares.

4.3. Requisitos externos:

a) A contratação deverá atender aos seguintes normativos:

a.1) Lei Federal n.º 14.133/2021;

a.2) Ato da Mesa n.º 01/2026, que regulamenta o credenciamento na Câmara de Minduri;

a.3) Lei Complementar n.º 14/2025;

a.4) Demais normativos aplicáveis ao objeto.

4.4. Prazo do contrato:

4.4.1. A vigência será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada nos termos do artigo 107 da Lei n.º 14.133/2021.

4.5. Garantia dos serviços:

4.5.1. Não será exigida garantia contratual nos termos dos artigos 96 e seguintes da Lei n.º 14.133/2021.

4.6. Sustentabilidade:

4.6.1. A Contratada deverá:

a) Durante a contratação poderá ser solicitado o plano de descarte responsável para os cartões.
b) Adotar práticas de logística reversa para materiais usados.
c) Priorizar materiais reciclados na confecção dos cartões e materiais gráficos.

4.7. Subcontratação:

4.7.1. Não será permitida subcontratação.

4.8. Vistoria:

4.8.1. Não há necessidade de vistoria prévia.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

5.1. Do Regime de Execução:

5.1.1. A CREDENCIADA será contratada por meio de inexigibilidade de licitação, com fundamento na hipótese do art. 74, inciso IV, da Lei n.º 14.133/2021, resultante do procedimento auxiliar de credenciamento previsto no art. 78, inciso I da Lei n.º 14.133/2021, observando-se ainda o disposto no artigo 7º, do Ato da Mesa n.º 01/20º26

5.1.2. O modelo de gestão do contrato será regido pela Lei n.º 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

5.2. Condições de Fornecimento:

5.2.1. Deverão ser confeccionados cartões eletrônicos com chip, em até 8 (oito) dias úteis contados da assinatura do contrato, sem custos à CONTRATANTE.

5.2.2. No caso de reemissão dos cartões, por qualquer motivo, a CONTRATADA deverá entregar as 2ªs vias no prazo de até 8 (oito) dias úteis, contados a partir da solicitação, sendo que o saldo de créditos já deverá estar disponível.

5.2.3. A CONTRATADA não cobrará taxa, ou outro valor, para substituição dos cartões eletrônicos por vencimento do prazo de validade, ou para reemissão deles em razão de extravio (perda, roubo ou furto) ou danificação.

5.2.4. A entrega dos cartões deverá ocorrer na Secretaria da Câmara Municipal de Minduri, localizada no endereço constante no rodapé.

5.2.5. O número de beneficiários poderá sofrer alterações devido a inclusões ou exclusões de servidores.

5.2.6. Para inclusão de novos beneficiários, o prazo de entrega dos cartões de vale-refeição é de até 8 (oito) dias úteis, contados da data do recebimento do Pedido de Inclusão pelo Gestor do Contrato.

5.2.7. As informações cadastrais dos servidores da CONTRATANTE, que farão jus ao cartão alimentação, serão fornecidas à CONTRATADA, em meio eletrônico, conforme leiaute de arquivos definido pela mesma, na data de assinatura do contrato.

5.2.8. A CONTRATADA deverá efetuar as entregas dos cartões eletrônicos em envelopes lacrados e com identificação nominal, contendo manual básico para operação e utilização deles.

Rua Rio Grande do Sul, 100, Centro, Minduri/MG • CEP 37447-
CNPJ: 07.400.574/0001-04 Telefone: (35) 3326-1429 / (35) 99862-2
E-mail: camara@camaraminduri.mg.gov.br • Site: camaraminduri.mg.go

5.2.9. A CONTRATADA deverá disponibilizar atendimento, através de telefone ou internet, para que o beneficiário realize o desbloqueio do cartão.

5.2.10. Os cartões deverão ter obrigatoriamente senha individualizada, obedecendo aos padrões técnicos e características físicas que garantam a segurança quando da distribuição e da utilização no pagamento das deMGesas.

5.2.11. O montante de cartões eletrônicos com chip a ser entregue à Câmara dependerá do número de adesões a cada credenciado.

5.2.12. À Secretaria da Câmara caberá o recebimento do objeto e a verificação de que foram cumpridos os termos, especificações e demais exigências, dando-se em conformidade com o artigo 140 da Lei n.º 14.133 de 2021.

5.3. VALOR DO BENEFÍCIO:

5.3.1. O valor para cada beneficiário será de R$300,00 (trezentos reais), que será reajustado anualmente mediante portaria(s) do(a) Presidente da Câmara, na mesma data e sob o mesmo percentual do reajuste geral que for aplicado à remuneração dos servidores da Câmara Municipal, conforme dispõe o art. 33º da LC n.º 14/2025.

5.3.2. O servidor fará jus ao auxílio-alimentação na proporção dos dias trabalhados, observado o disposto nos artigos 37 e 38 da LC n.º 14/2025.

5.3.3. Os valores mensais dos créditos poderão ser variáveis, decorrentes do número de servidores contratados e dispensados.

5.3.4. A CONTRATANTE informará à CONTRATADA, por meio eletrônico, os valores a serem creditados a cada beneficiário, até o dia 25 do mês anterior ao da recarga dos créditos.

5.3.5. A recarga dos créditos nos respectivos cartões deverá ser disponibilizada até o primeiro dia útil de cada mês, a partir das 8h00, sob pena de aplicação de sanção administrativa pelo atraso na prestação do serviço, sem prejuízo das demais sanções eventualmente cabíveis.

5.3.6. A CONTRATADA deverá oferecer tecnologia de recarga automática de créditos nos cartões sem a necessidade de utilização de terminais.

5.3.7. Os créditos inseridos nos cartões eletrônicos, se não utilizados dentro do mês de competência, deverão obrigatoriamente somar-se aos próximos créditos, de tal forma que os servidores deste Órgão em hipótese alguma sejam prejudicados.

5.3.8. Os créditos disponibilizados nos cartões serão cumulativos e não deverão possuir validade para utilização até que o beneficiário utilize todo o saldo disponível.

5.4. DA REDE CREDENCIADA:

5.4.1. A CONTRATADA deverá comprovar, como CONDIÇÃO PARA ASSINATURA DO CONTRATO, a quantidade mínima de 5 (cinco) estabelecimentos credenciados e ativos na cidade de Minduri para a utilização do cartão alimentação.

5.4.2. A CONTRATADA deverá manter um mínimo de 20 (vinte) estabelecimentos credenciados e ativos nas regiões: Cruzília, Baependi, Caxambu, Aiuruoca, São Vicente de Minas, Andrelândia, São João Del Rei, sendo que ao menos 8 (oito) sejam hipermercados ou supermercados.

5.4.3. Cada unidade deverá ser considerada como 1 (um) estabelecimento.

5.4.4 A relação de estabelecimentos exigida deverá ser encaminhada à Câmara em formato Excel, ordenado por região e município, contendo nome fantasia, razão social, CNPJ, endereço completo e telefone.

5.4.6. Quando houver solicitação de credenciamento de novos estabelecimentos, a CONTRATADA deverá finalizar o pedido, ou justificar o não credenciamento, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos.

5.4.7. A CONTRATADA deverá cancelar o credenciamento dos estabelecimentos comerciais que não cumprirem as exigências sanitárias e que, por ação ou omissão, concorram para o desvirtuamento do

Rua Rio Grande do Sul, 100, Centro, Minduri/MG • CEP 37447-0
CNPJ: 07.400.574/0001-04 Telefone: (35) 3326-1429 / (35) 99862-23
E-mail: camara@camaraminduri.mg.gov.br • Site: camaraminduri.mg.gov

benefício mediante o uso indevido do cartão ou outras práticas irregulares, eMGecialmente:

a) A troca do benefício por dinheiro em eMGécie;

b) A exigência de qualquer tipo de ágio ou a imposição de descontos sobre o valor do benefício.

5.4.8. A CONTRATADA deverá manter atualizada a relação dos estabelecimentos credenciados (inclusive informando o nome fantasia) ao sistema e com os quais mantenha convênio, informando, sempre que solicitado, ao preposto da Contratada, as inclusões e/ou exclusões, sendo que deverá ser mantida a condição de exigência do mesmo número de estabelecimentos credenciados em todas as localidades exigidas nesse Termo de Referência.

5.4.8.1 A qualquer momento, a Câmara Municipal de Minduri poderá solicitar cópia de convênios/contratos celebrados com os estabelecimentos comerciais, o que deverá ser atendido pela Credenciada em até 02 (dois) dias úteis a contar do recebimento da solicitação.

5.4.9. A CONTRATADA deverá apresentar, nos estabelecimentos credenciados, identificação de sua adesão ao sistema, em local de fácil visualização, por meio de placas, selos ou adesivos identificadores.

5.5. DA CENTRAL DE ATENDIMENTO:

5.5.1. A CONTRATADA deverá apresentar, como condição para assinatura do contrato, declaração informando o número da central de atendimento com custo de ligação local para a cidade do interior, e gratuita (0800) nas demais localidades, disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana, para que os usuários possam comunicar perda, roubo ou extravio dos cartões, bem como ocorrência de danos, com imediata solicitação de 2ª via.

5.5.2. A CONTRATADA deverá apresentar, como condição para assinatura do contrato, declaração informando o número da central de atendimento personalizada (atendimento pessoal), com horário de funcionamento em dias úteis, no mínimo das 09h00 às 18h00, para que os gestores do contrato possam solucionar as demandas decorrentes da administração e gerenciamento do benefício.

5.5.3. A credenciada deverá apresentar, como condição para assinatura do contrato, seu sistema de gerenciamento do benefício via *web* que possibilite autogestão, com:

1. Geração de pedido de crédito;
2. Bloqueio de cartões dos usuários;
3. Emissão de extratos por usuário e relatórios gerenciais de pedidos de créditos;
4. Acompanhamento do status dos pedidos de crédito;
5. Acompanhamento do status das entregas dos cartões;
6. Disponibilização da opção de cancelamento de pedido e de crédito (estorno).

5.5.4. A credenciada deverá apresentar, como condição para assinatura do contrato, declaração informando o "APLICATIVO MOBILE - SMARTPHONE" (que atenda ao menos os sistemas Android e iOS), que será disponibilizado aos beneficiários do cartão, contendo, no mínimo, as funções de consulta de saldo, extrato de consumo, rede credenciada e formas de contato. Ainda, deverá apresentar prospecto que comprove cabalmente seu pleno funcionamento, sendo que a qualquer momento poderá ser averiguada a comprovação das funcionalidades exigidas.

5.5.5. A CONTRATADA deverá permitir a consulta de saldo e extrato de utilização do benefício no período mínimo de 2 (dois) meses por meio do aplicativo ou website.

5.5.6. A CONTRATADA deverá comprovar, como condição para a assinatura do contrato, que dispõe de sistema eletrônico ao fiscal do contrato e acesso ao sistema para a gestão dos créditos. Um ou mais usuários poderão ter acesso completo ou parcial, sendo que os níveis de permissão (consulta/administração) e acesso ao sistema serão definidos pelo Gestor do Contrato.

5.5.7. A CONTRATADA será responsável pela retirada e descarte dos materiais relacionados ao contrato sempre que solicitado pela CONTRATANTE, obrigando-se a apresentar documentação comprobatória de sua qualificação para o descarte conforme a legislação vigente. O descumprimento poderá resultar na rescisão do contrato e na imposição de sanções administrativas.

Rua Rio Grande do Sul, 100, Centro, Minduri/MG • CEP 37447
CNPJ: 07.400.574/0001-04 Telefone: (35) 3326-1429 / (35) 99862-
E-mail: camara@camaraminduri.mg.gov.br • Site: camaraminduri.mg.g

44
SECRETARIA DA CÂMARA

5.6. DO SUPORTE TÉCNICO:

5.6.1. A CONTRATADA deverá oferecer suporte técnico 24 horas por dia, 7 dias por semana, para resolução de problemas relacionados à utilização dos cartões, consultas de saldo e extrato, bem como dúvidas sobre o uso do aplicativo.

5.6.2. A CONTRATADA deverá garantir que o suporte técnico seja prestado por profissionais capacitados, aptos a solucionar quaisquer falhas relacionadas ao serviço no menor tempo possível.

5.6.3. O suporte técnico deverá incluir a prestação de serviço por meio de múltiplos canais de atendimento, como telefone, e-mail e aplicativos de mensagem.

5.6.4. Eventuais interrupções ou falhas técnicas no sistema que impeçam a utilização dos cartões deverão ser corrigidas em um prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas. Em caso de descumprimento, serão aplicadas as sanções administrativas previstas no contrato.

5.7. DOS RELATÓRIOS E MONITORAMENTO:

5.7.1. O sistema eletrônico da CONTRATADA deverá possibilitar a geração de relatórios sob demanda pela CONTRATANTE.

5.7.2. A CONTRATANTE poderá solicitar, a qualquer tempo, auditorias nos relatórios ou dados fornecidos pela CONTRATADA, cabendo à CONTRATADA diMGonibilizar todas as informações necessárias dentro de 10 (dez) dias úteis.

5.8. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

5.8.1. O descumprimento das obrigações contratuais por parte da CONTRATADA resultará na aplicação de sanções administrativas, conforme previsto na Lei n.º 14.133/2021 e nas disposições do contrato.

5.8.2. As sanções poderão incluir advertências, multas, suspensão temporária de participação em licitações e contratos públicos, bem como declaração de inidoneidade, conforme a gravidade do descumprimento.

5.8.3. A reincidência de falhas ou descumprimento das obrigações poderá resultar na rescisão unilateral do contrato pela CONTRATANTE, sem prejuízo das sanções administrativas e ressarcimentos cabíveis.

5.9. DO PRAZO DE EXECUÇÃO:

5.9.1. O prazo de execução dos serviços será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, conforme o artigo 107 da Lei n.º 14.133/2021.

5.10. DO LOCAL DE ENTREGA:

5.10.1. Os cartões e demais materiais deverão ser entregues em dias úteis, das 08h às 12h, no seguinte local:

- Câmara Municipal de Minduri, Rua Rio Grande do Sul, n.º 100, Centro, Minduri, CEP: 37.447-000
- Setor responsável: Secretaria da Câmara.

5.11 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.11.1. **Obrigações da Contratada:**

5.11.2. Executar fielmente os serviços descritos no Termo de Referência, observando as especificações, condições e prazos.

5.11.3. Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta contratação.

5.11.4. Sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CÂMARA MUNICIPAL DE MINDURI.

5.11.5. Designar por escrito, no ato da assinatura do Contrato, preposto(s) que tenha(m) poderes para resolução de possíveis ocorrências durante a execução do contrato.

Rua Rio Grande do Sul, 100, Centro, Minduri/MG • CEP 37447-000
CNPJ: 07.400.574/0001-04 Telefone: (35) 3326-1429 / (35) 99862-2354
E-mail: camara@camaraminduri.mg.gov.br • Site: camaraminduri.mg.gov.b

5.11.6. Comunicar, imediatamente e por escrito, qualquer anormalidade verificada na execução dos serviços ou a iminência de fatos que possam prejudicar sua execução, apresentando razões justificadoras que serão objeto de apreciação pela CÂMARA MUNICIPAL DE MINDURI.

5.11.7. Atender prontamente às reclamações da CÂMARA MUNICIPAL DE MINDURI, prestando os esclarecimentos devidos e efetuando as correções e adequações que se fizerem necessárias.

5.11.8. Reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.

5.11.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CÂMARA MUNICIPAL DE MINDURI ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pela Câmara.

5.11.10. A CONTRATADA fornecerá toda a supervisão, direção técnica e administrativa, bem como mão de obra qualificada necessárias à execução dos serviços contratados.

5.11.11. Organizar, manter, ampliar e fiscalizar uma rede de estabelecimentos que se adapte às necessidades atuais e futuras da Contratante.

5.11.12. Não utilizar quaisquer informações às quais tenha acesso em virtude do contrato a ser assinado, em benefício próprio ou em trabalhos de qualquer natureza, nem as divulgar sem autorização por escrito da Contratante.

5.11.13. Reembolsar os estabelecimentos credenciados pelo valor dos vales-alimentação utilizados durante o período de sua validade, ficando claro que a Contratante não reMGonde solidária ou subsidiariamente por este reembolso, que é de única e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

5.11.14. Comprovar o recolhimento de tributos e demais encargos devidos, direta ou indiretamente, por conta deste instrumento, sempre que solicitado pela Contratante.

5.11.15. Informar imediatamente à CONTRATANTE, mediante ofício, os dados do representante que vier a substituir o preposto indicado no contrato, sob pena da aplicação das sanções cabíveis.

5.11.16. A CONTRATADA deverá bloquear, quando necessário e mediante solicitação por e-mail do gestor contratual da CONTRATANTE, o cartão-alimentação, quando houver perdas, roubos ou extravios destes, ou na hipótese de alteração de dados cadastrais, não havendo custo adicional para a emissão do novo cartão.

5.11.17. Na ocorrência de mudança de mercado que obrigue a implantação de tecnologia mais nova para os cartões, a CONTRATADA deverá diMGonibilizar essa tecnologia aos beneficiários, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE.

5.11.18. A CONTRATADA deverá disponibilizar uma Central de Atendimento conforme constante nas declarações prestadas.

5.11.19. A CONTRATADA deverá disponibilizar em site/portal eletrônico a relação atualizada dos estabelecimentos credenciados por localidade.

5.11.20. Durante a execução do objeto, a CONTRATADA se compromete a:

a) Fornecer o objeto conforme especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
b) Manter, durante toda a execução do contrato, a compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando documentação revalidada sempre que algum documento perder a validade.

Legislatura 2025-2028 | Gestão 2026

6. MODELO DE GESTÃO:

6.1. Regras gerais:

6.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais.

6.1.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por um representante especialmente designado.

6.1.3. À CONTRATANTE caberá o recebimento do objeto e a verificação de que foram cumpridos os termos, especificações e demais exigências.

6.1.4. Proporcionar à CONTRATADA todas as facilidades para a adequada prestação dos serviços.

6.1.5. Verificar, durante a vigência do contrato, a regularidade de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta contratação.

6.1.6. Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço entregue em desacordo com as especificações.

6.1.7. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

6.1.8. Atestar a nota fiscal/fatura correspondente, após realizar rigorosa conferência das características dos serviços.

6.1.9. Efetuar o pagamento no preço e condições pactuadas.

6.1.10. Os gestores/fiscais encaminharão para a autoridade competente todas as informações necessárias, por meio de relatórios dos registros efetuados, para início do procedimento de apuração de infrações e aplicação de eventuais penalidades.

6.2. Fiscalização Técnica - Atribuições:

6.2.1. A fiscalização do contrato ou outro instrumento equivalente, bem como o recebimento provisório do objeto, será de responsabilidade da Presidência, visto que a Câmara até o presente momento, não possui servidor suficiente para esta função de fiscal.

6.2.2. É responsabilidade do fiscal, no desempenho de suas funções, as atribuições previstas abaixo:

a) O fiscal acompanhará a execução do objeto conforme previsto no contrato ou instrumento equivalente, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, assegurando os melhores resultados para a Administração.

b) O fiscal é responsável pela avaliação da execução dos serviços, conferindo, por meio de checklist, se as exigências foram atendidas.

c) O fiscal anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

d) Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal emitirá notificações para a correção do objeto do contrato, determinando prazo para a correção.

e) O fiscal informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que sejam adotadas as medidas necessárias.

f) No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas fixadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

g) O fiscal comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua resonsabilidade, com vistas à renovação ou prorrogação contratual tempestiva.

6.3. Gerenciamento Administrativo - Atribuições do Gestor:

6.3.1. A gestão do contrato ou outro instrumento equivalente, bem como o recebimento definitivo do objeto, será de responsabilidade da Presidência, visto que a Câmara até o presente momento, não possui servidor suficiente para esta função de gestor.

6.3.2. É responsabilidade do gestor, no desempenho de suas funções, as atribuições previstas abaixo:

a) O gestor coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato ou instrumento equivalente, contendo todos os registros formais da entrega/execução no histórico de gerenciamento do contrato ou instrumento equivalente, a exemplo da Autorização de Fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações dos prazos previstos nos instrumentos contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações para fins de atendimento da finalidade da administração.

b) O gestor acompanhará os registros realizados pelos fiscais, de todas as ocorrências relacionadas à entrega/execução e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem sua competência.

c) O gestor acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. Constatando-se alguma irregularidade na manutenção das condições de habilitação e regularidade fiscal, social e trabalhista, o gestor do contrato notificará a contratada para regularização no prazo de até 10 (dez) dias úteis. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

d) O gestor deverá enviar a documentação pertinente ao Divisão de Contratos para a formalização de alterações necessárias, via termo de aditamento.

e) O gestor emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal, quanto ao cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual e eventuais penalidades aplicadas ou início de procedimento de apuração de penalidade.

f) O gestor tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

g) O gestor deverá elaborar relatório final com informações sobre a obtenção dos objetivos que justificaram a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para aprimoramento das atividades da Administração.

h) O gestor deverá comunicar à chefia/diretoria da área os prazos de vencimento das garantias dos serviços adquiridos pelo contrato, para fins de controle pelos reMGonsáveis pela área.

i) O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente à Secretaria da Câmara para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão, nos termos do contrato.

6.4. Preposto:

a) A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

b) A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:

7.1. DA MEDIÇÃO:

7.1.1. A avaliação da execução do objeto será promovida por meio de Relatório de aferição da qualidade da prestação dos serviços, mediante preenchimento dos Modelos de Termos de Recebimento Provisório e Definitivo, bem como, se necessários, relatórios complementares emitidos pela fiscalização/gestão do contrato.

7.1.2 Recebimento e emissão do Termo Provisório:

a) Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, pelo fiscal, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico. O prazo do recebimento provisório será iniciado a partir do recebimento da comunicação de conclusão dos serviços, encaminhado pela empresa contratada, com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

b) O Contratado ficará obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

c) Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.3. Recebimento e emissão do Termo Definitivo:

a) Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, pela presidência da Câmara, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante Termo detalhado.

b) O prazo do Termo Definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para aferição do atendimento das exigências contratuais.

c) No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei n.º 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que seja pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

d) Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

e) O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a reMGonsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço, nem a reMGonsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.2. DA LIQUIDAÇÃO:

7.3. Prazo de Liquidação: Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de liquidação em até 10 (dez) dias úteis.DO PAGAMENTO:

7.3.1. Prazo de pagamento: O pagamento será efetuado no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

7.3.2. Forma de pagamento:

a) O pagamento será realizado por meio de ordem bancária para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada, ou via transferência eletrônica (PIX), conforme informado no ANEXO III (Requerimento de Adesão) ou outro documento equivalente.

b) Quando do pagamento, será efetuada a retenção dos tributos conforme a legislação vigente, com base nas alíquotas correMGondentes, considerando-se eventuais isenções que estejam corretamente comprovadas.

c) Caso ocorra qualquer impedimento para a efetivação do pagamento devido à ausência de regularidade fiscal ou por problemas nas condições contratuais, a Contratante deverá comunicar formalmente a Contratada, que terá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para regularizar a situação,

Rua Rio Grande do Sul, 100, Centro, Minduri/MG • CEP 37447-00
CNPJ: 07.400.574/0001-04 Telefone: (35) 3326-1429 / (35) 99862-235
E-mail: camara@camaraminduri.mg.gov.br • Site: camaraminduri.mg.gov.b

sem prejuízo da aplicação de sanções cabíveis.

d) No caso de eventuais créditos tributários passíveis de retenção, como IRPJ, CSLL, PIS/PASEP e COFINS, a Contratante aplicará as retenções conforme o diMGosto na legislação aplicável.

e) O Município de Minduri, conforme a legislação vigente, não firmou convênios com a União relativos à retenção de CSLL, PIS/PASEP e COFINS, portanto, tais tributos não serão retidos nos pagamentos realizados.

8. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

8.1. **Seleção do Fornecedor:** O fornecedor será selecionado por meio do procedimento de credenciamento, conforme o disposto no artigo 2°, inciso II, do Ato da Mesa n.º 01/2026, observando-se o disposto na Lei n.º 14.133/2021.

8.2. Serão necessários apresentação das seguintes qualificações, conforme previsto no instrumento convocatório:

a) Habilitação Jurídica;
b) Fiscal Social e Trabalhista,
c) Qualificação Econômico Financeira (Falência e Concordata);
d) Qualificação Técnica (Atestado de Capacidade Técnica).

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

9.1. **Fundamentação:** A estimativa do valor da contratação é de R$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais). Essa estimativa foi calculada com base nos parâmetros indicados abaixo. Estima-se a necessidade de 4 (quatro) cartões eletrônicos, correspondente à média atual de servidores da Câmara Municipal de Minduri, instituída pela LC 14/2025. O número de beneficiários poderá sofrer alterações devido a inclusões ou exclusões de servidores ao longo da vigência do contrato.

CÁLCULO ESTIMADO		
BENEFÍCIO		R$ 300,00
Nº DE SERVIDORES		04
VALOR MENSAL POR BENEFICIÁRIO		R$ 300,00
VALOR MENSAL X TOTAL DE BENEFICIÁRIOS		R$ 1.200,00
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	0%	R$ 0,00
VALOR TOTAL ESTIMADO PARA 12 (DOZE) MESES		R$ 14.400,00

9.1.1. O valor para cada beneficiário será de R$300,00 (trezentos reais), que será reajustado anualment mediante portaria(s) do(a) Presidente da Câmara, na mesma data e sob o mesmo percentual do reajus geral que for aplicado à remuneração dos servidores da Câmara Municipal, conforme dispõe o art. 33º LC n.º 14/2025.

9.1.2. O servidor fará jus ao auxílio-alimentação na proporção dos dias trabalhados, observado o disposto n artigos 37 e 38 da LC n.º 14/2025.

9.1.3. Os valores mensais dos créditos poderão ser variáveis, decorrentes do número de servidores contratados e dispensados.

9.2. A CONTRATANTE informará à CONTRATADA, por meio eletrônico, os valores a serem creditados a cada beneficiário até o dia 25 do mês anterior ao da recarga dos créditos.

9.3. A recarga dos créditos nos cartões deverá ocorrer até o primeiro dia útil de cada mês, a partir das 8h00. O não cumprimento deste prazo sujeita a CONTRATADA à aplicação de sanções administrativas.

Rua Rio Grande do Sul, 100, Centro, Minduri/MG • CEP 37447-00
CNPJ: 07.400.574/0001-04 Telefone: (35) 3326-1429 / (35) 99862-235
E-mail: camara@camaraminduri.mg.gov.br • Site: camaraminduri.mg.gov.

9.4. A CONTRATADA deverá fornecer tecnologia de recarga automática de créditos nos cartões, sem necessidade de utilização de terminais.

9.5. Os créditos que não forem utilizados no mês de competência deverão ser automaticamente transferidos para o próximo mês, sem prejuízo ao beneficiário.

9.6. Os créditos diMGonibilizados nos cartões são cumulativos e deverão permanecer válidos até que o beneficiário utilize todo o saldo diMGonível.

9.7. O valor estimado da contratação foi estabelecido com base no que prescreve o art. 33º da LC n.º 14/2025.

9.8. É importante ressaltar que este valor é uma estimativa e poderá sofrer alterações durante a vigência do contrato, em função da variação do número de beneficiários.

9.9. Valor total estimado: R$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais), para o período de 12 (doze) meses.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da execução do objeto onerarão a seguinte dotação orçamentária:

01.02.01.01.031.001.2.0005 – 339046 (Auxílio Alimentação)

Minduri, 26/01/2026

Jaciara Portela Nascimento
Presidente

Rua Rio Grande do Sul, 100, Centro, Minduri/MG • CEP 37447-
CNPJ: 07.400.574/0001-04 Telefone: (35) 3326-1429 / (35) 99862-2
E-mail: camara@camaraminduri.mg.gov.br • Site: camaraminduri.mg.go

CÂMARA MUNICIPAL DE MINDURI
FL.: 51
RUBRICA DO SERVIDOR
SECRETARIA DA CÂMARA

PARECER JURÍDICO nº 012/2026 para a Câmara Municipal de Minduri/MG

Processo de Licitação nº 003/2026. Objeto: seleção de empresas especializadas para administração, implementação, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de cartões eletrônicos vale-alimentação, destinados aos servidores da Câmara Municipal de Minduri. Inexigibilidade de licitação. Credenciamento. Legalidade.

CONSULTA:

A Presidente da Câmara Municipal de Minduri, Vereadora Jaciara Portela Nascimento, solicita um parecer de nossa consultoria sobre a legalidade de realização de credenciamento destinado à seleção de empresas especializadas para administração, implementação, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de cartões eletrônicos vale- alimentação, destinados aos servidores da Câmara Municipal de Minduri, nos termos do art. 53 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

Integram os autos do Processo Licitatório n.º 003/2026 o Documento de Formalização de Demanda; Termo de Abertura e Autuação; Portaria n.º 002/2026 – que Designou Agente de Contratação; Estudo Técnico Preliminar; Mapa de Riscos; Orçamento Estimativo Contendo o Relatório da Pesquisa de Preços e a Justificativa do Preço Definido para a contratação; Demonstração da Compatibilidade da Previsão de Recursos Orçamentários com o Compromisso a ser assumido. Consta, ainda, minuta de Edital de Credenciamento n.º 001/2026.

Eis, assim, o relatório.

PARECER:

O procedimento em tela foi iniciado mediante Documento de Formalização de Demanda apresentado pela Presidente da Câmara Municipal, Vereadora Jaciara Portela Nascimento, visando a contratação de empresa especializada para a administração, implementação, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de cartões eletrônicos de vale-alimentação, destinados aos servidores da Câmara Municipal de Minduri, demonstrando o interesse público envolvido. Em seguida, os

CÂMARA MUNICIPAL DE MINDURI
FL.: 59

autos foram processados pela Agente de Contratações da Câmara Municipal de Minduri na forma como prescreve a Lei Federal n. 14.133/2021.

Em relação ao aspecto da legalidade da contratação, tem-se que frisar primeiramente que, com base no princípio constitucional da impessoalidade, a regra geral do Direito Administrativo é de que os órgãos da Administração Pública devem realizar procedimentos licitatórios para todos os contratos que forem celebrar, sejam de compras ou de serviços.

Porém, a nova lei federal que rege as licitações, na qual está sendo fundamentado o presente processo (Lei nº 14.133/21), admite a existência de algumas exceções a essa regra, prevendo alguns casos de dispensa e de inexigibilidade de licitação.

Nos termos do que prescreve o artigo 74, "é inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de [...] objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento" (inciso IV).

O credenciamento caracteriza-se como procedimento administrativo de chamamento público voltado à formação de cadastro de interessados previamente habilitados para futura contratação com a Administração Pública, de maneira não excludente e sem disputa competitiva direta, nos termos do art. 78, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, sendo operacionalizado como hipótese de inexigibilidade de licitação em razão da inviabilidade de competição, conforme autoriza o art. 74 do mesmo diploma legal.

Trata-se, portanto, de instrumento destinado a permitir contratações paralelas sempre que configurada a necessidade administrativa, desde que observados os requisitos objetivos fixados no edital e os princípios da legalidade, impessoalidade, publicidade e eficiência.

Sobre o tema, Marçal Justen Filho[1] destaca ser instrumento auxiliar emitido em virtude do reconhecimento do preenchimento de requisitos predeterminados por sujeitos interessados em futura contratação a ser pactuadas em condições predeterminadas e que independem de uma escolha subjetiva por parte da Administração.

Celso Antônio Bandeira de Mello[2] , por sua vez, relembra que o termo de credenciamento representa termo de disponibilidade de serviço/produto, sem natureza contratual, havendo mera expectativa para o credenciado vir a prestar o serviço ou fornecer o produto.

---

[1] JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas: Lei 14.133/2021/ Marçal Justen Filho -- São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021. página 1129

[2] BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de Direito Administrativo. 36. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2023. p. 522.

CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ
FL.: 53

Registre-se que, mesmo antes da positivação expressa do credenciamento no âmbito da Lei nº 14.133/2021, o Tribunal de Contas da União já reconhecia a legitimidade de sua adoção como mecanismo apto a viabilizar contratações diretas fundadas na inexigibilidade de licitação, especialmente nas hipóteses de inviabilidade de competição. Vejamos:

> O credenciamento pode ser utilizado para a contratação de profissionais de saúde, tanto para atuarem em unidades públicas de saúde quanto em seus próprios consultórios e clínicas, quando se verifica a inviabilidade de competição para preenchimento das vagas, bem como quando a demanda pelos serviços é superior à oferta e é possível a contratação de todos os interessados, devendo a distribuição dos serviços entre os interessados se dar de forma objetiva e impessoal'
>
> (Acórdão 352/2016-TCU-Plenário, Plenário Min. Benjamin Zymler).
>
> [...] Embora não esteja previsto nos incisos do art. 25 da Lei n. 8.666/1993, o credenciamento tem sido admitido pela doutrina e pela jurisprudência como hipótese de inexigibilidade inserida no caput do referido dispositivo legal, porquanto a inviabilidade de competição configura-se pelo fato de a Administração dispor-se a contratar todos os que tiverem interesse e que satisfaçam as condições por ela estabelecidas, não havendo, portanto, relação de exclusão"
>
> (Acórdão nº 351/2010-TCU-Plenário, Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa).

Há que se observar que, como destacado por Ronny Charles Lopes[3] , a Lei nº 14.133/2021 não limitou o credenciamento apenas para as situações de inexigibilidade, podendo ser utilizado como procedimento prévio para outros tipos de contratações diretas, in verbis:

> Se, tradicionalmente, o credenciamento esteve relacionado às contratações por inexigibilidade, na nova Lei, diante de inexistência de restrição expressa, ele poderá ser utilizado como procedimento prévio a outras contratações diretas, por dispensa ou por inexigibilidade.

[3] Torres, Ronny Charles Lopes de. Leis de Licitações públicas comentadas/Ronny Charles Lopes de Torres - 12, ed, rev., ampl, e atual. - São Paulo: Ed. Juspodivm, 2021. página 453.

FL.: 54

> [...] Esta compreensão é claramente identificável nas hipóteses para aplicação do credenciamento, previstas no artigo 78 da nova Lei de Licitações, embora inexista restrição à aplicação do credenciamento apenas para as situações de inviabilidade de competição, já que o legislador estabeleceu regramento que permite ao credenciamento uma adoção ainda mais ampliada do que a outrora definida pela jurisprudência.

Para esse fim, é indispensável que a contratação dos bens e serviços pretendidos se enquadre nas situações disciplinadas no caput do art. 79 da Lei nº 14.133/2021, observando-se as condições ali estabelecidas para a utilização do procedimento correspondente:

> **Art. 79.** O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:
>
> I - paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;
>
> II - com seleção a critério de terceiros: caso em que a seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da prestação;
>
> III - em mercados fluidos: caso em que a flutuação constante do valor da prestação e das condições de contratação inviabiliza a seleção de agente por meio de processo de licitação.
>
> IV - comércio eletrônico: caso em que a Administração visa a contratar bens e serviços comuns padronizados ofertados no Sistema de Compras Expressas (Sicx).
>
> **§ 1º** Os procedimentos de credenciamento serão definidos em regulamento, observadas as seguintes regras:
>
> I - a Administração deverá divulgar e manter à disposição do público, em sítio eletrônico oficial, edital de chamamento de interessados, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados;
>
> II - na hipótese do inciso I do caput deste artigo, quando o objeto não permitir a contratação imediata e simultânea de todos os credenciados,

FL. 55

deverão ser adotados critérios objetivos de distribuição da demanda;

III - o edital de chamamento de interessados deverá prever as condições padronizadas de contratação e, nas hipóteses dos incisos I e II do caput deste artigo, deverá definir o valor da contratação;

IV - na hipótese do inciso III do caput deste artigo, a Administração deverá registrar as cotações de mercado vigentes no momento da contratação;

V - não será permitido o cometimento a terceiros do objeto contratado sem autorização expressa da Administração;

VI - será admitida a denúncia por qualquer das partes nos prazos fixados no edital.

VII - na hipótese do inciso IV do caput deste artigo, regulamento do Poder Executivo federal disporá sobre:

a) as condições de admissão e de permanência dos fornecedores, observado o disposto no art. 87 desta Lei;

b) as regras para inclusão de bens e serviços e para formação e alteração dos preços;

c) os prazos e os métodos para entrega e recebimento dos bens e serviços;

d) as regras de instrução processual e de uso da plataforma;

e) as condições de pagamento, com prazo não superior a 30 (trinta) dias, contado do recebimento do bem ou serviço;

f) as sanções aplicáveis ao responsável por infrações, observado o disposto nos arts. 155 a 163 desta Lei.

§2º. O Sicx poderá ser disponibilizado para os órgãos e entidades de que trata o caput do art. 1º desta Lei, para empresas públicas, para sociedades de economia mista e suas subsidiárias e para entidades privadas sem fins lucrativos.

No caso em exame, o objeto — fornecimento e gestão de benefício de vale-alimentação por meio de cartões eletrônicos — revela-se compatível com o modelo de credenciamento, por se tratar de serviço amplamente difundido no

CÂMARA MUNICIPAL DE MINDURI
FL. 56
ASSESSORIA JURÍDICA
SECRETARIA DA CÂMARA

mercado, prestado por diversas empresas com condições técnicas equivalentes, o que afasta a viabilidade de competição tradicional.

No presente processo, a Câmara Municipal de Minduri adotou, de forma legítima e tecnicamente adequada, o modelo de credenciamento previsto no inciso II do art. 79 da Lei Federal nº 14.133/2021, que autoriza a contratação com seleção do fornecedor a critério do beneficiário direto da prestação, hipótese em que a escolha do contratado é realizada pelos próprios usuários do serviço.

Tal opção revela-se plenamente compatível com a natureza do objeto — administração e fornecimento de vale-alimentação por meio de cartões eletrônicos — uma vez que se trata de serviço padronizado, prestado por múltiplos agentes econômicos aptos no mercado, cujas diferenças práticas de rede credenciada, tecnologia e atendimento impactam diretamente a experiência do servidor beneficiário.

Ao transferir a escolha ao usuário final, a Administração promove concorrência indireta permanente entre os credenciados, estimula a elevação da qualidade dos serviços, amplia o acesso às melhores condições disponíveis e assegura maior aderência do benefício às necessidades individuais dos servidores, sem comprometer a isonomia nem a economicidade, configurando solução mais eficiente e vantajosa do que a seleção centralizada por licitação tradicional, em estrita observância aos princípios da eficiência, do interesse público e da moderna governança nas contratações públicas.

Além de estabelecer as hipóteses materiais de cabimento do credenciamento, o art. 79 da Lei Federal nº 14.133/2021 cuidou de disciplinar, em seu §1º, um conjunto de diretrizes procedimentais mínimas destinadas a assegurar transparência, isonomia, segurança jurídica e controle administrativo na condução dos chamamentos públicos, fixando regras voltadas à publicidade permanente do edital, à padronização das condições de contratação, à adequada gestão da demanda, à vedação de subcontratações indevidas e à preservação da autonomia administrativa para descredenciamento, de modo a estruturar o credenciamento como instrumento formal, controlável e plenamente compatível com os princípios que regem as contratações públicas contemporâneas.

No que se refere às diretrizes procedimentais estabelecidas no §1º do art. 79 da Lei Federal nº 14.133/2021, verifica-se que o edital de credenciamento da Câmara Municipal de Minduri observou de forma rigorosa as regras legais destinadas à transparência, à ampla participação de interessados e à padronização das condições contratuais.

Registre-se que o instrumento convocatório deve ser amplamente divulgado e mantido em sítio eletrônico oficial, prevendo cadastramento permanente

FL. 57

de novos interessados, em consonância com o inciso I do referido dispositivo, o que assegura acesso contínuo ao mercado fornecedor e preserva a competitividade indireta do modelo.

Ademais, a minuta do edital define de maneira clara e uniforme as condições de prestação dos serviços, os requisitos técnicos, os deveres das partes e os parâmetros contratuais, atendendo ao comando do inciso III do §1º do art. 79, que exige a padronização das condições de contratação como elemento essencial à regularidade do credenciamento. Tal padronização mostra-se especialmente relevante no caso em análise, uma vez que o objeto — gestão de vale-alimentação — comporta execução homogênea por diversos prestadores, permitindo tratamento isonômico entre os credenciados e segurança jurídica para a Administração.

Observa-se, ainda, que o edital vedou expressamente a subcontratação e a transferência do objeto sem autorização administrativa, em estrita observância ao inciso V do §1º do art. 79, preservando o controle da execução contratual e mitigando riscos operacionais e jurídicos. Da mesma forma, foi prevista a possibilidade de descredenciamento e rescisão, em conformidade com o inciso VI do referido parágrafo, assegurando flexibilidade administrativa e proteção do interesse público.

Não obstante, observa-se que, mesmo não sendo juridicamente exigida na hipótese de credenciamento com seleção a critério do beneficiário, a Administração optou por estabelecer previamente a taxa de administração no patamar de 0% (zero por cento), providência que se revela plenamente legítima e alinhada às boas práticas de gestão contratual, por assegurar maior transparência, padronização das condições econômicas e proteção do interesse público contra a imposição de custos indiretos aos servidores beneficiários.

Ressalte-se, ainda, que tal definição não se deu de forma arbitrária, mas foi expressamente fundamentada nos autos do processo administrativo, com respaldo em estudo técnico preliminar e em referências normativas do Programa de Alimentação do Trabalhador, demonstrando que a vedação de taxas positivas ou negativas evita distorções econômicas e preserva a integralidade do benefício.

Dessa forma, a fixação prévia da taxa de administração reforça a vantajosidade da contratação ao eliminar assimetrias de mercado, promover isonomia entre os credenciados e maximizar a economicidade da solução adotada, em plena consonância com os princípios da eficiência, da motivação administrativa e da boa governança nas contratações públicas.

No tocante à estimativa do valor da contratação, observa-se que o processo administrativo foi devidamente instruído com orçamento estimativo e relatório de pesquisa de preços, em conformidade com os arts. 18, inciso IV, 23 e 40, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, os quais impõem à Administração o dever de

FLS. 58

previamente dimensionar os custos da contratação como etapa essencial do planejamento público.

No caso em exame, a estimativa foi construída a partir da regulamentação do auxílio-alimentação instituída pela Lei Complementar Municipal nº 14/2025, considerando-se o valor individual do benefício fixado em R$ 300,00 por servidor, bem como o quantitativo médio atual de beneficiários, o que resultou no montante mensal estimado de R$ 1.200,00 e no valor global anual de R$ 14.400,00.

Ressalte-se que, diferentemente de contratações tradicionais baseadas em disputa de preços entre fornecedores, o objeto do credenciamento em análise não possui variação de custo unitário entre os prestadores, uma vez que a Administração fixou previamente tanto o valor do benefício concedido aos servidores quanto a taxa de administração igual a zero, circunstância que torna a estimativa orçamentária diretamente vinculada ao número de beneficiários e não a propostas econômicas dos credenciados. Tal metodologia revela-se tecnicamente adequada à natureza do serviço de vale-alimentação e compatível com o regime jurídico do credenciamento previsto na Lei nº 14.133/2021.

Ademais, o relatório de preços consignou de forma expressa a possibilidade de variação futura do quantitativo de servidores beneficiários, em razão da realização de concurso público em curso, já com banca organizadora contratada, prevendo o provimento de novos cargos efetivos. Tal circunstância foi corretamente considerada pela Administração como fator de impacto potencial sobre o valor global da contratação, o que demonstra planejamento responsável, transparência e aderência ao princípio da realidade administrativa, evitando-se tanto a subestimativa quanto o engessamento contratual incompatível com a dinâmica do quadro funcional.

Nesse contexto, a estimativa de preços foi elaborada de forma flexível e tecnicamente motivada, compatibilizando o valor atualmente regulamentado do benefício com a possibilidade concreta de ampliação do número de servidores ao longo da vigência contratual, o que se harmoniza com o princípio do planejamento previsto na Lei nº 14.133/2021 e com a boa governança pública.

Verifica-se, portanto, que o valor estimado da contratação encontra-se devidamente justificado nos autos, lastreado em norma municipal específica, em dados objetivos da estrutura administrativa e em perspectiva realista de evolução do quadro de pessoal, inexistindo qualquer vício de dimensionamento ou afronta aos deveres de economicidade e racionalidade do gasto público.

Quanto ao aspecto formal, o processo está em ordem, atendendo aos requisitos exigidos pela Lei de Licitações. Primeiramente, verifica-se que constam nos autos os documentos de planejamento cabíveis à espécie, demandados pelo inciso I do art. 72 da Lei 14.133/21 (Documento de Formalização da Demanda, Estudo

FL. 59

Técnico Preliminar, Mapa de Riscos e Termo de Referência). Constam também: a estimativa da despesa e a comprovação de sua adequação orçamentária e disponibilidade financeira.

Pelo exposto, concluímos que é legal e regular a contratação direta pela Câmara Municipal ora pretendida, mediante inexigibilidade de licitação, nos termos do artigo 74, inciso IV, c/c artigo 78 da Lei 14.133/2021.

Conclusão:

Pelo exposto, nos termos do art. 53, caput e §4º, da Lei nº 14.133/2021, esta Assessoria Jurídica manifesta-se pela legalidade do processo de contratação direta para contratação de empresa especializada para a administração, implementação, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de cartões eletrônicos de vale-alimentação, destinados aos servidores da Câmara Municipal de Minduri, fundamentada no art. 74, IV, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

Registra-se que o Edital de Credenciamento deve ser divulgado e mantido no sítio eletrônico oficial da Câmara Municipal e, em eventual veículo oficial diverso de publicação, adotado pelo Poder Legislativo, conforme determina o inciso I, do parágrafo primeiro do art. 79 da NLLC. O.

Eis o parecer.

Minduri- MG, 05 de fevereiro de 2026.

Adailton Gomes Silva
Advogado - OAB/MG 76.183

ASSINADO DIGITALMENTE
CAROLINA DA COSTA ANDRADE
A autenticidade desta assinatura pode ser verificada em: http://serpro.gov.br/assinador-digital
SERPRO

Carolina da Costa Andrade
Advogada - OAB/MG 184.185

PROCESSO LICITATÓRIO N.° 003/2026

EDITAL CREDENCIAMENTO N.° 001/2026

OBJETO: CREDENCIAMENTO PARA SELEÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA ADMINISTRAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO, GERENCIAMENTO, EMISSÃO, DISTRIBUIÇÃO E FORNECIMENTO DE CARTÕES ELETRÔNICOS DE VALE-ALIMENTAÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE MINDURI, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E CONDIÇÕES PREVISTAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS DESTE EDITAL.

ÍNDICE

	PREÂMBULO
I	DO OBJETO
II	DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
III	DO REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO
IV	HABILITAÇÃO
V	DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
VI	ANÁLISE E JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PARA O CREDENCIAMENTO
VII	CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO/CREDENCIAMENTO
VIII	DESCREDENCIAMENTO
IX	DAS FASES DO PROCEDIMENTO
X	DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL
XI	DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS
XII	DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
XIII	DO CREDENCIAMENTO
XIV	DA CONTRATAÇÃO E PRAZO DE VIGÊNCIA
XV	DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS
XVI	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
XVII	DA FISCALIZAÇÃO
XVIII	DAS PENALIDADES
XIX	DA RESCISÃO
XX	DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
	ANEXO I - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO ARTIGO 7º, INCISO XXXIII DA CF
	ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA
	ANEXO III - REQUERIMENTO DE ADESÃO AO CREDENCIAMENTO E PROPOSTA
	ANEXO IV – MINUTA TERMO DE CREDENCIAMENTO
	ANEXO V - MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

Rua Rio Grande do Sul, 100, Centro, Minduri/MG • CEP 37447-00
CNPJ: 07.400.574/0001-04 Telefone: (35) 3326-1429 / (35) 99862-235
E-mail: camara@camaraminduri.mg.gov.br • Site: camaraminduri.mg.gov.b

PREÂMBULO

A CÂMARA MUNICIPAL DE MINDURI, com sede na Rua Rio Grande Do Sul, n°100, Centro, MINDURI (MG), inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 07.400.574/0001-04, por determinação da Sra. Presidente da Câmara Municipal de Minduri, torna público, a quem possa interessar, a realização de chamamento público para **SELEÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA ADMINISTRAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO, GERENCIAMENTO, EMISSÃO, DISTRIBUIÇÃO E FORNECIMENTO DE CARTÕES ELETRÔNICOS DE VALE-ALIMENTAÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE MINDURI, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E CONDIÇÕES PREVISTAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS DESTE EDITAL.**

O edital ficará disponível no site da Câmara Municipal de Minduri, através do endereço eletrônico www.camaraminduri.mg.gov.br

As empresas interessadas e seus respectivos representantes que desejarem participar do credenciamento deverão consultar o instrumento convocatório via internet e comprometer-se a acompanhar as publicações relativas a este processo no site www.camaraminduri.mg.gov.br , bem como no Jornal Regional Panorama e nas redes sociais oficias da Câmara Municipal de Minduri (Instagram e Facebook), visando possíveis alterações e demais avisos pertinentes.

Quaisquer dúvidas que vierem a surgir acerca deste processo de Credenciamento, deverão ser encaminhadas virtualmente ao e-mail camara@camaraminduri.mg.gov.br, especificando no campo "assunto", que se trata do **"Credenciamento n.º 001/2026"**.

As contratações decorrentes do presente CREDENCIAMENTO serão formalizadas, no que couber, na forma dos artigos do Título III, Capítulo I - DA FORMALIZAÇÃO DOS CONTRATOS" da Lei n.º 14.133, de 2021, c/c Ato da Mesa 01/2026; e as exigências estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência e nos seus anexos;

Nos termos do art. 10° do Ato da Mesa n.°01/2026, o presente instrumento vigorará por prazo indeterminado, enquanto perdurar o interesse da Administração, admitindo-se o cadastramento permanente de novos interessados, durante o período em que o Edital permanecer vigente e disponível no sítio eletrônico da Câmara Municipal de Minduri. Haverá republicação do edital, com periodicidade não superior a vinte e quatro meses, para garantir a publicidade efetiva do procedimento, mediante justificativa, sem prejuízo da continuidade das relações contratuais já estabelecidas.

O prazo para credenciamento e envio da documentação de habilitação terá **início** em **12/02/2026.**

Rua Rio Grande do Sul, 100, Centro, Minduri/MG • CEP 37447-000
CNPJ: 07.400.574/0001-04 Telefone: (35) 3326-1429 / (35) 99862-2354
E-mail: camara@camaraminduri.mg.gov.br • Site: camaraminduri.mg.gov.br

CRONOGRAMA:

Evento	Data	Fundamento Legal
Publicação do Edital.	**05/02/2026**	*Previsão edital.*
Período de Solicitação de Credenciamento.	**Prazo indeterminado.**	Art. 10° do Ato da Mesa n.°01/2026
Prazo para Solicitação de Impugnação.	**06/02 a 10/02/2026**	*Artigo 164 da Lei n.º 14.133/2021 prevê 3 (três) dias da contagem da abertura do certame (no caso como é prazo indeterminado, não há abertura do certame, por analogia, considera-se o prazo fixado para início do CREDENCIAMENTO).*
Período para apresentação da documentação para avaliação pela agente de contratação.	**Início em 12/02/2026**	*Mínimo 5 (cinco) dias úteis da publicação.*
Prazo para exame e julgamento os documentos apresentados para CREDENCIAMENTO.	**08 (oito) dias úteis, contados a partir da data de protocolo dos documentos.**	*Cláusula 06 do edital.*
Prazo para interposição de recurso após inabilitação.	**03 (três) dias úteis da publicação da decisão.**	*Artigo 165, I, c Lei n.º 14.133/2021 – Prazo de 03 (três) dias úteis da publicação da decisão.*
Prazo para julgamento de recurso interposto.	**03 (três) dias úteis - reconsideração pela agente de contratação.** **10 (dez) dias úteis - julgamento pela autoridade superior.**	*Artigo 165, II §2º 03 (três) dias úteis para reconsiderar decisão, caso não, 10 (dez) dias uteis para julgamento.*
Prazo para celebração do Contrato.	**05 (cinco) dias úteis contados da convocação.**	*Cláusula 14 do Edital.*
Prazo da contratação (empresas credenciadas).	**12 (doze) meses, prorrogáveis nos termos da Lei.**	*Cláusula 14 do Edital.*

Rua Rio Grande do Sul, 100, Centro, Minduri/MG • CEP 37447-000
CNPJ: 07.400.574/0001-04 Telefone: (35) 3326-1429 / (35) 99862-2354
E-mail: camara@camaraminduri.mg.gov.br • Site: camaraminduri.mg.gov.br

01 DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente instrumento o credenciamento para seleção de empresas especializadas na administração, implementação, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de cartões eletrônicos de vale-alimentação, destinados aos servidores da Câmara Municipal de Minduri, conforme especificações, quantidades e condições previstas no Termo de Referência e demais anexos deste edital.

02 DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. A participação neste credenciamento está condicionada ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, em conformidade com a legislação vigente.

2.2. Não será permitida a participação de pessoas jurídicas:

2.2.1. Enquadradas em qualquer das hipóteses previstas no art. 14 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

2.2.2. De interessados cuja falência tenha sido decretada, ou em processo de falência, liquidação ou recuperação judicial ou extrajudicial, exceção feita se cumpridas as condições exigidas no subitem 5.1.4, alínea "a.1".

2.2.3. Daquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3° (terceiro) grau.

2.2.4. De agente público de órgão ou entidade licitante ou CONTRATANTE, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses durante, ou após, o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria e do §1°, art. 9° da Lei n.º 14.133/2021.

2.2.5. De empresas estrangeiras que não funcionem no País.

2.2.6. Daqueles que tenham sido punidos com suspensão temporária do direito de licitar impedidas de contratar com esta Câmara Municipal de Minduri, nos termos do inciso III, do artigo 14, da Lei Federal n.º 14.133/2021; ou declaradas inidôneas pelo poder Público e não reabilitadas.

03 DO REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO

3.1. Os interessados deverão solicitar o credenciamento preenchendo o **REQUERIMENTO DE ADESÃO AO CREDENCIAMENTO E PROPOSTA**, conforme o modelo disponível no **ANEXO III** deste edital, devidamente assinado pelo representante legal da requerente, e acompanhado dos seguintes documentos:

3.1.1. Em se tratando de administrador, o Estatuto Social em vigor e o documento que comprova a eleição ou designação e os poderes do administrador, no qual deverão estar expressas suas aptidões para exercer direitos e assumir obrigações em nome do proponente;

3.1.2. Em se tratando de procurador, a procuração, outorgada por instrumento legal competente, no qual deverão estar expressos os poderes concedidos ao procurador para exercer direitos e assumir obrigações, prestar esclarecimentos e praticar todos os atos pertinentes a este Credenciamento.

3.2. O Requerimento de Credenciamento, acompanhado dos documentos de habilitação, **deverá** ser enviado à Departamento de Compras e Licitações da Câmara Municipal de Minduri, exclusivamente por meio eletrônico, para o seguinte endereço: camara@camaraminduri.mg.gov.br.

3.3. A participação neste credenciamento implica a plena ciência e aceitação, por parte dos proponentes, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

04 HABILITAÇÃO

4.1. Os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO deverão ser enviados à Departamento de Compras e Licitações da Câmara Municipal de Minduri, juntamente com o REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO descrito no subitem 3.1, exclusivamente por mensagem eletrônica para o seguinte endereço: camara@camaraminduri.mg.gov.br.

Rua Rio Grande do Sul, 100, Centro, Minduri/MG • CEP 37447-000
CNPJ: 07.400.574/0001-04 Telefone: (35) 3326-1429 / (35) 99862-2354
E-mail: camara@camaraminduri.mg.gov.br • Site: camaraminduri.mg.gov.br

05 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Para fins de habilitação, conforme os arts. 62 a 70 da Lei n.º 14.133/2021, os interessados deverão apresentar os seguintes documentos, os quais são necessários e suficientes à comprovação de sua capacidade técnica para a execução do objeto deste procedimento:

5.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

a. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

b. Inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores, se sociedade empresária, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores, em exercício;

b. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

c. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato registro ou autorização para funcionamento, expedido por órgão competente, quando a atividade assim exigir.

d. No caso de cooperativa, ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107, da Lei n.º 5.764, de 1971.

e. Estatuto Social da Sociedade Anônima, acompanhado dos documentos de eleição de seus Administradores, devidamente acompanhado de todas as alterações ou da Consolidação respectiva, conforme legislação em vigor;

f. O Estatuto Social das Sociedades por Ações deverá estar publicado na Imprensa Oficial da União, Distrito Federal ou do Estado, conforme o lugar em que esteja situada a sede da entidade e em jornal de grande circulação editado na localidade em que está situada a sede da entidade (art. 289 da LF N.º 6404/76).

5.1.1.1. Os documentos relacionados acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da Consolidação respectiva.

5.1.2. HABILITAÇÃO TÉCNICA

5.1.2.1. Qualificação Técnica:

a. Capacitação Técnico-Operacional (da Empresa): Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

b. Para fins da comprovação de que trata a alínea acima, o (s) atestado (s) ou certidão (ões) deverá (ão) dizer respeito a contrato (s) executado (s) com a (s) seguinte (s) característica (s) mínima (s):

1. Atestado (s) de bom desempenho anterior em contrato da mesma natureza e porte, fornecido (s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que especifique (m) em seu objeto necessariamente os tipos de serviços realizados, com indicações das quantidades e prazo contratual, datas de início e término e local da prestação dos serviços;
2. Entende-se por mesma natureza e porte, atestado (s) de serviços similares ao objeto da licitação que demonstre (m) que a empresa prestou serviços correspondentes a 50% (cinquenta por cento) do total estimado de servidores beneficiados.
3. O (s) atestado (s) deverá (ão) conter a identificação da pessoa jurídica emitente e a identificação do signatário. Caso não conste do (s) atestado (s) telefone para contato, a proponente deverá apresentar também documento que informe telefone ou qualquer outro meio de contato com o emitente do (s) atestado (s).

Rua Rio Grande do Sul, 100, Centro, Minduri/MG • CEP 37447-000
CNPJ: 07.400.574/0001-04 Telefone: (35) 3326-1429 / (35) 99862-2354
E-mail: camara@camaraminduri.mg.gov.br • Site: camaraminduri.mg.gov.br

4. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de serviços executados de forma concomitante.
5. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do (s) atestado (s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto, dentre outros documentos.

5.1.3. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

a. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede da pessoa jurídica, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

b. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, mediante apresentação de certidão negativa (ou positiva com efeitos de negativa) de tributos mobiliários, expedida no local do domicílio ou da sede da pessoa jurídica; e/ou prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, mediante apresentação de certidão negativa (ou positiva com efeitos de negativa) de regularidade de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias, ou certidão negativa de débitos inscritos na dívida ativa, emitida pela Procuradoria Geral do Estado ou outro órgão competente, conforme a legislação estadual vigente, expedida no local do domicílio ou da sede da pessoa jurídica, ou declaração de isenção ou não incidência assinada por representante legal, sob as penas da lei, conforme o ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

c. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS;

d. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos (ou positiva com efeitos de negativa), relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;

e. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de CNDT - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (ou positiva com efeitos de negativa), de acordo com a Lei n.º 12.440/2011.

f. Prova de cumprimento do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, por meio da **apresentação de declaração** preenchida pela proponente, sob as penas da lei, afirmando que não emprega menores de 18 anos em atividades noturnas, insalubres ou perigosas, e que não emprega menores de 16 anos em qualquer função, exceto na condição de aprendiz a partir dos 14 anos, conforme modelo sugerido **(Declaração Modelo - ANEXO I).**

g. Comprovação do cumprimento da reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, conforme exigência do art. 63, inciso IV da Lei 14.133/2021, expedido pelo Ministério do Trabalho e Emprego através do seguinte endereço eletrônico *https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/pcdreab*.

5.1.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a. Certidão Negativa de Feitos sobre Falência: expedida pelo distribuidor da sede da Pessoa Jurídica, em data não superior a 60 (sessenta) dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento; ou Certidão Negativa de Recuperação Judicial ou Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da Pessoa Jurídica, em data não superior a 60 (sessenta) dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento.

a.1. Nas hipóteses em que a Certidão encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

Rua Rio Grande do Sul, 100, Centro, Minduri/MG • CEP 37447-000
CNPJ: 07.400.574/0001-04 Telefone: (35) 3326-1429 / (35) 99862-2354
E-mail: camara@camaraminduri.mg.gov.br • Site: camaraminduri.mg.gov.br

5.1.5. DO SISTEMA DE CADASTRAMENTO UNIFICADO DE FORNECEDORES (SICAF)

5.1.5.1. Em prol da eficiência e da redução de procedimentos burocráticos, estabelece-se que as participantes que detenham cadastro ativo e comprovado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) serão dispensadas de apresentar os documentos que estão devidamente disponibilizados e validados por meio do SICAF. Esta dispensa aplica-se exclusivamente aos documentos que constem como válidos e atualizados no sistema mencionado. Os demais documentos exigidos por este edital, que não estejam inclusos no SICAF, deverão ser apresentados conforme as diretrizes estipuladas no edital, assegurando a total conformidade com os requisitos para o credenciamento.

5.1.6. A verificação pela Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões e certificados, ou em outras fontes oficiais públicas que julgar pertinentes, constitui meio legal de prova para fins de habilitação.

5.2. REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO

a. **ADESÃO AO CREDENCIAMENTO** e aceitação das condições do presente Edital e anexos, conforme modelo fornecido no **ANEXO III - Requerimento de adesão ao credenciamento e proposta**, assinado pelo representante legal do proponente, contendo identificação e razão social, sem emendas, rasuras ou ressalvas.

5.3. A ausência de qualquer dos documentos exigidos neste Edital para habilitação, bem como a presença de documentos incompletos, incorretos, em desacordo com este Edital e seus anexos, com rasuras, entrelinhas ou com a validade expirada, poderá acarretar o não credenciamento do proponente.

5.4. Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da pessoa jurídica, com o *número do CNPJ e respectivo endereço, devendo ser observado o seguinte:*

a. se a pessoa jurídica for a matriz, todos os documentos deverão estar em seu nome, com o reMGectivo número do CNPJ;

b. se a pessoa jurídica for a filial, todos os documentos deverão estar em seu nome, com o reMGectivo número do CNPJ, exceto aqueles que, pela própria natureza, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz;

c. se a pessoa jurídica for a matriz e o fornecedor do bem ou prestadora dos serviços for a filial, os documentos deverão ser apresentados com o número de CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente.

5.4.1. O não atendimento de qualquer exigência ou condição do item 5.4 implicará na inabilitação da pessoa jurídica.

06 ANÁLISE E JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PARA O CREDENCIAMENTO

6.1. O julgamento dos documentos de habilitação para o presente credenciamento será realizado pela Agente de Contratação da Câmara Municipal de Minduri, portaria 002/2026.

6.2. Poderão ser realizadas diligências para suprir eventuais dúvidas e/ou sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado.

6.3. Após o protocolo dos documentos, **a Agente de Contratação da Câmara Municipal de Minduri decidirá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis,** contados da data de recebimento dos documentos de habilitação, motivadamente sobre a habilitação das entidades interessadas formalizando sua decisão nos autos do processo administrativo.

6.4. O **resultado do julgamento** será divulgado no sítio eletrônico oficial da Câmara, pelo link: www.camaraminduri.mg.gov.br , bem como no Jornal Regional Panorama e nas redes sociais oficias da Câmara Municipal de Minduri (Instagram e Facebook).

Rua Rio Grande do Sul, 100, Centro, Minduri/MG • CEP 37447-000
CNPJ: 07.400.574/0001-04 Telefone: (35) 3326-1429 / (35) 99862-2354
E-mail: camara@camaraminduri.mg.gov.br • Site: camaraminduri.mg.gov.br

6.4.1. As pessoas jurídicas que não lograrem êxito na habilitação, poderão requerer novo credenciamento e complementar a entrega de documentos eventualmente faltantes ou para promover a regularização desses, durante a vigência do presente edital de credenciamento.

6.5. A partir da data de publicação do resultado, iniciará o prazo de 3 (três) dias úteis para interposição de recurso contra o resultado da habilitação para o credenciamento, devendo o interessado apresentá-lo formalmente à Agente de Contratação, exclusivamente por mensagem eletrônica para o seguinte endereço eletrônico: camara@camaraminduri.mg.gov.br.

6.6. Encerrado o prazo estabelecido no item anterior e havendo interposição de recurso, a **Agente de Contratação poderá reconsiderar a sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis.**

6.6.1. Não sendo reconsiderada a decisão, o processo deverá ser encaminhado à autoridade competente, para julgamento do recurso por decisão fundamentada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos, com o posterior encaminhamento do resultado para divulgação no sítio eletrônico da Câmara Municipal de Minduri.

6.7. O recurso interposto contra a decisão não terá efeito suspensivo ao procedimento de Credenciamento.

07 CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO DO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO

7.1 Integram o rol de exigências para assinatura do contrato, os itens elencados no Termo de Referência: 5.4.1 a 5.4.4, 5.5.1 a 5.5.4 e 5.5.6.

7.2. O prazo de vigência do(s) contrato de credenciamentos(s) decorrente(s) deste Edital será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado sucessivamente, até o limite de 10 (dez) anos, nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei n.º 14.133/2021.

7.3. Os contratos, cuja minuta integra este edital, serão firmados entre a Câmara Municipal e as credenciadas no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a partir da convocação formal pela Câmara Municipal de Minduri.

08 DESCREDENCIAMENTO

8.1. O presente credenciamento possui caráter precário, podendo o interessado, a qualquer momento até a assinatura do Contrato, solicitar o descredenciamento, caso não tenha mais interesse em permanecer CREDENCIADA.

8.1.1. O credenciado que desejar seu descredenciamento deverá solicitá-lo mediante aviso, encaminhado ao Departamento de Compras e Licitações da Câmara Municipal de Minduri, por meio do endereço eletrônico: camara@camaraminduri.mg.gov.br.

8.2. O não cumprimento das disposições mencionadas neste Edital e/ou das obrigações dos contratos ou documentos equivalentes celebrados poderá acarretar o descredenciamento da CREDENCIADA, sem prejuízo da aplicação das sanções eventualmente cabíveis, garantindo-se o contraditório e a ampla defesa.

8.2.1. Fica facultada à apresentação de defesa escrita, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação de descredenciamento.

09 DAS FASES DO PROCEDIMENTO

9.1. O procedimento para credenciamento será composto pelas seguintes fases:

a. Divulgação do Chamamento para CREDENCIAMENTO;

b. Análise da habilitação;

c. Homologação do resultado da habitação.

d. Apresentação dos documentos exigidos como condição da assinatura do contrato;

e. Publicação de cada credenciamento pela Autoridade competente (empresas credenciadas serão as

Rua Rio Grande do Sul, 100, Centro, Minduri/MG • CEP 37447-000
CNPJ: 07.400.574/0001-04 Telefone: (35) 3326-1429 / (35) 99862-2354
E-mail: camara@camaraminduri.mg.gov.br • Site: camaraminduri.mg.gov.br

empresas habilitadas e que atenderam as condições para assinatura do contrato)

f. Processo interno para escolha das credenciadas pelos beneficiários;

g. Assinatura do Contrato.

10 DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

10.1. A impugnação do Edital deverá ser por escrito, dirigida à autoridade que assinou o Edital e protocolada na Secretaria da Câmara, endereço constante do rodapé, das **08h00** às **12h00** ou ainda via e- mail camara@camaraminduri.mg.gov.br, conforme previsto no **artigo 164 da Lei n.º 14.133/2021.**

10.2. Em caso de acolhimento da impugnação, o edital retificado será publicado no sítio eletrônico da Câmara Municipal de Minduri.

11 DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1. Os recursos admissíveis relacionados ao processamento e julgamento deste CREDENCIAMENTO estão previstos no **artigo 165** da Lei Federal n.º 14.133/2021, com suas alterações subsequentes.

11.2. Eventuais recursos administrativos poderão ser interpostos junto à Agente de Contratação, mediante petição fundamentada, dirigida à Secretaria da Câmara, no endereço constante do rodapé, no horário das 08:00 às 12:00 horas, em dias úteis, ou por e-mail para camara@camaraminduri.mg.gov.br .

12 DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

12.1. A Agente de Contratação, designada por portaria da Presidente da Câmara de Minduri, após a análise e julgamento dos documentos de CREDENCIAMENTO e decorrido o prazo recursal, remeterá os autos à Presidência para homologação parcial do certame pela autoridade competente.

13 DO CREDENCIAMENTO

13.1. Serão credenciados todos os interessados que cumprirem as condições de habilitação estipuladas na cláusula QUINTA deste Edital.

13.2. **Deverá ser divulgado no sítio eletrônico oficial, rol das empresas CREDENCIADAS**, nos termos do Ato da Mesa n.° 001/2026 c/c a regulamentação federal (Decreto nº 11.878/2024).

14 DA CONTRATAÇÃO E PRAZO DE VIGÊNCIA

14.1. Homologado **parcialmente** o certame, as pessoas jurídicas CREDENCIADAS serão convocadas pela Agente de Contratação para, no prazo de **até 5 (cinco) dias úteis**, assinar o Contrato correspondente, conforme minuta constante do **ANEXO V.**

14.1.1. O prazo de convocação para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante seu transcurso e, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

14.1.2. O não atendimento à convocação ou a recusa do proponente em assinar o Contrato no prazo estipulado, implicará descumprimento da obrigação, sujeitando-se a pessoa jurídica às sanções previstas no **item 18 deste Edital**.

14.2. A empresa CONTRATADA deverá cumprir integralmente as condições e exigências eMGecificadas no **item 5.4** e seguintes do Termo de Referência para formalização da assinatura do Contrato.

14.3. O prazo de vigência da contratação será de **12 (doze) meses**, contados da data da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogado na forma da lei.

15 DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

15.1. Os serviços deverão ser executados em conformidade com as exigências contidas no ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA, que faz parte integrante deste Edital.

Rua Rio Grande do Sul, 100, Centro, Minduri/MG • CEP 37447-000
CNPJ: 07.400.574/0001-04 Telefone: (35) 3326-1429 / (35) 99862-2354
E-mail: camara@camaraminduri.mg.gov.br • Site: camaraminduri.mg.gov.br

16 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Nas hipóteses de fusão, cisão ou incorporação da credenciada, esta deverá comunicar previamente por escrito a Câmara Municipal de Minduri, que poderá manter o credenciamento, desde que a(s) empresa(s) resultante(s) preencha(m) os mesmos requisitos de habilitação exigidos neste credenciamento, bem como não afete(m) a sua boa execução.

16.2. Os prazos previstos neste Edital e nos Termos de Contrato dele decorrentes serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento, observando-se as diMGosições do artigo 183 da Lei n.º 14.133/2021, exceto quando disposto de forma diversa no presente Edital.

16.3. A Câmara Municipal de Minduri poderá revogar este edital de credenciamento por razões de interesse público, na forma do art. 71, II, da Lei n.º 14.133/2021.

16.4. A participação do interessado no Credenciamento implica a aceitação das condições constantes deste Edital e dos anexos que o integram.

16.5. A contratada deverá manter as condições de habilitação durante toda a vigência do Contrato, observada a obrigatoriedade de atualização das informações cadastrais.

16.6. Na hipótese de descumprimento do item acima, a CONTRATANTE notificará a CONTRATADA para, no prazo de até 10 (dez) dias, restaurar as condições de habilitação.

16.7. Findo o prazo previsto no item anterior, a Câmara Municipal de Minduri poderá descredenciar a empresa que permanecer em situação irregular, observando o devido processo administrativo. Em seguida, será aberto prazo para que os beneficiários optem por outra credenciada, garantindo que o processo ocorra com a maior celeridade possível.

16.8. Os casos omissos serão resolvidos pela Câmara Municipal de Minduri, conforme disposições constantes da Lei n.º 14.133/2021 e demais normas pertinentes.

16.9. Os participantes do credenciamento obrigam-se a observar e guardar sigilo de todos os dados pessoais e profissionais obtidos em decorrência do presente edital, e a não utilizar ou divulgar as informações obtidas para qualquer fim, sob as penas da lei civil, penal e correlatas.

16.10. As normas que disciplinam este Credenciamento serão sempre interpretadas em favor da ampliação do universo de participantes, atendido o interesse público, sem comprometimento da segurança da contratação.

16.11. Quaisquer outros elementos necessários ao perfeito entendimento deste edital poderão ser obtidos por intermédio da Secretaria da Câmara e Agente de Contratação da Câmara Municipal de Minduri, exclusivamente pelo e-mail: camara@camaraminduri.mg.gov.br

16.12. Este procedimento poderá ser acompanhado pelo Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP e pelo portal oficial da Câmara Municipal de Minduri, onde são divulgados os prazos, consultas e demais informações do Credenciamento.

17 DA FISCALIZAÇÃO

17.1. A Câmara Municipal de Minduri realizará o acompanhamento da execução dos serviços prestados aos beneficiários, através da Secretaria da Câmara.

17.2. A Secretaria da Câmara, em conjunto com a Presidência da Câmara exercerá a mais ampla fiscalização da execução contratual.

17.2.1. A Secretaria da Câmara, em conjunto com a Presidência da Câmara farão o monitoramento do atendimento por meio de relatórios gerenciais, que deverão ser apresentados conforme as exigências constantes no Termo de Referência – ANEXO II. As ocorrências deverão ser registradas em relatórios anexados ao(s)

processo(s) do(s) credenciado(s).

17.2.2. A fiscalização por parte da Secretaria da Câmara e Presidência não eximirá ou reduzirá, em nenhuma hipótese, a responsabilidade da **CONTRATADA** em eventual falta que venha a cometer, mesmo que não indicada pela fiscalização desta Câmara.

17.3. O gestor do Contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA e anotará os problemas em relatório.

17.3.1. O gestor do Contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

18 DAS PENALIDADES

18.1. Pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas no Contrato, a empresa CONTRATADA, garantida a defesa prévia, fica sujeita às sanções previstas na Lei n.º 14.133/2021, sem prejuízo de outras.

18.2. São aplicáveis as sanções previstas no **artigo 156 da Lei n.º 14.133/2021,** assegurado o contraditório e a ampla defesa.

18.3. Não serão aplicadas as sanções quando o motivo da mora ou inexecução decorrer de força maior ou caso fortuito, desde que devidamente justificados, comprovados e aceitos pelo CONTRATANTE.

18.3.1. Consideram-se motivos de força maior ou caso fortuito: atos de inimigo público, guerra, revolução, bloqueios, epidemias, fenômenos meteorológicos de vulto, perturbações civis, ou acontecimentos assemelhados que fujam ao controle razoável de qualquer das partes CONTRATANTES.

18.4. O valor da multa poderá ser deduzido de eventuais créditos devidos pelo CONTRATANTE e/ou da garantia prestada pela empresa CONTRATADA, quando por esta solicitado.

18.4.1. O prazo para pagamento de multas **será de 15 (quinze) dias úteis,** a contar da intimação da infratora.

18.5. O pagamento das multas não exime a CONTRATADA do fiel cumprimento das obrigações e responsabilidades contraídas neste instrumento.

19 DA RESCISÃO

19.1. A Câmara Municipal de Minduri poderá rescindir unilateralmente o instrumento contratual, nos termos do **artigo 138, da lei federal n.º 14.133/2021.**

19.2. A rescisão do Contrato, na forma da cláusula anterior, acarretará as consequências no **artigo 139, da lei federal n.º 14.133/2021**, sem prejuízo das demais sanções.

20 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. Os interessados deverão ter pleno conhecimento dos elementos constantes deste Edital, bem como de todas as suas condições gerais e peculiares, e de seus Anexos, não podendo invocar nenhum desconhecimento deles como fato impeditivo da apresentação da documentação exigida ou do previsto nas diMGosições pertinentes à espécie.

20.2. A participante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do procedimento.

20.3. Nenhuma indenização será devida aos participantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital de Credenciamento, ou ainda, por qualquer outro motivo alegado em relação a este processo de Credenciamento Público.

20.4. A inobservância, em qualquer fase do processo de credenciamento, por parte da interessada, dos prazos estabelecidos em notificações pessoais ou gerais, será caracterizada como desistência, implicando sua

Rua Rio Grande do Sul, 100, Centro, Minduri/MG • CEP 37447-000
CNPJ: 07.400.574/0001-04 Telefone: (35) 3326-1429 / (35) 99862-2354
E-mail: camara@camaraminduri.mg.gov.br • Site: camaraminduri.mg.gov.br

exclusão do certame.

20.5. A inexatidão de afirmativas, declarações falsas ou irregulares em quaisquer documentos, ainda que verificada posteriormente, será causa de eliminação do interessado do processo de credenciamento, anulando-se a inscrição, bem como todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo das demais medidas de ordem administrativa, cível ou criminal.

20.6. O presente procedimento poderá ser revogado por razões de interesse público, decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro, sem que caiba aos licitantes qualquer direito a reclamação ou indenização, com fulcro no **artigo 138 da Lei n.º 14.133/2021.**

20.7. A Agente de Contratação, com o auxílio do setor técnico e da Procuradoria Geral, dirimirá as dúvidas suscitadas pelo presente edital, desde que manifestadas por escrito e protocoladas na Secretaria da Câmara (endereço no rodapé) ou enviadas por e-mail para camara@camaraminduri.mg.gov.br.

20.7.1. Posteriormente, a Agente de Contratação encaminhará a resposta ao solicitante via e-mail e a disponibilizará no sítio eletrônico para conhecimento público.

20.8. Os demais atos pertinentes a esta licitação, passíveis de divulgação, serão publicados no Jornal Regional de Grande Circulação (Jornal Panorama), no sítio eletrônico oficial da Câmara Municipal de Minduri e nas redes sociais oficiais (Instagram e Facebook).

20.9. Integram o presente edital:

- **Anexo I - Declaração de cumprimento ao artigo 7º, inciso XXXIII da CF;**
- **Anexo II - Termo de Referência;**
- **Anexo III - Requerimento/Proposta de Adesão ao Credenciamento;**
- **Anexo IV – Termo de Credenciamento;**
- **Anexo V - Minuta do Contrato.**

JACIARA PORTELA NASCIMENTO: 32490814850
Assinado de forma digital por JACIARA PORTELA NASCIMENTO:32490814850
Dados: 2026.02.05 10:57:25 -03'00'

Minduri-MG, 05 de fevereiro de 2026

JACIARA PORTELA NASCIMENTO
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MINDURI

Rua Rio Grande do Sul, 100, Centro, Minduri/MG • CEP 37447-000
CNPJ: 07.400.574/0001-04 Telefone: (35) 3326-1429 / (35) 99862-2354
E-mail: camara@camaraminduri.mg.gov.br • Site: camaraminduri.mg.gov.br

CÂMARA MUNICIPAL DE MINDURI - MG
FL. 93
SECRETARIA DA CÂMARA

ANEXO I - DECLARAÇÃO N.º 01 - MODELO SUGERIDO

PROVA DE CUMPRIMENTO AO ARTIGO 7º, inciso XXXIII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

_____, inscrita (o) no CNPJ sob número _____, por intermédio de seu representante legal, Sr. (a) _____, portador (a) do RG _____, e do CPF _____, **DECLARA**, sob as penas da lei que está EM SITUAÇÃO REGULAR PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO para fins de cumprimento do diMGosto **no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal da República Federativa do Brasil**, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos de idade em funções noturnas, insalubres ou perigosas, e de que não emprega menor de 16 (dezesseis) anos em qualquer função, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

_____, ____de _____de 20__.

_____

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

EMAIL:
TELEFONE:

Rua Rio Grande do Sul, 100, Centro, Minduri/MG • CEP 37447-000
CNPJ: 07.400.574/0001-04 Telefone: (35) 3326-1429 / (35) 99862-2354
E-mail: camara@camaraminduri.mg.gov.br • Site: camaraminduri.mg.gov.br

ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO:

1.1. A presente contratação tem por objeto a seleção de empresas especializadas para administração, implementação, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de cartões eletrônicos vale-alimentação, destinados aos servidores da Câmara Municipal de Minduri, conforme especificações, quantidades e condições previstas neste Termo de Referência.

1.2. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por períodos sucessivos, conforme o disposto no artigo 105 da Lei n.º 14.133, de 2021.

1.3. Taxa de Administração: A taxa de administração será de 0% (zero por cento), sendo vedada a cobrança de quaisquer tarifas adicionais para emissão, reemissão, entrega, estorno ou recarga de cartões.

1.4. A taxa de administração de 0% (zero por cento) será fixa e irreajustável durante toda a vigência do contrato.

2. DO FUNDAMENTO DA CONTRATAÇÃO:

2.1 O objeto desta contratação dar-se-á pela regulamentação do auxílio alimentação aos servidores da Câmara, conforme dispõe o Art. 31° da Lei Complementar n° 14/2025 e prevista no Plano de Contratação Anual de 2026 em seu item 18, documento cuja íntegra foi publicada no site oficial da Câmara Municipal de Minduri.

2.2. A elaboração de um Estudo Técnico Preliminar embasou a solução aqui apresentada, garantindo que a contratação atenda às necessidades da Câmara Municipal de Minduri, conforme especificado neste Termo de Referência.

2.3. A contratação justifica-se pela obrigação decorrente da **Lei Complementar n.°14/2025**, que institui a concessão do benefício de auxílio alimentação para os servidores ativos da Câmara Municipal de Minduri.

2.4. Estima-se a necessidade de 4 (quatro) cartões eletrônicos, correspondente à média atual de servidores da Câmara Municipal de Minduri, instituída pela LC 14/2025. O número de beneficiários poderá sofrer alterações devido a inclusões ou exclusões de servidores ao longo da vigência do contrato.

2.5. A presente contratação será regida pela Lei n.º 14.133/2021, pelas disposições do edital de credenciamento, e pelas demais normas aplicáveis.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO:

3.1. A opção pelo credenciamento de empresas para a prestação de serviços de vale-alimentação foi escolhida em razão da natureza amplamente difundida desse serviço no mercado. O credenciamento permite a participação de diversas empresas qualificadas, sem a necessidade de uma competição direta, assegurando que os servidores possam escolher a opção que melhor atende às suas necessidades.

3.2. A prática de taxas negativas de administração em licitações de vale-alimentação tem sido objeto de regulamentação, visando evitar práticas que prejudiquem os beneficiários. A Portaria n.º 1.287/2017 do Ministério do Trabalho proíbe a adoção de taxas negativas no âmbito do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), de forma a garantir que o benefício seja integralmente utilizado em prol dos trabalhadores. Essa vedação é fundamental para evitar que as empresas contratadas repassem os custos de deságio por meio de taxas mais elevadas para os usuários finais, o que poderia gerar despesas adicionais para os servidores.

Rua Rio Grande do Sul, 100, Centro, Minduri/MG • CEP 37447-0
CNPJ: 07.400.574/0001-04 Telefone: (35) 3326-1429 / (35) 99862-23
E-mail: camara@camaraminduri.mg.gov.br • Site: camaraminduri.mg.gov

3.3. Ao optar pelo credenciamento, com a taxa fixa de 0% de administração, a Administração pretende evitar a prática de taxas negativas, garantindo que as condições de contratação sejam justas, transparentes e vantajosas para todas as partes envolvidas. O credenciamento, baseado em critérios técnicos previamente estabelecidos, assegura que as empresas qualificadas sejam selecionadas de maneira igualitária e eficiente. Esta abordagem visa a promoção de maior transparência no processo de contratação, ao mesmo tempo que reforça o compromisso da Administração Pública com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, conforme diMGosto na Lei n.º 14.133/2021. Além disso, o modelo de credenciamento proporciona igualdade de oportunidades às empresas interessadas, ao mesmo tempo que garante a qualidade dos serviços prestados aos servidores beneficiários do auxílio.

3.4. O procedimento de credenciamento segue as seguintes etapas principais: (1) publicação do edital de credenciamento, contendo todos os requisitos e critérios de habilitação; (2) recebimento e análise da documentação das empresas interessadas pela Agente de Contratação, para verificar a conformidade com as exigências estabelecidas; (3) formalização do credenciamento das empresas habilitadas; (4) Análise dos requisitos para assinatura dos contratos; (5) realização de um processo interno para escolha, pelos servidores, das empresas CREDENCIADAS; (6) assinatura dos contratos; e (7) acompanhamento contínuo do contrato para garantir a qualidade dos serviços prestados.

3.5 A administração realizará uma seleção interna, permitindo que os servidores escolham entre as empresas CREDENCIADAS, conforme suas preferências.

3.6 A administração deverá solicitar as empresas credenciadas que providenciem o envio, digitalmente, dentro de 5 (cinco) dias úteis, de seu material de marketing, parametrizado pelo contido neste Termo de Referência, com a finalidade de apresentar as vantagens e diferenciais que podem ser analisados pelos servidores, para decidir qual empresa será escolhida.

3.6.1 Os folders, vídeos e materiais análogos apresentados pelas empresas deverão refletir o escopo da prestação dos serviços e as funcionalidades devem ser ofertadas desde seu início efetivo.

3.7 Empresas CREDENCIADAS após o processo inicial poderão ser selecionadas pelos servidores recém-contratados no momento da contratação ou quando um novo processo de seleção for realizado pela administração.

3.7. Se houver apenas uma empresa CREDENCIADA, os servidores terão essa como única opção. No entanto, se outras empresas forem credenciadas posteriormente, os servidores poderão optar por elas no momento da contratação ou em um novo processo de seleção organizado pela administração.

3.8 Após a escolha da instituição CREDENCIADA por parte do servidor, este permanecerá vinculado à sua opção por um período mínimo de 12 (doze) meses.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

4.1. Fundamentação: A contratação objeto deste termo de referência, em atendimento ao inciso XXIII do art. 6º da Lei n.º 14.133/2021, apresenta os seguintes requisitos:

4.2. Requisitos gerais do objeto:

a) Oferecer ampla rede de estabelecimentos comerciais, garantindo conveniência e opções variadas aos usuários do vale-alimentação, sem exclusividade;
b) Ser compatível com plataformas de entrega de alimentos, permitindo que os usuários utilizem o benefício para solicitar entregas em supermercados, mercearias, açougues e estabelecimentos similares;
c) Dispor de central de atendimento gratuita para desbloqueio dos cartões;
d) Isenção de taxa de emissão, reemissão e entrega de cartões;
e) Não serão admitidos benefícios adicionais que se caracterizem como *cashback*, bônus de boas-vindas, bônus de adesão ou vantagens similares;
f) Os cartões eletrônicos deverão conter:

Rua Rio Grande do Sul, 100, Centro, Minduri/MG • CEP 37447-000
CNPJ: 07.400.574/0001-04 Telefone: (35) 3326-1429 / (35) 99862-2354
E-mail: camara@camaraminduri.mg.gov.br • Site: camaraminduri.mg.gov.br

1. Chip de segurança;
2. Nome completo do servidor;
3. Denominação da Câmara Municipal de Minduri;
4. Número da central de atendimento;

g) A Contratada deverá fornecer manual com instruções de uso do cartão e dispor de canal de esclarecimento de dúvidas aos beneficiários.

h) A Contratada deverá disponibilizar consulta de saldo, extrato, consumo médio diário e data prevista para a próxima recarga por meio de aplicativo dedicado, gratuito e compatível com dispositivos Android ou iOS.

i) O aplicativo da Contratada deve oferecer consulta de estabelecimentos da rede conveniada nas proximidades do beneficiário.

j) Os créditos carregados nos cartões deverão estar disponíveis até as 8h do primeiro dia útil de cada mês, sendo responsabilidade da Contratante informar os valores até o dia 25 do mês anterior.

k) Em casos de furto, roubo, perda, extravio ou imperfeição do cartão, a Contratada terá o prazo máximo de 8 (oito) dias úteis para entregar um novo cartão sem custos adicionais.

l) Saldos remanescentes no cartão ao fim de cada mês serão automaticamente somados ao crédito do mês subsequente.

m) O número de beneficiários poderá variar ao longo da vigência do contrato, mediante inclusão ou exclusão de servidores, de acordo com as necessidades da Contratante, observados os limites legais.

n) A Contratada deve entregar novos cartões solicitados no prazo de até 8 (oito) dias úteis após solicitação da Contratante.

o) Os cartões deverão ser entregues bloqueados, embalados individualmente e identificados nominalmente.

p) A Contratada deverá dispor de canal de atendimento para desbloqueio dos cartões por meio de central telefônica, aplicativos de mensagens ou site da Contratada.

q) Os cartões deverão conter senha individualizada, garantindo segurança tanto na distribuição quanto no uso.

r) As informações cadastrais dos beneficiários serão fornecidas pela Contratante no momento da assinatura do contrato.

s) A Contratada deverá disponibilizar à Contratante sistema eletrônico com, no mínimo, as seguintes funcionalidades:
1) Operações de cadastro de beneficiários;
2) Solicitação de emissão e cancelamento de cartões;
3) Consulta de saldo e extratos;
4) Emissão de relatórios com nome do servidor, número do cartão, data de recargas e valores creditados.

t) Aos beneficiários, a Contratada deverá oferecer:
1) Consulta de saldo e extrato por aplicativo dedicado, acessado por login e senha;
2) Consulta de estabelecimentos conveniados;
3) Atendimento para comunicação de perda, roubo ou extravio, com bloqueio imediato do cartão e solicitação de segunda via.
4) Prestação de serviços de emissão de cartões com chip de segurança, destinados à aquisição de refeições;
5) Flexibilidade de uso em supermercados, mercearias, açougues e estabelecimentos similares.

4.3. Requisitos externos:

a) A contratação deverá atender aos seguintes normativos:

a.1) Lei Federal n.º 14.133/2021;

a.2) Ato da Mesa n.º 01/2026, que regulamenta o credenciamento na Câmara de Minduri;

a.3) Lei Complementar n.º 14/2025;

a.4) Demais normativos aplicáveis ao objeto.

4.4. Prazo do contrato:

4.4.1. A vigência será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada nos termos do artigo 107 da Lei n.º 14.133/2021.

4.5. Garantia dos serviços:

4.5.1. Não será exigida garantia contratual nos termos dos artigos 96 e seguintes da Lei n.º 14.133/2021.

4.6. Sustentabilidade:

4.6.1. A Contratada deverá:

a) Durante a contratação poderá ser solicitado o plano de descarte responsável para os cartões.
b) Adotar práticas de logística reversa para materiais usados.
c) Priorizar materiais reciclados na confecção dos cartões e materiais gráficos.

4.7. Subcontratação:

4.7.1. Não será permitida subcontratação.

4.8. Vistoria:

4.8.1. Não há necessidade de vistoria prévia.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

5.1. Do Regime de Execução:

5.1.1. A CREDENCIADA será contratada por meio de inexigibilidade de licitação, com fundamento na hipótese do art. 74, inciso IV, da Lei n.º 14.133/2021, resultante do procedimento auxiliar de credenciamento previsto no art. 78, inciso I da Lei n.º 14.133/2021, observando-se ainda o disposto no artigo 7º, do Ato da Mesa n.º 01/20º26

5.1.2. O modelo de gestão do contrato será regido pela Lei n.º 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

5.2. Condições de Fornecimento:

5.2.1. Deverão ser confeccionados cartões eletrônicos com chip, em até 8 (oito) dias úteis contados da assinatura do contrato, sem custos à CONTRATANTE.

5.2.2. No caso de reemissão dos cartões, por qualquer motivo, a CONTRATADA deverá entregar as 2ªs vias no prazo de até 8 (oito) dias úteis, contados a partir da solicitação, sendo que o saldo de créditos já deverá estar disponível.

5.2.3. A CONTRATADA não cobrará taxa, ou outro valor, para substituição dos cartões eletrônicos por vencimento do prazo de validade, ou para reemissão deles em razão de extravio (perda, roubo ou furto) ou danificação.

5.2.4. A entrega dos cartões deverá ocorrer na Secretaria da Câmara Municipal de Minduri, localizada no endereço constante no rodapé.

5.2.5. O número de beneficiários poderá sofrer alterações devido a inclusões ou exclusões de servidores.

5.2.6. Para inclusão de novos beneficiários, o prazo de entrega dos cartões de vale-refeição é de até 8 (oito) dias úteis, contados da data do recebimento do Pedido de Inclusão pelo Gestor do Contrato.

5.2.7. As informações cadastrais dos servidores da CONTRATANTE, que farão jus ao cartão alimentação, serão fornecidas à CONTRATADA, em meio eletrônico, conforme leiaute de arquivos definido pela mesma, na data de assinatura do contrato.

5.2.8. A CONTRATADA deverá efetuar as entregas dos cartões eletrônicos em envelopes lacrados e com identificação nominal, contendo manual básico para operação e utilização deles.

Legislatura 2025-2028 | Gestão 2026

5.2.9. A CONTRATADA deverá disponibilizar atendimento, através de telefone ou internet, para que o beneficiário realize o desbloqueio do cartão.

5.2.10. Os cartões deverão ter obrigatoriamente senha individualizada, obedecendo aos padrões técnicos e características físicas que garantam a segurança quando da distribuição e da utilização no pagamento das deMGesas.

5.2.11. O montante de cartões eletrônicos com chip a ser entregue à Câmara dependerá do número de adesões a cada credenciado.

5.2.12. À Secretaria da Câmara caberá o recebimento do objeto e a verificação de que foram cumpridos os termos, especificações e demais exigências, dando-se em conformidade com o artigo 140 da Lei n.º 14.133 de 2021.

5.3. VALOR DO BENEFÍCIO:

5.3.1. O valor para cada beneficiário será de R$300,00 (trezentos reais), que será reajustado anualmente, mediante portaria(s) do(a) Presidente da Câmara, na mesma data e sob o mesmo percentual do reajuste geral que for aplicado à remuneração dos servidores da Câmara Municipal, conforme dispõe o art. 33º da LC n.º 14/2025.

5.3.2. O servidor fará jus ao auxílio-alimentação na proporção dos dias trabalhados, observado o disposto nos artigos 37 e 38 da LC n.º 14/2025.

5.3.3. Os valores mensais dos créditos poderão ser variáveis, decorrentes do número de servidores contratados e dispensados.

5.3.4. A CONTRATANTE informará à CONTRATADA, por meio eletrônico, os valores a serem creditados a cada beneficiário, até o dia 25 do mês anterior ao da recarga dos créditos.

5.3.5. A recarga dos créditos nos respectivos cartões deverá ser disponibilizada até o primeiro dia útil de cada mês, a partir das 8h00, sob pena de aplicação de sanção administrativa pelo atraso na prestação do serviço, sem prejuízo das demais sanções eventualmente cabíveis.

5.3.6. A CONTRATADA deverá oferecer tecnologia de recarga automática de créditos nos cartões sem a necessidade de utilização de terminais.

5.3.7. Os créditos inseridos nos cartões eletrônicos, se não utilizados dentro do mês de competência, deverão obrigatoriamente somar-se aos próximos créditos, de tal forma que os servidores deste Órgão em hipótese alguma sejam prejudicados.

5.3.8. Os créditos disponibilizados nos cartões serão cumulativos e não deverão possuir validade para utilização até que o beneficiário utilize todo o saldo disponível.

5.4. DA REDE CREDENCIADA:

5.4.1. A CONTRATADA deverá comprovar, como CONDIÇÃO PARA ASSINATURA DO CONTRATO, a quantidade mínima de 5 (cinco) estabelecimentos credenciados e ativos na cidade de Minduri para a utilização do cartão alimentação.

5.4.2. A CONTRATADA deverá manter um mínimo de 20 (vinte) estabelecimentos credenciados e ativos nas regiões: Cruzília, Baependi, Caxambu, Aiuruoca, São Vicente de Minas, Andrelândia, São João Del Rei, sendo que ao menos 8 (oito) sejam hipermercados ou supermercados.

5.4.3. Cada unidade deverá ser considerada como 1 (um) estabelecimento.

5.4.4 A relação de estabelecimentos exigida deverá ser encaminhada à Câmara em formato Excel, ordenado por região e município, contendo nome fantasia, razão social, CNPJ, endereço completo e telefone.

5.4.6. Quando houver solicitação de credenciamento de novos estabelecimentos, a CONTRATADA deverá finalizar o pedido, ou justificar o não credenciamento, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos.

5.4.7. A CONTRATADA deverá cancelar o credenciamento dos estabelecimentos comerciais que não cumprirem as exigências sanitárias e que, por ação ou omissão, concorram para o desvirtuamento do

Rua Rio Grande do Sul, 100, Centro, Minduri/MG • CEP 37447-000
CNPJ: 07.400.574/0001-04 Telefone: (35) 3326-1429 / (35) 99862-2354
E-mail: camara@camaraminduri.mg.gov.br • Site: camaraminduri.mg.gov.br

benefício mediante o uso indevido do cartão ou outras práticas irregulares, eMGecialmente:

a) A troca do benefício por dinheiro em eMGécie;

b) A exigência de qualquer tipo de ágio ou a imposição de descontos sobre o valor do benefício.

5.4.8. A CONTRATADA deverá manter atualizada a relação dos estabelecimentos credenciados (inclusive informando o nome fantasia) ao sistema e com os quais mantenha convênio, informando, sempre que solicitado, ao preposto da Contratada, as inclusões e/ou exclusões, sendo que deverá ser mantida a condição de exigência do mesmo número de estabelecimentos credenciados em todas as localidades exigidas nesse Termo de Referência.

5.4.8.1 A qualquer momento, a Câmara Municipal de Minduri poderá solicitar cópia de convênios/contratos celebrados com os estabelecimentos comerciais, o que deverá ser atendido pela Credenciada em até 02 (dois) dias úteis a contar do recebimento da solicitação.

5.4.9. A CONTRATADA deverá apresentar, nos estabelecimentos credenciados, identificação de sua adesão ao sistema, em local de fácil visualização, por meio de placas, selos ou adesivos identificadores.

5.5. DA CENTRAL DE ATENDIMENTO:

5.5.1. A CONTRATADA deverá apresentar, como condição para assinatura do contrato, declaração informando o número da central de atendimento com custo de ligação local para a cidade do interior, e gratuita (0800) nas demais localidades, disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana, para que os usuários possam comunicar perda, roubo ou extravio dos cartões, bem como ocorrência de danos, com imediata solicitação de 2ª via.

5.5.2. A CONTRATADA deverá apresentar, como condição para assinatura do contrato, declaração informando o número da central de atendimento personalizada (atendimento pessoal), com horário de funcionamento em dias úteis, no mínimo das 09h00 às 18h00, para que os gestores do contrato possam solucionar as demandas decorrentes da administração e gerenciamento do benefício.

5.5.3. A credenciada deverá apresentar, como condição para assinatura do contrato, seu sistema de gerenciamento do benefício via *web* que possibilite autogestão, com:

1. Geração de pedido de crédito;
2. Bloqueio de cartões dos usuários;
3. Emissão de extratos por usuário e relatórios gerenciais de pedidos de créditos;
4. Acompanhamento do status dos pedidos de crédito;
5. Acompanhamento do status das entregas dos cartões;
6. Disponibilização da opção de cancelamento de pedido e de crédito (estorno).

5.5.4. A credenciada deverá apresentar, como condição para assinatura do contrato, declaração informando o "APLICATIVO MOBILE - SMARTPHONE" (que atenda ao menos os sistemas Android e iOS), que será disponibilizado aos beneficiários do cartão, contendo, no mínimo, as funções de consulta de saldo, extrato de consumo, rede credenciada e formas de contato. Ainda, deverá apresentar prospecto que comprove cabalmente seu pleno funcionamento, sendo que a qualquer momento poderá ser averiguada a comprovação das funcionalidades exigidas.

5.5.5. A CONTRATADA deverá permitir a consulta de saldo e extrato de utilização do benefício no período mínimo de 2 (dois) meses por meio do aplicativo ou website.

5.5.6. A CONTRATADA deverá comprovar, como condição para a assinatura do contrato, que dispõe de sistema eletrônico ao fiscal do contrato e acesso ao sistema para a gestão dos créditos. Um ou mais usuários poderão ter acesso completo ou parcial, sendo que os níveis de permissão (consulta/administração) de acesso ao sistema serão definidos pelo Gestor do Contrato.

5.5.7. A CONTRATADA será responsável pela retirada e descarte dos materiais relacionados ao contrato sempre que solicitado pela CONTRATANTE, obrigando-se a apresentar documentação comprobatória de sua qualificação para o descarte conforme a legislação vigente. O descumprimento poderá resultar na rescisão do contrato e na imposição de sanções administrativas.

Rua Rio Grande do Sul, 100, Centro, Minduri/MG • CEP 37447-000
CNPJ: 07.400.574/0001-04 Telefone: (35) 3326-1429 / (35) 99862-2354
E-mail: camara@camaraminduri.mg.gov.br • Site: camaraminduri.mg.gov.br

5.6. DO SUPORTE TÉCNICO:

5.6.1. A CONTRATADA deverá oferecer suporte técnico 24 horas por dia, 7 dias por semana, para resolução de problemas relacionados à utilização dos cartões, consultas de saldo e extrato, bem como dúvidas sobre o uso do aplicativo.

5.6.2. A CONTRATADA deverá garantir que o suporte técnico seja prestado por profissionais capacitados, aptos a solucionar quaisquer falhas relacionadas ao serviço no menor tempo possível.

5.6.3. O suporte técnico deverá incluir a prestação de serviço por meio de múltiplos canais de atendimento, como telefone, e-mail e aplicativos de mensagem.

5.6.4. Eventuais interrupções ou falhas técnicas no sistema que impeçam a utilização dos cartões deverão ser corrigidas em um prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas. Em caso de descumprimento, serão aplicadas as sanções administrativas previstas no contrato.

5.7. DOS RELATÓRIOS E MONITORAMENTO:

5.7.1. O sistema eletrônico da CONTRATADA deverá possibilitar a geração de relatórios sob demanda pela CONTRATANTE.

5.7.2. A CONTRATANTE poderá solicitar, a qualquer tempo, auditorias nos relatórios ou dados fornecidos pela CONTRATADA, cabendo à CONTRATADA diMGonibilizar todas as informações necessárias dentro de 10 (dez) dias úteis.

5.8. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

5.8.1. O descumprimento das obrigações contratuais por parte da CONTRATADA resultará na aplicação de sanções administrativas, conforme previsto na Lei n.º 14.133/2021 e nas disposições do contrato.

5.8.2. As sanções poderão incluir advertências, multas, suspensão temporária de participação em licitações e contratos públicos, bem como declaração de inidoneidade, conforme a gravidade do descumprimento.

5.8.3. A reincidência de falhas ou descumprimento das obrigações poderá resultar na rescisão unilateral do contrato pela CONTRATANTE, sem prejuízo das sanções administrativas e ressarcimentos cabíveis.

5.9. DO PRAZO DE EXECUÇÃO:

5.9.1. O prazo de execução dos serviços será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, conforme o artigo 107 da Lei n.º 14.133/2021.

5.10. DO LOCAL DE ENTREGA:

5.10.1. Os cartões e demais materiais deverão ser entregues em dias úteis, das 08h às 12h, no seguinte local:

- Câmara Municipal de Minduri, Rua Rio Grande do Sul, n.º 100, Centro, Minduri, CEP: 37.447-000
- Setor responsável: Secretaria da Câmara.

5.11 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.11.1. **Obrigações da Contratada:**

5.11.2. Executar fielmente os serviços descritos no Termo de Referência, observando as especificações, condições e prazos.

5.11.3. Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta contratação.

5.11.4. Sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CÂMARA MUNICIPAL DE MINDURI.

5.11.5. Designar por escrito, no ato da assinatura do Contrato, preposto(s) que tenha(m) poderes para resolução de possíveis ocorrências durante a execução do contrato.

Rua Rio Grande do Sul, 100, Centro, Minduri/MG • CEP 37447-000
CNPJ: 07.400.574/0001-04 Telefone: (35) 3326-1429 / (35) 99862-2354
E-mail: camara@camaraminduri.mg.gov.br • Site: camaraminduri.mg.gov.br

5.11.6. Comunicar, imediatamente e por escrito, qualquer anormalidade verificada na execução dos serviços ou a iminência de fatos que possam prejudicar sua execução, apresentando razões justificadoras que serão objeto de apreciação pela CÂMARA MUNICIPAL DE MINDURI.

5.11.7. Atender prontamente às reclamações da CÂMARA MUNICIPAL DE MINDURI, prestando os esclarecimentos devidos e efetuando as correções e adequações que se fizerem necessárias.

5.11.8. Reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.

5.11.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CÂMARA MUNICIPAL DE MINDURI ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pela Câmara.

5.11.10. A CONTRATADA fornecerá toda a supervisão, direção técnica e administrativa, bem como mão de obra qualificada necessárias à execução dos serviços contratados.

5.11.11. Organizar, manter, ampliar e fiscalizar uma rede de estabelecimentos que se adapte às necessidades atuais e futuras da Contratante.

5.11.12. Não utilizar quaisquer informações às quais tenha acesso em virtude do contrato a ser assinado, em benefício próprio ou em trabalhos de qualquer natureza, nem as divulgar sem autorização por escrito da Contratante.

5.11.13. Reembolsar os estabelecimentos credenciados pelo valor dos vales-alimentação utilizados durante o período de sua validade, ficando claro que a Contratante não reMGonde solidária ou subsidiariamente por este reembolso, que é de única e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

5.11.14. Comprovar o recolhimento de tributos e demais encargos devidos, direta ou indiretamente, por conta deste instrumento, sempre que solicitado pela Contratante.

5.11.15. Informar imediatamente à CONTRATANTE, mediante ofício, os dados do representante que vier a substituir o preposto indicado no contrato, sob pena da aplicação das sanções cabíveis.

5.11.16. A CONTRATADA deverá bloquear, quando necessário e mediante solicitação por e-mail do gestor contratual da CONTRATANTE, o cartão-alimentação, quando houver perdas, roubos ou extravios destes, ou na hipótese de alteração de dados cadastrais, não havendo custo adicional para a emissão do novo cartão.

5.11.17. Na ocorrência de mudança de mercado que obrigue a implantação de tecnologia mais nova para os cartões, a CONTRATADA deverá diMGonibilizar essa tecnologia aos beneficiários, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE.

5.11.18. A CONTRATADA deverá disponibilizar uma Central de Atendimento conforme constante nas declarações prestadas.

5.11.19. A CONTRATADA deverá disponibilizar em site/portal eletrônico a relação atualizada dos estabelecimentos credenciados por localidade.

5.11.20. Durante a execução do objeto, a CONTRATADA se compromete a:

a) Fornecer o objeto conforme especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
b) Manter, durante toda a execução do contrato, a compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando documentação revalidada sempre que algum documento perder a validade.

6. MODELO DE GESTÃO:

6.1. Regras gerais:

6.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais.

6.1.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por um representante especialmente designado.

6.1.3. À CONTRATANTE caberá o recebimento do objeto e a verificação de que foram cumpridos os termos, especificações e demais exigências.

6.1.4. Proporcionar à CONTRATADA todas as facilidades para a adequada prestação dos serviços.

6.1.5. Verificar, durante a vigência do contrato, a regularidade de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta contratação.

6.1.6. Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço entregue em desacordo com as especificações.

6.1.7. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

6.1.8. Atestar a nota fiscal/fatura correspondente, após realizar rigorosa conferência das características dos serviços.

6.1.9. Efetuar o pagamento no preço e condições pactuadas.

6.1.10. Os gestores/fiscais encaminharão para a autoridade competente todas as informações necessárias, por meio de relatórios dos registros efetuados, para início do procedimento de apuração de infrações e aplicação de eventuais penalidades.

6.2. Fiscalização Técnica - Atribuições:

6.2.1. A fiscalização do contrato ou outro instrumento equivalente, bem como o recebimento provisório do objeto, será de responsabilidade da Presidência, visto que a Câmara até o presente momento, não possui servidor suficiente para esta função de fiscal.

6.2.2. É responsabilidade do fiscal, no desempenho de suas funções, as atribuições previstas abaixo:

a) O fiscal acompanhará a execução do objeto conforme previsto no contrato ou instrumento equivalente, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, assegurando os melhores resultados para a Administração.

b) O fiscal é responsável pela avaliação da execução dos serviços, conferindo, por meio de checklist, se as exigências foram atendidas.

c) O fiscal anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

d) Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal emitirá notificações para a correção do objeto do contrato, determinando prazo para a correção.

e) O fiscal informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que sejam adotadas as medidas necessárias.

f) No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas fixadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

g) O fiscal comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua resonsabilidade, com vistas à renovação ou prorrogação contratual tempestiva.

Legislatura 2025-2028 | Gest 026

6.3. Gerenciamento Administrativo - Atribuições do Gestor:

6.3.1. A gestão do contrato ou outro instrumento equivalente, bem como o recebimento definitivo do objeto, será de responsabilidade da Presidência, visto que a Câmara até o presente momento, não possui servidor suficiente para esta função de gestor.

6.3.2. É responsabilidade do gestor, no desempenho de suas funções, as atribuições previstas abaixo:

a) O gestor coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato ou instrumento equivalente, contendo todos os registros formais da entrega/execução no histórico de gerenciamento do contrato ou instrumento equivalente, a exemplo da Autorização de Fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações dos prazos previstos nos instrumentos contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações para fins de atendimento da finalidade da administração.

b) O gestor acompanhará os registros realizados pelos fiscais, de todas as ocorrências relacionadas à entrega/execução e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem sua competência.

c) O gestor acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. Constatando-se alguma irregularidade na manutenção das condições de habilitação e regularidade fiscal, social e trabalhista, o gestor do contrato notificará a contratada para regularização no prazo de até 10 (dez) dias úteis. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

d) O gestor deverá enviar a documentação pertinente ao Divisão de Contratos para a formalização de alterações necessárias, via termo de aditamento.

e) O gestor emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal, quanto ao cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual e eventuais penalidades aplicadas ou início de procedimento de apuração de penalidade.

f) O gestor tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

g) O gestor deverá elaborar relatório final com informações sobre a obtenção dos objetivos que justificaram a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para aprimoramento das atividades da Administração.

h) O gestor deverá comunicar à chefia/diretoria da área os prazos de vencimento das garantias dos serviços adquiridos pelo contrato, para fins de controle pelos reMGonsáveis pela área.

i) O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente à Secretaria da Câmara para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão, nos termos do contrato.

6.4. Preposto:

a) A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

b) A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Legislatura 2025-2028 | Gest 2026

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:

7.1. DA MEDIÇÃO:

7.1.1. A avaliação da execução do objeto será promovida por meio de Relatório de aferição da qualidade da prestação dos serviços, mediante preenchimento dos Modelos de Termos de Recebimento Provisório e Definitivo, bem como, se necessários, relatórios complementares emitidos pela fiscalização/gestão do contrato.

7.1.2 Recebimento e emissão do Termo Provisório:

a) Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, pelo fiscal, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico. O prazo do recebimento provisório será iniciado a partir do recebimento da comunicação de conclusão dos serviços, encaminhado pela empresa contratada, com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

b) O Contratado ficará obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

c) Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.3. Recebimento e emissão do Termo Definitivo:

a) Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, pela presidência da Câmara, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante Termo detalhado.

b) O prazo do Termo Definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para aferição do atendimento das exigências contratuais.

c) No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei n.º 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que seja pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

d) Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

e) O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a reMGonsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço, nem a reMGonsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.2. DA LIQUIDAÇÃO:

7.3. Prazo de Liquidação: Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de liquidação em até 10 (dez) dias úteis.DO PAGAMENTO:

7.3.1. Prazo de pagamento: O pagamento será efetuado no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

7.3.2. Forma de pagamento:

a) O pagamento será realizado por meio de ordem bancária para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada, ou via transferência eletrônica (PIX), conforme informado no ANEXO III (Requerimento de Adesão) ou outro documento equivalente.

b) Quando do pagamento, será efetuada a retenção dos tributos conforme a legislação vigente, com base nas alíquotas correMGondentes, considerando-se eventuais isenções que estejam corretamente comprovadas.

c) Caso ocorra qualquer impedimento para a efetivação do pagamento devido à ausência de regularidade fiscal ou por problemas nas condições contratuais, a Contratante deverá comunicar formalmente a Contratada, que terá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para regularizar a situação,

Rua Rio Grande do Sul, 100, Centro, Minduri/MG • CEP 37447-000
CNPJ: 07.400.574/0001-04 Telefone: (35) 3326-1429 / (35) 99862-2354
E-mail: camara@camaraminduri.mg.gov.br • Site: camaraminduri.mg.gov.br

sem prejuízo da aplicação de sanções cabíveis.

d) No caso de eventuais créditos tributários passíveis de retenção, como IRPJ, CSLL, PIS/PASEP e COFINS, a Contratante aplicará as retenções conforme o diMGosto na legislação aplicável.

e) O Município de Minduri, conforme a legislação vigente, não firmou convênios com a União relativos à retenção de CSLL, PIS/PASEP e COFINS, portanto, tais tributos não serão retidos nos pagamentos realizados.

8. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

8.1. **Seleção do Fornecedor:** O fornecedor será selecionado por meio do procedimento de credenciamento, conforme o disposto no artigo 2°, inciso II, do Ato da Mesa n.º 01/2026, observando-se o disposto na Lei n.º 14.133/2021.

8.2. Serão necessários apresentação das seguintes qualificações, conforme previsto no instrumento convocatório:

a) Habilitação Jurídica;
b) Fiscal Social e Trabalhista,
c) Qualificação Econômico Financeira (Falência e Concordata);
d) Qualificação Técnica (Atestado de Capacidade Técnica).

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

9.1. **Fundamentação:** A estimativa do valor da contratação é de R$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais). Essa estimativa foi calculada com base nos parâmetros indicados abaixo. Estima-se a necessidade de 4 (quatro) cartões eletrônicos, correspondente à média atual de servidores da Câmara Municipal de Minduri, instituída pela LC 14/2025. O número de beneficiários poderá sofrer alterações devido a inclusões ou exclusões de servidores ao longo da vigência do contrato.

CÁLCULO ESTIMADO		
BENEFÍCIO		**R$ 300,00**
Nº DE SERVIDORES		**04**
VALOR MENSAL POR BENEFICIÁRIO		**R$ 300,00**
VALOR MENSAL X TOTAL DE BENEFICIÁRIOS		**R$ 1.200,00**
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	**0%**	**R$ 0,00**
VALOR TOTAL ESTIMADO PARA 12 (DOZE) MESES		**R$ 14.400,00**

9.1.1. O valor para cada beneficiário será de R$300,00 (trezentos reais), que será reajustado anualmente, mediante portaria(s) do(a) Presidente da Câmara, na mesma data e sob o mesmo percentual do reajuste geral que for aplicado à remuneração dos servidores da Câmara Municipal, conforme dispõe o art. 33º da LC n.º 14/2025.

9.1.2. O servidor fará jus ao auxílio-alimentação na proporção dos dias trabalhados, observado o disposto nos artigos 37 e 38 da LC n.º 14/2025.

9.1.3. Os valores mensais dos créditos poderão ser variáveis, decorrentes do número de servidores contratados e dispensados.

9.2. A CONTRATANTE informará à CONTRATADA, por meio eletrônico, os valores a serem creditados a cada beneficiário até o dia 25 do mês anterior ao da recarga dos créditos.

9.3. A recarga dos créditos nos cartões deverá ocorrer até o primeiro dia útil de cada mês, a partir das 8h00. O não cumprimento deste prazo sujeita a CONTRATADA à aplicação de sanções administrativas.

Rua Rio Grande do Sul, 100, Centro, Minduri/MG • CEP 37447-000
CNPJ: 07.400.574/0001-04 Telefone: (35) 3326-1429 / (35) 99862-2354
E-mail: camara@camaraminduri.mg.gov.br • Site: camaraminduri.mg.gov.br

9.4. A CONTRATADA deverá fornecer tecnologia de recarga automática de créditos nos cartões, sem necessidade de utilização de terminais.

9.5. Os créditos que não forem utilizados no mês de competência deverão ser automaticamente transferidos para o próximo mês, sem prejuízo ao beneficiário.

9.6. Os créditos diMGonibilizados nos cartões são cumulativos e deverão permanecer válidos até que o beneficiário utilize todo o saldo diMGonível.

9.7. O valor estimado da contratação foi estabelecido com base no que prescreve o art. 33º da LC n.º 14/2025.

9.8. É importante ressaltar que este valor é uma estimativa e poderá sofrer alterações durante a vigência do contrato, em função da variação do número de beneficiários.

9.9. Valor total estimado: R$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais), para o período de 12 (doze) meses.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da execução do objeto onerarão a seguinte dotação orçamentária: 01.02.01.01.031.001.2.0005 – 339046 (Auxílio Alimentação)

Minduri, 26/01/2026

Jaciara Portela Nascimento
Presidente

Legislatura 2025-2028 | Ge 2026

ANEXO III - REQUERIMENTO DE ADESÃO AO CREDENCIAMENTO E PROPOSTA

SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO e ACEITAÇÃO DAS CONDIÇÕES DO PRESENTE EDITAL

CHAMADA PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO N.º 001/2026.

[NOME DA PESSOA JURÍDICA), com sede [...ENDEREÇO....], inscrito(a) no CNPJ - MF sob n.º [...], tendo em vista o disposto no Edital de chamada pública para Credenciamento n.º 001/2026 da Câmara Municipal de Minduri, neste ato representado por **(NOME DOS SÓCIOS REPRESENTANTES (CONFORME CONSTA NO CONTRATO SOCIAL/ESTATUTO EM VIGOR),** inscrito(a) no CPF sob n.º [...], vem perante V. Senhoria, APRESENTAR documentação exigida, bem como declarar que concordamos em realizar os serviços de administração, implementação, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de cartões eletrônicos vale-alimentação, destinados aos servidores da Câmara Municipal de Minduri, conforme especificações, quantidades e condições previstas no Termo de Referência e demais anexos do edital.

DAS DECLARAÇÕES:

a) Declaramos que os serviços serão executados em conformidade com as exigências contidas no ANEXO II - Termo de Referência, que faz parte integrante do Edital de Credenciamento n.º 001/2026;

b) Assumimos inteira responsabilidade pela inexistência de fatos que possam impedir nossa habilitação na presente Chamada Pública, bem como pela autenticidade de todos os documentos apresentados para habilitação;

c) Declaramos, sob as penas da lei, que não fomos considerados inidôneos ou suspensos para licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal;

d) Declaramos, sob as penas da lei, que pretendemos executar o objeto, cumprindo o quantitativo mínimo exigido no item 9 e seus subitens do Termo de Referência;

e) Aceitamos integralmente e de maneira irretratável os termos do Edital e seus anexos.

DOS DADOS:

Razão Social:	
CNPJ:	
Inscrição Estadual:	Inscrição Municipal:
Endereço:	
Telefone:	E-mail profissional:

- **Representante Legal da empresa:**

Nome:	
RG:	
CPF:	Cargo:
Telefone:	E-mail:

DADOS BANCÁRIOS:

Rua Rio Grande do Sul, 100, Centro, Minduri/MG • CEP 37447-000
CNPJ: 07.400.574/0001-04 Telefone: (35) 3326-1429 / (35) 99862-2354
E-mail: camara@camaraminduri.mg.gov.br • Site: camaraminduri.mg.gov.br

Nome do banco: _____
Número da agência: _____
Nº conta corrente: _____
Chave (PIX): _____
Nome do proponente (pessoa jurídica): _____

Nestes termos,

Pede deferimento,

Cidade, ____/ ____/ _____.

_____

Nome e Assinatura do Representante legal da Pessoa Jurídica

N.º RG/CPF (MF)

Rua Rio Grande do Sul, 100, Centro, Minduri/MG • CEP 37447-000
CNPJ: 07.400.574/0001-04 Telefone: (35) 3326-1429 / (35) 99862-2354
E-mail: camara@camaraminduri.mg.gov.br • Site: camaraminduri.mg.gov.br

ANEXO IV

MINUTA TERMO DE CREDENCIAMENTO

A CÂMARA MUNICIPAL DE MINDURI, com sede na Rua Rio Grande do Sul, n° 100, Centro, Minduri -MG, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 07.400.574/0001-04, neste ato representada pela sua Presidente o Sr. **Jaciara Portela Nascimento**, inscrita no RG xx.850x4xx-6 SSP/SP e inscrita no CPF sob o n.º xxx.908.xxx-50 e a empresa **.....**, com sede à ...., nº ..., (CIDADE/ESTADO), CEP: ..., inscrita no CNPJ/MF sob o n.º ...., e-mail institucional ....., Telefone (...) ..., neste ato representada por ....., (cargo) , ... e inscrita no CPF sob o n.º ...., e-mail pessoal , ao final assinado, doravante designada EMPRESA CREDENCIADA, têm entre si justo e acordado, em consonância com o Processo Licitatório n.º 003/2026 e Credenciamento n.º 001/2026, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores, do Ato da Mesa n.º 01/2026 e demais legislações aplicáveis, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente é a administração, implementação, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de cartões eletrônicos vale-alimentação, destinados aos servidores da Câmara Municipal de Minduri, conforme especificações, quantidades e condições previstas neste Termo de Referência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

O prazo de vigência do credenciamento é indeterminado, cabendo ao credenciado manifestar sua intenção de descredenciar-se sempre com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

Os contratos firmados em decorrência do credenciamento seguirão prazo de vigência específico previsto nos artigos 106 e 107 da Lei n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA APLICAÇÃO

O presente Termo de Credenciamento rege-se nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores, do Ato da Mesa n.º 01/2026 e demais legislações aplicáveis.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

A CREDENCIADA assume todos os direitos, deveres e obrigações decorrentes do credenciamento, declarando-se de pleno acordo com as normas estabelecidas no Edital de Credenciamento nº 001/2026, obrigando-se o signatário em todos os seus termos, sob pena de aplicação das sanções referidas neste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DO FORO

Rua Rio Grande do Sul, 100, Centro, Minduri/MG • CEP 37447-000
CNPJ: 07.400.574/0001-04 Telefone: (35) 3326-1429 / (35) 99862-2354
E-mail: camara@camaraminduri.mg.gov.br • Site: camaraminduri.mg.gov.br

Fica eleito o Foro da Comarca de Cruzília-MG para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Termo de Credenciamento.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo de Credenciamento em 02 (duas) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas adiante nominadas.

MINDURI, ...

CÂMARA MUNICIPAL DE MINDURI
CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Rua Rio Grande do Sul, 100, Centro, Minduri/MG • CEP 37447-00
CNPJ: 07.400.574/0001-04 Telefone: (35) 3326-1429 / (35) 99862-235
E-mail: camara@camaraminduri.mg.gov.br • Site: camaraminduri.mg.gov.b

ANEXO V - MINUTA CONTRATUAL

CONTRATO Nº xxx/2026

CONTRATO QUE CELEBRAM ENTRE SI A CÂMARA MUNICIPAL DE MINDURI E A EMPRESA [NOME DA EMPRESA A SER PREENCHIDO]

A CÂMARA MUNICIPAL DE MINDURI, com sede na Rua Rio Grande do Sul, nº 100, Centro, Minduri (MG), CEP 37.447-000 inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 07.400.574/0001-04, neste ato representada pela sua Presidente o Sr. **Jaciara Portela Nascimento**, inscrita no RG xx.850x4xx-6 SSP/SP e inscrita no CPF sob o n.º xxx.908.xxx-50, e a empresa [NOME DA EMPRESA A SER PREENCHIDO], com sede na Avenida....., nº ....., CEP ....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., e-mail ...., telefones ....., neste ato representada por sua [CARGO DA REPRESENTANTE], a Sra. [NOME DA REPRESENTANTE], portadora da cédula de identidade RG nº ... ÓRGÃO EXPEDITOR e inscrita no CPF/MF sob o nº ...., e-mail pessoal ...., telefone , residente e domiciliado na ...., nº .... – Apartamento ...., ... (...), CEP ...., , doravante denominada CONTRATADA, têm entre si ajustado o presente CONTRATO, em consonância com o Processo Licitatório n.º 003/2026 e Credenciamento n.º 001/2026 e a Contratação direta por Inexigibilidade nº 001/2026, nos termos da Lei nº 14.133 – de 1º de abril de 2021 – e suas alterações posteriores, do Ato da Mesa n.º 01/2026 e demais legislações aplicáveis, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O Objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada na administração, implementação, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de cartões eletrônicos de vale-alimentação, destinados aos servidores da Câmara Municipal de Minduri, conforme especificações, quantidades e condições previstas no Termo de Referência e nos demais anexos do Edital de Credenciamento nº 001/2026.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição: o Termo de Referência; o Edital de Credenciamento; o Requerimento de Adesão ao Credenciamento e Proposta; a Contratação Direta por Inexigibilidade de Licitação; e, eventuais anexos dos documentos citados.

CLÁUSULA SEGUNDA – MODELOS DE EXECUÇÃO E DE GESTÃO CONTRATUAIS

2.1. Os critérios da contratação, da fiscalização, dos prazos e das demais condições para execução do Objeto constam do Termo de Referência (ANEXO II do Edital do Credenciamento nº 001/2026).

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do presente instrumento, podendo ser prorrogado por períodos sucessivos, conforme o disposto nos artigos 105, 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

Rua Rio Grande do Sul, 100, Centro, Minduri/MG • CEP 37447-000
CNPJ: 07.400.574/0001-04 Telefone: (35) 3326-1429 / (35) 99862-2354
E-mail: camara@camaraminduri.mg.gov.br • Site: camaraminduri.mg.gov.br

3.2. Antes de prorrogar o prazo de vigência, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal da CONTRATADA, consultando os cadastros necessários (artigo 91, § 4º, da Lei nº 14.133/2021), comprovando-se que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação.

3.3. O Contrato não poderá ser prorrogado quando a CONTRATADA tiver sido penalizada com as sanções de Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar e Impedimento de Licitar e Contratar com o Poder Público, observando-se a abrangência da aplicação.

CLÁUSULA QUARTA – VALOR

4.1. O valor do benefício individual será de R$300,00 (trezentos reais), conforme informado mensalmente pela CONTRATANTE, totalizando o valor de A estimativa do valor da contratação é de R$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais). Essa estimativa foi calculada com base nos parâmetros indicados abaixo. Estima-se a necessidade de 4 (quatro) cartões eletrônicos, correspondente à média atual de servidores da Câmara Municipal de Minduri, instituída pela LC 14/2025. O número de beneficiários poderá sofrer alterações devido a inclusões ou exclusões de servidores ao longo da vigência do contrato.

4.2 No valor acima, estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do Objeto contratado.

4.3 Os valores e quantitativos de beneficiários são apenas estimados e poderão variar ao longo da vigência do contrato em razão das necessidades do CONTRATANTE.

4.3.1 Os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA QUINTA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. O pagamento será realizado conforme os critérios e a periodicidade da medição previstos no Termo de Referência (ANEXO II do Edital de Credenciamento nº 001/2026).

5.2. O pagamento será realizado através de boleto ou ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA no Requerimento de Adesão ao Credenciamento e Proposta.

5.2.1. O prazo de liquidação da despesa é de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da Nota Fiscal pelo Gestor/Fiscal do Contrato.

5.2.2. O prazo de pagamento é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da liquidação da despesa.

5.2.3. CONTRATADA comunicará o término de cada parcela dos serviços à CONTRATANTE, que, por sua vez, após realizar os recebimentos provisório e definitivo da parcela respectiva, comunicará a CONTRATADA para emissão da Nota Fiscal, no valor efetivo apurado mensalmente ou no valor exato dimensionado pela fiscalização, se houver glosa de valor.

5.3. No caso de atraso no pagamento por culpa exclusiva da CONTRATANTE, serão devidos juros moratórios de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês e atualização monetária com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor EMGecial – IPCA-E, ambos calculados e incidentes a partir do término do prazo legal para pagamento.

5.4. O prazo de pagamento inicia-se com a finalização da fase de liquidação, após o protocolo na Secretaria da Câmara da Nota Fiscal acompanhada do termo de recebimento definitivo e demais documentos comprobatórios do crédito.

5.5. O Setor Competente, para proceder o pagamento, deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) a validade da Nota;
b) a data da emissão;
c) os dados do Contrato e do órgão CONTRATANTE;
d) o período respectivo de execução do Contrato;
e) o valor a pagar; e,

Rua Rio Grande do Sul, 100, Centro, Minduri/MG • CEP 37447-000
CNPJ: 07.400.574/0001-04 Telefone: (35) 3326-1429 / (35) 99862-2354
E-mail: camara@camaraminduri.mg.gov.br • Site: camaraminduri.mg.gov.br

f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

5.7. Previamente ao pagamento, o responsável pelo recebimento do Objeto, deve verificar a manutenção das condições exigidas para a habilitação na licitação ou na contratação direta, efetuando as consultas necessárias e/ou solicitando os documentos revalidados à parte CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. A taxa de administração será de 0% (zero por cento), conforme vedado o uso de taxas negativas pelo PAT (Portaria 1.287/2017).

6.1.1 Não haverá cobrança de quaisquer tarifas adicionais para emissão, reemissão, entrega, estorno ou recarga de cartões.

6.2. A taxa de administração de 0% (zero por cento) será fixa e irreajustável durante toda a vigência do Contrato.

6.3. O valor do benefício será reajustado anualmente, mediante portaria(s) do(a) Presidente da Câmara, na mesma data e sob o mesmo percentual do reajuste geral que for aplicado à remuneração dos servidores da Câmara Municipal, conforme dispõe o art. 33º da LC n.º 14/2025, sendo formalizado com a contratada por apostilamento, conforme artigo 136 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As depesas decorrentes da execução do Contrato onerarão a seguinte dotação orçamentária: 01.02.01.01.031.001.2.0005 – 339046 (Auxílio Alimentação).

7.2. Para o exercício subsequente, as despesas decorrentes da execução deste contrato correrão por conta da mesma verba e serão incluídas no orçamento do referido exercício.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o Contrato e o Termo de Referência (ANEXO II do Edital de Credenciamento nº 001/2026).

8.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA.

8.3. Receber o objeto, por meio dos Gestores e Fiscais, nos prazos e nas condições estabelecidas no Termo de Referência, mediante lavratura dos termos provisório e definitivo, previstos no artigo 140, inciso I, alíneas "a" e "b", da Lei nº 14.133/2021.

8.4. O recebimento provisório ocorrerá após comunicação da CONTRATADA sobre o término dos serviços, cabendo ao Fiscal do Contrato verificar a conformidade dos serviços executados no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir do qual remeterá as informações/documentação necessária para emissão do termo de recebimento definitivo detalhado pelo Gestor do Contrato, que o fará no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

8.5. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no Objeto fornecido, para que seja por ela substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

8.6. Comunicar a contratada para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do Objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do Objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o artigo 143 da Lei nº 14.133/2021.

8.7. Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correMGondente à execução do Objeto, no prazo, na forma e nas condições estabelecidas no presente Contrato e no Termo de Referência (ANEXO II do Edital de Credenciamento nº 001/2026).

8.8. Aplicar à CONTRATADA as sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato.

Rua Rio Grande do Sul, 100, Centro, Minduri/MG • CEP 37447-000
CNPJ: 07.400.574/0001-04 Telefone: (35) 3326-1429 / (35) 99862-2354
E-mail: camara@camaraminduri.mg.gov.br • Site: camaraminduri.mg.gov.br

8.9. O Gestor do Contrato cientificará à Administração para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA.

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento, ressalvadas as solicitações manifestamente impertinentes, meramente protelatórias ou de nenhum interesse para a boa execução do Ajuste.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela CONTRATADA no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, a contar da finalização da instrução do pedido.

8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (artigo 137, § 4º, da Lei nº 14.133/2021).

8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.14. A fiscalização por parte da Câmara Municipal de Minduri não eximirá ou reduzirá, em nenhuma hipótese, a reMGonsabilidade da CONTRATADA em eventual falta que venha a cometer, mesmo que não indicada pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, prevalecendo, no caso de divergência, aquelas constantes do Termo de Referência e do instrumento convocatório, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do Objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir diMGostas.

9.2. Indicar e manter preposto para representá-la na execução do Contrato.

9.3. Deve a CONTRATADA comunicar/informar formalmente ao Gestor do Contrato acerca do início e da conclusão da execução dos serviços.

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo Gestor/Fiscal do Contrato ou autoridade superior.

9.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste Contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência.

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo Gestor/Fiscal do Contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do Objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou a terceiros, não reduzindo essa reMGonsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento da execução contratual pela CONTRATANTE, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no Edital, o valor correMGondente aos danos sofridos.

9.8. Não contratar, durante a vigência do Contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da CONTRATANTE ou do Fiscal/Gestor do Contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021, conforme cláusula 2.2.4. do Edital de Credenciamento nº 001/2026.

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo Contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação eMGecífica, cuja inadimplência não transfere a reMGonsabilidade à CONTRATANTE.

9.10. Apresentar documentação de regularidade fiscal, social e trabalhista quando solicitada pelo Fiscal/Gestor, se não for possível a verificação por meio do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores

Rua Rio Grande do Sul, 100, Centro, Minduri/MG • CEP 37447-0
CNPJ: 07.400.574/0001-04 Telefone: (35) 3326-1429 / (35) 99862-23
E-mail: camara@camaraminduri.mg.gov.br • Site: camaraminduri.mg.gov

(SICAF).

9.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus representantes, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, aos documentos referentes ao Objeto.

9.12. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos.

9.14. Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às eMGecificações do Termo de Referência (ANEXO II do Edital de Credenciamento nº 001/2026).

9.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

9.16. Cumprir, durante todo o período de execução do Contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei nº 14.133/2021.

9.16.1. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo Fiscal/Gestor do Contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (artigo 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021).

9.17. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua Proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua Proposta não seja satisfatório para o atendimento do Objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no artigo 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133/2021.

9.18. Será vedado à CONTRATADA ceder, sub-rogar, subcontratar ou transferir o Contrato.

9.19. Manter, durante toda a vigência do Contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas e com as condições exigidas para habilitação no Credenciamento e para assinatura contratual.

9.20. Informar as alterações promovidas no Contrato Social da empresa CONTRATADA, como mudança de endereço, alteração de sócios/titulares e, principalmente, se ocorrer fusão, cisão ou incorporação para que a CONTRATANTE delibere sobre a manutenção do Contrato, devendo a nova pessoa jurídica comprovar o atendimento das exigências de habilitação previstas em Edital.

9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA que:

a) der causa à inexecução parcial do Contrato;

b) der causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do Contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do Objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do Contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do Contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; e,

Rua Rio Grande do Sul, 100, Centro, Minduri/MG • CEP 37447-000
CNPJ: 07.400.574/0001-04 Telefone: (35) 3326-1429 / (35) 99862-2354
E-mail: camara@camaraminduri.mg.gov.br • Site: camaraminduri.mg.gov.br

CÂMARA MUNICIPAL DE MINDURI - MG
FL. 96
RUBRICA DO SERVIDOR
SECRETARIA DA CÂMARA

h) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas a CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) Advertência, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos termos do artigo 156, § 2º, da Lei nº 14.133/2021;

b) Impedimento de Licitar e Contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos termos do artigo 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021;

c) Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, nos termos do artigo 156, § 5º, da Lei nº 14.133/2021;

d) Multa, aplicada ao responsável por qualquer das infrações previstas no artigo 155 da Lei nº. 14.133/2021:

(1) Moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor global dos recursos correMGondentes ao total de beneficiários vinculados à CONTRATADA, até o limite de 10 (dez) dias;

(1.a) O atraso superior a 10 (dez) dias autoriza a Administração a promover a extinção do Contrato por descumprimento.

(2) Para a inexecução parcial do Contrato, multa de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) sobre o valor global dos recursos correMGondentes ao total de beneficiários vinculados à CONTRATADA, levando-se em conta a gravidade da falha/sanção.

(3) Para a inexecução parcial que cause grave dano, multa de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor global dos recursos correMGondentes ao total de beneficiários vinculados à CONTRATADA.

(4) Para a inexecução total do Contrato, multa compensatória de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor global dos recursos correMGondentes ao total de beneficiários vinculados à CONTRATADA.

(5) Para a infração descrita na alínea "d" da cláusula 10.1. (ensejar o retardamento da execução ou da entrega do Objeto da contratação sem motivo justificado), multa compensatória de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor global dos recursos correMGondentes ao total de beneficiários vinculados à CONTRATADA.

(6) Para as infrações descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" da cláusula 10.1. (apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do Contrato; praticar ato fraudulento na execução do Contrato; comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; e, praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013), multa compensatória de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor global dos recursos correMGondentes ao total de beneficiários vinculados à CONTRATADA.

10.2.1. A aplicação da multa de mora não impedirá a Administração de convertê-la em compensatória, promovendo a extinção unilateral do Contrato, nos termos do parágrafo único do artigo 162 da Lei nº 14.133/2021.

10.3. O recolhimento da multa deverá ser feito no prazo máximo de até 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento pela CONTRATADA da guia.

10.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (artigo 156, § 8º, da Lei nº 14.133/2021).

Legislatura 2025-2028 | Ges 2026

10.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo máximo de até 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (artigo 157 da Lei nº 14.133/2021).

10.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e nos parágrafos do artigo 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de Impedimento de Licitar e Contratar e de Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar.

10.7. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

10.8. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE (artigo 156, § 9º, da Lei nº 14.133/2021).

10.9. Na aplicação das sanções, serão considerados (artigo 156, § 1º, da Lei nº 14.133/2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para a CONTRATANTE;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013 serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei (artigo 159 da Lei nº 14.133/2021).

10.11. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada, nos termos do artigo 160, da Lei nº 14.133/2021.

10.12. A CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de até 15 (quinze) dias úteis, contados da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e SuMGensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (artigo 161 da Lei nº 14.133/2021).

10.13. As sanções de Impedimento de Licitar e Contratar e de Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1. O presente Contrato, em conjunto com suas obrigações, se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes estipulantes.

11.2. O presente Contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, desde que sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o Contrato, sendo certo que, se a operação implicar mudança da pessoa jurídica CONTRATADA, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.3. O presente Instrumento poderá ser extinto caso se constate que a CONTRATADA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão daquele, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (artigo 14, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021).

Rua Rio Grande do Sul, 100, Centro, Minduri/MG • CEP 37447-000
CNPJ: 07.400.574/0001-04 Telefone: (35) 3326-1429 / (35) 99862-2354
E-mail: camara@camaraminduri.mg.gov.br • Site: camaraminduri.mg.gov.br

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

12.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

12.3. Registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples apostila, diMGensada a celebração de termo aditivo, na forma do artigo 136 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

13.1. Incumbirá à CONTRATANTE divulgar o presente Instrumento e seus aditamentos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no artigo 94 da Lei nº 14.133/2021, no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data de assinatura do Instrumento, bem como providenciar a sua divulgação em sítio oficial da Câmara Municipal (www.camaraminduri.mg.gov.br), e pelas redes sociais oficias da Câmara, sendo as redes: Instagram e Facebook.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. O presente Contrato é regido pelas normas da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

14.2. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas: na Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores; nas demais normas e regulamentos federais aplicáveis; nos Atos normativos internos; e, de forma subsidiária, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais do Contrato.

14.3. Na contagem dos prazos mencionados neste Contrato, exclui-se o dia de começo e inclui-se o dia do vencimento, prorrogando-se este, automaticamente, para o primeiro dia útil, se recair em dia sem expediente, na forma do artigo 183 da Lei nº 14.133/2021.

14.4. As partes declaram e concordam que o presente instrumento, incluindo todas as páginas de assinatura e demais anexos, nos termos da Lei nº 14.063/2020 e do artigo 10, § 2º, da Medida Provisória 2.200-2, poderá utilizar e reconhecer válida qualquer forma de comprovação de anuência aos termos ora acordados em formato eletrônico, ainda que não utilizem certificado digital emitido no padrão ICP-Brasil.

14.4.1. Neste caso, o Contrato será válido após assinatura da CONTRATANTE.

14.5. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do Contrato, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

14.6. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do artigo 6º da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

14.7. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

14.8. Terminado o tratamento dos dados nos termos do artigo 15 da Lei nº 13.709/2018, é dever da CONTRATADA eliminá-los, com exceção das hipóteses do artigo 16 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Cruzília para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação.

E, por estarem de acordo com todas as cláusulas deste Contrato, assinam o mesmo em 02 (duas) vias de

Rua Rio Grande do Sul, 100, Centro, Minduri/MG • CEP 37447-000
CNPJ: 07.400.574/0001-04 Telefone: (35) 3326-1429 / (35) 99862-2354
E-mail: camara@camaraminduri.mg.gov.br • Site: camaraminduri.mg.gov.br

igual teor, na presença das testemunhas abaixo.

Minduri-MG, xx de xx de 2026

CÂMARA MUNICIPAL DE MINDURI	**XXXX**
CONTRATANTE	**CONTRATADA**

TESTEMUNHAS:

1) _____ **2)** _____

Rua Rio Grande do Sul, 100, Centro, Minduri/MG • CEP 37447-000
CNPJ: 07.400.574/0001-04 Telefone: (35) 3326-1429 / (35) 99862-2354
E-mail: camara@camaraminduri.mg.gov.br • Site: camaraminduri.mg.gov.b

CÂMARA MUNICIPAL DE MINDURI-MG
FL.: 106
RUBRICA DO SERVIDOR
SECRETARIA DA CÂMARA

ANEXO III - REQUERIMENTO DE ADESÃO AO CREDENCIAMENTO E PROPOSTA

SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO e ACEITAÇÃO DAS CONDIÇÕES DO PRESENTE EDITAL

CHAMADA PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO N.º 001/2026.

[NOME DA PESSOA JURÍDICA), com sede [...ENDEREÇO....], inscrito(a) no CNPJ - MF sob n.º [...], tendo em vista o disposto no Edital de chamada pública para Credenciamento n.º 001/2026 da Câmara Municipal de Minduri, neste ato representado por **(NOME DOS SÓCIOS REPRESENTANTES (CONFORME CONSTA NO CONTRATO SOCIAL/ESTATUTO EM VIGOR),** inscrito(a) no CPF sob n.º [...], vem perante V. Senhoria, APRESENTAR documentação exigida, bem como declarar que concordamos em realizar os serviços de administração, implementação, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de cartões eletrônicos vale-alimentação, destinados aos servidores da Câmara Municipal de Minduri, conforme especificações, quantidades e condiç

Rua Rio Grande do Sul, 100, Centro, Minduri/MG • CEP 37447-000
CNPJ: 07.400.574/0001-04 Telefone: (35) 3326-1429 / (35) 99862-2354
E-mail: camara@camaraminduri.mg.gov.br • Site: camaraminduri.mg.gov.br

Nome do banco: _____
Número da agência: _____
Nº conta corrente: _____
Chave (PIX): _____
Nome do proponente (pessoa jurídica): _____

Nestes termos,

Pede deferimento,

Cidade, _____ / _____ / _____.

_____

Nome e Assinatura do Representante legal da Pessoa Jurídica

N.º RG/CPF (MF)

Rua Rio Grande do Sul, 100, Centro, Minduri/MG • CEP 37447-000
CNPJ: 07.400.574/0001-04 Telefone: (35) 3326-1429 / (35) 99862-2354
E-mail: camara@camaraminduri.mg.gov.br • Site: camaraminduri.mg.gov.br

ANEXO IV

MINUTA TERMO DE CREDENCIAMENTO

A CÂMARA MUNICIPAL DE MINDURI, com sede na Rua Rio Grande do Sul, n° 100, Centro, Minduri -MG, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 07.400.574/0001-04, neste ato representada pela sua Presidente o Sr. **Jaciara Portela Nascimento**, inscrita no RG xx.850x4xx-6 SSP/SP e inscrita no CPF sob o n.º xxx.908.xxx-50 e a empresa **.....**, com sede à ...., nº ..., (CIDADE/ESTADO), CEP: ..., inscrita no CNPJ/MF sob o n.º ...., e-mail institucional ....., Telefone (...) ..., neste ato representada por ....., (cargo) , ... e inscrita no CPF sob o n.º ...., e-mail pessoal , ao final assinado, doravante designada EMPRESA CREDENCIADA, têm entre si justo e acordado, em consonância com o Processo Licitatório n.º 003/2026 e Credenciamento n.º 001/2026, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores, do Ato da Mesa n.º 01/2026 e demais legislações aplicáveis, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente é a administração, implementação, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de cartões eletrônicos vale-alimentação, destinados aos servidores da Câmara Municipal de Minduri, conforme especificações, quantidades e condições previstas neste Termo de Referência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

O prazo de vigência do credenciamento é indeterminado, cabendo ao credenciado manifestar sua intenção de descredenciar-se sempre com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

Os contratos firmados em decorrência do credenciamento seguirão prazo de vigência específico previsto nos artigos 106 e 107 da Lei n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA APLICAÇÃO

O presente Termo de Credenciamento rege-se nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores, do Ato da Mesa n.º 01/2026 e demais legislações aplicáveis.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

A CREDENCIADA assume todos os direitos, deveres e obrigações decorrentes do credenciamento, declarando-se de pleno acordo com as normas estabelecidas no Edital de Credenciamento nº 001/2026, obrigando-se o signatário em todos os seus termos, sob pena de aplicação das sanções referidas neste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DO FORO

Rua Rio Grande do Sul, 100, Centro, Minduri/MG • CEP 37447-000
CNPJ: 07.400.574/0001-04 Telefone: (35) 3326-1429 / (35) 99862-2354
E-mail: camara@camaraminduri.mg.gov.br • Site: camaraminduri.mg.gov.br

Fica eleito o Foro da Comarca de Cruzília-MG para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Termo de Credenciamento.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo de Credenciamento em 02 (duas) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas adiante nominadas.

MINDURI, ...

CÂMARA MUNICIPAL DE MINDURI
CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Rua Rio Grande do Sul, 100, Centro, Minduri/MG • CEP 37447-000
CNPJ: 07.400.574/0001-04 Telefone: (35) 3326-1429 / (35) 99862-2354
E-mail: camara@camaraminduri.mg.gov.br • Site: camaraminduri.mg.gov.br

ANEXO V - MINUTA CONTRATUAL

CONTRATO Nº xxx/2026

CONTRATO QUE CELEBRAM ENTRE SI A CÂMARA MUNICIPAL DE MINDURI E A EMPRESA [NOME DA EMPRESA A SER PREENCHIDO]

A CÂMARA MUNICIPAL DE MINDURI, com sede na Rua Rio Grande do Sul, nº 100, Centro, Minduri (MG), CEP 37.447-000 inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 07.400.574/0001-04, neste ato representada pela sua Presidente o Sr. **Jaciara Portela Nascimento**, inscrita no RG xx.850x4xx-6 SSP/SP e inscrita no CPF sob o n.º xxx.908.xxx-50, e a empresa [NOME DA EMPRESA A SER PREENCHIDO], com sede na Avenida....., nº ....., CEP ....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., e-mail ...., telefones ....., neste ato representada por sua [CARGO DA REPRESENTANTE], a Sra. [NOME DA REPRESENTANTE], portadora da cédula de identidade RG nº ... ÓRGÃO EXPEDITOR e inscrita no CPF/MF sob o nº ...., e-mail pessoal ...., telefone , residente e domiciliado na ...., nº .... – Apartamento ...., ... (...), CEP ...., , doravante denominada CONTRATADA, têm entre si ajustado o presente CONTRATO, em consonância com o Processo Licitatório n.º 003/2026 e Credenciamento n.º 001/2026 e a Contratação direta por Inexigibilidade nº 001/2026, nos termos da Lei nº 14.133 – de 1º de abril de 2021 – e suas alterações posteriores, do Ato da Mesa n.º 01/2026 e demais legislações aplicáveis, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O Objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada na administração, implementação, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de cartões eletrônicos de vale-alimentação, destinados aos servidores da Câmara Municipal de Minduri, conforme especificações, quantidades e condições previstas no Termo de Referência e nos demais anexos do Edital de Credenciamento nº 001/2026.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição: o Termo de Referência; o Edital de Credenciamento; o Requerimento de Adesão ao Credenciamento e Proposta; a Contratação Direta por Inexigibilidade de Licitação; e, eventuais anexos dos documentos citados.

CLÁUSULA SEGUNDA – MODELOS DE EXECUÇÃO E DE GESTÃO CONTRATUAIS

2.1. Os critérios da contratação, da fiscalização, dos prazos e das demais condições para execução do Objeto constam do Termo de Referência (ANEXO II do Edital do Credenciamento nº 001/2026).

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do presente instrumento, podendo ser prorrogado por períodos sucessivos, conforme o disposto nos artigos 105, 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

Rua Rio Grande do Sul, 100, Centro, Minduri/MG • CEP 37447-000
CNPJ: 07.400.574/0001-04 Telefone: (35) 3326-1429 / (35) 99862-2354
E-mail: camara@camaraminduri.mg.gov.br • Site: camaraminduri.mg.gov.br

3.2. Antes de prorrogar o prazo de vigência, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal da CONTRATADA, consultando os cadastros necessários (artigo 91, § 4º, da Lei nº 14.133/2021), comprovando-se que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação.

3.3. O Contrato não poderá ser prorrogado quando a CONTRATADA tiver sido penalizada com as sanções de Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar e Impedimento de Licitar e Contratar com o Poder Público, observando-se a abrangência da aplicação.

CLÁUSULA QUARTA – VALOR

4.1. O valor do benefício individual será de R$300,00 (trezentos reais), conforme informado mensalmente pela CONTRATANTE, totalizando o valor de A estimativa do valor da contratação é de R$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais). Essa estimativa foi calculada com base nos parâmetros indicados abaixo. Estima-se a necessidade de 4 (quatro) cartões eletrônicos, correspondente à média atual de servidores da Câmara Municipal de Minduri, instituída pela LC 14/2025. O número de beneficiários poderá sofrer alterações devido a inclusões ou exclusões de servidores ao longo da vigência do contrato.

4.2 No valor acima, estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do Objeto contratado.

4.3 Os valores e quantitativos de beneficiários são apenas estimados e poderão variar ao longo da vigência do contrato em razão das necessidades do CONTRATANTE.

4.3.1 Os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA QUINTA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. O pagamento será realizado conforme os critérios e a periodicidade da medição previstos no Termo de Referência (ANEXO II do Edital de Credenciamento nº 001/2026).

5.2. O pagamento será realizado através de boleto ou ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA no Requerimento de Adesão ao Credenciamento e Proposta.

5.2.1. O prazo de liquidação da despesa é de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da Nota Fiscal pelo Gestor/Fiscal do Contrato.

5.2.2. O prazo de pagamento é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da liquidação da despesa.

5.2.3. CONTRATADA comunicará o término de cada parcela dos serviços à CONTRATANTE, que, por sua vez, após realizar os recebimentos provisório e definitivo da parcela respectiva, comunicará a CONTRATADA para emissão da Nota Fiscal, no valor efetivo apurado mensalmente ou no valor exato dimensionado pela fiscalização, se houver glosa de valor.

5.3. No caso de atraso no pagamento por culpa exclusiva da CONTRATANTE, serão devidos juros moratórios de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês e atualização monetária com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor EMGecial – IPCA-E, ambos calculados e incidentes a partir do término do prazo legal para pagamento.

5.4. O prazo de pagamento inicia-se com a finalização da fase de liquidação, após o protocolo na Secretaria da Câmara da Nota Fiscal acompanhada do termo de recebimento definitivo e demais documentos comprobatórios do crédito.

5.5. O Setor Competente, para proceder o pagamento, deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) a validade da Nota;
b) a data da emissão;
c) os dados do Contrato e do órgão CONTRATANTE;
d) o período respectivo de execução do Contrato;
e) o valor a pagar; e,

Rua Rio Grande do Sul, 100, Centro, Minduri/MG • CEP 37447-000
CNPJ: 07.400.574/0001-04 Telefone: (35) 3326-1429 / (35) 99862-2354
E-mail: camara@camaraminduri.mg.gov.br • Site: camaraminduri.mg.gov.br

f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

5.7. Previamente ao pagamento, o responsável pelo recebimento do Objeto, deve verificar a manutenção das condições exigidas para a habilitação na licitação ou na contratação direta, efetuando as consultas necessárias e/ou solicitando os documentos revalidados à parte CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. A taxa de administração será de 0% (zero por cento), conforme vedado o uso de taxas negativas pelo PAT (Portaria 1.287/2017).

6.1.1 Não haverá cobrança de quaisquer tarifas adicionais para emissão, reemissão, entrega, estorno ou recarga de cartões.

6.2. A taxa de administração de 0% (zero por cento) será fixa e irreajustável durante toda a vigência do Contrato.

6.3. O valor do benefício será reajustado anualmente, mediante portaria(s) do(a) Presidente da Câmara, na mesma data e sob o mesmo percentual do reajuste geral que for aplicado à remuneração dos servidores da Câmara Municipal, conforme dispõe o art. 33º da LC n.º 14/2025, sendo formalizado com a contratada por apostilamento, conforme artigo 136 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As depesas decorrentes da execução do Contrato onerarão a seguinte dotação orçamentária: 01.02.01.01.031.001.2.0005 – 339046 (Auxílio Alimentação).

7.2. Para o exercício subsequente, as despesas decorrentes da execução deste contrato correrão por conta da mesma verba e serão incluídas no orçamento do referido exercício.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o Contrato e o Termo de Referência (ANEXO II do Edital de Credenciamento nº 001/2026).

8.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA.

8.3. Receber o objeto, por meio dos Gestores e Fiscais, nos prazos e nas condições estabelecidas no Termo de Referência, mediante lavratura dos termos provisório e definitivo, previstos no artigo 140, inciso I, alíneas "a" e "b", da Lei nº 14.133/2021.

8.4. O recebimento provisório ocorrerá após comunicação da CONTRATADA sobre o término dos serviços, cabendo ao Fiscal do Contrato verificar a conformidade dos serviços executados no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir do qual remeterá as informações/documentação necessária para emissão do termo de recebimento definitivo detalhado pelo Gestor do Contrato, que o fará no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

8.5. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no Objeto fornecido, para que seja por ela substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

8.6. Comunicar a contratada para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do Objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do Objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o artigo 143 da Lei nº 14.133/2021.

8.7. Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correMGondente à execução do Objeto, no prazo, na forma e nas condições estabelecidas no presente Contrato e no Termo de Referência (ANEXO II do Edital de Credenciamento nº 001/2026).

8.8. Aplicar à CONTRATADA as sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato.

Rua Rio Grande do Sul, 100, Centro, Minduri/MG · CEP 37447-000
CNPJ: 07.400.574/0001-04 Telefone: (35) 3326-1429 / (35) 99862-2354
E-mail: camara@camaraminduri.mg.gov.br · Site: camaraminduri.mg.gov.br

CÂMARA MUNICIPAL DE MINDURI - MG
FL. 107
RUBRICA DO SERVIDOR
SECRETARIA DA CÂMARA

8.9. O Gestor do Contrato cientificará à Administração para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA.

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento, ressalvadas as solicitações manifestamente impertinentes, meramente protelatórias ou de nenhum interesse para a boa execução do Ajuste.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela CONTRATADA no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, a contar da finalização da instrução do pedido.

8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (artigo 137, § 4º, da Lei nº 14.133/2021).

8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.14. A fiscalização por parte da Câmara Municipal de Minduri não eximirá ou reduzirá, em nenhuma hipótese, a reMGonsabilidade da CONTRATADA em eventual falta que venha a cometer, mesmo que não indicada pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, prevalecendo, no caso de divergência, aquelas constantes do Termo de Referência e do instrumento convocatório, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do Objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir diMGostas.

9.2. Indicar e manter preposto para representá-la na execução do Contrato.

9.3. Deve a CONTRATADA comunicar/informar formalmente ao Gestor do Contrato acerca do início e da conclusão da execução dos serviços.

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo Gestor/Fiscal do Contrato ou autoridade superior.

9.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste Contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência.

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo Gestor/Fiscal do Contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do Objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou a terceiros, não reduzindo essa reMGonsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento da execução contratual pela CONTRATANTE, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no Edital, o valor correMGondente aos danos sofridos.

9.8. Não contratar, durante a vigência do Contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da CONTRATANTE ou do Fiscal/Gestor do Contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021, conforme cláusula 2.2.4. do Edital de Credenciamento nº 001/2026.

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo Contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação eMGecífica, cuja inadimplência não transfere a reMGonsabilidade à CONTRATANTE.

9.10. Apresentar documentação de regularidade fiscal, social e trabalhista quando solicitada pelo Fiscal/Gestor, se não for possível a verificação por meio do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores

Rua Rio Grande do Sul, 100, Centro, Minduri/MG • CEP 37447-000
CNPJ: 07.400.574/0001-04 Telefone: (35) 3326-1429 / (35) 99862-2354
E-mail: camara@camaraminduri.mg.gov.br • Site: camaraminduri.mg.gov.br

(SICAF).

9.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus representantes, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, aos documentos referentes ao Objeto.

9.12. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos.

9.14. Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às eMGecificações do Termo de Referência (ANEXO II do Edital de Credenciamento nº 001/2026).

9.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

9.16. Cumprir, durante todo o período de execução do Contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei nº 14.133/2021.

9.16.1. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo Fiscal/Gestor do Contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (artigo 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021).

9.17. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua Proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua Proposta não seja satisfatório para o atendimento do Objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no artigo 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133/2021.

9.18. Será vedado à CONTRATADA ceder, sub-rogar, subcontratar ou transferir o Contrato.

9.19. Manter, durante toda a vigência do Contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas e com as condições exigidas para habilitação no Credenciamento e para assinatura contratual.

9.20. Informar as alterações promovidas no Contrato Social da empresa CONTRATADA, como mudança de endereço, alteração de sócios/titulares e, principalmente, se ocorrer fusão, cisão ou incorporação para que a CONTRATANTE delibere sobre a manutenção do Contrato, devendo a nova pessoa jurídica comprovar o atendimento das exigências de habilitação previstas em Edital.

9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA que:

a) der causa à inexecução parcial do Contrato;

b) der causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do Contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do Objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do Contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do Contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; e,

Rua Rio Grande do Sul, 100, Centro, Minduri/MG • CEP 37447-000
CNPJ: 07.400.574/0001-04 Telefone: (35) 3326-1429 / (35) 99862-2354
E-mail: camara@camaraminduri.mg.gov.br • Site: camaraminduri.mg.gov.br

CÂMARA MUNICIPAL DE MINDURI - MG
FL. 109
RUBRICA DO SERVIDOR
SECRETARIA DA CÂMARA

h) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas a CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) Advertência, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos termos do artigo 156, § 2º, da Lei nº 14.133/2021;

b) Impedimento de Licitar e Contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos termos do artigo 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021;

c) Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, nos termos do artigo 156, § 5º, da Lei nº 14.133/2021;

d) Multa, aplicada ao responsável por qualquer das infrações previstas no artigo 155 da Lei nº 14.133/2021:

(1) Moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor global dos recursos correMGondentes ao total de beneficiários vinculados à CONTRATADA, até o limite de 10 (dez) dias;

(1.a) O atraso superior a 10 (dez) dias autoriza a Administração a promover a extinção do Contrato por descumprimento.

(2) Para a inexecução parcial do Contrato, multa de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) sobre o valor global dos recursos correMGondentes ao total de beneficiários vinculados à CONTRATADA, levando-se em conta a gravidade da falha/sanção.

(3) Para a inexecução parcial que cause grave dano, multa de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor global dos recursos correMGondentes ao total de beneficiários vinculados à CONTRATADA.

(4) Para a inexecução total do Contrato, multa compensatória de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor global dos recursos correMGondentes ao total de beneficiários vinculados à CONTRATADA.

(5) Para a infração descrita na alínea "d" da cláusula 10.1. (ensejar o retardamento da execução ou da entrega do Objeto da contratação sem motivo justificado), multa compensatória de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor global dos recursos correMGondentes ao total de beneficiários vinculados à CONTRATADA.

(6) Para as infrações descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" da cláusula 10.1. (apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do Contrato; praticar ato fraudulento na execução do Contrato; comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; e, praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013), multa compensatória de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor global dos recursos correMGondentes ao total de beneficiários vinculados à CONTRATADA.

10.2.1. A aplicação da multa de mora não impedirá a Administração de convertê-la em compensatória, promovendo a extinção unilateral do Contrato, nos termos do parágrafo único do artigo 162 da Lei nº 14.133/2021.

10.3. O recolhimento da multa deverá ser feito no prazo máximo de até 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento pela CONTRATADA da guia.

10.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (artigo 156, § 8º, da Lei nº 14.133/2021).

Rua Rio Grande do Sul, 100, Centro, Minduri/MG • CEP 37447-000
CNPJ: 07.400.574/0001-04 Telefone: (35) 3326-1429 / (35) 99862-2354
E-mail: camara@camaraminduri.mg.gov.br • Site: camaraminduri.mg.gov.br

10.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo máximo de até 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (artigo 157 da Lei nº 14.133/2021).

10.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e nos parágrafos do artigo 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de Impedimento de Licitar e Contratar e de Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar.

10.7. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

10.8. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE (artigo 156, § 9º, da Lei nº 14.133/2021).

10.9. Na aplicação das sanções, serão considerados (artigo 156, § 1º, da Lei nº 14.133/2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para a CONTRATANTE;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013 serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei (artigo 159 da Lei nº 14.133/2021).

10.11. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada, nos termos do artigo 160, da Lei nº 14.133/2021.

10.12. A CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de até 15 (quinze) dias úteis, contados da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e SuMGensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (artigo 161 da Lei nº 14.133/2021).

10.13. As sanções de Impedimento de Licitar e Contratar e de Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1. O presente Contrato, em conjunto com suas obrigações, se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes estipulantes.

11.2. O presente Contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, desde que sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o Contrato, sendo certo que, se a operação implicar mudança da pessoa jurídica CONTRATADA, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.3. O presente Instrumento poderá ser extinto caso se constate que a CONTRATADA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão daquele, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (artigo 14, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021).

Rua Rio Grande do Sul, 100, Centro, Minduri/MG • CEP 37447-000
CNPJ: 07.400.574/0001-04 Telefone: (35) 3326-1429 / (35) 99862-2354
E-mail: camara@camaraminduri.mg.gov.br • Site: camaraminduri.mg.gov.br

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

12.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

12.3. Registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples apostila, diMGensada a celebração de termo aditivo, na forma do artigo 136 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

13.1. Incumbirá à CONTRATANTE divulgar o presente Instrumento e seus aditamentos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no artigo 94 da Lei nº 14.133/2021, no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data de assinatura do Instrumento, bem como providenciar a sua divulgação em sítio oficial da Câmara Municipal (www.camaraminduri.mg.gov.br), e pelas redes sociais oficias da Câmara, sendo as redes: Instagram e Facebook.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. O presente Contrato é regido pelas normas da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

14.2. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas: na Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores; nas demais normas e regulamentos federais aplicáveis; nos Atos normativos internos; e, de forma subsidiária, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais do Contrato.

14.3. Na contagem dos prazos mencionados neste Contrato, exclui-se o dia de começo e inclui-se o dia do vencimento, prorrogando-se este, automaticamente, para o primeiro dia útil, se recair em dia sem expediente, na forma do artigo 183 da Lei nº 14.133/2021.

14.4. As partes declaram e concordam que o presente instrumento, incluindo todas as páginas de assinatura e demais anexos, nos termos da Lei nº 14.063/2020 e do artigo 10, § 2º, da Medida Provisória 2.200-2, poderá utilizar e reconhecer válida qualquer forma de comprovação de anuência aos termos ora acordados em formato eletrônico, ainda que não utilizem certificado digital emitido no padrão ICP-Brasil.

14.4.1. Neste caso, o Contrato será válido após assinatura da CONTRATANTE.

14.5. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do Contrato, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

14.6. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do artigo 6º da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

14.7. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

14.8. Terminado o tratamento dos dados nos termos do artigo 15 da Lei nº 13.709/2018, é dever da CONTRATADA eliminá-los, com exceção das hipóteses do artigo 16 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Cruzília para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação.

E, por estarem de acordo com todas as cláusulas deste Contrato, assinam o mesmo em 02 (duas) vias de

Rua Rio Grande do Sul, 100, Centro, Minduri/MG • CEP 37447-000
CNPJ: 07.400.574/0001-04 Telefone: (35) 3326-1429 / (35) 99862-2354
E-mail: camara@camaraminduri.mg.gov.br • Site: camaraminduri.mg.gov.br

igual teor, na presença das testemunhas abaixo.

Minduri-MG, xx de xx de 2026

CÂMARA MUNICIPAL DE MINDURI
CONTRATANTE

XXXX
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1) _____

2) _____

Rua Rio Grande do Sul, 100, Centro, Minduri/MG • CEP 37447-00
CNPJ: 07.400.574/0001-04 Telefone: (35) 3326-1429 / (35) 99862-235
E-mail: camara@camaraminduri.mg.gov.br • Site: camaraminduri.mg.gov.b

IMPRENSA OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZÍLIA

AVISO DE LICITAÇÃO
O MUNICÍPIO DE CRUZÍLIA – MG, torna público a abertura do PROCESSO Nº 06/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026, contratação de Instituição Bancária para gerir folha de pagamento da Prefeitura de Cruzília. A sessão ocorrerá a partir das 08h10 min do dia 25/02/2026, na plataforma digital: www.licitar.com.br. O Edital está disponível no setor de licitação podendo ser solicitado pelo E-mail licitacao@cruzilia.mg.gov.br e sítio eletrônico www.cruzilia.mg.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE JENIPAPO DE MINAS

AVISO DE REVOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025
Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de uniformes escolares, mochilas, estojos e garrafinhas destinados aos alunos da rede municipal de ensino do Município de Jenipapo de Minas/MG. Torna-se pública a revogação do referido certame, em razão da constatação de vício insanável no instrumento convocatório, especialmente quanto à necessidade de revisão e melhor detalhamento das especificações técnicas do objeto e dos critérios de apresentação e avaliação das amostras, com previsão de realização de nova licitação, em data a ser oportunamente divulgada. Maiores informações: www.jenipapodeminas.mg.gov.br, www.licitardigital.com.br, licitacao@jenipapodeminas.mg.gov.br. Rafaela Pinheiro – Agente de contratação.

AVISO DE REVOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2025
Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de equipamentos e materiais de integração sensorial e de fisioterapia, destinados às práticas de terapia ocupacional e fisioterapia, para atendimento da Secretaria Municipal de Saúde de Jenipapo de Minas/MG. Torna-se pública a revogação do referido certame, por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente, em razão de inconsistência procedimental relacionada à divergência de datas da sessão pública entre o aviso publicado e a plataforma eletrônica de licitações, não tendo ocorrido abertura de propostas, julgamento ou contratação, inexistindo prejuízo ao erário. Nova licitação poderá ser realizada para o mesmo objeto. Maiores informações: www.jenipapodeminas.mg.gov.br, | www.licitardigital.com.br. Rafaela Pinheiro. Agente de Contratação

AVISO DE REVOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2025
Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, destinados às Secretarias Municipais de Jenipapo de Minas/MG. Torna-se pública a revogação do referido certame, por conveniência e oportunidade administrativa, em razão de falha procedimental superveniente relacionada à divergência de datas da sessão pública entre o aviso publicado e a plataforma eletrônica de licitações, inexistindo abertura de propostas ou prejuízo ao erário. Nova licitação poderá ser realizada para o mesmo objeto. Maiores informações: www.jenipapodeminas.mg.gov.br, | www.licitardigital.com.br
licitacao@jenipapodeminas.mg.gov.br. Rafaela Pinheiro Da Mota
Agente de Contratação

AVISO DE REVOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2025
Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de reagentes laboratoriais específicos para utilização no analisador hematológico Horiba ABX Micros 60ES, destinados às unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde de Jenipapo de Minas/MG. Torna-se pública a revogação do referido certame, por motivo de interesse público, em razão de erro material insanável no cadastramento do procedimento na plataforma eletrônica de licitações, que resultou em critério de julgamento divergente do previsto no edital, comprometendo a regularidade do certame. Nova licitação poderá ser realizada para o mesmo objeto, devidamente ajustada. Maiores informações: www.jenipapodeminas.mg.gov.br, www.licitardigital.com.br

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026
Obj. Registro de preços para futura e eventual aquisição de equipamentos de proteção individual – EPIS para atendimento de todas as secretarias de Jenipapo de Minas/MG. Sessão de abertura e julgamento dia 27/02/2026 às 9hs no endereço web: www.licitardigital.com.br. Edital e informações: endereço web: www.jenipapodeminas.mg.gov.br, www.licitardigital.com.br ou licitacao@jenipapodeminas.mg.gov.br. Rafaela Pinheiro. Agente de Contratação.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026
Obj. Registro de preços para futura e eventual aquisição de equipamentos e materiais de integração sensorial e de fisioterapia, destinados às práticas de terapia ocupacional e fisioterapia. Sessão de abertura e julgamento dia 04/03/2026 às 9hs no endereço web: www.licitardigital.com.br. Edital e informações: endereço web: www.jenipapodeminas.mg.gov.br, www.licitardigital.com.br ou licitacao@jenipapodeminas.mg.gov.br.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026
Obj. Registro de preços para futura e eventual aquisição de reagentes laboratoriais específicos para utilização no analisador hematológico HORIBA ABX MICROS 60ES para atendimento da secretaria municipal de Saúde. Sessão de abertura e julgamento dia 03/03/2026 às 9hs no endereço web: www.licitardigital.com.br. Edital e informações: endereço web: www.jenipapodeminas.mg.gov.br, www.licitardigital.com.br ou licitacao@jenipapodeminas.mg.gov.br. Rafaela Pinheiro – Agente de Contratação

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026
Obj. Registro de preços, para futura e eventual aquisição de uniformes escolares, mochilas, estojos e garrafinhas para os alunos da rede municipal e Jenipapo de Minas. Sessão de abertura e julgamento dia 26/02/2026 às 9hs no endereço web: www.licitardigital.com.br. Edital e informações: endereço web: www.jenipapodeminas.mg.gov.br, www.licitardigital.com.br e-mail: licitacao@jenipapodeminas.mg.gov.br. Rafaela Pinheiro - Pregoeira Municipal.

EXPEDIENTE

Jornal Panorama

CAXAMBU - CNPJ: 08.580.398/0001-22 • Av. Henrique Monat, nº 784 • Belvedere • CEP 37440-000 - Caxambu - MG - TELEFONE (35) 3341-1346

BELO HORIZONTE –MINAS GERAIS - CEP: 30 170-054
TELEFONE : (031) 99089-9739 / (031) 97156-2364

jornalismojornalpanorama75@gmail.com
licitacaojornalpanorama75@gmail.com
impresa.oficial.envio.das.edicoes@gmail.com
secretariajornalpanoramajp@gmail.com

JORNAL CERTIFICADO DIGITALMENTE

Edição impressa produzida pelo Jornal Panorama com circulação diária em bancas e assinantes. As integras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://jornalpanoramaminas.com.br/publicacoes-legais
A autenticação deste documento pode ser conferido através do QR CODE ao lado

FUNDADORA: DORA LEVENHAGEN FERREIRA
JORNALISTA - MTB 05021580

DIRETORA PRESIDENTE – EDITORA CHEFE E JORNALISTA RESPONSÁVEL
EARLA DANITZA VELÁSQUEZ
AS: Nº 03092/21
FENAJ Nº 27/12 ES
ABI Nº E-002532
ASS Nº 988/78 TJ
MTB 16.698/MG
CELULAR VIVO: (35)99963-5014

NOTA: 51 ANOS DE FUNDAÇÃO

DIÁRIO DE GRANDE CIRCULAÇÃO

ABRANGÊNCIA DO JORNAL PANORAMA
MESORREGIÕES E MICRORREGIÕES
METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE
TRIÂNGULO MINEIRO
ALTO PARANAÍBA
OESTE DE MINAS
SUL E SUDOESTE DE MINAS
CAMPOS DAS VERTENTES
ZONA DA MATA
NORTE DE MINAS

OUTRAS MESORREGIÕES E MICRORREGIÕES: EDIÇÕES DIGITAIS

EDIÇÕES DIÁRIAS: SEGUNDAS-FEIRAS, TERÇAS-FEIRAS, QUARTAS-FEIRAS, QUINTAS-FEIRAS, SEXTAS-FEIRAS, SÁBADOS E DOMINGOS

CIRCULAÇÃO
TIRAGEM DE 220.000 EXEMPLARES MENSAL
FORMATO STANDARD

TODA MATÉRIA ASSINADA É DE RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR E COLABORADOR VOLUNTÁRIO.

PLANTÃO: (35) 99967095* (35)99963-5014 - WHATSAPP VIVO
PLANTÃO DE SEGUNDA-FEIRA A DOMINGOS 33411346

IMPRESSÃO: BILLOTA JORNAIS LTDA - LORENA - SP

06 DE FEVEREIRO DE 2026

CÂMARA MUNICIPAL DE MINDURI

A CÂMARA MUNICIPAL DE MINDURI, com sede na Rua Rio Grande Do Sul, nº100, Centro, MINDURI (MG), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.400.574/0001-04, por determinação da Sra. Presidente da Câmara Municipal de Minduri, torna público, a quem possa interessar, a realização de chamamento público para SELEÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA ADMINISTRAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO, GERENCIAMENTO, EMISSÃO, DISTRIBUIÇÃO E FORNECIMENTO DE CARTÕES ELETRÔNICOS DE VALE-ALIMENTAÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE MINDURI, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E CONDIÇÕES PREVISTAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS DESTE EDITAL.

O edital ficará disponível no sito da Câmara Municipal de Minduri, através do endereço eletrônico www.camaramindurimg.gov.br

As empresas interessadas e seus respectivos representantes que desejarem participar do credenciamento deverão consultar o instrumento convocatório via internet e comprometer-se a acompanhar as publicações relativas a este processo no site www.camaramindurimg.gov.br, bem como no Jornal Regional Panorama e nas redes sociais oficiais da Câmara Municipal de Minduri (Instagram e Facebook), visando possíveis alterações e demais avisos pertinentes.

Qualquer dúvidas que vierem a surgir acerca deste processo de Credenciamento, deverão ser encaminhadas virtualmente no e-mail camara@camaramindurimg.gov.br, especificando no campo "assunto", que se trata do "Credenciamento n.º 001/2026".

As contratações decorrentes do presente CREDENCIAMENTO serão formalizadas, no que couber, na forma dos artigos do Título III, Capítulo I - DA FORMALIZAÇÃO DOS CONTRATOS" da Lei n.º 14.133, de 2021, c/c Ato da Mesa 01/2026, e as exigências estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência e nos seus anexos.

Nos termos do art. 10º do Ato da Mesa n º01/2026, o presente instrumento vigorará por prazo indeterminado, enquanto perdurar o interesse da Administração, admitindo-se o cadastramento permanente de novos interessados, durante o período em que o Edital permanecer vigente e disponível no sítio eletrônico da Câmara Municipal de Minduri. Haverá republicação do edital, com periodicidade não superior a vinte e quatro meses, para garantir a publicidade efetiva do procedimento, mediante justificativa, sem prejuízo da continuidade das relações contratuais já estabelecidas.

O prato para credenciamento e envio da documentação de habilitação terá início em 12/02/2026.

AVISO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

PROCESSO Nº 001/2026 - DISPENSA PRESENCIAL Nº 001/2026
Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de material de consumo, compreendendo gêneros alimentícios, hortifrutigranjeiros, itens de panificação, produtos de higiene, limpeza, copa e cozinha, destinados ao atendimento das necessidades administrativas e institucionais da Câmara Municipal de Minduri por 12 meses, conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência.

O(A) Câmara Municipal de Minduri torna público nos termos do §3º do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, o aviso de dispensa.

Início de recebimento da Proposta: 06/02/2026 às 8 horas

Data limite para envio das propostas adicionais: 10/02/2026 às 12 horas (se for entrega presencial).

Endereço para envio das propostas: Setor de protocolo no setor de licitação (forma física) ou no endereço eletrônico camara@camaramindurimg.gov.br. O envio pelo e-mail é aceito até o dia 10/02/2026 às 23h59min.

Data do julgamento das propostas: 11/02/2026 às 8h

O Aviso de Dispensa e seus anexos contendo todos as informações do certame estará disponível no sítio eletrônico oficial: https://www.camaramindurimg.gov.br/v2/ e no Portal Nacional de Contratações Públicas (pncp.gov.br). Informações pelo telefone (35) 3326-1429 ou e-mail camara@camaramindurimg.gov.br.

Minduri, 05/02/2026.
Jaciara Portela Nascimento
Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO GARAMBÉU

Processo nº 009/2026 - Inexigibilidade nº 001/2026 - Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DETENTORA DOS DIREITOS AUTORAIS DO "PAGODE FUMAÇA" PARA APRESENTAÇÃO NO DIA 14/02/2026, DURANTE A REALIZAÇÃO DO CARNAVAL 2026, QUE OCORRERÁ ENTRE OS DIAS 14 a 17 DE FEVEREIRO DE 2026, NA SEDE DO MUNICÍPIO.

Ratificação

O Município de Santana do Garambéu, por meio do Prefeito José Francisco de Moura, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, especialmente no art. 74, inciso II, ratifica os atos praticados no processo de inexigibilidade nº 001/2026, iniciado em 23 de janeiro de 2026, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para realização de shows musicais durante a realização do Carnaval 2026, na sede do Município, tendo sido observados os requisitos legais e normativos estabelecidos pela referida Lei. WALLACE RODRIGO DE PAULA 04299154622-CNPJ: 30.340.554/0001-07. Valor Total de R$ 15.000,00 (QUINZE MIL REAIS). SANTANA DO GARAMBEU, 05 de fevereiro de 2026. JOSE FRANCISCO DE MOURA PREFEITO MUNICIPAL.

Processo nº 010/2026 - Inexigibilidade nº 002/2026 - Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DETENTORA DOS DIREITOS AUTORAIS DO "BLOCO AXÉ DAS ANTIGAS" PARA APRESENTAÇÃO NO DIA 15/02/2026, DURANTE A REALIZAÇÃO DO CARNAVAL 2026, QUE OCORRERÁ ENTRE OS DIAS 14 a 17 DE FEVEREIRO DE 2026, NA SEDE DO MUNICÍPIO.

Ratificação

O Município de Santana do Garambéu, por meio do Prefeito José Francisco de Moura, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, especialmente no art. 74, inciso II, ratifica os atos praticados no processo de inexigibilidade nº 002/2026, iniciado em 23 de janeiro de 2026, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para realização de shows musicais durante a realização do Carnaval 2026, na sede do Município, tendo sido observados os requisitos legais e normativos estabelecidos pela referida Lei. PRINCIPE DA PAZ PRODUCOES E EVENTOS LTDA – CNPJ Nº 10.506.281/0001-02. Valor Total de R$ 42.000,00 (QUARENTA E DOIS MIL REAIS). SANTANA DO GARAMBEU, 05 de fevereiro de 2026. JOSE FRANCISCO DE MOURA PREFEITO MUNICIPAL.

Processo nº 011/2026 - Inexigibilidade nº 003/2026 - Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DETENTORA DOS DIREITOS AUTORAIS DO GRUPO "TY KERE" PARA APRESENTAÇÃO NO DIA 16/02/2026, DURANTE A REALIZAÇÃO DO CARNAVAL 2026, QUE OCORRERÁ ENTRE OS DIAS 14 a 17 DE FEVEREIRO DE 2026, NA SEDE DO MUNICÍPIO.

Ratificação

O Município de Santana do Garambéu, por meio do Prefeito José Francisco de Moura, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, especialmente no art. 74, inciso II, ratifica os atos praticados no processo de inexigibilidade nº 03/2026, iniciado em 26 de janeiro de 2026, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para realização de shows musicais durante a realização do Carnaval 2026, na sede do Município, tendo sido observados os requisitos legais e normativos estabelecidos pela referida Lei. PRINCIPE DA PAZ PRODUCOES E EVENTOS LTDA – CNPJ Nº 10.506.281/0001-02. Valor Total de R$70.000,00 (SETENTA MIL REAIS). SANTANA DO GARAMBEU, 05 de fevereiro de 2026. JOSE FRANCISCO DE MOURA PREFEITO MUNICIPAL.

Processo nº 012/2026 - Inexigibilidade nº 004/2026 - Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DETENTORA DOS DIREITOS AUTORAIS DA BANDA "ITAMAR NUNES" PARA APRESENTAÇÃO NO DIA 17/02/2026, DURANTE A REALIZAÇÃO DO CARNAVAL 2026, QUE OCORRERÁ ENTRE OS DIAS 14 a 17 DE FEVEREIRO DE 2026, NA SEDE DO MUNICÍPIO.

Ratificação

O Município de Santana do Garambéu, por meio do Prefeito José Francisco de Moura, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, especialmente no art. 74, inciso II, ratifica os atos praticados no processo de inexigibilidade nº 04/2026, iniciado em 26 de janeiro de 2026, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para realização de shows musicais durante a realização do Carnaval 2026, na sede do Município, tendo sido observados os requisitos legais e normativos estabelecidos pela referida Lei. 28.849.710 ITAMAR NUNES DE CARVALHO. Valor Total de R$10.000,00 (DEZ MIL REAIS). SANTANA DO GARAMBEU, 05 de fevereiro de 2026. JOSE FRANCISCO DE MOURA PREFEITO MUNICIPAL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO

Período: 01/01/2026 - 31/01/2026

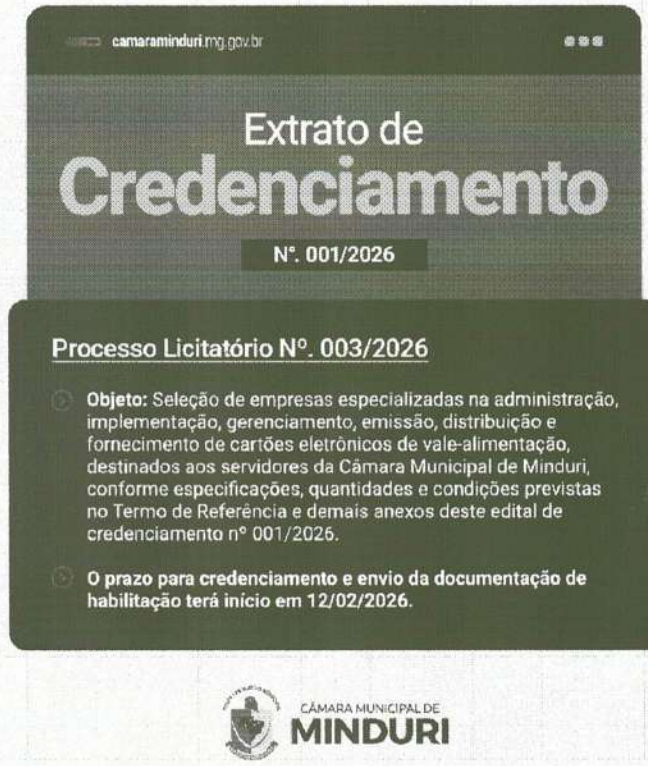
Tipo	Número	Assinatura	Vigência	Valor	Processo	Modalidade	Contratado
C	202601404	06/01/2026	27/02/2026	149625.0000	0026/2025	Inexigibilidade	COMERCIAL PLANTAFORMAS DE MADEIRAS E PRODUTOS METALICOS LTDA
TA	5	08/01/2026	18/01/2027	8140.1000	0469/2020	Pregão	Nimbus Telecom Ltda
TA	4	06/01/2026	18/01/2027	1518.0000	0469/2020	Pregão	Omega Telecom Ltda
TA	1	06/01/2026	31/12/2026	62526.8400	0001/2026	Inexigibilidade	Orbeni Farmaceutica Ltda - Filial Unidade de São Lourenço
C	202601302	02/01/2026	18/01/2027	118476.0000	0472/2025	Pregão	Eletrofrio
TA	5	12/01/2026	19/01/2027	8207.8776	0235/2023	Pregão	INSTITUTO DE ACREDITAÇÃO E GESTÃO, CONSULTORIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LTDA - EPP
TA	4	12/01/2026	19/01/2027	0.0000	0235/2023	Inexigibilidade	Hospital de Fundação Casa de Caridade de São Lourenço
TA	4	12/01/2026	19/01/2027	82747.8432	0235/2023	Pregão	INSTITUTO DE ACREDITAÇÃO E GESTÃO, CONSULTORIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LTDA - EPP
C	71001603	13/01/2026	27/02/2026	2160.0000	0010/2026	Inexigibilidade	EDO-T PRODUCOES ARTISTICAS LTDA
TA	2	14/01/2026	20/02/2026	2651.3844	0014/2026	Pregão	Aviru Lab Produtos Quimicos A
TA	5	14/01/2026	19/01/2027	218051.8103	0015/2024	Inexigibilidade	Filial - Planejar Consultores Associados Ltda
TA	4	14/01/2026	18/01/2027	8.12.16.0	0015/2024	Inexigibilidade	Filial - Planejar Consultores Associados Ltda
C	202601028	15/01/2026	27/02/2026	149625.0000	0026/2025	Inexigibilidade	Rita Olia Santos Alves - Produtos Naturais Ltda
C	202601074	16/01/2026	31/12/2026	3746.5000	0027/2026	Dispensa	SISTEMAS GOFT PARA E CERTIFICADO DIGITAL LTDA
TA	1	20/01/2026	26/01/2027	57030.0000	0016/2025	Inexigibilidade	Hans Louis Pierre Guilhon
C	202601008	23/01/2026	27/02/2026	21450.0000	0020/2026	Inexigibilidade	AMORE SILVA ROSA

TA	2	26/01/2026	26/01/2027	12.10.0000	0016/2025	Inexigibilidade	Hans Louis Pierre Guilhon
TA	2	23/01/2026	28/02/2026	3435.0000	0114/2025	Pregão	Porto Seguro Cia de Seguros Gerais
C	202601007	21/01/2026	06/02/2026	23000.0000	0024/2026	Inexigibilidade	LARISSA FERNANDA FONSECA 10495009601
C	202601008	21/01/2026	27/02/2026	149625.0000	0026/2025	Inexigibilidade	SEBI ELEVENTOS PARTICIPACOES ARTISTICAS SPE LTDA
C	202601009	22/01/2026	31/01/2026	70000.0000	0028/2026	Inexigibilidade	ATM EVENTOS COMERCIO E SERVICOS LTDA
C	202601010	23/01/2026	31/12/2026	19950.0000	0026/2025	Inexigibilidade	44.117.506 GUSTAVO PEREIRA COSTA
C	202601011	23/01/2026	26/03/2026	8000.0000	0029/2026	Pregão	A Magia Auto Peças Ltda
C	202601014	28/01/2026	31/12/2026	63000.0000	0031/2026	Inexigibilidade	JULIO CESAR DE SOUZA ALVES
C	202601012	29/01/2026	31/12/2026	13152.9900	0030/2026	Inexigibilidade	RODERICK FERNANDO LEGNANI VECCHI
C	202601013	29/01/2026	31/12/2026	63000.0000	0032/2026	Inexigibilidade	VANESSA REAL SA DIRO
C	202601014	30/01/2026	31/12/2026	28800.2400	0033/2026	Inexigibilidade	Weldon Agencia de Viagens Ltda
C	202601015	29/01/2026	31/12/2026	28800.2400	0034/2026	Inexigibilidade	Fidon Silva Santos
C	202601022	29/01/2026	31/12/2026	28800.2400	0035/2026	Inexigibilidade	Lucas Agencia de Viagens
C	202601021	29/01/2026	31/12/2026	28800.2400	0036/2026	Inexigibilidade	Francisco Elias Gomes
C	202601020	28/01/2026	31/12/2026	59905.3400	0037/2026	Inexigibilidade	Paulo Rogerio Dias Siqueira
C	202601019	29/01/2026	31/12/2026	19951.4400	0038/2026	Inexigibilidade	Vinicius Apparecida Leal Galdin
C	202601018	28/01/2026	31/12/2026	19951.4400	0039/2026	Inexigibilidade	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS GOTOLA DE MINAS
C	202601017	28/01/2026	31/12/2026	17332.8000	0040/2026	Inexigibilidade	CASTELA PUZA DE AQUINO GOMES SOARES
C	202601016	29/01/2026	31/12/2026	28800.2400	0041/2026	Inexigibilidade	CARLOS CESAR DOS SANTOS
C	202601015	28/01/2026	31/12/2026	5332.8000	0042/2026	Inexigibilidade	CRISTIANO ANDRADE DE OLIVEIRA
TA	1	29/01/2026	04/02/2026	4701.0000	0038/2025	Concorrência	ZA Fabricação de Equipamentos de Aço Ltda
C	202601026	30/01/2026	30/03/2026	38877.9700	0044/2026	Inexigibilidade	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
TA	1	30/01/2026	31/01/2027	108900.0000	0014/2024	Pregão	RR Locações e Eventos Ltda - ME
C	202601031	30/01/2026	30/03/2026	23400.0000	0045/2026	Inexigibilidade	Hospital da Fundação Casa de Caridade de São Lourenço
C	202601030	30/01/2026	30/03/2026	39000.0000	0045/2026	Inexigibilidade	Hospital da Fundação Casa de Caridade de São Lourenço
C	202601029	30/01/2026	30/03/2026	34224.2600	0045/2026	Inexigibilidade	Hospital da Fundação Casa de Caridade de São Lourenço
C	202601028	30/01/2026	30/03/2026	39000.0000	0045/2026	Inexigibilidade	Hospital da Fundação Casa de Caridade de São Lourenço
C	202601027	30/01/2026	31/12/2026	23114.8400	0046/2026	Inexigibilidade	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

C	202503005	30/01/2026	30/01/2027	80000.0000	0045/2025	Inexigibilidade	Hospital da Fundação Casa de Caridade de São Lourenço
TA	6	19/01/2026	31/12/2026	R$ 0.01.00	0070/2023	Inexigibilidade	CARCIONARE LTDA
TA	3	19/01/2026	18/01/2027	R$ 317.428,0	0426/2022	Pregão eletrônico	Telefonica Brasil S.A.
TA	8	31/01/2026	31/01/2027	R$ 38.757,2	0044/2023	Dispensa	Francisco José Reis e Nunes

Instagram

Entrar Cadastre-se



camaraminduri • Seguir
Minduri

camaraminduri 5 sem
A Câmara Municipal de Minduri torna público a realização de Chamamento Público para a seleção de empresas especializadas na administração, implementação, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de cartões eletrônicos de vale-alimentação, destinados aos servidores da Câmara Municipal de Minduri, conforme condições previstas no Termo de Referência e demais anexos do edital.

Início do prazo para credenciamento e envio da documentação: 12/02/2026.

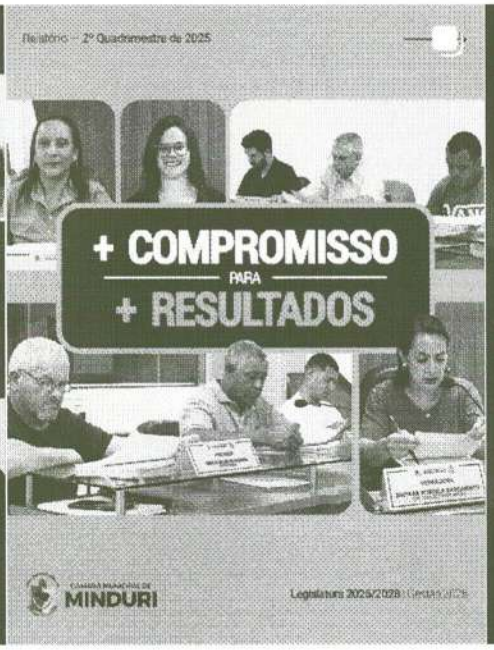
2

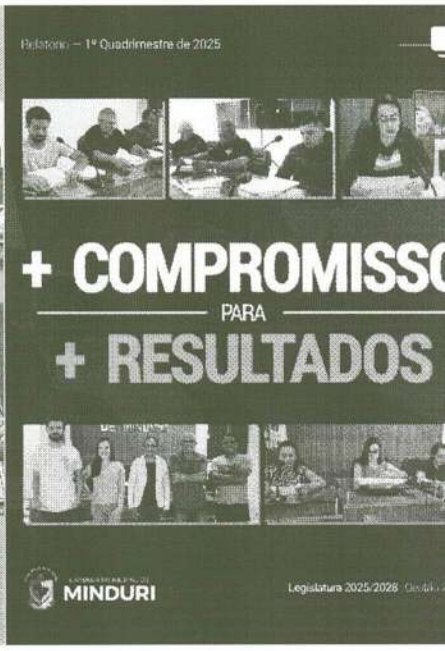
5 de fevereiro

Entrar para curtir ou comentar.

Mais posts de **camaraminduri**







facebook

Entrar

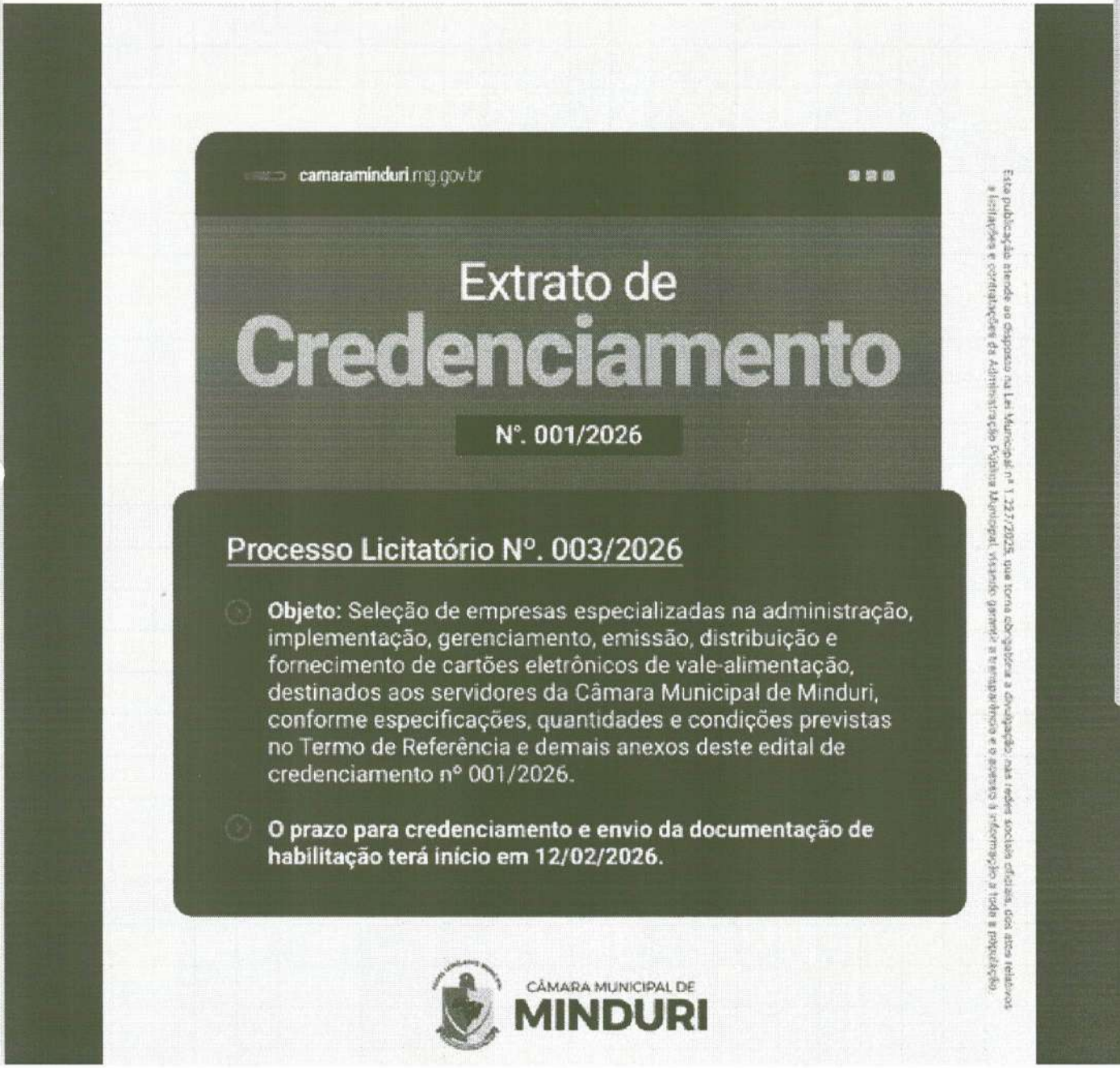
Post de Câmara Minduri

Câmara Minduri está em **Minduri**.
5 de fevereiro ·

A Câmara Municipal de Minduri torna público a realização de Chamamento Público para a seleção de empresas especializadas na administração, implementação, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de cartões eletrônicos de vale-alimentação, destinados aos servidores da Câmara Municipal de Minduri, conforme condições previstas no Termo de Referência e demais anexos do edital.

Início do prazo para credenciamento e envio da documentação: 12/02/2026.

Mais informações e acesso ao edital, acesse o site da Câmara:
https://www.camaraminduri.mg.gov.br/.../autorizacao-para.../



LICITAÇÕES

ANO 2026 | ANO 2025 | ANO 2024 | ANO 2023 | ANO 2022 | ANO 2021

Mostrar 10 registros Procurar: 03-2026

Documentos Publicados	ID
PROCESSO 03-2026 CREDENCIAMENTO 01-2026 **Descrição:** CREDENCIAMENTO PARA SELEÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA ADMINISTRAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO, GERENCIAMENTO, EMISSÃO, DISTRIBUIÇÃO E FORNECIMENTO DE CARTÕES ELETRÔNICOS DE VALE-ALIMENTAÇÃO, DESTINADOS AOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE MINDURI, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E CONDIÇÕES PREVISTAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL. Empresa Credenciada - Mega Vale Empresa Credenciada -Sicoob **Downloads até o momento:** 49 **Clique aqui para realizar o download (formato: PDF)**	2261

Mostrar 1 a 1 de 1 registros (filtered from 4 total entries) Próxima 1 Anterior

PRÓXIMOS EVENTOS

MAR 19:00
23 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

ABR 19:00
13 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

ABR 19:00
27 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Veja Mais

RADAR DA TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

Radar da Transparência Pública

CÂMARA MUNICIPAL DE MINDURI
FL.:
RUBRICA DO SERVIDOR
SECRETARIA DA CÂMARA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
21.922.507/0001-72 **MATRIZ**		**24/02/2015**

NOME EMPRESARIAL
MEGA VALE ADMINISTRADORA DE CARTOES E SERVICOS LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
********	**DEMAIS**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
82.99-7-02 - Emissão de vales-alimentação, vales-transporte e similares

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
62.01-5-01 - Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda
64.63-8-00 - Outras sociedades de participação, exceto holdings
82.91-1-00 - Atividades de cobranças e informações cadastrais

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV MARCOS PENTEADO DE ULHOA RODRIGUES	**939**	**ANDAR 8 EDIF JACARANDA TORRE I**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
06.460-040	**TAMBORE**	**BARUERI**	**SP**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
CONTAS@MEGAVALECARD.COM.BR	**(11) 2844-2289**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**24/02/2015**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **10/02/2026** às **13:43:39** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: MEGA VALE ADMINISTRADORA DE CARTOES E SERVICOS LTDA
CNPJ: 21.922.507/0001-72

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 13:28:51 do dia 08/01/2026 <hora e data de Brasília>.
Válida até 07/07/2026.
Código de controle da certidão: **C6C3.CB25.B664.9F24**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Procuradoria da Dívida Ativa

Certidão Negativa de Débitos Inscritos
da
Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ Base: 21.922.507

Ressalvado o direito de a Fazenda do Estado de São Paulo cobrar ou inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade da pessoa jurídica/física acima identificada que vierem a ser apuradas, é certificado que:

não constam débitos inscritos em Dívida Ativa de responsabilidade do Interessado(a).

Tratando-se de CRDA emitida para pessoa jurídica, a pesquisa na base de dados é feita por meio do CNPJ Base, de modo que a certidão negativa abrange todos os estabelecimentos do contribuinte, cuja raiz do CNPJ seja aquela acima informada.

Certidão nº	78958613	Folha 1 de 1
Data e hora da emissão	10/02/2026 14:46:50	(hora de Brasília)
Validade	30 (TRINTA) dias, contados da emissão.	

Certidão emitida nos termos da Resolução Conjunta SF-PGE nº 2, de 9 de maio de 2013.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.
A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio **http://www.dividaativa.pge.sp.gov.br**

Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo

Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ: 21.922.507/0001-72

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa jurídica acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do estabelecimento matriz/filial acima identificado.

Certidão nº	26020611951-65
Data e hora da emissão	10/02/2026 13:46:58
Validade	6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio **www.pfe.fazenda.sp.gov.br**

CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDÓPOLIS
SP
SERVIDOR
SECRETARIA DA CÂMARA

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Fazenda

Consulta Pública ao Cadastro ICMS

Cadastro de Contribuintes de ICMS - Cadesp

Código de controle da consulta: 1f2a447d-4bb5-42c9-8127-9af851bf9b04

Estabelecimento

IE: 206.617.377.110
CNPJ: 21.922.507/0001-72
Nome Empresarial: MEGA VALE ADMINISTRADORA DE CARTOES E SERVICOS LTDA
Nome Fantasia:
Natureza Jurídica: Sociedade Empresária Limitada

Endereço

Logradouro: AVENIDA MARCOS PENTEADO DE ULHOA RODRIGUES
Nº: 939
Complemento: ANDAR 8 EDIF JACARANDA TORRE I
CEP: 06.460-040
Bairro: TAMBORE
Município: BARUERI
UF: SP

Informações Complementares

Situação Cadastral: Ativo
Data da Situação Cadastral: 22/11/2017
Ocorrência Fiscal: Ativa
Posto Fiscal: PF-10 - BARUERI
Regime de Apuração: NORMAL - REGIME PERIÓDICO DE APURAÇÃO
Atividades Econômicas:
Emissão de vales-alimentação, vales-transporte e similares
Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda
Outras sociedades de participação, exceto holdings
Atividades de cobranças e informações cadastrais

Informações NF-e

Data de Credenciamento como emissor de NF-e: 23/11/2017

Voltar

Observação: Os dados acima estão baseados em informações fornecidas pelos próprios contribuintes cadastrados. Não valem como certidão de sua efetiva existência de fato e de direito, não são oponíveis à Fazenda e nem excluem a responsabilidade tributária derivada de operações com eles ajustadas.

Versão: 4.51.0

Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo

CÂMARA MUNICIPAL
FL.: 122
RUBRICA DO CONVIDO
SECRETARIA DA CÂMARA

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SÃO PAULO
A SERVIÇO DA ADMINISTRAÇÃO

CERTIDÃO DE REGULARIDADE EMPRESA

O **CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SÃO PAULO** CERTIFICA que empresa identificada no presente documento encontra-se em situação REGULAR neste Regional.

Razão social: MEGA VALE ADMINISTRADORA DE CARTÕES E SERVIÇOS LTDA

CNPJ: 21.922.507/0001-72

Capital social: R$ 4.800.000,00

Registro: Empresa - **CRA/SP:** 023546

Endereço: AV MARCOS P DE U RODRIGUES, Nº 939, 8 ANDAR, COND J. TORRE I, TAMBORÉ, BARUERI, SÃO PAULO, CEP: 06460040

Responsável técnico	Registro
RODRIGO BERBERT	150560

A presente certidão não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que, posteriormente, venham a ser apurados contra o titular deste registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: SÃO PAULO, 05 de Janeiro de 2026

Validade: 31/12/2026, desde que o registro permaneça em situação regular

Confirme a autenticidade e a regularidade deste documento na página https://servicosonline.crasp.gov.br/6787f7aea3ad211683b23e53, mediante número de controle a seguir:

CONTROLE: 0acaf016-29e6-4735-9c97-7692554593b3

CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDÓPOLIS
FL.: 123
RUBRICA SERVIDOR
SECRETARIA DA CÂMARA

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SÃO PAULO
A SERVIÇO DA ADMINISTRAÇÃO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Razão social: MEGA VALE ADMINISTRADORA DE CARTÕES E SERVIÇOS LTDA

CNPJ: 21.922.507/0001-72

Ressalvado o direito do Conselho Regional de Administração de São Paulo – CRASP cobrar e inscrever em dívida ativa débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, CERTIFICAMOS que, não existem pendências financeiras em nome da empresa acima identificada.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: SÃO PAULO, 05 de Janeiro de 2026

Validade: 31/12/2026, desde que o registro permaneça em situação regular

Confirme a autenticidade e a regularidade deste documento na página https://servicosonline.crasp.gov.br/6787f7aea3ad211683b23e53, mediante número de controle a seguir:

CONTROLE: abfc482f-bc1b-43f6-8f56-0c19423d0e0e

Rua Estados Unidos, 865/889 - Jd. América - CEP: 01427-001 - São Paulo
Fone: (11) 3087-3200 Fax: (11) 3087-3256 - www.crasp.gov.br

0109100000028713382DAC74CE
FL.: 324

Prefeitura Municipal de Barueri

Estado de São Paulo

SECRETARIA DE FINANÇAS

Departamento Técnico de Arrecadação

CONSULTA CADASTRAL

Nº 03465/2026i

IDENTIFICAÇÃO

Razão Social :**MEGA VALE ADMINISTRADORA DE CARTOES E SERVICOS LTDA**

CNPJ/CPF Nº.:**21.922.507/0001-72**

Inscrição Atual :**4.97400-8**

ENDEREÇO

Logradouro :**AVENIDA MARCOS PENTEADO DE ULHOA RODRIGUES**

Nº Atual :**939**

Complemento :**TORRE I - ED. JACARANDA**

Sala :

Andar :**8º ANDAR**

Bairro :**SITIO TAMBORE / JUBRAN**

Município :**BARUERI**

UF :**SP**

CEP :**06460040**

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Atividade Economica :**Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.**

Situação Vigente :**Ativo desde 22/05/2020**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Prefeitura de Barueri na Internet, no Endereço: http://www.barueri.sp.gov.br (http://www.barueri.sp.gov.br) **Certidão expedida gratuitamente.** Aprovado pelo Decreto nº 5635, de 25/01/2005	**Informações para Verificação de Autenticidade** **Nº de Inscrição :** **4.97400-8** **Código de autenticidade :** **175B.2145.8899.2433307-F** **Data de emissão :** **10/02/2026** **Hora de emissão :** **13:44:47**

Prefeitura Municipal de Barueri

Estado de São Paulo

Fl.: 295
RUBRICA SERVIDOR
SECRETARIA DA CÂMARA

SECRETARIA DE FINANÇAS

Departamento Técnico de Tributos Mobiliários

CERTIDÃO NEGATIVA

Nº 14043/2026i

Razão Social.....:	MEGA VALE ADMINISTRADORA DE CARTOES E SERVICOS LTDA
CNPJ/CPF N°.....:	21.922.507/0001-72
Inscrição Atual.....:	4.97400-8
Logradouro.....:	AVENIDA MARCOS PENTEADO DE ULHOA RODRIGUES
N° Atual.....:	939
Complemento.....:	TORRE I - ED. JACARANDA Andar 8° ANDAR
Bairro.....:	SITIO TAMBORE / JUBRAN
Cidade.....:	BARUERI
CEP.....:	06460040

TRIBUTOS E PERÍODOS

Imposto sobre serviços de qualquer natureza e taxas mobiliárias

CERTIFICAMOS, de ordem da Secretaria de Finanças, a pedido da parte interessada e à vista das informações, que em nome do contribuinte acima identificado, NÃO EXISTE DÉBITO EM ABERTO nesta Prefeitura, débito inscrito ou não em dívida ativa, com relação ao(s) tributo(s) acima indicado(s), até a presente data .

CERTIFICAMOS, outrossim, que fica ressalvado o direito da Fazenda Pública do Município na cobrança de débitos que venham a ser apurados ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação aos tributos e períodos indicados nesta certidão.

CERTIDÃO VÁLIDA POR TRINTA DIAS.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Prefeitura de Barueri na Internet, no Endereço: http://www.barueri.sp.gov.br **Certidão expedida gratuitamente.** Aprovado pelo Decreto nº 5635, de 25/01/2005	**Informações para Verificação de Autenticidade** **Nº de Inscrição :** **4.97400-8** **Código de autenticidade :** **129E.0079.2018.2739307-Q** **Data de emissão :** **18/02/2026** **Hora de emissão :** **09:11:08**

0108F000000287936C2DAC74CE3

FL. 126
RUBRICA DO SERVIDOR

Prefeitura Municipal de Barueri

Estado de São Paulo

SECRETARIA DE FINANÇAS

Departamento de Tributos Imobiliários

CERTIDÃO NEGATIVA

Nº 007793/2026i (REEMISSÃO)

Inscrição Atual.....:	23212.12.22.0001.04.000.1
Inscrição Anterior..:	
Logradouro.....:	ALAMEDA ARAGUAIA
Nº Atual.....:	2550
Nº Anterior.....:	
Complemento.....:	TORRE I - EDIFICIO JACARANDA - COND C BR
Bairro.....:	SITIO TAMBORE / JUBRAN
Quadra.....:	PT-QUI-01
Lote.....:	REMAN LOTE 01
Área do Terreno.....:	92075.80
Área da Edificação..:	50030.63

TRIBUTOS E PERÍODOS

Imposto Predial e Territorial Urbano .

CERTIFICAMOS, de ordem da Secretaria de Finanças, a pedido da parte interessada e à vista das informações, que referente ao imóvel acima identificado, NÃO EXISTE DÉBITO EM ABERTO nesta Prefeitura, débito inscrito ou não em dívida ativa, referente ao(s) tributo(s) acima indicado(s) , até a presente data.

CERTIFICAMOS, outrossim, que fica ressalvado o direito da Fazenda Pública do Município na cobrança de débitos que venham a ser apurados ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação aos tributos e períodos indicados nesta certidão.

CERTIDÃO VÁLIDA POR TRINTA DIAS.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Prefeitura de Barueri na Internet, no Endereço: http://www.barueri.sp.gov.br **Certidão expedida gratuitamente.** Aprovado pelo Decreto nº 5635, de 25/01/2005	**Informações para Verificação de Autenticidade** **Nº de Inscrição :** **23212.12.22.0001.04.000.1** **Código de autenticidade :** **244H.8644.2634.2347007-S** **Data de emissão :** **09/02/2026** **Hora de emissão :** **13:59:24**

JUCESP PROTOCOLO 2.920.884/25-6

CÂMARA MUNICIPAL DE MINDURI/MG FL.: 27 RUBRICA DO SERVIDOR SECRETARIA DA CÂMARA

CONVÊNIO - 236
E. R. - S. J. Rio Preto

9ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA MEGA VALE ADMINISTRADORA DE CARTÕES E SERVIÇOS LTDA.

CNPJ nº 21.922.507/0001-72
NIRE nº 35228881756

Pelo presente Instrumento Particular, e na melhor forma de direito, as Partes adiante designadas e qualificadas, a saber:

THIAGO RAMOS PEREIRA, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, advogado, inscrito no CPF nº 307.895.888-46, portador da Cédula de Identidade RG nº 33.307.090-2 SSP/SP, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Das Nações Unidas, nº 14171, 15º Andar, Morumbi, CEP 04794-000, ("Thiago");

RAFAEL PRUDENTE CARVALHO SILVA, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, advogado, inscrito no CPF nº 350.882.968-51, e portador da Cédula de Identidade RG nº 44.116.702-0 SSP/SP, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 37, 4º Andar, Bela Vista, CEP 01311-902 ("Rafael"); e

DANILO DA SILVA PARANHOS, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, advogado, inscrito no CPF nº 325.316.068-82, e portador da Cédula de Identidade RG nº 44 .170.054-8 SSP/SP, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2041, Torre B, 5º Andar, Vila Nova Conceição, CEP 04.543-011 ("Danilo").

Únicos sócios da **MEGA VALE ADMINISTRADORA DE CARTÕES E SERVIÇOS LTDA.**, sociedade empresária limitada inscrita no CNPJ sob o nº 21.922.507/0001-72, com seu contrato social devidamente arquivado na JUCESP sob número 35228881756, com sede na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, à Avenida Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, 939 - 8º andar, Condomínio Jacarandá Torre 1, Bairro Tamboré, CEP 06460-040 ("Sociedade").
E, na qualidade de Sócios Ingressantes:

BRASILNET ASSESSORIA CONTÁBIL E EMPRESARIAL
RUA JORGE TIBIRIÇÁ, 3453 – VILA SANTA CRUZ
15014-040 – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO (SP)
FONE: 17 3353 2280

Scanned with CamScanner

v4.0 - Dautin Blockchain certifica em 30/12/2025 14:01:29 que o documento de hash (SHA-256) 9b12156a4ec946717ccdd354c14d1a044d4b4afb694c868724668cd57f3cd5f4 foi validado em 30/12/2025 14:00:18 através da transação blockchain 0x8e2bdd0ef0c0bf5a15487cd15549f6a27bd6fa5779d9e45768f8e5583fdc157c e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 301540)

Prova de Autenticidade válida até 30/03/2026

CÂMARA MUNICIPAL DE MIRA... FL.: 125 RUBRICA DO SERVIDOR SECRETARIA DA CÂMARA

ANURA PARTICIPAÇÕES LTDA., sociedade limitada unipessoal, inscrita no CNPJ sob o nº 56.424.366/0001-42, com seu contrato social arquivado na JUCESP sob NIRE 35264632400, com sede e foro no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 14171, 15º andar, Morumbi, CEP 04794-000, neste ato representada por seu único sócio e administrador Sr. **THIAGO RAMOS PEREIRA,** brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, advogado, inscrito no CPF nº 307.895.888-46, portador da Cédula de Identidade RG nº 33.307.090-2 SSP/SP, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Das Nações Unidas, nº 14171, 15º Andar, Morumbi, CEP 04794-000 ("Anura");

MERCURE PARTICIPAÇÕES LTDA., sociedade limitada unipessoal, inscrita no CNPJ sob o nº 56.030.051/0001-10, com seu contrato social arquivado na JUCESP sob NIRE 35264467352, com sede e foro no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, 37, 4º andar – Bela Vista, CEP 01311-902, neste ato representada por seu único sócio e administrador Sr. **RAFAEL PRUDENTE CARVALHO SILVA,** brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, advogado, inscrito no CPF nº 350.882.968-51, e portador da Cédula de Identidade RG nº 44.116.702-0 SSP/SP, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 37, 4º Andar, Bela Vista, CEP 01311-902 ("Mercure"); e

ZION PARTICIPAÇÕES LTDA., sociedade limitada unipessoal, inscrita no CNPJ sob o nº 56.029.409/0001-95, com seu contrato social arquivado na JUCESP sob NIRE 35264466941, com sede e foro no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2.041 Torre B - 5º andar, CEP 04543-011, neste ato representada por seu único sócio e administrador Sr. **DANILO DA SILVA PARANHOS**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, advogado, inscrito no CPF nº 325.316.068-82, e portador da Cédula de Identidade RG nº 44 .170.054-8 SSP/SP, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2041, Torre B, 5º Andar, Vila Nova Conceição, CEP 04.543-011 ("Zion").

Resolvem, de mútuo e comum acordo, alterar e consolidar o Contrato Social da Sociedade conforme as seguintes cláusulas e condições:

BRASILNET ASSESSORIA CONTÁBIL E EMPRESARIAL
RUA JORGE TIBIRIÇÁ, 3453 – VILA SANTA CRUZ
15014-040 – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO (SP)
FONE: 17 3353 2280

Scanned with CamScanner

v4.0 - Dautin Blockchain certifica em 30/12/2025 14:01:29 que o documento de hash (SHA-256) 9b12156a4ec946717ccdd354c14d1a044d4b4afb694c868724668cd57f3cd5f4 foi validado em 30/12/2025 14:00:18 através da transação blockchain 0x8e2bdd0ef0c0bf5a15487cd15549f6a27bd6fa5779d9e45768f8e5583fdc157c e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 301540)

CÂMARA MUNICIPAL DE MIRA ESTRELA
FL.: 129
RUBRICA DO SERVIDOR
SECRETARIA DA CÂMARA

1. Da Cessão e Transferência de Quotas aos Sócios Ingressantes

1.1. Na melhor forma de direito, o sócio Thiago, acima qualificado, legítimo proprietário e possuidor de 1.600.000 (um milhão e seiscentas mil) quotas, equivalentes a 33,33% (trinta e três inteiros e trinta e três décimos por cento) do capital social da Sociedade totalmente subscritas e integralizadas, em moeda corrente nacional, com valor nominal igual a R$ 1,00 (um real) cada, no valor total de R$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais) neste ato, cede e transfere, a título de conferência de quotas, como de fato cedido e transferido tem, a propriedade da totalidade das quotas de sua titularidade, com todos os direitos sobre elas inerentes, totalmente livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, à Anura, acima qualificada, que ora ingressa como sócia na Sociedade.

1.2. Em virtude da deliberação acima, Thiago, neste ato, retira-se como sócio da Sociedade.

1.3. Os Sócios Rafael e Danilo, neste ato, renunciam expressamente ao direito de preferência na aquisição das referidas quotas, não havendo o que reclamar a que título for, em juízo ou fora dele, no passado, presente ou futuro, sobre o direito de preferência previsto em Contrato Social.

1.4. Diante das cessões e transferências de quotas acima pactuadas, o sócio cedente, a sócia cessionária e a Sociedade outorgam-se mutuamente a mais ampla, rasa, plena, geral, irrevogável e irretratável quitação, para nada mais reclamarem uns dos outros a qualquer título e a qualquer tempo, inclusive, mas não se limitando, a quaisquer pagamentos, valores e/ou direitos que possuíam, possuam e/ou venham a possuir no futuro com relação ao período em que foram sócios da Sociedade.

1.5. De mesmo modo, o Sócio Rafael, acima qualificado, legítimo proprietário e possuidor de 1.600.000 (um milhão e seiscentas mil) quotas, equivalentes a 33,33% (trinta e três inteiros e trinta e três décimos por cento) do capital social da Sociedade totalmente subscritas e integralizadas, em moeda corrente nacional, com valor nominal igual a R$ 1,00 (um real) cada, no valor total de R$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais) neste ato, cede e transfere, a título de conferência de quotas, como de fato cedido e transferido tem, a propriedade da

BRASILNET ASSESSORIA CONTÁBIL E EMPRESARIAL
RUA JORGE TIBIRIÇÁ, 3453 – VILA SANTA CRUZ
15014-040 – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO (SP)
FONE: 17 3353 2280

Scanned with CamScanner

v4.0 - Dautin Blockchain certifica em 30/12/2025 14:01:29 que o documento de hash (SHA-256) 9b12156a4ec946717ccdd354c14d1a044d4b4afb694c868724668cd57f3cd5f4 foi validado em 30/12/2025 14:00:18 através da transação blockchain 0x8e2bdd0ef0c0bf5a15487cd15549f6a27bd6fa5779d9e45768f8e5583fdc157c e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 301540)

FL.: 130
RUBRICA DO SERVIDOR
SECRETARIA DA CÂMARA

totalidade das quotas de sua titularidade, com todos os direitos sobre elas inerentes, totalmente livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, à Mercure, acima qualificada, que ora ingressa como sócia na Sociedade.

1.6. Em virtude da deliberação acima, Rafael, neste ato, retira-se como sócio da Sociedade.

1.7. O Sócio Danilo, neste ato renuncia expressamente ao direito de preferência na aquisição das referidas quotas, não havendo o que reclamar a que título for, em juízo ou fora dele, no passado, presente ou futuro, sobre o direito de preferência previsto em Contrato Social.

1.8. Diante das cessões e transferências de quotas acima pactuadas, o sócio cedente, a sócia cessionária e a Sociedade outorgam-se mutuamente a mais ampla, rasa, plena, geral, irrevogável e irretratável quitação, para nada mais reclamarem uns dos outros a qualquer título e a qualquer tempo, inclusive, mas não se limitando, a quaisquer pagamentos, valores e/ou direitos que possuíam, possuam e/ou venham a possuir no futuro com relação ao período em que foram sócios da Sociedade.

1.9. Por fim, na melhor forma de direito, o Sócio Danilo, acima qualificado, legítimo proprietário e possuidor de 1.600.000 (um milhão e seiscentas mil) quotas, equivalentes a 33,33% (trinta e três inteiros e trinta e três décimos por cento) do capital social da Sociedade totalmente subscritas e integralizadas, em moeda corrente nacional, com valor nominal igual a R$ 1,00 (um real) cada, no valor total de R$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais) neste ato, cede e transfere, a título de conferência de quotas, como de fato cedido e transferido tem, a propriedade da totalidade das quotas de sua titularidade, com todos os direitos sobre elas inerentes, totalmente livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, à Zion, acima qualificada, que ora ingressa como sócia na Sociedade.

1.10. Em virtude da deliberação acima, Danilo, neste ato, retira-se como sócio da Sociedade.

1.11. Diante das cessões e transferências de quotas acima pactuadas, o sócio cedente, a sócia cessionária e a Sociedade outorgam-se mutuamente a mais ampla, rasa, plena, geral, irrevogável

BRASILNET ASSESSORIA CONTÁBIL E EMPRESARIAL
RUA JORGE TIBIRIÇÁ, 3453 – VILA SANTA CRUZ
15014-040 – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO (SP)
FONE: 17 3353 2280

Scanned with CamScanner

v4.0 - Dautin Blockchain certifica em 30/12/2025 14:01:29 que o documento de hash (SHA-256) 9b12156a4ec946717ccdd354c14d1a044d4b4afb694c868724668cd57f3cd5f4 foi validado em 30/12/2025 14:00:18 através da transação blockchain 0x8e2bdd0ef0c0bf5a15487cd15549f6a27bd6fa5779d9e45768f8e5583fdc157c e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 301540)

FL.: 131
RUBRICA DO SERVIDOR

e irretratável quitação, para nada mais reclamarem uns dos outros a qualquer título e a qualquer tempo, inclusive, mas não se limitando, a quaisquer pagamentos, valores e/ou direitos que possuíam, possuam e/ou venham a possuir no futuro com relação ao período em que foram sócios da Sociedade.

1.12. Em virtude das deliberações acima, os sócios resolvem alterar a Cláusula 5ª do Contrato Social da Sociedade, a qual passa a vigorar com a seguinte nova redação:

"***Cláusula 5ª*** *O Capital Social é de* ***R$ 4.800.000,00*** *(Quatro Milhões Oitocentos Mil Reais), totalmente integralizado e subscrito pelos sócios em moeda corrente deste país, representado por* ***4.800.000*** *(Quatro Milhões e Oitocentos Mil) quotas no valor de R$ 1,00 (um real) cada uma, dividido entre os sócios da seguinte forma;*

Sócios	*Nº de Quotas*	*Valor em Reais (R$)*
Anura Participações LTDA.	*1.600.000*	*1.600.000,00*
Mercure Participações LTDA.	*1.600.000*	*1.600.000,00*
Zion Participações LTDA.	*1.600.000*	*1.600.000,00*
Total	***4.800.000***	***4.800.000,00***

Parágrafo 1º *A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas respectivas quotas de capital, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.*"

2. Da Alteração da Administração

2.1. Em virtude da retirada e ingresso de sócios especificada no item "1." acima, resolvem os sócios alterar a Cláusula 7ª do Contrato Social, que passa a vigorar com a seguinte redação:

BRASILNET ASSESSORIA CONTÁBIL E EMPRESARIAL
RUA JORGE TIBIRIÇÁ, 3453 – VILA SANTA CRUZ
15014-040 – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO (SP)
FONE: 17 3353 2280

Scanned with CamScanner

v4.0 - Dautin Blockchain certifica em 30/12/2025 14:01:29 que o documento de hash (SHA-256) 9b12156a4ec946717ccdd354c14d1a044d4b4afb694c868724668cd57f3cd5f4 foi validado em 30/12/2025 14:00:18 através da transação blockchain 0x8e2bdd0ef0c0bf5a15487cd15549f6a27bd6fa5779d9e45768f8e5583fdc157c e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 301540)

CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASSOLÂNDIA
FL.: 139
RUBRICA DO RESPONSÁVEL
SECRETARIA DA CÂMARA

"Cláusula 7ª A sociedade será administrada por um ou mais Administradores nomeados, sócios ou não, com mandato por prazo determinado caso o Administrador/Diretor nomeado não seja sócio, e indeterminado no caso deste ser sócio quotista. Caberá aos diretores a representação ativa e passiva da sociedade, em julzo ou fora dele, bem como a prática de quaisquer atos necessários à consecução do objeto social, respeitadas às restrições abaixo.

Parágrafo 1º *A Administração será exercida pelos não sócios Administradores* ***Rafael Prudente Carvalho Silva, Thiago Ramos Pereira e Danillo da Silva Paranhos,*** *que atuarão em conjunto ou isoladamente, e a eles caberão a responsabilidade ou representação ativa e passiva da sociedade, judicial ou extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre no interesse da sociedade, ficando vedado, por conseguinte o uso da denominação social ou firma em negócios estranhos aos fins sociais o mandato será prazo indeterminado, os quais declaram que não estão impedidos por lei a exercer essa função, visto que não lhes é aplicável nenhuma das vedações previstas no art. 1011, § 1°, do Código Civil.*

Parágrafo 2° *A sociedade obriga-se perante terceiros mediante a assinatura em conjunto ou isoladamente de um dos Administradores.*

Parágrafo 3° *A prática dos seguintes atos estará sujeita à aprovação prévia e por escrito em conjunto ou isoladamente de um dos Administradores:*

(a) a outorga de fianças e avais, a constituição de hipotecas e penhores sobre bens da sociedade, ou ainda, a concessão de qualquer espécie de garantia;

(b) a aquisição, a alienação, a cessão ou qualquer outro ato de disposição dos bens móveis ou imóveis integrantes do ativo permanente da sociedade;

(c) a contratação de empréstimos e financiamentos, a obtenção de crédito e a assunção de dívidas; e

(d) a abertura, encerramento e/ ou movimentação de contas bancárias, em quaisquer instituições financeiras ou bancárias, bem como a movimentação de qualquer investimento ou poupança em nome da sociedade; e

BRASILNET ASSESSORIA CONTÁBIL E EMPRESARIAL
RUA JORGE TIBIRIÇÁ, 3453 – VILA SANTA CRUZ
15014-040 – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO (SP)
FONE: 17 3353 2280

Scanned with CamScanner

v4.0 - Dautin Blockchain certifica em 30/12/2025 14:01:29 que o documento de hash (SHA-256) 9b12156a4ec946717ccdd354c14d1a044d4b4afb694c868724668cd57f3cd5f4 foi validado em 30/12/2025 14:00:18 através da transação blockchain 0x8e2bdd0ef0c0bf5a15487cd15549f6a27bd6fa5779d9e45768f8e5583fdc157c e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 301540)

CÂMARA MUNICIPAL DE MINEIROS
FL.: 133
RUBRICA DO VEREADOR
SECRETARIA DA CÂMARA

(e) a assinatura, endosso ou emissão de cheques ou quaisquer outros títulos de créditos, de qualquer natureza.

Parágrafo 4º *Observado o disposto no item anterior, a sociedade poderá outorgar procurações, assinadas pelos Administradores em conjunto ou isoladamente, as quais deverão especificar os poderes outorgados, o prazo de validade do mandato, que não excederá a 1 (um) ano, exceto no caso de procuração ad judicia ou para processos administrativos, as quais poderão ter prazo de validade indeterminado.*"

3. Consolidação do Contrato Social

3.1. Tendo em vista as deliberações acima, os sócios decidem consolidar o Contrato Social da Sociedade, ratificando as demais cláusulas do Contrato Social da Sociedade não expressamente alteradas pelo presente instrumento, permanecendo todas inalteradas e em pleno vigor, passando o referido Contrato Social a vigorar de acordo com o seguinte texto:

"CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA MEGA VALE ADMINISTRADORA DE CARTÕES E SERVIÇOS LTDA.

CNPJ nº 21.922.507/0001-72
NIRE nº 35228881756

CAPÍTULO I - Denominação, Sede e Foro.

Cláusula 1ª A sociedade terá a denominação de "**MEGA VALE ADMINISTRADORA DE CARTÕES E SERVIÇOS LTDA.**", e será regida pelo presente instrumento pelas leis 10.406 de 10 de janeiro de 2002 e 6.404 de 15 de dezembro de 1976 e pelas demais disposições legais aplicáveis.

BRASILNET ASSESSORIA CONTÁBIL E EMPRESARIAL
RUA JORGE TIBIRIÇÁ, 3453 – VILA SANTA CRUZ
15014-040 – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO (SP)
FONE: 17 3353 2280

Scanned with CamScanner

v4.0 - Dautin Blockchain certifica em 30/12/2025 14:01:29 que o documento de hash (SHA-256) 9b12156a4ec946717ccdd354c14d1a044d4b4afb694c868724668cd57f3cd5f4 foi validado em 30/12/2025 14:00:18 através da transação blockchain 0x8e2bdd0ef0c0bf5a15487cd15549f6a27bd6fa5779d9e45768f8e5583fdc157c e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 301540)

FL.: 131
RUBRICA DO SERVIDOR
SECRETARIA DA CÂMARA

Cláusula 2ª A sociedade tem Sede e Foro na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, à Av. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939 - 8º andar, Condomínio Jacarandá Torre 1, Bairro Tamboré, CEP 06460-040, e possui a seguinte filial:

i. Na cidade de São José do Rio Preto - SP, sito à Rua Floriano Peixoto nº 2076, Bairro Boa Vista, CEP 15025-110

Parágrafo Único. Por deliberação dos sócios-quotistas que representem a maioria do capital social, a sociedade poderá abrir outras filiais, representações, escritórios, e/ou estabelecimento em qualquer localidade do país ou exterior.

Cláusula 3ª A sociedade iniciou suas atividades em 07/01/2015, e terá prazo de duração por tempo indeterminado.

CAPÍTULO II - Do Objeto Social

Cláusula 4ª A sociedade tem como objeto social as seguintes atividades: **ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE CARTÕES ALIMENTAÇÃO, REFEIÇÃO, CONVÊNIO, CONTROLE DE FROTA, COMBUSTIVEL VALES TRANSPORTES E SIMILARES, DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE SOFTWARE ATIVIDADES DE COBRANÇA E INFORMAÇÕES CADASTR PARTICIPAÇÃO EM OUTRAS SOCIEDADES NEGÓCIOS.**

CAPÍTULO III - Do Capital Social

Cláusula 5ª O Capital Social é de **R$ 4.800.000,00** (Quatro Milhões Oitocentos Mil Reais), totalmente integralizado e subscrito pelos sócios em moeda corrente deste país, representado por **4.800.000** (Quatro Milhões e Oitocentos Mil) quotas no valor de R$ 1,00 (um real) cada uma, dividido entre os sócios da seguinte forma:

BRASILNET ASSESSORIA CONTÁBIL E EMPRESARIAL
RUA JORGE TIBIRIÇÁ, 3453 – VILA SANTA CRUZ
15014-040 – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO (SP)
FONE: 17 3353 2280

Scanned with CamScanner

v4.0 - Dautin Blockchain certifica em 30/12/2025 14:01:29 que o documento de hash (SHA-256) 9b12156a4ec946717ccdd354c14d1a044d4b4afb694c868724668cd57f3cd5f4 foi validado em 30/12/2025 14:00:18 através da transação blockchain 0x8e2bdd0ef0c0bf5a15487cd15549f6a27bd6fa5779d9e45768f8e5583fdc157c e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 301540)

Sócios	Nº de Quotas	Valor em Reais (R$)
Aruna Participações LTDA.	1.600.000	1.600.000,00
Mercure Participações LTDA.	1.600.000	1.600.000,00
Zion Participações LTDA.	1.600.000	1.600.000,00
Total	**4.800.000**	**4.800.000,00**

Parágrafo 1º A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas respectivas quotas de capital, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Cláusula 6ª As quotas da sociedade são indivisíveis e não podem ser alienadas, caucionadas, cedidas, transferidas ou vendidas sem o expresso consentimento de ambos os sócios, cabendo em igualdade de condições e preços, o direito de transferência e preferência ao sócio que queira adquiri-las, no caso de algum sócio pretender ceder as que possui.

CAPÍTULO IV - Da Administração

Cláusula 7ª A sociedade será administrada por um ou mais Administradores nomeados, sócios ou não, com mandato por prazo determinado caso o Administrador/Diretor nomeado não seja sócio, e indeterminado no caso deste ser sócio quotista. Caberá aos diretores a representação ativa e passiva da sociedade, em juízo ou fora dele, bem como a prática de quaisquer atos necessários à consecução do objeto social, respeitadas às restrições abaixo.

Parágrafo 1º A Administração será exercida pelos não sócios Administradores **Rafael Prudente Carvalho Silva, Thiago Ramos Pereira e Danillo da Silva Paranhos**, que atuarão em conjunto ou isoladamente, e a eles caberão a responsabilidade ou representação ativa e passiva da sociedade, judicial ou extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre no interesse da sociedade, ficando vedado, por conseguinte o uso da denominação social ou firma em negócios estranhos aos fins sociais o

BRASILNET ASSESSORIA CONTÁBIL E EMPRESARIAL
RUA JORGE TIBIRIÇÁ, 3453 – VILA SANTA CRUZ
15014-040 – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO (SP)
FONE: 17 3353 2280

Scanned with CamScanner

v4.0 - Dautin Blockchain certifica em 30/12/2025 14:01:29 que o documento de hash (SHA-256) 9b12156a4ec946717ccdd354c14d1a044d4b4afb694c868724668cd57f3cd5f4 foi validado em 30/12/2025 14:00:18 através da transação blockchain 0x8e2bdd0ef0c0bf5a15487cd15549f6a27bd6fa5779d9e45768f8e5583fdc157c e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 301540)

FL.: 136

mandato será prazo indeterminado, os quais declaram que não estão impedidos por lei a exercer essa função, visto que não lhes é aplicável nenhuma das vedações previstas no art. 1011, § 1°, do Código Civil.

Parágrafo 2° A sociedade obriga-se perante terceiros mediante a assinatura em conjunto ou isoladamente de um dos Administradores.

Parágrafo 3° A prática dos seguintes atos estará sujeita à aprovação prévia e por escrito em conjunto ou isoladamente de um dos Administradores:

(a) a outorga de fianças e avais, a constituição de hipotecas e penhores sobre bens da sociedade, ou ainda, a concessão de qualquer espécie de garantia;

(b) a aquisição, a alienação, a cessão ou qualquer outro ato de disposição dos bens móveis ou imóveis integrantes do ativo permanente da sociedade;

(c) a contratação de empréstimos e financiamentos, a obtenção de crédito e a assunção de dívidas; e

(d) a abertura, encerramento e/ ou movimentação de contas bancárias, em quaisquer instituições financeiras ou bancárias, bem como a movimentação de qualquer investimento ou poupança em nome da sociedade; e

(e) a assinatura, endosso ou emissão de cheques ou quaisquer outros títulos de créditos, de qualquer natureza.

Parágrafo 4° Observado o disposto no item anterior, a sociedade poderá outorgar procurações, assinadas pelos Administradores em conjunto ou isoladamente, as quais deverão especificar os poderes outorgados, o prazo de validade do mandato, que não excederá a 1 (um) ano, exceto no caso de procuração ad judicia ou para processos administrativos, as quais poderão ter prazo de validade indeterminado.

CAPÍTULO V - Das Deliberações Sociais

Cláusula 8ª Além de outras matérias Indicadas na lei ou no contrato, dependem da deliberação dos sócios:

BRASILNET ASSESSORIA CONTÁBIL E EMPRESARIAL
RUA JORGE TIBIRIÇÁ, 3453 – VILA SANTA CRUZ
15014-040 – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO (SP)
FONE: 17 3353 2280

Scanned with CamScanner

v4.0 - Dautin Blockchain certifica em 30/12/2025 14:01:29 que o documento de hash (SHA-256) 9b12156a4ec946717ccdd354c14d1a044d4b4afb694c868724668cd57f3cd5f4 foi validado em 30/12/2025 14:00:18 através da transação blockchain 0x8e2bdd0ef0c0bf5a15487cd15549f6a27bd6fa5779d9e45768f8e5583fdc157c e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 301540)

(a) modificação do contrato social;
(b) incorporação, fusão e dissolução da sociedade, ou a cessação do estado liquidação;
(c) nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas;
(d) pedido de recuperação Judicial ou extrajudicial e auto-falência; e
(e) destinação dos lucros apurados.

Parágrafo 1° Todas as deliberações serão tomadas em reunião de sócios, a qual será dispensada quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria discutida. Dos trabalhos e deliberações será lavrada ata sintética, assinada pelos presentes, cuja cópia será apresentada à Junta Comercial para arquivamento e averbação.

Parágrafo 2° Os sócios reunir-se-ão sempre que o interesse social assim exigir e ao menos uma vez por ano, nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, para deliberar sobre a orientação geral dos negócios sociais; apreciar as contas; deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico; e decidir sobre a destinação de lucros apurados.

Parágrafo 3° As reuniões poderão ser convocadas pelos sócios, mediante carta registrada com aviso de recebimento, enviada aos endereços dos demais sócios indicados no preâmbulo, com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência. As reuniões poderão ser realizadas por conferência telefônica, videoconferência ou quaisquer outros meios que os sócios decidam por bem utilizar.

CAPÍTULO VI - Do Exercício Social e Balanço

Cláusula 9ª O exercício social terminará em 31 de dezembro de cada ano, quando se procederá ao levantamento do balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras com observância às disposições legais e contábeis brasileiras, dispensadas as formalidades de publicação.

Parágrafo 1° Os resultados que se apurarem em balanço anual terão a destinação que os sócios deliberarem em reunião de sócios, observada a maioria do capital social. Os sócios participarão dos lucros e perdas apurados na proporção de suas quotas.

BRASILNET ASSESSORIA CONTÁBIL E EMPRESARIAL
RUA JORGE TIBIRIÇÁ, 3453 – VILA SANTA CRUZ
15014-040 – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO (SP)
FONE: 17 3353 2280

Scanned with CamScanner

v4.0 - Dautin Blockchain certifica em 30/12/2025 14:01:29 que o documento de hash (SHA-256) 9b12156a4ec946717ccdd354c14d1a044d4b4afb694c868724668cd57f3cd5f4 foi validado em 30/12/2025 14:00:18 através da transação blockchain 0x8e2bdd0ef0c0bf5a15487cd15549f6a27bd6fa5779d9e45768f8e5583fdc157c e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 301540)

CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASSOLÂNDIA FL.: 238 RUBRICA DO VEREADOR SECRETARIA DA CÂMARA

Parágrafo 2º A sociedade poderá proceder ao levantamento de balanço de apuração de resultados em periodicidade menor do que a estabelecida no *caput* desta cláusula, sempre que for de interesse social e os resultados apurados em períodos intermediários, igualmente, terão a destinação determinada pelos sócios em reunião de sócios.

Parágrafo 3º Sempre que levantado o balanço anual, as contas apresentas pelo administrador deverão ser levadas à aprovação dos sócios em reunião de sócios, a ser realizada nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social.

CAPÍTULO VII - Da Cessão de Quotas

Cláusula 10ª Os sócios não poderão ceder ou transferir suas quotas, a qualquer título, total ou parcialmente, a pessoas estranhas ao quadro social.

Cláusula 11ª Não havendo interesse de nenhum dos sócios na compra das quotas do sócio retirante e/ou alienante, será dado ao mesmo o direito de dissidência, sendo os seus haveres apurados e pagos na forma do Parágrafo terceiro da cláusula 13.

CAPÍTULO VIII - Da Retirada de Sócios Dissidentes

Cláusula 12ª Além dos casos previstos em lei, a Sociedade dissolver-se-á a qualquer tempo, somente por vontade dos sócios.

Cláusula 13ª O falecimento, a ausência ou a incapacidade permanente ou temporária dos sócios não dissolverá a Sociedade, prosseguindo a mesma com seus demais sócios e herdeiros do sócio falecido, ou incapaz, desde que os herdeiros manifestem por escrito seu interesse em serem ou não admitido na sociedade. No caso de os herdeiros não terem interesse em entrar na sociedade, a sociedade se dissolverá.

BRASILNET ASSESSORIA CONTÁBIL E EMPRESARIAL
RUA JORGE TIBIRIÇÁ, 3453 – VILA SANTA CRUZ
15014-040 – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO (SP)
FONE: 17 3353 2280

Scanned with CamScanner

v4.0 - Dautin Blockchain certifica em 30/12/2025 14:01:29 que o documento de hash (SHA-256) 9b12156a4ec946717ccdd354c14d1a044d4b4afb694c868724668cd57f3cd5f4 foi validado em 30/12/2025 14:00:18 através da transação blockchain 0x8e2bdd0ef0c0bf5a15487cd15549f6a27bd6fa5779d9e45768f8e5583fdc157c e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 301540)

Parágrafo 1º Na hipótese de pluralidade de herdeiros do sócio falecido, entendida esta pluralidade como a existência de 02 (dois) ou mais herdeiros, e, na eventualidade destes manifestarem o interesse por escrito de serem admitidos na sociedade, estes deverão nomear, entre si, um representante para o respectivo bloco, que exercerá o direito de voto de todo o bloco perante a sociedade.

Parágrafo 2º Excetuam-se do disposto no *caput* desta cláusula, os sucessores, ex-cônjuge ou ex-conviventes, os quais, ainda que na qualidade de herdeiros do sócio falecido, declarado ausente ou Incapaz, não serão admitidos ao convivia social salvo se sua admissão for aprovada por unanimidade.

Parágrafo 3º Não sendo aceitos ou admitidos terceiros estranhos a composição societária, como mencionado no parágrafo 2º acima, será levantado um balanço especial, com base no qual será apurado o valor das quotas correspondentes com base no valor do patrimônio líquido da sociedade, o qual será pago em 60 (sessenta) parcelas, mensais, iguais e sucessivas, com carência de 120 (cento e vinte) dias contados a partir do evento, para pagamento da primeira parcela.

CAPÍTULO IX - Da Resolução da Sociedade em Relação a Sócios e exclusão

Cláusula 14ª O sócio que desejar se retirar da Sociedade deverá fazer a comunicação por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, informando a sua intenção de não continuar na sociedade.

Cláusula 15ª Será expressamente admitida a exclusão de um sócio, por justa causa, sem prejuízo das demais formas de exclusão previstas na legislação específica, por deliberação dos sócios representando a maioria do capital social.

Parágrafo 1º Caberá à reunião de sócios, especialmente convocada para este fim, deliberar sobre a caracterização da justa causa, fixando as condutas e/ou atos de inegável gravidade e

BRASILNET ASSESSORIA CONTÁBIL E EMPRESARIAL
RUA JORGE TIBIRIÇÁ, 3453 – VILA SANTA CRUZ
15014-040 – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO (SP)
FONE: 17 3353 2280

Scanned with CamScanner

v4.0 - Dautin Blockchain certifica em 30/12/2025 14:01:29 que o documento de hash (SHA-256) 9b12156a4ec946717ccdd354c14d1a044d4b4afb694c868724668cd57f3cd5f4 foi validado em 30/12/2025 14:00:18 através da transação blockchain 0x8e2bdd0ef0c0bf5a15487cd15549f6a27bd6fa5779d9e45768f8e5583fdc157c e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 301540)

periculosidade, os quais colocam em risco a continuidade da empresa e a consecução dos seus objetivos sociais.

Parágrafo 2° Será dado ao sócio acusado, ciência da data, horário e local da reunião ou assembleia que deliberará pela sua exclusão, conferindo-o o direito de defesa e contraditório.
Parágrafo 3° Os haveres do sócio excluído serão calculados e pagos na forma prevista no Parágrafo Terceiro da Cláusula 13ª.

CAPÍTULO X - Da Liquidação da Sociedade

Cláusula 16ª A sociedade entrará em liquidação caso ocorra quaisquer das hipóteses previstas na legislação em vigor ou por decisão dos sócios que representem pelo menos ¾ (três quartos) do capital social, os quais deverão nomear o liquidante para a realização do ativo e passivo da sociedade nesse período.

CAPÍTULO XI - Dos Casos Omissos

Cláusula 17ª Os casos omissos no presente Contrato Social reger-se-ão pelas disposições da Lei nº 10.406, de 1O de janeiro de 2002 e, supletivamente, pelas normas da Sociedade Anônima.

CAPÍTULO XII - Do Foro

Cláusula 18ª Fica eleito o foro da Comarca de Barueri, Estado de São Paulo, para dirimir questões oriundas do presente contrato, renunciando-se expressamente qualquer outro, por mais privilegiado que seja."

DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO DOS ADMINISTRADORES

Nos termos do Parágrafo 1º do artigo 1.011 do Código Civil, os Administradores da Sociedade, **Srs. THIAGO RAMOS PEREIRA,** brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, advogado, inscrito no CPF nº 307.895.888-46, portador da Cédula de Identidade RG nº

BRASILNET ASSESSORIA CONTÁBIL E EMPRESARIAL
RUA JORGE TIBIRIÇÁ, 3453 – VILA SANTA CRUZ
15014-040 – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO (SP)
FONE: 17 3353 2280

Scanned with CamScanner

v4.0 - Dautin Blockchain certifica em 30/12/2025 14:01:29 que o documento de hash (SHA-256)
9b12156a4ec946717ccdd354c14d1a044d4b4afb694c868724668cd57f3cd5f4 foi validado em 30/12/2025 14:00:18 através da transação blockchain
0x8e2bdd0ef0c0bf5a15487cd15549f6a27bd6fa5779d9e45768f8e5583fdc157c e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 301540)

CÂMARA MUNICIPAL DE MORUNGABA
FL. 141
RUBRICA DO SERVIDOR
SECRETARIA DA CÂMARA

33.307.090-2 SSP/SP, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Das Nações Unidas, nº 14171, 15º Andar, Morumbi, CEP 04794-000, **RAFAEL PRUDENTE CARVALHO SILVA,** brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, advogado, inscrito no CPF nº 350.882.968-51, e portador da Cédula de Identidade RG nº 44.116.702-0 SSP/SP, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 37, 4º Andar, Bela Vista, CEP 01311-902, e **DANILO DA SILVA PARANHOS,** brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, advogado, inscrito no CPF nº 325.316.068-82, e portador da Cédula de Identidade RG nº 44 .170.054-8 SSP/SP, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2041, Torre B, 5º Andar, Vila Nova Conceição, CEP 04.543-011, **declaram**, sob as penas da lei, não estar impedidos por lei especial, tampouco terem sido condenados a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

E por estar assim justo e contratado assinam o presente instrumento em via digital, dispensada a assinatura de testemunhas nos termos do Artigo 784, § 4º, da Lei nº 13.105/2015 (Código de Processo Civil), alterada pela Lei nº 14.620, de 2023.

Barueri, 22 de agosto de 2025

(Restante da página intencionalmente deixado em branco).

BRASILNET ASSESSORIA CONTÁBIL E EMPRESARIAL
RUA JORGE TIBIRIÇÁ, 3453 – VILA SANTA CRUZ
15014-040 – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO (SP)
FONE: 17 3353 2280

Scanned with CamScanner

v4.0 - Dautin Blockchain certifica em 30/12/2025 14:01:29 que o documento de hash (SHA-256) 9b12156a4ec946717ccdd354c14d1a044d4b4afb694c868724668cd57f3cd5f4 foi validado em 30/12/2025 14:00:18 através da transação blockchain 0x8e2bdd0ef0c0bf5a15487cd15549f6a27bd6fa5779d9e45768f8e5583fdc157c e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 301540)

JUCESP
22 09 25

142

(Página de assinaturas da 9ª Alteração do Contrato Social da Mega Vale Administradora de Cartões e Serviços Ltda., celebrada em 22 de agosto de 2025).

Sócios Retirantes:

2º TABELIÃO

RAFAEL PRUDENTE CARVALHO SILVA

2º TABELIÃO

THIAGO RAMOS PEREIRA

2º TABELIÃO

DANILO DA SILVA PARANHOS

Sócios Ingressantes:

2º TABELIÃO

MERCURE PARTICIPAÇÕES LTDA
RAFAEL PRUDENTE CARVALHO SILVA
Representante

2º TABELIÃO

ANURA PARTICIPAÇÕES LTDA
THIAGO RAMOS PEREIRA
Representante

2º TABELIÃO

ZION PARTICIPAÇÕES LTDA
DANILO DA SILVA PARANHOS
Representante

Administradores:

2º TABELIÃO

RAFAEL PRUDENTE CARVALHO SILVA

2º TABELIÃO

THIAGO RAMOS PEREIRA

2º TABELIÃO

DANILO DA SILVA PARANHOS

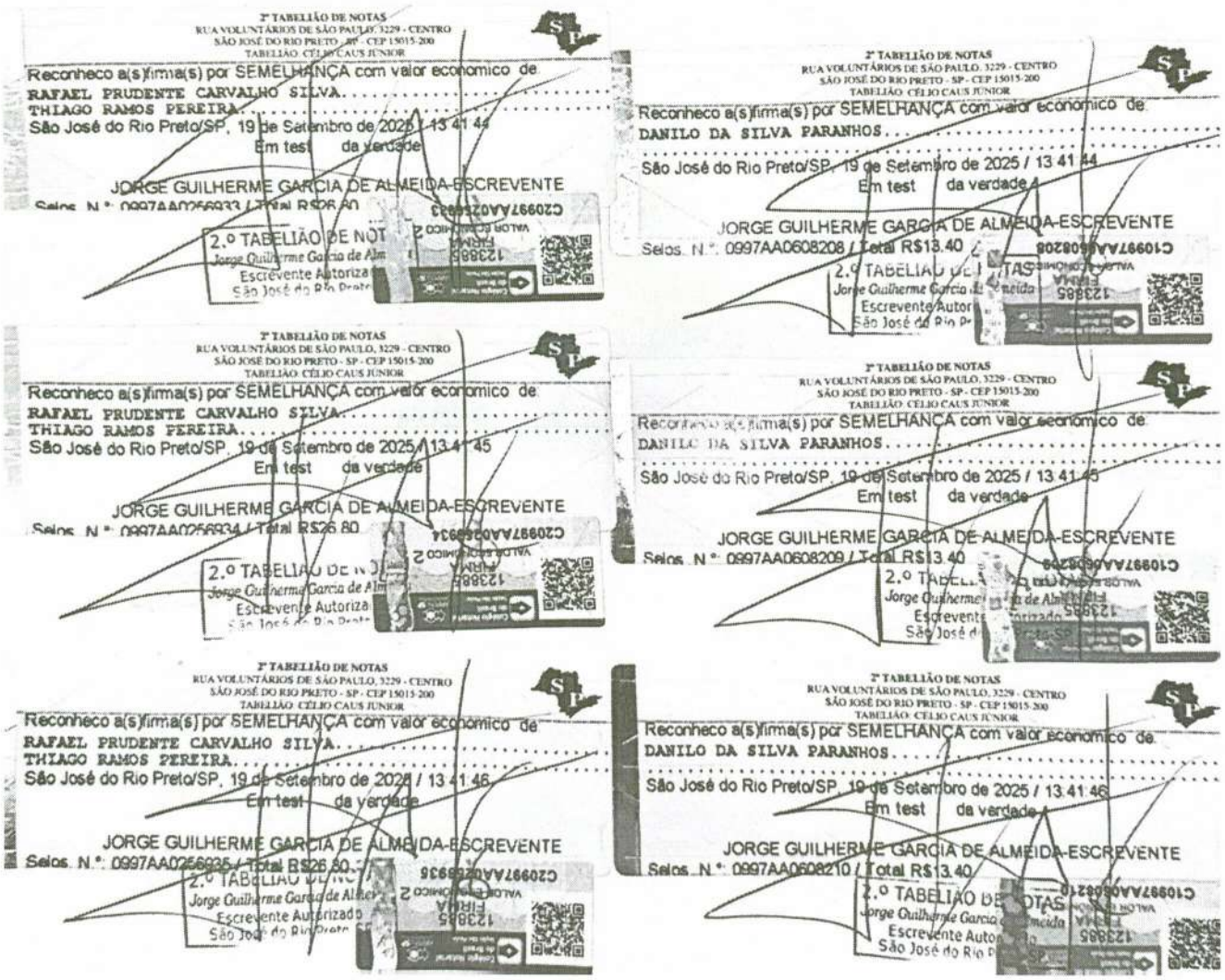
JUCESP
22 SET. 2025
Assessoria - S. J. do Rio Preto

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - JUCESP
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NÚMERO
MARINA CENTURION DARDANI
SECRETÁRIA GERAL
312.272/25-0
JUCESP

BRASILNET ASSESSORIA CONTÁBIL E EMPRESARIAL
RUA JORGE TIBIRIÇÁ, 3453 – VILA SANTA CRUZ
15014-040 – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO (SP)
FONE: 17 3353 2280

Scanned with CamScanner

v4.0 - Dautin Blockchain certifica em 30/12/2025 14:01:29 que o documento de hash (SHA-256)
9b12156a4ec946717ccdd354c14d1a044d4b4afb694c868724668cd57f3cd5f4 foi validado em 30/12/2025 14:00:18 através da transação blockchain
0x8e2bdd0ef0c0bf5a15487cd15549f6a27bd6fa5779d9e45768f8e5583fdc157c e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 301540)



Scanned with CamScanner

v4.0 - Dautin Blockchain certifica em 30/12/2025 14:01:29 que o documento de hash (SHA-256)
9b12156a4ec946717ccdd354c14d1a044d4b4afb694c868724668cd57f3cd5f4 foi validado em 30/12/2025 14:00:18 através da transação blockchain
0x8e2bdd0ef0c0bf5a15487cd15549f6a27bd6fa5779d9e45768f8e5583fdc157c e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 301540)

CÂMARA MUNICIPAL DE MINDURI
FL.: 144
RUBRICA
SECRETARIA DE GESTÃO

Dautin Blockchain
Rua Dagoberto Nogueira, 100
Ed. Torre Azul - 11º Andar
Sala 1101, Centro, Itajaí - SC
(47) 3514-7599 | (47) 99748-2223
www.dautin.com | dautin@dautin.com



Prova de Autenticidade válida até 30/03/2026

CERTIFICADO DE PROVA DE AUTENTICIDADE ELETRÔNICA

A **Dautin Blockchain** CERTIFICA para os devidos fins de direito que, o arquivo digital especificado com o tipo documental **Autenticação** e representado pela função hash criptográfica conhecida como SHA-256, de código **9b12156a4ec946717ccdd354c14d1a044d4b4afb694c868724668cd57f3cd5f4** foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes[1] através da rede blockchain Ethereum Classic, sob o identificador único denominado NID **301540** dentro do sistema.

A autenticação eletrônica do documento intitulado **"CONTRATO SOCIAL 9 ALTERAÇÃO"**, cujo assunto é descrito como **"CONTRATO SOCIAL 9 ALTERAÇÃO"**, faz prova de que em **30/12/2025 14:00:01**, o responsável **Mega Vale Administradora de Cartões e Serviços Ltda (21.922.507/0001-72)** tinha posse do arquivo com as mesmas características que foram reproduzidas na prova de autenticidade, sendo de Mega Vale Administradora de Cartões e Serviços Ltda a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a Dautin Blockchain

Este CERTIFICADO foi emitido em **30/12/2025 14:01:30** através do sistema de autenticação eletrônica da empresa Dautin Blockchain de acordo com o Art. 10, § 2º da MP 2200-2/2001, Art. 107 do Código Cívil e Art. 411, em seus §§ 2º e 3º do Código de Processo Civil, estando dessa maneira de acordo para o cumprimento do Decreto 10278/2020.

Para mais informações sobre a operação acesse o site **https://www.dautin.com** e informe o código da transação blockchain **0x8e2bdd0ef0c0bf5a15487cd15549f6a27bd6fa5779d9e45768f8e5583fdc157c**.
Também é possível acessar a consulta através da rede blockchain em **https://blockscout.com/etc/mainnet/**

[1] Legislação Vigente: Medida Provisória nº 2200-2/2001, Código Civil e Código de Processo Civil.

DAUTIN
BLOCKCHAIN

Presidência da República Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos
MEDIDA PROVISÓRIA 2.200-2
DE 24 DE AGOSTO DE 2001.

215



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

2709827809

2 e 1 NOME E SOBRENOME: DANILO DA SILVA PARANHOS

3ª HABILITAÇÃO: 06/03/2004

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO: 31/10/1985, SAO JOSE DO RIO PRETO, SP

4a DATA EMISSÃO: 06/11/2023

4b VALIDADE: 06/11/2033

ACC:

D

4c DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF: 44700854 SSP SP

4d CPF: 325.316.068-82

5 Nº REGISTRO: 03215863360

6 CAT. HAB.: AB

NACIONALIDADE: BRASILEIRO

FILIAÇÃO: SERGIO DA SILVA PARANHOS

ELISETE GONCALVES TINOCO PARANHOS

7 ASSINATURA DO PORTADOR

9	10	11	12
ACC			
A		06/11/2033	
A1			
B		06/11/2033	
B1			
C			
C1			

9	10	11	12
D			
D1			
D2			
DE			
D1E			
D2E			

13 OBSERVAÇÕES

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO
53509337040
SP020478336

LOCAL: SAO JOSE DO RIO PRETO, SP

SÃO PAULO

2709827809

I<BRA032148863<364<<<<<<<<<<<
8510312M3311064BRA<<<<<<<<<<<0
DANILO<<DA<SILVA<PARANHOS<<<<<

QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO / SENATRAN

v4.0 - Dautin Blockchain certifica em 23/02/2026 16:30:54 que o documento de hash (SHA-256)
d47e096d07ca9607b5c7a4e1a901d9c756364ffb64ef03754ea40b04136b2ab3 foi validado em 23/02/2026 16:29:06 através da transação blockchain
0x5722e299014a6d8af404830d219c44babe8096b2c5eb76b4ad31371f4317da62 e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 308370)



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

5068334949

2 e 1 NOME E SOBRENOME: THIAGO RAMOS PEREIRA

4d DATA EMISSÃO: 13/10/2025

4b VALIDADE: 13/10/2035

4c ORG EMISSOR / UF: 33307090 SSP SP

4a 1ª HABILITAÇÃO: 11/12/2000

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO: 30/06/1982, SAO JOSE DO RIO PRETO, SP

4c ACC: D

4f CPF: 307.895.888-46

4g Nº REGISTRO: 01593738559

4h CAT HAB: B

NACIONALIDADE: BRASILEIRO(A)

FILIAÇÃO: JOAO PAULO RAMOS PEREIRA

NOEMIA RAMOS PEREIRA

7 ASSINATURA DO PORTADOR

9	10	11	12	9	10	11	12
ACC				D			
A				D1			
A1				DE			
B		13/10/2035		CE			
B1				C1E			
C				DE			
C1				D1E			

12 OBSERVAÇÕES

ASSINADO DIGITALMENTE
DETRAN/DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO
RG2201944532
MG4951D7N

LOCAL: BELO HORIZONTE, MG

MINAS GERAIS

5068334949

2 e 1 - Nome e Sobrenome / Name and Surname / Nombre y Apellidos - 3 - Data e Local de Nascimento / Date and Place of Birth / Fecha y Lugar de Nacimiento - 4c - Data de Emissão / Issuing Date / Fecha de Emisión - 4b - Data de Validade / Expiration Date / Fecha de Vencimiento - 4d - Nº, Documento, Identidade - Órgão Emissor / Issuing Authority / Documento de Identificación - Autoridad Expedidora - 4f - CPF - 5 - Número de registro do CNH / Driver License Number / Número de Permiso de Conducir - 9 - Categoria de Habilitação / Driver License Class / Categoría De Permiso de Conducir - Nacionalidade / Nationality / Nacionalidad - Filiação / Filiación / Filiation - 12 - Observações / Observations / Observaciones - Local / Place / Lugar

I<BRA015937385<599<<<<<<<<<<<<
8206303M3510133BRA<<<<<<<<<<<4
THIAGO<<RAMOS<PEREIRA<<<<<<<<<

QR-CODE

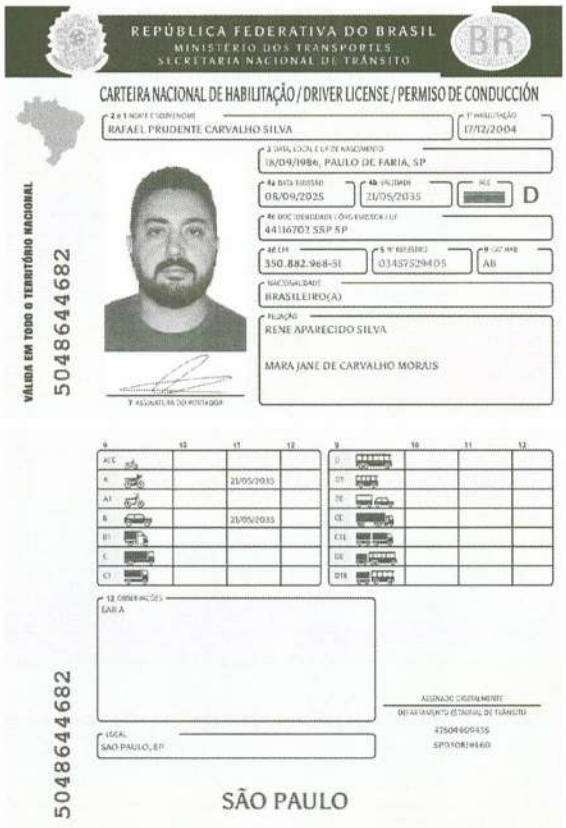
Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO / SENATRAN

Prova de Autenticidade válida até 24/05/2026

v4.0 - Dautin Blockchain certifica em 23/02/2026 16:30:54 que o documento de hash (SHA-256) d47e096d07ca9607b5c7a4e1a901d9c756364ffb64ef03754ea40b04136b2ab3 foi validado em 23/02/2026 16:29:06 através da transação blockchain 0x5722e299014a6d8af404830d219c44babe8096b2c5eb76b4ad31371f4317da62 e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 308370)



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

2 e 1 NOME E SOBRENOME: RAFAEL PRUDENTE CARVALHO SILVA
1ª HABILITAÇÃO: 17/12/2004
3 DATA, LOCAL E U.F DE NASCIMENTO: 18/09/1986, PAULO DE FARIA, SP
4a DATA EMISSÃO: 08/09/2025
4b VALIDADE: 21/05/2035
ACC:
4c DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / U.F: 44116707 SSP SP
4d CPF: 350.882.968-51
5 Nº REGISTRO: 03457529405
6 1ª CAT. HAB: AB
CATEGORIA: D
NACIONALIDADE: BRASILEIRO(A)
FILIAÇÃO: RENE APARECIDO SILVA
MARA JANE DE CARVALHO MORAIS
VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
5048644682
ASSINATURA DO PORTADOR

9	10	11	12
ACC			
A		21/05/2035	
A1			
B		21/05/2035	
B1			
C			
C1			

9	10	11	12
D			
D1			
D2			
CE			
C1E			
DE			
D1E			

12 OBSERVAÇÕES: EAR A

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO
42504609435
SP0108|4660

LOCAL: SAO PAULO, SP

5048644682

SÃO PAULO

I<BRA034575294<054<<<<<<<<<<<<
8609188M3505218BRA<<<<<<<<<<<4
RAFAEL<<PRUDENT<CARVALHO<SILVA

QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO / SENATRAN

v4.0 - Dautin Blockchain certifica em 23/02/2026 16:30:54 que o documento de hash (SHA-256)
d47e096d07ca9607b5c7a4e1a901d9c756364ffb64ef03754ea40b04136b2ab3 foi validado em 23/02/2026 16:29:06 através da transação blockchain
0x5722e299014a6d8af404830d219c44babe8096b2c5eb76b4ad31371f4317da62 e pode ser verificado em https://www.dautin.com/FileCheck (NID: 308370)

Dautin Blockchain
Rua Dagoberto Nogueira, 100
Ed. Torre Azul - 11º Andar
Sala 1101, Centro, Itajaí - SC
(47) 3514-7599 | (47) 99748-2223
www.dautin.com | dautin@dautin.com

Prova de Autenticidade válida até 24/05/2026

CERTIFICADO DE PROVA DE AUTENTICIDADE ELETRÔNICA

A **Dautin Blockchain** CERTIFICA para os devidos fins de direito que, o arquivo digital especificado com o tipo documental **Autenticação** e representado pela função hash criptográfica conhecida como SHA-256, de código **d47e096d07ca9607b5c7a4e1a901d9c756364ffb64ef03754ea40b04136b2ab3** foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes[1] através da rede blockchain Ethereum Classic, sob o identificador único denominado NID **308370** dentro do sistema.

A autenticação eletrônica do documento intitulado **"documentos"**, cujo assunto é descrito como **"documentos"**, faz prova de que em **23/02/2026 16:29:09**, o responsável **Mega Vale Administradora de Cartões e Serviços Ltda (21.922.507/0001-72)** tinha posse do arquivo com as mesmas características que foram reproduzidas na prova de autenticidade, sendo de Mega Vale Administradora de Cartões e Serviços Ltda a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a Dautin Blockchain

Este CERTIFICADO foi emitido em **23/02/2026 16:30:54** através do sistema de autenticação eletrônica da empresa Dautin Blockchain de acordo com o Art. 10, § 2º da MP 2200-2/2001, Art. 107 do Código Civil e Art. 411, em seus §§ 2º e 3º do Código de Processo Civil, estando dessa maneira de acordo para o cumprimento do Decreto 10278/2020.

Para mais informações sobre a operação acesse o site **https://www.dautin.com** e informe o código da transação blockchain **0x5722e299014a6d8af404830d219c44babe8096b2c5eb76b4ad31371f4317da62**.
Também é possível acessar a consulta através da rede blockchain em **https://blockscout.com/etc/mainnet/**

[1] Legislação Vigente: Medida Provisória nº 2200-2/2001, Código Civil e Código de Processo Civil.

DAUTIN
BLOCKCHAIN

Presidência da República Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos
MEDIDA PROVISÓRIA 2.200-2
DE 24 DE AGOSTO DE 2001.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

FL.: 149

JUCESP

FICHA CADASTRAL SIMPLIFICADA

NESTA FICHA CADASTRAL SIMPLIFICADA, AS INFORMAÇÕES DOS QUADROS "EMPRESA", "CAPITAL", "ENDEREÇO", "OBJETO SOCIAL" "TITULAR/SÓCIOS/DIRETORIA" REFEREM-SE À SITUAÇÃO ATUAL DA EMPRESA, NA DATA DE EMISSÃO DESTE DOCUMENTO.

A SEGUIR, SÃO INFORMADOS OS EXTRATOS DOS CINCO ÚLTIMOS ARQUIVAMENTOS REALIZADOS, SE HOUVER.

A AUTENTICIDADE DESTA FICHA CADASTRAL SIMPLIFICADA PODERÁ SER CONSULTADA NO SITE WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.B MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DESTE DOCUMENTO.

PARA OBTER O HISTÓRICO COMPLETO DA EMPRESA, CONSULTE A FICHA CADASTRAL COMPLETA.

EMPRESA

DENOMINAÇÃO ATUAL:
MEGA VALE ADMINISTRADORA DE CARTOES E SERVICOS LTDA

DENOMINAÇÕES ANTERIORES:
SERV SMART RIO PRETO SERVICOS LTDA
MEX CARD ADMINISTRADORA DE CARTOES LTDA

TITULO DE ESTABELECIMENTO		TIPO SOCIEDADE LIMITADA
NIRE MATRIZ	DATA DA CONSTITUIÇÃO	EMISSÃO
35228881756	24/02/2015	10/02/2026 13:42:31
INÍCIO DE ATIVIDADE	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL
07/01/2015	21.922.507/0001-72	

CAPITAL

R$ 4.800.000,00 (QUATRO MILHÕES, OITOCENTOS MIL REAIS)

ENDEREÇO

LOGRADOURO: AVENIDA MARCOS PENTEADO DE ULHOA RODRIGU	NÚMERO: 939	
BAIRRO: TAMBORE	COMPLEMENTO: 8 A, C J T I	
MUNICÍPIO: BARUERI	CEP: 06460-040	UF: SP

OBJETO SOCIAL

EMISSÃO DE VALES-ALIMENTAÇÃO, VALES-TRANSPORTE E SIMILARES
OUTRAS SOCIEDADES DE PARTICIPAÇÃO, EXCETO HOLDINGS
ATIVIDADES DE COBRANÇA E INFORMAÇÕES CADASTRAIS
DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR SOB ENCOMENDA

TITULAR / SÓCIOS / DIRETORIA

ANURA PARTICIPACOES LTDA, NIRE 35264632400, SITUADA À AVENIDA NACOES UNIDAS, 14171, 15 ANDAR, MORUMBI, SAO PAULO - SP, CEP 04794-000, OCUPANDO O CARGO DE SÓCIO. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 1.600.000,00.

DANILO DA SILVA PARANHOS, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: BRANCA, CPF: 325.316.068-82, RG/RNE: 441700548 - SP, RESIDENTE À RUA FLORIANO PEIXOTO, 2076, BOA VISTA, SAO JOSE DO RIO PRETO - SP, CEP 15025-110, OCUPANDO O CARGO DE

Documento Gratuito
Proibida a Comercialização

ADMINISTRADOR, REPRESENTANTE DE ZION PARTICIPACOES LTDA, ASSINANDO PELA EMPRESA..

MERCURE PARTICIPACOES LTDA, NIRE 35264467352, SITUADA À AVENIDA PAULISTA, 37, 4 ANDAR, BELA VISTA, SAO PAULO - SP, CEP 01311-902, OCUPANDO O CARGO DE SÓCIO. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 1.600.000,00.

RAFAEL PRUDENTE CARVALHO SILVA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: BRANCA, CPF: 350.882.968-51, RG/RNE: 441167020 - SP, RESIDENTE À RUA FLORIANO PEIXOTO, 2076, BOA VISTA, SAO JOSE DO RIO PRETO - SP, CEP 15025-110, OCUPANDO O CARGO DE ADMINISTRADOR, REPRESENTANTE DE MERCURE PARTICIPACOES LTDA, ASSINANDO PELA EMPRESA..

THIAGO RAMOS PEREIRA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: BRANCA, CPF: 307.895.888-46, RG/RNE: 333070902 - SP, RESIDENTE À RUA FLORIANO PEIXOTO, 2076, BOA VISTA, SAO JOSE DO RIO PRETO - SP, CEP 15025-110, OCUPANDO O CARGO DE ADMINISTRADOR, REPRESENTANTE DE ANURA PARTICIPACOES LTDA, ASSINANDO PELA EMPRESA..

ZION PARTICIPACOES LTDA, NIRE 35264466941, SITUADA À AV.PRES.JUSCELINO KUBITSCHEK, 2041, 5 ANDAR T.B, VILA NOVA CONCEICAO SAO PAULO - SP, CEP 04543-011, OCUPANDO O CARGO DE SÓCIO. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 1.600.000,00.

5 ÚLTIMOS ARQUIVAMENTOS

NUM.DOC: 807.059/22-5 SESSÃO: 25/07/2022

REGISTRO DA DECLARAÇÃO DE REENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA - (ME) PARA EMPRESA DE PEQUENO PORTE - (EPP).

NUM.DOC: 009.989/24-9 SESSÃO: 08/01/2024

CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA $ 4.800.000,00 (QUATRO MILHÕES, OITOCENTOS MIL REAIS).

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE DANILO DA SILVA PARANHOS, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: NÃO DECLARADA CPF: 325.316.068-82, RG/RNE: 44170054-8 - SP, RESIDENTE À RUA JOSE BARBAR CURY, 580, JARDIM VISTA ALEGRE, SAO JOSE DO RIO PRETO - SP, CEP 15061-690, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 1.600.000,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE RAFAEL PRUDENTE CARVALHO SILVA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: NÃO DECLARADA, CPF: 350.882.968-51, RG/RNE: 44116702-0 - SP, RESIDENTE À RUA VALDOMIRO DE OLIVEIRA, 250, JARDIM BIANCO, SAO JOSE DO RIO PRETO - SP, CEP 15041-502, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 1.600.000,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE THIAGO RAMOS PEREIRA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: NÃO DECLARADA, CPF: 307.895.888-46, RG/RNE: 33307090-2 - SP, RESIDENTE À RUA JOSE CARLOS THOMA, 145, PARQUE RESIDENCIAL, SAO JOSE DO RIO PRETO - SP, CEP 15077-428, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 1.600.000,00.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 228.380/25-0 SESSÃO: 26/06/2025

ABERTURA DE FILIAL NIRE 35906850371, CNPJ 21.922.507/0003-34, SITUADA À: RUA FLORIANO PEIXOTO, 2076, BOA VISTA, SAO JOSE DO RIO PRETO - SP, CEP 15025-110, COM OBJETO DESTACADO DE EMISSÃO DE VALES-ALIMENTAÇÃO, VALES-TRANSPORTE E SIMILARES, OUTRAS SOCIEDADES DE PARTICIPAÇÃO, EXCETO HOLDINGS, ATIVIDADES DE COBRANÇA E INFORMAÇÕES CADASTRAIS E DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR SOB ENCOMENDA. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 15/05/2025., DATADA DE: 15/05/2025.

ALTERACAO DE SOCIOS/TITULAR/DIRETORIA: , DATADA DE: 15/05/2025.

ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE RAFAEL PRUDENTE CARVALHO SILVA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: BRANCA, CPF: 350.882.968-51, RG/RNE: 44116702-0 - SP, RESIDENTE À RUA DOUTOR LUIZ NUNES FERREIRA, 53, PARQUE RESIDENCIAL, SAO JOSE DO RIO PRETO - SP, CEP 15070-580, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 1.600.000,00.

ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE THIAGO RAMOS PEREIRA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: BRANCA, CPF: 307.895.888-46, RG/RNE: 33307090-2 - SP, RESIDENTE À RUA JOSE CARLOS THOMA, 145, PARQUE RESIDENCIAL, SAO JOSE DO RIO PRETO - SP, CEP 15077-428, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 1.600.000,00.

ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE DANILO DA SILVA PARANHOS, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: BRANCA CPF: 325.316.068-82, RG/RNE: 44170054-8 - SP, RESIDENTE À RUA JOSE BARBAR CURY, 580, LT 05 QD N, JARDIM VISTA ALEGRE, SAO JOSE DO RIO PRETO - SP, CEP 15061-690, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 1.600.000,00.

FL.: 150
RUBRICA DO SERVIDOR

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 239.712/25-0 SESSÃO: 08/07/2025

REGISTRO DA DECLARAÇÃO DE DESENQUADRAMENTO DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE – (EPP).

NUM.DOC: 312.272/25-0 SESSÃO: 22/09/2025

ALTERACAO DE SOCIOS/TITULAR/DIRETORIA: , DATADA DE: 22/08/2025.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE RAFAEL PRUDENTE CARVALHO SILVA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: BRANCA, CPF: 350.882.968-51, RG/RNE: 441167020 - SP, RESIDENTE À RUA FLORIANO PEIXOTO, 2076, BOA VISTA, SAO JOSE DO RIO PRETO - SP, CEP 15025-110, REPRESENTANDO MERCURE PARTICIPACOES LTDA, COMO ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE THIAGO RAMOS PEREIRA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: BRANCA, CPF: 307.895.888-46, RG/RNE: 333070902 - SP, RESIDENTE À RUA FLORIANO PEIXOTO, 2076, BOA VISTA, SAO JOSE DO RIO PRETO SP, CEP 15025-110, REPRESENTANDO ANURA PARTICIPACOES LTDA, COMO ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE DANILO DA SILVA PARANHOS, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: BRANCA, CPF: 325.316.068-82, RG/RNE: 441700548 - SP, RESIDENTE À RUA FLORIANO PEIXOTO, 2076, BOA VISTA, SAO JOSE DO RIO PRETO SP, CEP 15025-110, REPRESENTANDO ZION PARTICIPACOES LTDA, COMO ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA.

ADMITIDO ANURA PARTICIPACOES LTDA , NIRE 35264632400, SITUADA À AVENIDA NACOES UNIDAS, 14171, 15 ANDAR, MORUMBI, SAO PAULO - SP, CEP 04794-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 1.600.000,00.

ADMITIDO ZION PARTICIPACOES LTDA , NIRE 35264466941, SITUADA À AV.PRES.JUSCELINO KUBITSCHEK, 2041, 5 ANDAR T.B VILA NOVA CONCEICAO, SAO PAULO - SP, CEP 04543-011, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 1.600.000,00.

ADMITIDO MERCURE PARTICIPACOES LTDA , NIRE 35264467352, SITUADA À AVENIDA PAULISTA, 37, 4 ANDAR, BELA VISTA, SAO PAULO - SP, CEP 01311-902, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 1.600.000,00.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35228881756
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 10/02/2026

JUCESP SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO documento assinado digitalmente

Ficha Cadastral Simplificada. Documento certificado por JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br sob o número de autenticidade 285561298, terça-feira, 10 de fevereiro de 2026 às 13:42:31.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

JUCESP

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

CERTIFICAMOS QUE AS INFORMAÇÕES ABAIXO CONSTAM DOS DOCUMENTOS ARQUIVADOS NESTA JUNTA COMERCIAL E SÃO VIGENTES NA DATA DE SUA EXPEDIÇÃO.

SE HOUVER ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, ESTA CERTIDÃO PERDERÁ SUA VALIDADE.

A AUTENTICIDADE DESTA CERTIDÃO E A EXISTÊNCIA DE ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, SE HOUVER, PODERÃO SER CONSULTADAS NO SITE WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DO DOCUMENTO.

EMPRESA

NIRE	REGISTRO	DATA DA CONSTITUIÇÃO	INÍCIO DAS ATIVIDADES	PRAZO DE DURAÇÃO
35228881756		24/02/2015	07/01/2015	PRAZO INDETERMINADO

NOME COMERCIAL
MEGA VALE ADMINISTRADORA DE CARTOES E SERVICOS LTDA

TITULO DE ESTABELECIMENTO	TIPO JURÍDICO
	SOCIEDADE LIMITADA

C.N.P.J.	ENDEREÇO	NÚMERO	COMPLEMENTO
21.922.507/0001-72	AVENIDA MARCOS PENTEADO DE ULHOA RODRIGU	939	8 A, C J T I

BAIRRO	MUNICÍPIO	UF	CEP	MOEDA	VALOR CAPITAL
TAMBORE	BARUERI	SP	06460-040	R$	4.800.000,00

OBJETO SOCIAL

EMISSÃO DE VALES-ALIMENTAÇÃO, VALES-TRANSPORTE E SIMILARES
OUTRAS SOCIEDADES DE PARTICIPAÇÃO, EXCETO HOLDINGS
ATIVIDADES DE COBRANÇA E INFORMAÇÕES CADASTRAIS
DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR SOB ENCOMENDA

SÓCIO

NOME
ANURA PARTICIPACOES LTDA

ENDEREÇO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AVENIDA NACOES UNIDAS	14171	15 ANDAR

BAIRRO	MUNICÍPIO	UF	CEP
MORUMBI	SAO PAULO	SP	04794-000

NIRE	CARGO	QUANTIDADE COTAS
35264632400	SÓCIO	1.600.000,00

SÓCIO

NOME
MERCURE PARTICIPACOES LTDA

ENDEREÇO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AVENIDA PAULISTA	37	4 ANDAR

BAIRRO	MUNICÍPIO	UF	CEP
BELA VISTA	SAO PAULO	SP	01311-902

NIRE	CARGO	QUANTIDADE COTAS
35264467352	SÓCIO	1.600.000,00

SÓCIO

NOME

Documento Gratuito
Proibida a Comercialização

ZION PARTICIPACOES LTDA			
ENDEREÇO AV.PRES.JUSCELINO KUBITSCHEK	NÚMERO 2041	COMPLEMENTO 5 ANDAR T.B	
BAIRRO VILA NOVA CONCEICAO	MUNICÍPIO SAO PAULO	UF SP	CEP 04543-011
NIRE 35264466941	CARGO SÓCIO		QUANTIDADE COTAS 1.600.000,00

OCUPANDO O CARGO DE REPRESENTANTE, ADMINISTRADOR				
NOME DANILO DA SILVA PARANHOS				
ENDEREÇO RUA FLORIANO PEIXOTO	NÚMERO 2076	COMPLEMENTO		
BAIRRO BOA VISTA	MUNICÍPIO SAO JOSE DO RIO PRETO	UF SP	CEP 15025-110	RG 441700548
CPF 325.316.068-82	CARGO OCUPANDO O CARGO DE REPRESENTANTE, ADMINISTRADOR			QUANTIDADE COTAS

OCUPANDO O CARGO DE REPRESENTANTE, ADMINISTRADOR				
NOME RAFAEL PRUDENTE CARVALHO SILVA				
ENDEREÇO RUA FLORIANO PEIXOTO	NÚMERO 2076	COMPLEMENTO		
BAIRRO BOA VISTA	MUNICÍPIO SAO JOSE DO RIO PRETO	UF SP	CEP 15025-110	RG 441167020
CPF 350.882.968-51	CARGO OCUPANDO O CARGO DE REPRESENTANTE, ADMINISTRADOR			QUANTIDADE COTAS

OCUPANDO O CARGO DE REPRESENTANTE, ADMINISTRADOR				
NOME THIAGO RAMOS PEREIRA				
ENDEREÇO RUA FLORIANO PEIXOTO	NÚMERO 2076	COMPLEMENTO		
BAIRRO BOA VISTA	MUNICÍPIO SAO JOSE DO RIO PRETO	UF SP	CEP 15025-110	RG 333070902
CPF 07.895.888-46	CARGO OCUPANDO O CARGO DE REPRESENTANTE, ADMINISTRADOR			QUANTIDADE COTAS

FILIAIS				
NIRE 35906850371	CNPJ 21.922.507/0003-34			
ENDEREÇO RUA FLORIANO PEIXOTO	NÚMERO 2076	COMPLEMENTO		
BAIRRO BOA VISTA	MUNICÍPIO SAO JOSE DO RIO PRETO	UF SP	CEP 15025-110	

Documento Gratuito
Proibida a Comercialização

FL.: 154

ÚLTIMO DOCUMENTO ARQUIVADO

DATA	NÚMERO	
22/09/2025	312.272/25-0	

ALTERACAO DE SOCIOS/TITULAR/DIRETORIA: , DATADA DE: 22/08/2025.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE RAFAEL PRUDENTE CARVALHO SILVA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: BRANC CPF: 350.882.968-51, RG/RNE: 441167020 - SP, RESIDENTE À RUA FLORIANO PEIXOTO, 2076, BOA VISTA, SAO JOSE DO RIO PRETO - SP, CEP 15025-110, REPRESENTANDO MERCURE PARTICIPACOES LTDA, COMO ADMINISTRADOR, ASSINANDO PE EMPRESA.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE THIAGO RAMOS PEREIRA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: BRANCA, CPF: 307.895.888-46, RG/RNE: 333070902 - SP, RESIDENTE À RUA FLORIANO PEIXOTO, 2076, BOA VISTA, SAO JOSE DO RIO PRET SP, CEP 15025-110, REPRESENTANDO ANURA PARTICIPACOES LTDA, COMO ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRES/

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE DANILO DA SILVA PARANHOS, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: BRANCA, CPF: 325.316.068-82, RG/RNE: 441700548 - SP, RESIDENTE À RUA FLORIANO PEIXOTO, 2076, BOA VISTA, SAO JOSE DO RIO PRET SP, CEP 15025-110, REPRESENTANDO ZION PARTICIPACOES LTDA, COMO ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA.

ADMITIDO ANURA PARTICIPACOES LTDA , NIRE 35264632400, SITUADA À AVENIDA NACOES UNIDAS, 14171, 15 ANDAR, MORUMBI, SAO PAULO - SP, CEP 04794-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 1.600.000,00.

ADMITIDO ZION PARTICIPACOES LTDA , NIRE 35264466941, SITUADA À AV.PRES.JUSCELINO KUBITSCHEK, 2041, 5 ANDAR T VILA NOVA CONCEICAO, SAO PAULO - SP, CEP 04543-011, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 1.600.000,00.

ADMITIDO MERCURE PARTICIPACOES LTDA , NIRE 35264467352, SITUADA À AVENIDA PAULISTA, 37, 4 ANDAR, BELA VISTA, SAO PAULO - SP, CEP 01311-902, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE $ 1.600.000,0

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35228881756
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 10/02/2026

JUCESP — SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO — documento assinado digitalmente

Certidão Simplificada. Documento certificado por MARINA CENTURION DARDANI, Secretária Geral da Jucesp. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br sob o número autenticidade 285561316, terça-feira, 10 de fevereiro de 2026 às 13:42:37.

FL.: 15

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

SECRETARIA ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA E TRABALHO
SECRETARIA DE TRABALHO
SUBSECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

COMPROVANTE DE REGISTRO DE EMPRESA FACILITADORA DE SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO COLETIVA

Registro no PAT:	190697116
Data do Registro	06/11/2019
CNPJ:	21.922.507/0001-72
Razão Social:	MEGA VALE ADMINISTRADORA DE CARTÕES E SERVIÇOS LTDA
Endereço:	Avenida Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, Nº 939, 8º Andar
Bairro:	Tamboré
Município/UF:	Barueri/SP
Cep:	06.460-040
Telefone:	(11)974982202

Identificação do Serviço de Alimentação	
Tipo de Serviço:	
	Refeição-Convênio
	Alimentação-Convênio

Via Rápida Empresa - VRE
CERTIFICADO DE LICENCIAMENTO INTEGRADO
JUCESP - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo

FL.: 156

Prefeitura do Município de Barueri

Governo do Estado de São Paul

É importante saber que:

1. Todos os dados e declarações constantes deste documento são de responsabilidade do proprietário do estabelecimento.

2. Somente as atividades econômicas contidas neste comprovante tem o funcionamento autorizado.

3. Quaisquer alterações de dados e/ou de condições que determinem a inscrição nos órgãos e expedição deste documento implica a perda de sua validade e regularidade perante os órgãos, e obriga o empresário e/ou empresa jurídica a revalidar as informações e renovar sua solicitação.

4. Os órgãos envolvidos poderão a qualquer momento fiscalizar ou notificar o interessado a comprovar as restrições e/ou condições supramencionadas no documento, de forma que se não atendidas as notificações, poderá ter início procedimento de apuração de responsabilidades com eventual imposição de multa, interdição do imóvel ou cassação do licenciamento.

5. As taxas devidas de cada órgão deverão ser recolhidas diretamente com os envolvidos e mantidas válidas durante todo o período de vigência do estabelecimento, de acordo com as regras definidas e especificadas pelo órgão.

6. Este documento foi expedido com base no Decreto Estadual 55.660, de 30 de março de 2010 e produz todos os efeitos legais para a autorização do exercício das atividades econômicas nele contidas.

7. Todas as licenças de funcionamento dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, bem como do município, se conveniado à REDESIM, estarão contidas neste Certificado. Portanto, não é necessária apresentação de Alvará complementar a este documento.

DADOS DA SOLICITAÇÃO E VALIDADE DESTE DOCUMENTO:

PROTOCOLO/NÚMERO

SPM2530616089

NÚMERO DA SOLICITAÇÃO

4832279

DATA DA SOLICITAÇÃO

25/11/2025

DATA DE VALIDADE

13/09/2026

DADOS DA EMPRESA

NOME EMPRESARIAL

MEGA VALE ADMINISTRADORA DE CARTOES E SERVICOS LTDA

CNPJ

21.922.507/0001-72

NATUREZA JURÍDICA

Sociedade Empresária Limitada

Inscrição Municipal

A EMPRESA TERÁ ESTABELECIMENTO?

Sim

FORMA DE ATUAÇÃO

ENDEREÇO DO ESTABELECIMENTO

AVENIDA MARCOS PENTEADO DE ULHOA RODRIGUES, 939 ANDAR 8 EDIFICIO JACARANDA TORRE I

TAMBORE, Barueri - SP CEP: 06460040

ÁREA DO ESTABELECIMENTO 20.00

DADOS DA EMPRESA

ÁREA DO IMÓVEL (ÁREA CONSTRUÍDA) (M²) 107743.94

ATIVIDADES ECONÔMICAS LICENCIADAS

8299702 - Emissão de vales-alimentação, vales-transporte e similares

6201501 - Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda

6463800 - Outras sociedades de participação, exceto holdings

8291100 - Atividades de cobrança e informações cadastrais

ATIVIDADES AUXILIARES LICENCIADAS

Escritório Administrativo

ANÁLISE DE VIABILIDADE

PARECER DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BARUERI

VÁLIDO PARA A INSCRIÇÃO MUNICIPAL DO IMÓVEL **DATA DE EMISSÃO:** 13/11/2025

TIPO DO IMÓVEL: Número IPTU: 2321212220001040001

RESTRIÇÕES AO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE NO LOCAL INDICADO:

CNAE:
8299-7/02-Emissão de vales-alimentação, vales-transporte e similares

Atividade Estabelecimento:
Sim

»
Atividade permitida no local indicado, desde que disponha do Habite-se ou documento equivalente, nos termos da Lei Complementar n 415/2017, ou disponha de Laudo Técnico de Segurança da Edificação, nos termos da Lei nº 1.209/2000.

»
Atividade permitida no local indicado, desde que o representante legal da empresa, após a solicitação de licenciamento no SIL - Sistema Integrado de Licenciamento do Via Rápida Empresa - VRE e a geração do respectivo Protocolo Jucesp (Internet), solicite a imediata regularização da situação da Inscrição Municipal ou a Atualização dos dados cadastrais no Cadastro de Contribuintes Mobiliários - CCM, por meio da rede mundial de computadores "Atendimento On-line", nos termos da Lei Complementar n.º 118/2002, Decreto nº 8.757/2018, artigo 2º, e Decreto nº 8.776/2018, diretamente no portal de serviços da Prefeitura disponível em http//portal.barueri.sp.gov.br/empresa/minha-empresa/cadastro-contribuintes-inscricao-municipal.

»
Atividade permitida no local indicado, estando o contribuinte ciente de que deverá proceder, junto à Prefeitura, por meio da rede mundial de computadores "Atendimento on-line", a atualização de seu cadastro, dentro do prazo de 90 (noventa) dias contados da data da ocorrência de qualquer alteração de seus dados cadastrais ou do encerramento de suas atividades, nos termos do artigo 47 da Lei Complementar nº 118/2002, com redação dada pela Lei Complementar n.º 152/2004, e artigo 2º do Decreto nº 8.757/2018, diretamente no portal de serviços da Prefeitura disponível em http//portal.barueri.sp.gov.br/empresa/minha-empresa/cadastro-contribuintes-inscricao-municipal.

CNAE:
6201-5/01-Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda

Atividade Estabelecimento:
Sim

»
Atividade permitida no local indicado, desde que disponha do Habite-se ou documento equivalente, nos termos da Lei Complementar n 415/2017, ou disponha de Laudo Técnico de Segurança da Edificação, nos termos da Lei nº 1.209/2000.

»
Atividade permitida no local indicado, desde que o representante legal da empresa, após a solicitação de licenciamento no SIL - Sistema Integrado de Licenciamento do Via Rápida Empresa - VRE e a geração do respectivo Protocolo Jucesp (Internet), solicite a imediata regularização da situação da Inscrição Municipal ou a Atualização dos dados cadastrais no Cadastro de Contribuintes Mobiliários - CCM, por meio da rede mundial de computadores "Atendimento On-line", nos termos da Lei Complementar n.º

FL.: 158

118/2002, Decreto nº 8.757/2018, artigo 2º, e Decreto nº 8.776/2018, diretamente no portal de serviços da Prefeitura disponível em http//portal.barueri.sp.gov.br/empresa/minha-empresa/cadastro-contribuintes-inscricao-municipal.

»
Atividade permitida no local indicado, estando o contribuinte ciente de que deverá proceder, junto à Prefeitura, por meio da rede mundial de computadores "Atendimento on-line", a atualização de seu cadastro, dentro do prazo de 90 (noventa) dias contados da data da ocorrência de qualquer alteração de seus dados cadastrais ou do encerramento de suas atividades, nos termos do artigo 47 da Lei Complementar nº 118/2002, com redação dada pela Lei Complementar n.º 152/2004, e artigo 2º do Decreto nº 8.757/2018, diretamente no portal de serviços da Prefeitura disponível em http//portal.barueri.sp.gov.br/empresa/minha-empresa/cadastro-contribuintes-inscricao-municipal.

CNAE:
6463-8/00-Outras sociedades de participação, exceto holdings

Atividade Estabelecimento:
Sim

»
Atividade permitida no local indicado, desde que disponha do Habite-se ou documento equivalente, nos termos da Lei Complementar n 415/2017, ou disponha de Laudo Técnico de Segurança da Edificação, nos termos da Lei nº 1.209/2000.

»
Atividade permitida no local indicado, desde que o representante legal da empresa, após a solicitação de licenciamento no SIL - Sistema Integrado de Licenciamento do Via Rápida Empresa - VRE e a geração do respectivo Protocolo Jucesp (Internet), solicite a imediata regularização da situação da Inscrição Municipal ou a Atualização dos dados cadastrais no Cadastro de Contribuintes Mobiliários - CCM, por meio da rede mundial de computadores "Atendimento On-line", nos termos da Lei Complementar n.º 118/2002, Decreto nº 8.757/2018, artigo 2º, e Decreto nº 8.776/2018, diretamente no portal de serviços da Prefeitura disponível em http//portal.barueri.sp.gov.br/empresa/minha-empresa/cadastro-contribuintes-inscricao-municipal.

»
Atividade permitida no local indicado, estando o contribuinte ciente de que deverá proceder, junto à Prefeitura, por meio da rede mundial de computadores "Atendimento on-line", a atualização de seu cadastro, dentro do prazo de 90 (noventa) dias contados da data da ocorrência de qualquer alteração de seus dados cadastrais ou do encerramento de suas atividades, nos termos do artigo 47 da Lei Complementar nº 118/2002, com redação dada pela Lei Complementar n.º 152/2004, e artigo 2º do Decreto nº 8.757/2018, diretamente no portal de serviços da Prefeitura disponível em http//portal.barueri.sp.gov.br/empresa/minha-empresa/cadastro-contribuintes-inscricao-municipal.

CNAE:
8291-1/00-Atividades de cobrança e informações cadastrais

Atividade Estabelecimento:
Sim

»
Atividade permitida no local indicado, desde que disponha do Habite-se ou documento equivalente, nos termos da Lei Complementar n 415/2017, ou disponha de Laudo Técnico de Segurança da Edificação, nos termos da Lei nº 1.209/2000.

»
Atividade permitida no local indicado, desde que o representante legal da empresa, após a solicitação de licenciamento no SIL - Sistema Integrado de Licenciamento do Via Rápida Empresa - VRE e a geração do respectivo Protocolo Jucesp (Internet), solicite a imediata regularização da situação da Inscrição Municipal ou a Atualização dos dados cadastrais no Cadastro de Contribuintes Mobiliários - CCM, por meio da rede mundial de computadores "Atendimento On-line", nos termos da Lei Complementar n.º 118/2002, Decreto nº 8.757/2018, artigo 2º, e Decreto nº 8.776/2018, diretamente no portal de serviços da Prefeitura disponível em http//portal.barueri.sp.gov.br/empresa/minha-empresa/cadastro-contribuintes-inscricao-municipal.

»
Atividade permitida no local indicado, estando o contribuinte ciente de que deverá proceder, junto à Prefeitura, por meio da rede mundial de computadores "Atendimento on-line", a atualização de seu cadastro, dentro do prazo de 90 (noventa) dias contados da data da ocorrência de qualquer alteração de seus dados cadastrais ou do encerramento de suas atividades, nos termos do artigo 47 da Lei Complementar nº 118/2002, com redação dada pela Lei Complementar n.º 152/2004, e artigo 2º do Decreto nº 8.757/2018, diretamente no portal de serviços da Prefeitura disponível em http//portal.barueri.sp.gov.br/empresa/minha-empresa/cadastro-contribuintes-inscricao-municipal.

LICENCIAMENTO INTEGRADO

Secretaria de Estado da Saúde / Vigilância Sanitária

Atividade dispensada de licenciamento no órgão de vigilância sanitária estadual. Verifique abaixo a necessidade de licenciamento no serviço municipal da Vigilância Sanitária.

Secretaria de Estado da Segurança Pública / Corpo de Bombeiros

DATA EMISSÃO	NÚMERO DE LICENÇA	VALIDADE
09/05/2025	AVCB 0000767378	13/09/2026

FORAM ASSINADAS AS SEGUINTES DECLARAÇÕES:

» Declaro que o meu estabelecimento encontra-se no interior de uma edificação Licenciada pelo Corpo de Bombeiros, conforme o tipo e o número acima descrito.

» Declaro que a atividade a ser desenvolvida no estabelecimento é compatível com a ocupação aprovada pelo Corpo de Bombeiros para a edificação como um todo.

» Declaro estar ciente de que devo manter os sistemas de segurança contra incêndio sob minha responsabilidade em condições de utilização, de acordo com o preconizado pelo Regulamento de Segurança contra Incêndio do Estado de São Paulo.

» Declaro estar ciente de que estou sujeito à fiscalização do Corpo de Bombeiros e que, além da cassação da Licença, o registro de informações inverídicas pode acarretar ao declarante o crime de falsidade ideológica, tipificado no Artigo 299 do Código Penal, com previsão de pena de um a cindo anos de reclusão e multa, sem prejuízo das providências administrativas e cíveis cabíveis.

Secretaria do Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística / CETESB

TIPO DE DOCUMENTO	NÚMERO DE LICENÇA	DATA EMISSÃO	VALIDADE
ISENTO	4893338	25/11/2025	INEXISTENTE

FORAM ASSINADAS AS SEGUINTES DECLARAÇÕES:

» Atividades exercidas no local: 6201-5/01 - Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda

» Declaro que a atividade não será instalada e/ou realizada em APM (Área de Proteção aos Mananciais) / APRM (Área de Proteção e Recuperação de Mananciais).

» Declaro que, para o exercício da atividade, não ocorrerá, sem manifestação específica da CETESB: 1.Corte de árvores nativas isoladas; 2. Supressão de vegetação nativa; 3. Intervenção em Áreas de Preservação Permanente (APP); 4. Movimentação de terra acima de 100 m^3 (cem metros cúbicos); 5. Intervenção em Áreas de Várzea para fins agrícolas.

MANIFESTAÇÕES DO ÓRGÃO:

» A atividade realizada pela empresa no local e nas condições informadas pelo interessado no pedido não está sujeita ao licenciamento ambiental no âmbito da CETESB. Caso haja alteração dessa situação, deverá haver nova solicitação.

Secretaria da Agricultura / Coordenadoria de Defesa Agropecuária

DATA EMISSÃO	PROTOCOLO DE BAIXO RISCO	CNAE
25/11/2025		6463-8/00 8291-1/00 8299-7/02 6201-5/01

FORAM ASSINADAS AS SEGUINTES DECLARAÇÕES:

» Declaro que as atividades que realizo para este protocolo não são de âmbito de gestão no sistema de Gestão de Defesa Animal e Vegetal (GEDAVE) pela Coordenadoria de Defesa Agropecuária (CDA) da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA).

Prefeitura de Barueri

VIGILÂNCIA SANITÁRIA

DATA EMISSÃO	ATIVIDADE ISENTA DE LICENÇA PARA O	CNAE

	LOCAL INFORMADO	
25/11/2025		8291-1/00

FORAM ASSINADAS AS SEGUINTES DECLARAÇÕES:

» Declaro estar ciente de que a atividade que realizo não é licenciada pelo órgão de vigilância sanitária.

DATA EMISSÃO	ATIVIDADE ISENTA DE LICENÇA PARA O LOCAL INFORMADO	CNAE
25/11/2025		6463-8/00

FORAM ASSINADAS AS SEGUINTES DECLARAÇÕES:

» Declaro estar ciente de que a atividade que realizo não é licenciada pelo órgão de vigilância sanitária.

DATA EMISSÃO	ATIVIDADE ISENTA DE LICENÇA PARA O LOCAL INFORMADO	CNAE
25/11/2025		6201-5/01

FORAM ASSINADAS AS SEGUINTES DECLARAÇÕES:

» Declaro estar ciente de que a atividade que realizo não é licenciada pelo órgão de vigilância sanitária.

DATA EMISSÃO	ATIVIDADE ISENTA DE LICENÇA PARA O LOCAL INFORMADO	CNAE
25/11/2025		8299-7/02

FORAM ASSINADAS AS SEGUINTES DECLARAÇÕES:

» Declaro estar ciente de que a atividade que realizo não é licenciada pelo órgão de vigilância sanitária.

PREFEITURA

DATA EMISSÃO	NÚMERO DE LICENÇA	VALIDADE
25/11/2025	SPM2530616089	25/11/2027

FL.: 260
RUBRICA DO SERV.
SECRETARIA DA CÂM

FL.: 161

Voltar Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 21.922.507/0001-72
Razão Social: MEGA VALE ADMINISTRADORA DE CARTOES E SERVICOS LTDA
Endereço: AV MARCOS PENTEADO DE ULHOA RODRIGUES 939 ANDAR 8 / TAMBORE / BARUERI / SP / 06460-040

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:21/02/2026 a 22/03/2026

Certificação Número: 2026022104262318099066

Informação obtida em 23/02/2026 16:33:12

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: MEGA VALE ADMINISTRADORA DE CARTOES E SERVICOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 21.922.507/0001-72
Certidão nº: 77848494/2025
Expedição: 12/12/2025, às 16:53:05
Validade: 10/06/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **MEGA VALE ADMINISTRADORA DE CARTOES E SERVICOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **21.922.507/0001-72**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA
Secretaria de Trabalho
Subsecretaria de Inspeção do Trabalho
Coordenação-Geral de Fiscalização em Segurança e Saúde no Trabalho
Divisão de Prevenção de Acidentes, Ações Estratégicas e Fiscalização do Trabalho Rural
Programa de Alimentação do Trabalhador

OFÍCIO SEI Nº 1923/2023/MTP

Brasília, 10 de janeiro de 2023

À Empresa
MEGA VALE ADMINISTRADORA DE CARTÕES E SERVIÇOS LTDA
Avenida Marcos Penteado de Ulhoa Rodrigues, Nº 939, 8º Andar - Bairro Tamboré
CEP: 06.460-040 - Barueri/SP
E-mail: atendimento@megavalecard.com.br

Assunto: Solicitação do registro de recadastramento da empresa como facilitadora de aquisição de refeições ou de gêneros alimentícios no Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT.
Referência: Ao responder este Ofício, favor indicar expressamente o Processo nº 19966.135003/2022-05.

Prezados Senhores,

Informamos o deferimento da solicitação do registro de recadastramento da empresa em epígrafe como facilitadora de aquisição de refeições ou de gêneros alimentícios no Programa d Alimentação do Trabalhador – PAT, nas modalidades requeridas.

Ressalte-se a necessidade de cumprir a legislação do PAT, em especial o disposto no capítul XVIII do Decreto nº 10.854, de 10 de novembro de 2021 e no capítulo VIII da Portaria/MTP nº 672, de 08 d novembro de 2021.

Frisa-se, ademais, a necessidade de operacionalizar seu serviço de pagamento, por meio d arranjo de pagamento, nos termos do artigo 6º da Lei nº 12.865, de 09 de outubro de 2013.

Por fim, informa-se que, caso existam dúvidas, a requerente poderá encaminhá-las para endereço de e-mail: atendimento.pat@economia.gov.br.

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente

MARCELO NAEGELE

Coordenador-Geral de Fiscalização em Segurança e Saúde no Trabalho

FL: 164

Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Naegele**, **Coordenador(a)-Geral**, em 11/01/2023, às 17:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **30832044** e o código CRC **2BE78369**.

Esplanada dos Ministérios, Bloco F, Anexo B, sala 145 - Bairro Zona Cívico-Administrativa
CEP 70056-900 - Brasília/DF
(61) 2031-6119 - e-mail sit@economia.gov.br - gov.br/trabalho-e-previdencia

FL.: 265
RUBRICA DO SERVIDOR
SECRETARIA DA CÂMARA

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 8281311 **FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS**, anteriores a 10/02/2026, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: **********

MEGA VALE ADMINISTRADORA DE CARTÕES E SERVIÇOS LTDA, CNPJ: 21.922.507/0001-72, conforme indicação constante do pedido de certidão.**********

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor (a). São apontados os feitos com situação em tramitação já cadastrados no sistema SAJ referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado SPI nº 22/2019.

Esta certidão considera os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em Grau de Recurso.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI, S/C, S/S, EPP, ME, MEI, LTDA).

Necessário complementar com a certidão Comarcas e Turmas Recursais (Primeiro Grau) Cível.

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 11 de fevereiro de 2026.

PEDIDO Nº: 0093978617

ASSINATURA TJSP SAJ DIGITAL

BALANÇO PATRIMONIAL



Entidade: MEGA VALE ADMINISTRADORA DE CARTOES E SERVICOS LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2024 a 31/12/2024 CNPJ: 21.922.507/0001-72

Número de Ordem do Livro: 7

Período Selecionado: 01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R$ 36.890.149,74	R$ 33.484.560,9
CIRCULANTE		R$ 35.197.994,88	R$ 31.796.581,6
DISPONIVEL		R$ 35.380.908,01	R$ 33.178.298,7
CAIXA GERAL		R$ 2.139.887,97	R$ 2.258.715,8
CAIXA		R$ 2.139.887,97	R$ 2.258.715,8
BANCOS CONTA MOVIMENTO		R$ 20.175.285,69	R$ 17.193.848,5
BANCO ITAU CC: 99599-5		R$ 0,00	R$ 526.145,0
APLICACOES SANTANDER - 130072891		R$ 3.021.434,80	R$ 65.020,8
TITULO DE CAPITALIZACAO BRADESCO		R$ 65.889,96	R$ 59.387,0
APLICACOES BRADESCO - 271108-7		R$ 5.354.032,20	R$ 47.366,7
APLICACOES BRADESCO INV.FACIL-0272231-3		R$ 397.660,84	R$ 241.687,4
BANCO BRADESCO CC: 271108-7		R$ 1,00	R$ 1,0
BANCO BRADESCO CC: 0272231-3		R$ 1,00	R$ 1,0
APLICACOES BANCO DO BRASIL RENDE FACIL		R$ 15.947,16	R$ 28.069,9
XP INVESTIMENTOS - CC 13240264		R$ 0,00	R$ 1.700.864,9
APLICACOES XP INVESTIMENTOS		R$ 11.320.318,73	R$ 13.276.488,2
BANCO DAYCOVAL S.A		R$ 0,00	R$ 28,0
APLICACOES BANCO DAYCOVAL S.A		R$ 0,00	R$ 539.963,3
SEGURO VIDA BRADESCO RESGATAVEL		R$ 0,00	R$ 100.139,1
TITULO DE CAPITALIZACAO SANTANDER		R$ 0,00	R$ 5.000,0
APLICACOES BRADESCO CDB - 0272231-3		R$ 0,00	R$ 603.685,6
EMPRESTIMOS A SOCIOS		R$ 13.065.734,35	R$ 13.725.734,3
THIAGO RAMOS PEREIRA		R$ 4.355.244,78	R$ 4.575.244,7
RAFAEL PRUDENTE CARVALHO SILVA		R$ 4.355.244,78	R$ 4.575.244,7
DANILO DA SILVA PARANHOS		R$ 4.355.244,79	R$ 4.575.244,7
(-) CREDITOS		R$ (182.913,13)	R$ (1.381.717,1
(-) CLIENTES		R$ (426.541,92)	R$ (1.606.634,1
(-) (-) ANTECIPACOES DE CREDITOS		R$ (426.541,92)	R$ (1.606.634,1
IMPOSTOS A RECUPERAR		R$ 0,00	R$ 182.917,0
IRRF S APLIC FINANC A RECUPERAR		R$ 0,00	R$ 182.917,0

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: MEGA VALE ADMINISTRADORA DE CARTOES E SERVICOS LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2024 a 31/12/2024 CNPJ: 21.922.507/0001-72

Número de Ordem do Livro: 7

Período Selecionado: 01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ADIANTAMENTOS		R$ 1.628,79	R$ 0,00
ADIANTAMENTO FERIAS		R$ 1.628,79	R$ 0,00
CauçSes		R$ 242.000,00	R$ 42.000,00
GARANTIA - IRMAOS MUFFATO E CIA LTDA		R$ 200.000,00	R$ 0,00
STELLA GIALLA PARTICIPACOES LTDA		R$ 42.000,00	R$ 42.000,00
NAO CIRCULANTE		R$ 0,00	R$ 3.598,13
REALIZAVEL A LONGO PRAZO		R$ 0,00	R$ 3.598,13
DESPESAS ANTECIPADAS		R$ 0,00	R$ 3.598,13
ADIANTAMENTO FORNECEDOR		R$ 0,00	R$ 3.598,13
PERMANENTE		R$ 1.201.623,94	R$ 1.101.151,14
IMOBILIZADOS		R$ 1.201.623,94	R$ 1.101.151,14
IMOBILIZADO TECNICO		R$ 1.216.385,71	R$ 1.230.800,94
MOVEIS E UTENSILIOS		R$ 122.934,14	R$ 143.911,15
MAQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS		R$ 201.154,88	R$ 261.125,26
VEICULOS		R$ 91.000,00	R$ 0,00
CARTOES JALL CARD		R$ 785.690,00	R$ 785.690,00
EQUIP.PARA PROCESSAMENTO DADOS		R$ 2.055,50	R$ 26.523,34
EQUIPAMENTOS SEGURANCA		R$ 13.551,19	R$ 13.551,19
(-) DEPRECIACAO ACUMULADA		R$ (14.761,77)	R$ (129.649,80)
(-) (-) DEPREC.MAQUINAS/APARELHOS E EQUIP		R$ (4.923,39)	R$ (28.426,87)
(-) (-) DEPREC. MOVEIS E UTENSILIOS		R$ (4.387,42)	R$ (17.323,34)
(-) (-) DEPREC. VEICULOS		R$ (2.200,00)	R$ 0,00
(-) (-) DEPREC.EQUIPAMENTOS SEGURANCA		R$ (2.449,32)	R$ (3.804,40)
(-) (-) DEPREC. EQUIP PROCESSAMENTO DADOS		R$ (801,64)	R$ (1.526,23)
(-) DEPREC. CARTOES JALL CARD		R$ 0,00	R$ (78.568,96)
INTAGIVEL		R$ 490.530,92	R$ 583.230,02
BENS E DIREITOS		R$ 490.530,92	R$ 583.230,02
BENS INTANGIVEIS		R$ 490.530,92	R$ 583.230,02
SOFTWARE/PROGRAMAS ADM DE CARTOES		R$ 490.530,92	R$ 583.230,02
PASSIVO		R$ 36.890.149,74	R$ 33.484.560,91

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 29.3B.F4.1D.76.AE.4F.D9.D5.8E.E8.F5.DA.4A.CA.C9.C4.D9.7C.EB-7, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.3.3 do Visualizador

BALANÇO PATRIMONIAL



Entidade:	MEGA VALE ADMINISTRADORA DE CARTOES E SERVICOS LTDA
Período da Escrituração:	01/01/2024 a 31/12/2024
CNPJ:	21.922.507/0001-72
Número de Ordem do Livro:	7
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
CIRCULANTE		R$ 33.443.867,11	R$ 29.564.155,77
EXIGIVEL A CURTO PRAZO		R$ 33.443.867,11	R$ 29.564.155,77
FORNECEDORES		R$ 389.843,22	R$ 125.351,02
ABZ SEGURANCA INTELIGENTE RIO PRETO LTDA		R$ 150,00	R$ 150,00
CDBC PAPELARIA LTDA		R$ 0,00	R$ 484,15
CARREFOUR COM. E IND. LTDA		R$ 0,00	R$ 8.636,40
COMPRE FACIL COMERCIO DE PRODUTOS ALIMEN		R$ 0,00	R$ 639,22
ESCRITORIO CONTABIL SAO PAULO LTDA ME		R$ 0,00	R$ 1.590,00
FISERV DO BRASIL INSTITUICAO DE PAGAMENT		R$ 9.859,38	R$ 0,00
FLASH COURIER LTDA		R$ 2.089,40	R$ 4.107,65
FACTORIAL LTDA		R$ 1.069,41	R$ 0,00
GRAFINORTE S/A		R$ 17.450,00	R$ 0,00
GMRP COMERCIO DE INFORMATICA EIRELI		R$ 0,00	R$ 900,00
INFOX COMERCIO E PRESTADORA DE SERVIÇOS		R$ 0,00	R$ 2.482,65
JALL CARDS - CARTOES E SERVIÇOS LTDA		R$ 355.000,00	R$ 15.275,00
M ZANINI SERVIÇOS EPP		R$ 0,00	R$ 2.430,28
NOVACAR COMERCIO DE PNEUS LTDA		R$ 601,00	R$ 0,00
NATANAEL SANTOS DE CASTRO 04116347396		R$ 860,00	R$ 0,00
REGUS DO BRASIL LTDA		R$ 0,00	R$ 55,76
RD GESTAO E SISTEMAS S.A		R$ 0,00	R$ 83.746,80
SILCAR PNEUS LTDA		R$ 0,00	R$ 773,00
SINAL BR TELECOM LTDA		R$ 2.399,60	R$ 1.699,50
SERASA S/A		R$ 364,43	R$ 0,00
TRICOLOR INFORMATICA LTDA		R$ 0,00	R$ 622,60
TRIMOVEIS COM DE MOV PARA ESCRITORIO		R$ 0,00	R$ 1.758,01
OBRIGACOES SOCIAIS E TRABALHISTAS		R$ 24.737,41	R$ 59.960,73
SALARIOS A PAGAR		R$ 5.129,03	R$ 32.514,92
INSS A RECOLHER		R$ 6.229,56	R$ 12.451,44
FGTS A RECOLHER		R$ 673,02	R$ 2.296,28

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 29.3B.F4.1D.76.AE.4F.D9.D5.8E.E8.F5.DA.4A.CA.C9.C4.D9.7C.EB-7, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: MEGA VALE ADMINISTRADORA DE CARTOES E SERVICOS LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2024 a 31/12/2024 CNPJ: 21.922.507/0001-72

Número de Ordem do Livro: 7

Período Selecionado: 01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
PRO LABORE A PAGAR		R$ 12.680,67	R$ 12.698,09
CONTRIBUICAO ASSISTENCIAL A PAGAR		R$ 25,13	R$ 0,00
OUTRAS OBRIGACOES		R$ 32.728.998,32	R$ 29.102.652,99
REPASSES A CREDENCIADOS		R$ 32.728.998,32	R$ 29.102.652,99
IMPOSTOS, TAXAS, CONTRIB.A RECOLHER		R$ 300.288,16	R$ 276.191,03
IRPJ A RECOLHER		R$ 180.294,30	R$ 0,00
CSLL A RECOLHER		R$ 67.065,95	R$ 4.368,56
PIS A RECOLHER		R$ 4.980,67	R$ 9.472,57
COFINS A RECOLHER		R$ 22.987,72	R$ 44.950,95
ISS A RECOLHER		R$ 15.902,59	R$ 31.564,10
IRRF S/SALARIOS A RECOLHER		R$ 1.053,51	R$ 1.668,98
PIS, COFINS, CSLL RETIDOS A RECOLHER		R$ 5.054,15	R$ 8.750,33
IRRF RETIDO A RECOLHER		R$ 2.949,27	R$ 2.822,69
JUROS SOBRE CAPITAL PROPRIO A PAGAR		R$ 0,00	R$ 146.703,92
IRRF JSCP A RECOLHER		R$ 0,00	R$ 25.888,93
NAO CIRCULANTE		R$ 1.123.489,14	R$ 1.586.934,63
EXIGIVEL A LONGO PRAZO		R$ 1.123.489,14	R$ 1.586.934,63
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS		R$ 1.086.412,31	R$ 1.570.106,32
CAPITAL DE GIRO - BRADESCO S/A		R$ 534.622,32	R$ 1.178.207,44
(-) (-) JUROS A APROPRIAR CAPITAL DE GIRO		R$ (159.622,44)	R$ (53.207,64)
EMPRESTIMO BANCO SANTANDER S.A		R$ 909.273,68	R$ 519.584,96
(-) (-) JUROS A APROPRIAR EMPR.SANTANDER		R$ (197.861,25)	R$ (74.478,44)
PARCELAMENTOS IMPOSTOS		R$ 37.076,83	R$ 16.828,31
PARCELAMENTO IRPJ - 2089		R$ 25.047,01	R$ 14.312,53
PARCELAMENTO CSLL - 2372		R$ 5.880,85	R$ 838,53
PARCELAMENTO COFINS - 2172		R$ 6.148,97	R$ 1.677,25
PATRIMONIO LIQUIDO		R$ 2.322.793,49	R$ 2.333.470,51
CAPITAL REALIZADO		R$ 3.600.000,00	R$ 4.800.000,00
CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO		R$ 3.600.000,00	R$ 4.800.000,00
CAPITAL SOCIAL		R$ 3.600.000,00	R$ 4.800.000,00

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 29.3B.F4.1D.76.AE.4F.D9.D5.8E.E8.F5.DA.4A.CA.C9.C4.D9.7C.EB-7, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.3.3 do Visualizador

BALANÇO PATRIMONIAL

Sped CONTÁBIL

Entidade:	MEGA VALE ADMINISTRADORA DE CARTOES E SERVICOS LTDA
Período da Escrituração:	01/01/2024 a 31/12/2024
CNPJ:	21.922.507/0001-72
Número de Ordem do Livro:	7
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024



Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
RESERVAS		R$ 1.200.000,00	R$ 0,00
RESERVAS DE CAPITAL		R$ 1.200.000,00	R$ 0,00
AFAC		R$ 1.200.000,00	R$ 0,00
(-) LUCROS E/OU PREJUIZOS ACUMULADOS		R$ (2.477.206,51)	R$ (2.466.529,49)
(-) LUCROS E/OU PREJUIZOS ACUMULADOS		R$ (2.477.206,51)	R$ (2.466.529,49)
LUCRO DO EXERCICIO		R$ 0,00	R$ 10.677,02
(-) PREJUIZO DO EXERCICIO		R$ (2.743.887,60)	R$ 0,00
LUCRO OU PREJUIZO ACUMULADO		R$ 266.681,09	R$ (2.477.206,51)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	MEGA VALE ADMINISTRADORA DE CARTOES E SERVICOS LTDA
Período da Escrituração:	01/01/2024 a 31/12/2024
CNPJ:	21.922.507/0001-72
Número de Ordem do Livro:	7
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024



Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atua
RECEITA		R$ 3.239.105,90	R$ 7.964.188,94
RECEITA BRUTA		R$ 4.251.332,76	R$ 15.817.937,79
RECEITA DE PRESTACAO DE SERVICOS		R$ 6.623.917,75	R$ 15.804.327,29
RECEITA DE GANHO DE CAPITAL		R$ 29.110,39	R$ 13.610,50
(-) DESCONTOS INCONDICIONAIS		R$ (2.401.695,38)	R$ 0,00
(-) DEDUCOES DA RECEITA BRUTA		R$ (1.112.155,63)	R$ (2.599.226,19)
(-) (-) PIS		R$ (43.055,48)	R$ (260.768,41)
(-) (-) COFINS		R$ (198.717,54)	R$ (1.201.128,87)
(-) (-) ISS		R$ (132.477,66)	R$ (315.867,73)
(-) (-) IRPJ		R$ (536.224,22)	R$ (597.662,64)
(-) (-) CSLL		R$ (201.680,73)	R$ (223.798,54)
RECEITAS FINANCEIRAS		R$ 99.928,77	R$ 875.295,28
RECEITAS S/APLICACOES FINANCEIRAS		R$ 92.131,42	R$ 873.782,22
DESCONTOS OBTIDOS		R$ 7.797,35	R$ 1.513,06
(-) IMPOSTOS SOBRE RECEITAS FINANCEIRAS		R$ 0,00	R$ (40.617,78
(-) (-) PIS SOBRE RECEITAS FINANCEIRAS		R$ 0,00	R$ (5.677,73)
(-) (-) COFINS SOBRE RECEITAS FINANCEIRAS		R$ 0,00	R$ (34.940,05
(-) CUSTOS		R$ 0,00	R$ (6.089.200,16
(-) MANUTENCAO E LICENCA SOFTWARES - CUSTO		R$ 0,00	R$ (9.478,34)
(-) MATERIAIS GRAFICOS, IMPRES.PAP. - CUSTO		R$ 0,00	R$ (20.642,06
(-) SERVICOS ADMINISTRATIVOS - CUSTO		R$ 0,00	R$ (2.567.170,00
(-) MARKETING, PROPAG. GERENC. DIG. - CUSTO		R$ 0,00	R$ (11.258,36
(-) MANUTENCAO SOFTWARES E COMP. - CUSTO		R$ 0,00	R$ (1.136.904,41
(-) PROCESSAMENTO E ARMAZ. DADOS - CUSTO		R$ 0,00	R$ (364.283,42
(-) MANUTENCOES VEICULOS - CUSTO		R$ 0,00	R$ (5.861,55)
(-) TAXAS TRANSACOES CARTOES - CUSTO		R$ 0,00	R$ (584.415,15
(-) COMPOSICOES GRAFICAS/CARTOES - CUSTO		R$ 0,00	R$ (116.640,96
(-) SUPORTE TECNICO INFORMATICA - CUSTO		R$ 0,00	R$ (1.070,85)
(-) MONITORAMENTO E SEGURANCA - CUSTO		R$ 0,00	R$ (209,86)
(-) CLUBE CONVENIA - CUSTO		R$ 0,00	R$ (86.212,49

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 29.3B.F4.1D.76.AE.4F.D9.D5.8E.E8.F5.DA.4A.CA.C9.C4.D9.7C.EB-7, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.3.3 do Visualizador

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade: MEGA VALE ADMINISTRADORA DE CARTOES E SERVICOS LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2024 a 31/12/2024 CNPJ: 21.922.507/0001-72

Número de Ordem do Livro: 7

Período Selecionado: 01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atua
(-) HOSPEDAGEM WEB - CUSTO		R$ 0,00	R$ (363,00
(-) ALUGUEIS E LOCACOES - CUSTO		R$ 0,00	R$ (1.184.689,71
(-) DESPESAS		R$ (5.982.993,50)	R$ (6.500.389,31
(-) DESPESAS COM PESSOAL		R$ (433.964,52)	R$ (607.397,59
(-) ORDENADOS E SALARIOS		R$ (59.402,45)	R$ (228.591,24
(-) VALE TRANSPORTE		R$ (327,48)	R$ (1.560,00
(-) FERIAS		R$ (3.282,39)	R$ (3.380,03
(-) 13º SALARIO		R$ (4.872,47)	R$ (16.495,01
(-) FGTS		R$ (5.867,09)	R$ (18.597,50
(-) RESCISOES E INDENIZACOES		R$ (3.965,54)	R$ (16.137,18
(-) HORAS EXTRAS		R$ 0,00	R$ (80,84
(-) CESTA BASICA		R$ 0,00	R$ (152,90
(-) PRO LABORE		R$ (180.000,00)	R$ (180.000,00
(-) INSS EMPRESA E TERCEIROS		R$ (53.635,35)	R$ (83.830,88
CONTRIBUICOES ASSISTENCIAIS E CONFED.		R$ (500,00)	R$ 0,0
COMISSOES		R$ (1.500,00)	R$ 0,0
(-) UNIFORMES		R$ (21.038,00)	R$ (140,00
(-) CONVENIO MEDICO/MEDICINA OCUPACIONAL		R$ (32.622,66)	R$ (43.957,00
(-) ABONO PECUNIARIO		R$ (748,53)	R$ (64,0
(-) CURSOS/TREINAMENTOS DE FUNCIONARIOS		R$ (66.202,56)	R$ (13.736,6
(-) ADICIONAL DE PERMANENCIA		R$ 0,00	R$ (674,4
(-) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES		R$ (34.366,26)	R$ (40.042,8
(-) TAXAS DIVERSAS		R$ (25.105,15)	R$ (12.118,1
(-) IPVA		R$ (4.678,87)	R$ (2.318,1
(-) TAXA LICENCA E FUNCIONAMENTO		R$ (113,42)	R$ (349,7
(-) IPTU		R$ 0,00	R$ (1.610,8
IMPOSTOS RETIDOS NAO DESCONTADOS		R$ (4.468,82)	R$ 0,(
(-) ASSOCIACOES PROFISSIONAIS		R$ 0,00	R$ (23.646,0
(-) DESPESAS GERAIS - MATRIZ		R$ (5.106.484,23)	R$ (5.070.937,3
(-) DESPESAS DIVERSAS		R$ (52.714,89)	R$ (15.434,8
(-) MATERIAL DE USO E CONSUMO		R$ (31.423,53)	R$ (69.705,3
(-) ENERGIA ELETRICA		R$ (15.983,75)	R$ (16.293,1
(-) COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES		R$ (5.073,21)	R$ (6.643,5

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 29.3B.F4.1D.76.AE.4F.D9.D5.8E.E8.F5.DA.4A.CA.C9.C4.D9.7C.EB-7, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.3.3 do Visualizador

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO



Entidade: MEGA VALE ADMINISTRADORA DE CARTOES E SERVICOS LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2024 a 31/12/2024 CNPJ: 21.922.507/0001-72

Número de Ordem do Livro: 7

Período Selecionado: 01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atua
(-) ALUGUEIS		R$ (183.708,70)	R$ (198.680,77)
(-) HONORARIOS CONTABEIS		R$ (56.669,02)	R$ (126.863,70)
(-) MANUTENCAO VEICULOS		R$ (31.356,68)	R$ (4.504,98)
(-) SEGUROS		R$ (9.289,94)	R$ (9.049,11)
(-) IPVA		R$ (893,11)	R$ (751,03)
(-) TELEFONE E INTERNET		R$ (55.441,01)	R$ (26.816,73)
(-) REPAROS E CONSERVACAO DO PREDIO		R$ (5.099,03)	R$ (985,00)
(-) AGUA E ESGOTO		R$ (5.208,73)	R$ (7.531,48)
PROGRAMA INFOX		R$ (954.546,64)	R$ 0,00
(-) CARTA FIANCA		R$ (119.238,77)	R$ (156.626,00)
(-) PEDAGIOS		R$ (16.802,00)	R$ (9.198,84)
SERVICOS PRESTADOS POR PESSOA FISICA		R$ (132,00)	R$ 0,00
(-) CARTORIO		R$ (6.692,38)	R$ (3.471,43)
(-) CORREIOS		R$ (46.760,99)	R$ (43.695,17)
(-) MATERIAIS GRAFICOS, IMPRESSOS, PAPELAR.		R$ (80.554,61)	R$ (41.641,60)
(-) MONITORAMENTO E SEGURANCA		R$ (7.396,12)	R$ (3.544,28)
(-) MANUT SOFTWARE E COMPUTADORES		R$ (83.080,47)	R$ (161.206,67)
(-) VIAGENS, ESTADIAS E REFEICOES		R$ (96.821,43)	R$ (106.314,20)
(-) REPAROS EQUIP/MOVEIS E UTENSILIOS		R$ 0,00	R$ (4.556,58)
COPA E COZINHA		R$ (156,75)	R$ 0,00
(-) MATERIAIS DE LIMPEZA		R$ (1.559,15)	R$ (1.667,97)
LOCACOES DE VEICULOS		R$ (7.835,70)	R$ 0,00
ASSESSORIA JURIDICA E AUDITORIAS		R$ (15.825,00)	R$ 0,00
(-) DESPESAS E SERVICOS COM LICITACOES		R$ (73.383,22)	R$ (54.459,24)
(-) MARKETING/PROPAGANDA/GERENC DIGITAL		R$ (20.030,59)	R$ (83.326,26)
(-) MANUTENCAO E LIMPEZA ESCRITORIO		R$ (13.913,44)	R$ (8.185,35)
(-) HOSPEDAGEM WEB, WEBMAIL E PROC. DADOS		R$ (25.561,89)	R$ (9.965,06)
FRETES		R$ (3.194,45)	R$ 0,00
(-) OUTRAS SAIDAS - REMESSAS CARTOES		R$ (2.100,00)	R$ (79,00)
(-) DEPRECIACOES		R$ 0,00	R$ (139.713,03)
(-) TAXAS TRANSACOES		R$ (716.138,50)	R$ (40.107,20)
(-) GOOGLE		R$ (26.103,43)	R$ (33.716,09)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	MEGA VALE ADMINISTRADORA DE CARTOES E SERVICOS LTDA
Período da Escrituração:	01/01/2024 a 31/12/2024
CNPJ:	21.922.507/0001-72
Número de Ordem do Livro:	7
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atu
(-) CONSULTORIA EM SISTEMA. E PROC. DADOS		R$ (123.782,42)	R$ (31.757,3
(-) LOCACOES DE EQUIPAMENTOS		R$ (23.919,69)	R$ (10.730,4
(-) HONORARIOS ADVOCATICIOS		R$ (464.700,00)	R$ (615.500,0
BRINDES		R$ (47.523,47)	R$ 0,0
SERVICOS HOMOLOGACOES		R$ (101.337,99)	R$ 0,0
(-) SERVICOS ADMINISTRATIVOS		R$ (1.532.451,00)	R$ (35.192,8
CREDENCIADORES		R$ (1.618,00)	R$ 0,0
CLUBE CONVENIA		R$ (14.270,00)	R$ 0,0
(-) SERVICO DE COMUNICACAO E MULTIMIDIA		R$ 0,00	R$ (1.139,4
(-) JORNAIS/ASSINATURAS/REVISTAS		R$ 0,00	R$ (1.383,1
(-) SERVICO DE ENTREGA RAPIDA		R$ (26.192,53)	R$ (50.850,1
(-) DESPESAS COMERCIAIS		R$ 0,00	R$ (2.772.950,4
(-) ASSISTENCIA TECNICA EM APARELHOS/EQUIP.		R$ 0,00	R$ (7.750,0
(-) CONSULTORIA FINANC / TRIBUTARIA / RH		R$ 0,00	R$ (149.450,1
(-) CONSULTORIA MITIGACAO AMBIENTAL		R$ 0,00	R$ (9.500,0
DESPESAS GERAIS - FILIAL		R$ (869,30)	R$ 0,0
MATERIAL DE USO E CONSUMO		R$ (276,00)	R$ 0,0
MATERIAIS GRAFICOS E IMPRESSOS		R$ (593,30)	R$ 0,0
(-) DESPESAS FINANCEIRAS		R$ (407.309,19)	R$ (580.621,8
(-) JUROS E MULTAS		R$ (14.585,24)	R$ (208.268,8
(-) TARIFAS BANCARIAS		R$ (76.958,10)	R$ (76.368,0
IR SOBRE APLICACOES FINANCEIRAS		R$ (37.048,15)	R$ 0,0
ENCARGOS BANCARIOS		R$ (38,18)	R$ 0,0
REEMBOLSO TARIFAS CREDENCIADOS		R$ (94,82)	R$ 0,0
TAXAS ADMINISTRACAO CONSORCIO		R$ (65.735,06)	R$ 0,0
(-) JUROS SOBRE EMPRESTIMOS BANCARIOS		R$ (212.849,64)	R$ (123.392,0
(-) JSCP		R$ 0,00	R$ (172.592,8
(-) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		R$ 0,00	R$ (201.389,6
(-) DESPESAS NAO DEDUTIVEIS		R$ 0,00	R$ (201.389,6
= Lucro		R$ (2.743.887,60)	R$ 1.463.799,6

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 29.3B.F4.1D.76.AE.4F.D9.D5.8E.E8.F5.DA.4A.CA.C9.C4.D9.7C.EB-7, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.3.3 do Visualizador

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped Versão: 10.3.3

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE	CNPJ
35228881756	21.922.507/0001-72

NOME EMPRESARIAL
MEGA VALE ADMINISTRADORA DE CARTOES E SERVICOS LTDA

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO
Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)	01/01/2024 a 31/12/2024
NATUREZA DO LIVRO	**NÚMERO DO LIVRO**
Livro Diário Geral	7

IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)
29.3B.F4.1D.76.AE.4F.D9.D5.8E.E8.F5.DA.4A.CA.C9.C4.D9.7C.EB

ARQUIVOS SUBSTITUÍDOS (HASH)

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
CONTABILISTA	24994247889	MARCELO ZANINI:24994247889	498552439178343811 9	17/05/2024 a 17/05/2027	Não
Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)	21922507000172	MEGA VALE ADMINISTRADORA DE CARTOES E SERVICOS LT:21922507000172	233205980349475690 4	16/09/2024 a 16/09/2025	Sim

NÚMERO DO RECIBO:

29.3B.F4.1D.76.AE.4F.D9.D5.8E.E8.F5.
DA.4A.CA.C9.C4.D9.7C.EB-7

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 28/05/2025 às 11:31:12

8A.BE.C2.D0.A3.A1.C5.90
0A.09.43.68.A9.03.DD.39

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Entidade:	MEGA VALE ADMINISTRADORA DE CARTOES E SERVICOS LTDA
Período da Escrituração:	01/01/2024 a 31/12/2024
CNPJ:	21.922.507/0001-72
Número de Ordem do Livro:	7

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	MEGA VALE ADMINISTRADORA DE CARTOES E SERVICOS LTDA
NIRE	35228881756
CNPJ	21.922.507/0001-72
Número de Ordem	7
Natureza do Livro	Livro Diário Geral
Município	BARUERI
Data do arquivamento dos atos constitutivos	24/02/2015
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/12/2024
Quantidade total de linhas do arquivo digital	1002273

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	MEGA VALE ADMINISTRADORA DE CARTOES E SERVICOS LTDA
Natureza do Livro	Livro Diário Geral
Número de ordem	7
Quantidade total de linhas do arquivo digital	1002273
Data de inicio	01/01/2024
Data de término	31/12/2024

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 29.3B.F4.1D.76.AE.4F.D9.D5.8E.E8.F5.DA.4A.CA.C9.C4.D9.7C.EB-7, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Entidade:	MEGA VALE ADMINISTRADORA DE CARTOES E SERVICOS LTDA				
Período da Escrituração:	01/01/2024 a 31/12/2024	CNP	21.922.507/0001-72	Número de Ordem do Livro:	7
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024				

Histórico	Código de Aglutinação das Contas de Patrimônio Líquido					Total (R$)
	CAPITAL SOCIAL (R$)	AFAC (R$)	LUCRO OU PREJUIZO ACUMULADO (R$)	LUCRO DO EXERCICIO (R$)	PREJUIZO DO EXERCICIO (R$)	
Saldo Inicial em 01.01.2024	3.600.000,00	1.200.000,00	266.681,09	0,00	(-)2.743.887,60	2.322.793,49
LUCRO DO EXERCICIO				10.677,02	2.743.887,60	2.754.564,62
LUCRO OU PREJUIZO ACUMULADO			(-)2.743.887,60			(-)2.743.887,60
CAPITAL SOCIAL	1.200.000,00	(-)1.200.000,00				0,00
Saldo Final em 31.12.2024	4.800.000,00	0,00	(-)2.477.206,51	10.677,02	0,00	2.333.470,51
Notas						

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 29.3B.F4.1D.76.AE.4F.D9.D5.8E.E8.F5.DA.4A.CA.C9.C4.D9.7C.EB-7, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

FL. 178

MEGA VALE ADMINISTRADORA DE CARTÕES E SERVIÇOS LTDA

ANALISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTABEIS REFERENTE AO PERIODO DE 01/01 A 31/12

INDICE DE LIQUIDEZ:		
Indice de Liquidez Geral:		
I.L.G. = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo	I.L.G = 31.800.179,75	
Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo	31.151.090,40	1,02
Índice de Liquidez Imediata:		
I.L.I. = Disponibilidades	I.L.I = 33.178.298,74	1,12
Passivo Circulante	29.564.155,77	
Índice de Liquidez Corrente:		
I.L.C. = Ativo Circulante	I.L.C = 31.796.581,62	
Passivo Circulante	29.564.155,77	1,08
Índice de Liquidez Seca:		
I.L.S. = Ativo Circulante - Estoques	I.L.S = 31.796.581,62	1,08
Passivo Circulante	29.564.155,77	
INDICES DE ESTRUTURA DE CAPITAIS:		
Grau de Endividamento:		
G.E. = Capital de Terceiros	G. E. =31.151.090,40	0,93
Ativo Total	33.484.560,91	
Solvência Geral:		
S. G. = Ativo Total	S. G =33.484.560,91	1,07
Capital de Terceiros	31.151.090,40	
Composição de Endividamento:		
C. E = Exigivel a curto prazo	C. E =29.564.155,77	0,95
Capital de terceiros	31.151.090,40	
INDICE DE RENTABILIDADE		
Indice de Giro do Ativo:		
I.G.A. = Receita de Vendas/Serviços	I. G. A =15.908.937,79	
Ativo	33.484.560,91	0,48
Margem Operacional:		
M.O. = Lucro/Prejuízo do Exercício	M. O = 1.463.799,63	
Receitas de Vendas	15.908.937,79	0,09
Rentabilidade do Ativo:		
R.A. = Lucro/Prejuízo do Exercício	R. A = 1.463.799,63	
Ativo	33.484.560,91	0,04
Rentabilidade do Patrimônio Líquido:		
R.P.L. = Lucro/Prejuízo do Exercício	R.P.L. = 1.463.799,63	0,63
Patrimônio Líquido	2.333.470,51	

Barueri, 31 de dezembro de 2024.

MARCELO ZANINI:24994247889 Assinado de forma digital por MARCELO ZANINI:24994247889 Dados: 2025.05.28 14:08:52 -03'00'

Sócio/Adm: Rafael Prudente Carvalho Silva
CPF: 350.882.968-51

Contabilista: Marcelo Zanini
TC CRC: 1SP199419/O-4

Razão: MEGA VALE ADMINISTRADORA DE CARTOES E SERVICOS LTDA
CNPJ: 21.922.507/0001-72
Período: 01/01/2024 a 31/12/2024

Notas Explicativas

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL: A sociedade tem por objetivo a Emissão de vales-alimentação, vales-transportes e similares.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: As demonstrações contábeis estão elaboradas e apresentadas em conformidade com os dispositivos da Legislação Societária, consoante às práticas contábeis descritas a seguir:

a) Disponibilidades e Aplicações Financeiras: pelos saldos existentes na data da elaboração dos demonstrativos, adotando-se o valor presente nas aplicações financeiras;
b) Estoques estão avaliados pelo custo de aquisição, quando disponíveis;
c) Créditos a Receber pelos saldos efetivamente a receber, não encorpadas as atualizações monetárias contratuais não incorridas;
d) Investimentos: Não há investimentos em sociedades controladas consideradas relevantes;
e) Imobilizado: Os bens integrantes do Imobilizado estão avaliados pelo custo de aquisição, acrescido quando for o caso pela correção monetária de balanço até 31/12/2024. As depreciações foram registradas e avaliadas pelo conceito de tempo de uso e que coincide com os percentuais fiscais estabelecidos pela Receita Federal, estando compatível com os prazos de vida útil dos respectivos bens. A empresa não tem benefícios fiscais com a variação da depreciação em função de seu regime tributário. Não há depreciação acelerada. A entidade entende que não possui bens em seu Ativo cujo valor de realização seja superior ao valor contábil. Em decorrência dessa constatação não houve adoção do critério de impairment. As segregações contam em Ativo Circulante e Ativo não Circulante leva em consideração a expectativa da administração nas respectivas realizações, observando-se o prazo de 360 dias;
f) O Passivo Circulante representando contas de Fornecedores, Tributos e Encargos Sociais a Pagar, Empréstimos Bancários e financiamentos, além de contas decorrentes das operações sempre que existentes, estão registradas pelo valor de liquidação. A segregação se fez com o prazo de vencimento até 360 dias;
g) O Passivo Não Circulante abrange as obrigações com prazos de liquidação superior a 360 dias;
h) Os adiantamentos de sócios, quando apresentados, para futuro aumento do Capital Social se encontram em conta segregada para essa finalidade, consideradas como partes relacionadas;
i) O Patrimônio Líquido apresenta o valor do Capital Social na data do demonstrativo e os resultados acumulados até essa data;
j) As Contas de Resultados levaram em consideração o regime de competência;
k) A entidade adotou a partir de 2.010 a conversão de suas práticas contábeis para as normas internacionais, seguindo as orientações fixadas pelos Conselho Federal de Contabilidade e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis através de cpcs. A empresa avaliou as alterações e adotou aquelas que lhe são aplicáveis. Especialmente, estão sendo observados, no que é aplicável, a NBC-T 19-41 (Res. Cef 1.255/2009 e normas posteriores.

NOTA 03 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO: Formado pelo Capital Social e Lucros/Prejuízos acumulados totaliza R$ **2.333.470,51.**

NOTA 04 - DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO: Apresenta um lucro de R$ **1.463.799,63.**

Barueri, 31 de dezembro de 2024.

ICP Brasil
RAFAEL PRUDENTE CARVALHO SILVA
2025.06.16 10:31:41 -03'00'

SOCIO ADMINISTRADOR
RAFAEL PRUDENTE CARVALHO SILVA
CPF: 350.882.968-51

MARCELO ZANINI:24994247889
Assinado de forma digital por MARCELO ZANINI:24994247889
Dados: 2025.06.16 10:16:25 -03'00'

TECNICO CONTABIL
MARCELO ZANINI
1SP199419/O-4

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped Versão: 10.2.1

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE	CNPJ	
35228881756	21.922.507/0001-72	

NOME EMPRESARIAL
MEGA VALE ADMINISTRADORA DE CARTOES E SERVICOS LTDA

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO
Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)	01/01/2023 a 31/12/2023
NATUREZA DO LIVRO	**NÚMERO DO LIVRO**
Livro Diário Geral	6

IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)
0A.4E.57.46.58.39.A0.31.EE.2A.CF.BF.98.40.5B.C9.50.C1.DC.D7

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
CONTABILISTA	24994247889	MARCELO ZANINI:24994247889	498552439178343811 9	17/05/2024 a 17/05/2027	Não
Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)	03916131000101	BRASILNET ASSESSORIA CONTABIL E EMPRESARIAL LTDA:03916131000101	498552334780318550 8	06/12/2023 a 05/12/2024	Sim
Contador/Contabilista Responsável Pelo Termo de Verificação para Fins de Substituição da ECD	24994247889	MARCELO ZANINI:24994247889	498552439178343811 9	17/05/2024 a 17/05/2027	-

NÚMERO DO RECIBO:

0A.4E.57.46.58.39.A0.31.EE.2A.CF.BF.
98.40.5B.C9.50.C1.DC.D7-0

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 27/05/2024 às 11:06:44

69.7A.2C.97.69.AC.DB.FC
2A.91.AC.31.96.D9.81.42

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Entidade:	MEGA VALE ADMINISTRADORA DE CARTOES E SERVICOS LTDA
Período da Escrituração:	01/01/2023 a 31/12/2023
CNPJ:	21.922.507/0001-72
Número de Ordem do Livro:	6

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	MEGA VALE ADMINISTRADORA DE CARTOES E SERVICOS LTDA
NIRE	35228881756
CNPJ	21.922.507/0001-72
Número de Ordem	6
Natureza do Livro	Livro Diário Geral
Município	BARUERI
Data do arquivamento dos atos constitutivos	24/02/2015
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/12/2023
Quantidade total de linhas do arquivo digital	122594

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	MEGA VALE ADMINISTRADORA DE CARTOES E SERVICOS LTDA
Natureza do Livro	Livro Diário Geral
Número de ordem	6
Quantidade total de linhas do arquivo digital	122594
Data de inicio	01/01/2023
Data de término	31/12/2023

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 0A.4E.57.46.58.39.A0.31.EE.2A.CF.BF.98.40.5B.C9.50.C1.DC.D7-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.2.1 do Visualizador

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: MEGA VALE ADMINISTRADORA DE CARTOES E SERVICOS LTDA
Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/12/2023 CNPJ: 21.922.587/0001-72
Número de Ordem do Livro: 6
Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R$ 20.729.936,63	R$ 36.890.149,74
CIRCULANTE		R$ 17.380.054,09	R$ 35.197.994,88
DISPONIVEL		R$ 16.838.296,22	R$ 35.380.908,01
CAIXA GLOBAL		R$ 1.287.038,99	R$ 2.139.887,97
CAIXA		R$ 1.287.038,99	R$ 2.139.887,97
BANCOS CONTA MOVIMENTO		R$ 15.551.257,23	R$ 20.175.285,69
BANCO DO BRASIL		R$ 100,00	R$ 0,00
APLICACOES SANTANDER - 13007291		R$ 3.663.450,50	R$ 3.021.434,60
TITULO DE CAPITALIZACAO		R$ 65.889,96	R$ 65.889,96
APLICACOES BRADESCO - 271108-7		R$ 11.460.636,55	R$ 5.354.032,20
APLICACOES BRADESCO - 0272231-3		R$ 361.179,22	R$ 397.660,84
BANCO BRADESCO CC 271108-7		R$ 1,00	R$ 1,00
BANCO BRADESCO CC 0272231-3		R$ 1,00	R$ 1,00
BB RENDE FACIL		R$ 0,00	R$ 15.947,16
APLICACAO XP INVESTIMENTOS		R$ 0,00	R$ 11.320.318,73
EMPRESTIMOS A SOCIOS		R$ 0,00	R$ 13.065.734,35
THIAGO RAMOS PEREIRA		R$ 0,00	R$ 4.355.244,78
RAFAEL PRUDENTE CARVALHO SILVA		R$ 0,00	R$ 4.355.244,78
DANILO DA SILVA PARANHOS		R$ 0,00	R$ 4.355.244,79
CHEQUES		R$ 541.757,87	R$ (182.913,13)
CLIENTES		R$ 299.000,00	R$ (426.541,92)
CLIENTES A RECEBER		R$ 299.000,00	R$ 0,00
(-) ANTECIPACOES DE CREDITOS		R$ 0,00	R$ (426.541,92)
ADIANTAMENTOS		R$ 757,87	R$ 1.628,79
ADIANTAMENTO FERIAS		R$ 757,87	R$ 1.628,79
Cauções		R$ 242.000,00	R$ 242.000,00
GARANTIA - IRMAOS MUFFATO E CIA LTDA		R$ 200.000,00	R$ 200.000,00
STELLA GIALLA PARTICIPACOES LTDA		R$ 42.000,00	R$ 42.000,00
NAO CIRCULANTE		R$ 2.593.775,65	R$ 0,00
REALIZAVEL A LONGO PRAZO		R$ 2.593.775,65	R$ 0,00
DESPESAS ANTECIPADAS		R$ 38.322,97	R$ 0,00
ADIANTAMENTO CONSORCIO RODOBENS		R$ 38.322,97	R$ 0,00
EMPRESTIMOS SOCIOS		R$ 2.555.452,68	R$ 0,00
THIAGO RAMOS PEREIRA		R$ 3.202.580,25	R$ 0,00
RAFAEL PRUDENTE CARVALHO SILVA		R$ 2.215.090,88	R$ 0,00
DANILO DA SILVA PARANHOS		R$ 1.868.452,50	R$ 0,00
PRUDENTE E RAMOS SOCIEDADE DE ADV		R$ 6.373,73	R$ 0,00
UNITY EMPREENDIMENTOS LTDA		R$ 80.848,88	R$ 0,00
(-) (-) ANTECIPACOES DE CREDITOS		R$ (4.817.873,54)	R$ 0,00
PERMANENTE		R$ 404.695,97	R$ 1.201.623,94
IMOBILIZADOS		R$ 404.695,97	R$ 1.201.623,94
IMOBILIZADO TECNICO		R$ 419.457,74	R$ 1.216.385,71
MOVEIS E UTENSILIOS		R$ 83.168,82	R$ 122.934,14
MAQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS		R$ 115.512,23	R$ 201.154,88
VEICULOS		R$ 91.000,00	R$ 91.000,00
CARTOES JALL CARD		R$ 114.170,00	R$ 783.690,00
EQUIP PARA PROCESSAMENTO DADOS		R$ 2.055,50	R$ 2.055,50
EQUIPAMENTOS SEGURANCA		R$ 13.551,19	R$ 13.551,19
(-) DEPRECIACAO ACUMULADA		R$ (14.761,77)	R$ (14.761,77)
(-) (-) DEPREC MAQUINAS/APARELHOS E EQUIP		R$ (4.923,39)	R$ (4.923,39)
(-) (-) DEPREC MOVEIS E UTENSILIOS		R$ (4.387,42)	R$ (4.387,42)
(-) (-) DEPREC VEICULOS		R$ (2.200,00)	R$ (2.200,00)
(-) (-) DEPREC EQUIPAMENTOS SEGURANCA		R$ (2.449,32)	R$ (2.449,32)
(-) (-) DEPREC EQUIP PROCESSAMENTO DADOS		R$ (801,64)	R$ (801,64)
INTAGIVEL		R$ 351.410,92	R$ 490.530,92
BENS E DIREITOS		R$ 351.410,92	R$ 490.530,92
BENS INTANGIVEIS		R$ 351.410,92	R$ 490.530,92
SOFTWARE/PROGRAMAS ADM DE CARTOES		R$ 351.410,92	R$ 490.530,92
PASSIVO		R$ 20.729.936,63	R$ 36.890.149,74
CIRCULANTE		R$ 16.086.427,61	R$ 33.443.867,11
EXIGIVEL A CURTO PRAZO		R$ 16.086.427,61	R$ 33.443.867,11
FORNECEDORES		R$ 40.625,50	R$ 389.843,22
ABZ ALARMES COMERCIAL RIO PRETO LTDA ME		R$ 3.918,84	R$ 0,00
AMERICANAS S/A		R$ 6.602,28	R$ 0,00
ABZ SEGURANCA INTELIGENTE RIO PRETO LTDA		R$ 0,00	R$ 150,00
CUBIC PAPELARIA LTDA		R$ 1.585,20	R$ 0,00
FISERV DO BRASIL INSTITUICAO DE PAGAMENT		R$ 0,00	R$ 9.659,38
FLASH COURIER LTDA		R$ 0,00	R$ 2.089,40
FACTORIAL LTDA		R$ 0,00	R$ 1.089,41
GRAFINORTE S/A		R$ 0,00	R$ 17.450,00
IM-DX COMUNICACAO E PRESTADORA DE SERVIÇOS		R$ 30.361,40	R$ 0,00
INTERFOLIO INDUSTRIA GRAFICA EIRELI		R$ 14.700,00	R$ 0,00
JALL CARDS - CARTOES E SERVIÇOS LTDA		R$ 0,00	R$ 355.000,00
KAIO HENRIQUE CASAROTI 41523744898		R$ 1.800,00	R$ 0,00
LOJAS CEM S A		R$ 324,00	R$ 0,00
LUIZ HENRIQUE BULHOR PEREIRA ME		R$ 19.460,66	R$ 0,00
NOVACAR COMERCIO DE PNEUS LTDA		R$ 0,00	R$ 601,00
NATANAEL SANTOS DE CASTRO 04115047396		R$ 0,00	R$ 860,00
RLSOMAQ - RLSOLUCAO PARA MUIOS DE PAG		R$ 3.999,68	R$ 0,00
SINAL BR TELECOM LTDA		R$ 219,80	R$ 2.399,60
SCANIA S/A		R$ 382,76	R$ 364,43
VERIHAW SERVICOS EM TECNOLOGIA DA INFORM		R$ 264,88	R$ 0,00
OBRIGACOES SOCIAIS E TRABALHISTAS		R$ 21.815,42	R$ 24.737,41
SALARIOS A PAGAR		R$ 3.319,98	R$ 5.129,03
INSS A RECOLHER		R$ 3.476,71	R$ 6.229,56
FGTS A RECOLHER		R$ 416,16	R$ 673,02
PRO LABORE A PAGAR		R$ 12.577,42	R$ 12.680,67
CONTRIBUICAO ASSISTENCIAL A PAGAR		R$ 25,13	R$ 25,13
OUTRAS OBRIGACOES		R$ 15.860.800,22	R$ 32.728.998,32
REPASSES		R$ 15.860.800,22	R$ 32.728.998,32
IMPOSTOS, TAXAS, CONTRIB A RECOLHER		R$ 120.196,47	R$ 300.298,19
IRPJ A RECOLHER		R$ 67.478,81	R$ 180.294,30
CSLL A RECOLHER		R$ 26.452,37	R$ 67.063,95
PIS A RECOLHER		R$ 1.760,68	R$ 4.980,67
COFINS A RECOLHER		R$ 8.127,14	R$ 22.987,72
ISS A RECOLHER		R$ 5.963,38	R$ 15.992,59
IRRF S/SALARIOS A RECOLHER		R$ 1.202,99	R$ 1.053,51
PIS, COFINS, CSLL RETIDOS A RECOLHER		R$ 5.803,66	R$ 5.054,15
IR RETIDO A RECOLHER		R$ 3.307,24	R$ 2.949,27
NAO CIRCULANTE		R$ 683.443,15	R$ 1.123.489,14
EXIGIVEL A LONGO PRAZO		R$ 683.443,15	R$ 1.123.489,14
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS		R$ 624.999,96	R$ 1.088.412,31
CAPITAL DE GIRO - BRADESCO S/A		R$ 891.037,20	R$ 534.622,32
(-) (-) JUROS A APROPRIAR CAPITAL DE GIRO		R$ (266.037,24)	R$ (159.622,44)
EMPRESTIMO BANCO SANTANDER S A		R$ 0,00	R$ 909.273,68
(-) JUROS A APROPRIAR EMPR SANTANDER		R$ 0,00	R$ (197.861,25)
PARCELAMENTOS IMPOSTOS		R$ 58.443,19	R$ 37.076,83
PARCELAMENTO IRPJ - 2089		R$ 35.781,29	R$ 25.047,01
PARCELAMENTO CSLL - 2372		R$ 10.921,21	R$ 5.880,65
PARCELAMENTO COFINS - 2172		R$ 11.740,69	R$ 6.148,97
RESULTADOS EXERC FUTUROS		R$ 29.110,39	R$ 0,00
RECEITAS EXERC FUTUROS		R$ 29.110,39	R$ 0,00
REC. FUTURAS A APROPRIAR		R$ 29.110,39	R$ 0,00
RECEITA DIFERIDA		R$ 29.110,39	R$ 0,00
PATRIMONIO LIQUIDO		R$ 3.930.955,48	R$ 2.322.793,49
CAPITAL REALIZADO		R$ 3.600.000,00	R$ 3.600.000,00
CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO		R$ 3.600.000,00	R$ 3.600.000,00
CAPITAL SOCIAL		R$ 3.600.000,00	R$ 3.600.000,00
RESERVAS		R$ 64.274,39	R$ 1.200.000,00
RESERVAS DE CAPITAL		R$ 64.274,39	R$ 1.200.000,00
AFAC		R$ 64.274,39	R$ 1.200.000,00
OUTRAS CONTAS		R$ 266.681,09	R$ (2.477.206,51)
LUCROS E/OU PREJUIZOS ACUMULADOS		R$ 266.681,09	R$ (2.477.206,51)
LUCRO DO EXERCICIO		R$ 439.251,06	R$ 0,00
PREJUIZO DO EXERCICIO		R$ 0,00	R$ (2.743.887,60)
(-) LUCRO OU PREJUIZO ACUMULADO		R$ (172.569,97)	R$ 266.681,09

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número
0A.4E.57.46.58.39.A0.31.EE.2A.CF.BF.98.40.5B.C8.50.C1.DC.D7-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.2.1 do Visualizador